

NOVA

ESCRITA



ensaio

ANO IV - Nº 9



LULA
GREVE DA FIAT
EL SALVADOR/GUATEMALA



CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INVESTIGAÇÃO
POLÍTICA

CEDEM



CEMAP_ENSAIO_SD_9

CEMAP/PA023





ÍNDICE

NOTA DA COORDENAÇÃO

J. Chasin
Pg. 5

Entrevista

LULA: RETRATO DE CORPO INTEIRO
Por Ricardo Antunes, Antônio Rago Filho,
Maria Dolores Prades e Paulo Douglas Barsotti
Pg. 13

Ensaio

LUKÁCS: VIVÊNCIA E REFLEXÃO DA PARTICULARIDADE
Por J. Chasin
Pg. 55

Entrevista

SOBRE LÊNIN
Lukács à televisão húngara, em 2 de outubro de 1969
Pg. 71

Ensaio

GRAMSCI E ELES
Por Carlos Eduardo O. Berriel
Pg. 83

Ensaio

MAX WEBER NA ASSEMBLÉIA
Por Maurício Tragtenberg
Pg. 99

Ensaio

CORONELISMO E ESTADO BURGUEZ: ELEMENTOS PARA
UMA REINTERPRETAÇÃO
Por Décio Saes
Pg. 107

Questão Agrária

TECNOLOGIA E AGRICULTURA
Por Manuel Correia de Andrade
Pg. 129

Sindicalismo

O MOVIMENTO SINDICAL E A CRISE
Por Maria Dolores Prades e Marilene G. S. Pottes
Pg. 135

Literatura e Política

EL SALVADOR E GUATEMALA: LITERATURA E LIBERTAÇÃO NACIONAL
Depoimentos de Claribel Alegria e José Luis Balcárcel
Apresentação de Vanya Sant'Anna
Pg. 145

Comentário

FLORESTAN FERNANDES: LA HISTORIA Y LA SOCIOLOGÍA COMO CONCIENCIA
Texto de Julio Le Riverend
Apresentação de Carlos Guilherme Mota
Pg. 161

Vida Operária

A GREVE DA FIAT
Por Paulo Douglas Barsotti, Antônio Rago Filho e
Maria Dolores Prades
Pg. 165

Resenhas

MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1877-1944),
de Edgard Carone, por Ricardo Antunes
OS TRABALHADORES E OS PARTIDOS POLÍTICOS,
de Ricardo Maranhão, por Maria Hermínia Tavares de Lima
AS GRANDES REPORTAGENS DE JOEL SILVEIRA,
de Joel Silveira, por Afrânio Mendes Catani
Pg. 179

Opinião do Leitor

DEMOCRATAS DA TURQUIA
Pg. 187



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL

J. Chasin

SECRETARIA EXECUTIVA

Narciso J. Rodrigues Jr., Ester Vaisman e Paulo Douglas Barsotti

CONSELHO CONSULTIVO

Florestan Fernandes, J. Chasin, Maurício Tragtenberg, Heleieth Saffioti,
José Paulo Neto, Ricardo Antunes, Francisco de Oliveira,
Clóvis Moura, Francisco Pereira da Nóbrega e Manuel Correia de Andrade

COLABORADORES PERMANENTES

Afrânio M. Catani, Albano M. B. Pepe, Annez Andraus Troyano, Anouar Aiex,
Antônio Carlos Mazzeo, Antônio Moacyr Madruga, Antônio Rago Filho,
Antônio Rufino Vieira, Antônio Possidônio Sampaio, Arnaldo Nogueira,
Carlos Alberto Jales Costa, Carlos Eduardo Antunes, Carlos Eduardo Berriel,
Celso Frederico, Clóvis Melo, Décio Saes, Edgard Carone,
Eleonora de Oliveira Soares, Edmilson Alves de Azevedo, Elimar Nascimento,
Ewerton Capri Freire, Fernando C. Antunes, Hanna Profis,
Hermano Machado Ferreira Lima, José Arlindo Soares, José Luiz Pottes Jr.,
Luiz Pinguelli Rosa, Maria Aparecida de Paula Rago,
Maria Angélica Borges Rodrigues, Maria Dolores Prades,
Marilene G. S. Pottes, Márcio Navez, Mauro Guilherme Khoury,
Moniz Bandeira, Norma C. B. Casseb, Olga M. Marques Charro, Paulo Alves
de Lima Filho, Paulo Edgar Rezende, Paulo de Tarso P. Camargo, Renato Ortiz,
Roberson Campos de Oliveira, Romero Ximenes Ponte,
Rosa Maria Vieira, Rubens Pinto Lyra, Rui Gomes Dantas, Sérgio Amad Costa
Sidney Valadares Pimentel, Sílvio Frank Alem, Terezinha Ferrari,
Vanya Sant'Anna, Vicente Faleiros, Wanda Jorge, Wanderley Scatolim e Silva,
Wolfgang Leo Maar.

CAPA, ILUSTRAÇÕES, DIAGRAMAÇÃO

Equipe Escrita e

Luiz A. França

REVISÃO

Tereza Guilares de Aguiar

EDITOR

Wladyr Nader

Direitos reservados à

Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570

01223 — São Paulo

Registro na D.C.D.P. do D.P.F., sob o n.º 464

P. 209/73 — Janeiro/1982





NOTA DA COORDENAÇÃO

Haverá, por ventura, nos dias que correm, algo mais importante e decisivo, na dinâmica de qualquer país — e do nosso de modo especial —, do que as massas trabalhadoras e seus movimentos? E polêmica mais séria e apaixonante do que a gerada por estas realidades e suas perspectivas, no esforço de apreensão e opção a que todos somos obrigados?

Na certeza tranqüila de que essas preliminares só possam ser respondidas de um único modo, a Nova Escrita/Ensaio, neste n.º 9, segundo desta sua fase, dá seqüência ao trabalho, na letra e no espírito de sua definição editorial, trazendo diretamente ao centro da arena a figura, rica em matizes, de Lula — identidade de consagração sindicalista — enxoval político de Luís Inácio da Silva, nome do militante partidário. E já nisto fica reconhecida uma extraordinária força positiva, e vai insinuada uma imensa controvérsia.

Ao longo de seis horas de gravação, Lula (e) Luís Inácio da Silva refizeram — pela reflexão — um percurso que teve início em meados da década passada; mas deixando, com toda propriedade, o empenho mais enérgico para o tratamento da porção maior e fundamental, que se materializou a partir dos braços cruzados de 78, avançando espetacularmente pelas jornadas memoráveis de 79. Andamento que se embarça e desorienta sofrendo, em meio a uma campanha que poderia ter sido colossal, as perplexidades de 80; para em seguida se apagar ao longo de muitos meses, a ponto de chegar inerte à campanha de 81. Será depois deste momento melancólico que tornarão a despontar as energias dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, precisamente com a reação (num primeiro instante tímida e hesitante) à proposta de redução da jornada de trabalho, tramada pela Volks, o equacionamento da composição e nomeação da Junta e o processo, agora finalizado, de resgate do Sindicato, de fato e de direito, através das eleições sindicais, que registraram a retumbante vitória de Lula, derrotando inclusive as provocações e os disparates da violência fanática, travestida de ideologia e programa político.

Durante seis horas ele narrou, repensou, foi questionado e, por vezes, contestado; teve de admitir insucessos e perplexidades (que não são apenas suas), reafirmou opiniões e nem sempre logrou persuadir; em suma, junto com a solidária e fraterna equipe de entrevistadores da Nova Escrita/Ensaio ensaiou aprofundar uma análise, que é vital para todos nós. Resultou, de um lado, um registro de peso para futuras retomadas analíticas; doutro, um importante esforço que visa empurrar as coisas para frente, tomando consciência que ainda há muitas respostas a serem



dadas, e que outras tantas, que andam sendo oferecidas, não podem ser tomadas como válidas.

Lula e Luís Inácio da Silva — a extraordinária luta sindical e as preocupações com a política partidária. O sindicalismo pujante que retomou e conduziu a nível bem mais alto os melhores sentidos e aspectos de toda uma antiga tradição dos embates operários. Pela outra face, a necessidade de equação partidária para efetivar a extensão da luta de uma categoria e de uma classe para toda a sociedade e para os âmbitos do poder. Passo natural, imanente à lógica do movimento operário em busca de representação e ferramenta política para si e para todos os trabalhadores. Sonho que se desenhou no horizonte porque um vácuo absoluto gritava na realidade, com o abortamento final de todos os ramos de herança staliniana, distribuídos num espectro lastimável, que vai do pântano (no sentido de Lênin) ao primarismo ideológico banhado de violência sectária. Sonho que medrou, estirou pernas e braços e se pôs a andar; agora é tempo de precisar no que vem-se convertendo e para onde vai.

Não cabem nesta Nota considerações extensas, mas é imperioso assinalar alguns pontos para futuras discussões, engravidando a polêmica necessária.

Não é a primeira vez que falo de Lula. Desde 78 já o fiz em outras oportunidades; e extensamente em maio de 79, no calor mesmo da campanha salarial daquele ano (Escrita/Ensaio n.º 7). E sempre de modo francamente solidário e favorável ao líder metalúrgico.

Quero repetir a dose e acrescentar reparos.

Não podem mais restar dúvidas de que Lula é o melhor produto do ressurgimento do movimento operário ocorrido a partir de 78. É, precisamente, a expressão espontânea do historicamente novo. Tome-se a narrativa que faz dos primeiros anos de sua atividade em São Bernardo e ter-se-á a comprovação disso. E nada de significativo contrasta essa espontaneidade até 79. Depois, não que ela desapareça, mas é tismada por influências políticas que, em parte, a desestruturam, confundindo e embarçando. Do caráter intrinsecamente espontâneo da consciência de Lula temos uma evidência, nesta entrevista, quando ele erige, em critério de avaliação de sindicatos e sindicalistas, a coragem e a honestidade; valores que visivelmente o parametram. A estes, de fato, não é possível recusar grande importância, mas que, tomados como medida única e exclusiva, não são suficientes para o acesso às nossas realidades, altamente complexificadas; traduzindo, isto sim, o que há de desamparado ou "inocente" na natureza de um produto social espontâneo, ou seja, não criado, determinado ou transformado por uma orientação política cientificamente constituída. Expressão, pois, do historicamente novo, mas de um novo com traços problemáticos: menos como dirigente sindical e mais como figura partidária. Novo e problemático que expressam, de maneira direta, as próprias virtudes e debilidades dos movimentos dos quais é produto e agente. Produto destes, objetiva o melhor que aqueles geram, incorporando, infelizmente, também, em certa medida, seus lados débeis e equivocados.

A campanha de 80 é por todas as circunstâncias a que melhor se presta para referir as debilidades aludidas: foi de todas a mais longamente preparada e aquela que teve a melhor organização; contudo, foi a menos bem sucedida, mais do que isso, foi derrotada no confronto com o empresariado e o estado. Estes, por seu turno, neste ano, também apuraram sua preparação como em nenhum dos anteriores. Por tudo isso é a que permite ver melhor os problemas. Refiro apenas os que a entrevista reflete com mais intensidade e que são os mais graves.

Antes, avanço um referencial analítico, já mencionado em outras ocasiões: no caso brasileiro, dentro das circunstâncias atuais, a greve operária por razões salariais e condições de trabalho fere diretamente a política econômica vigente, na medida que é, em si, a denúncia e o combate à superexploração do trabalho (arrocho), motivo pelo qual é imediatamente política. Por isso é bastante que a greve, em cada caso, consiga efetivar-se, puramente como greve, para ser vitoriosa enquanto tal, independentemente de mais nada; ou seja, por se objetivar a greve nasce vitoriosa, realiza um tento político. Suas eventuais conquistas naturalmente ampliam esta vitória inicial, materializando-a para seus agentes que, deste modo, são reforçados (estimulando e reforçando as outras categorias) em sua disposição de luta. Decorrentemente, ao ser, desde logo, uma vitória ao nascer, sua condução é delicadíssima, pois trata-se, no mínimo, mas de um mínimo essencial, de que não se desfaça e perca esta vitória política que é conquistada desde o primeiro instante. O que implica em deflagrações e encerramentos de greve, em avanços e recuos ao longo de seus desdobramentos, sempre rigorosamente formulados e controlados, lúcido domínio de todos os acontecimentos e completa ausência de qualquer aventureirismo, bem como no exercício seguro de ampla maleabilidade nos encaminhamentos, combinada com a máxima energia na fixação dos objetivos e nas suas reconfigurações, quando estas se impõem. Para alguém destas exigências é fácil cair em impasses, malograr diante de confrontos desproporcionais, desgastando e abatendo o ânimo decisivo das massas, e desmoralizando e aniquilando setores de liderança. Lembre-se, de passagem, que é também dos insucessos, na parte ou no todo, de certos processos grevistas, que se alimentam os adeptos das teses desmobilizadoras, que têm por orientação geral "não aguçar as tensões", na suposição de que da calmaria dos sepulcros nascerá fresca e orvalhada a donzela rósea e doce da democracia. Em suma, é óbvio que à falsidade absoluta do lema abstrato de "não aguçar tensões", não corresponde como verdade o, igualmente abstrato, "tensionar de qualquer modo", como numa convulsão permanente, tanto objetivamente impossível, quanto politicamente grosseira. O que vale dizer que não se trata, de nenhum modo, do reducionismo simplista do "grevismo" versus "não-grevismo". Tanto a realidade, como as intervenções que ela reclama, são muito mais complexas e sutis. E a greve, arma maior dos trabalhadores, exige discernimento e responsabilidade proporcionais à sua elevada importância implicando em amplo descortino político, racionalmente constituído e sustentado.

Posta a preliminar, voltemos a Lula.

Seria tão impossível, quanto desnecessário, arrolar aqui todos os pontos de vista corretos e positivos do líder metalúrgico. Creio que se sumariza o conjunto, dizendo que ele é um franco e conseqüente defensor da convicção fundamental de que "só acontece alguma coisa neste país com a classe trabalhadora se movimentando". E sua "garra", retomando, de fato, a direção do Sindicato, convertendo-o no único dirigente deposto que logrou tal proeza, testemunha seu amparo de massas, sua autenticidade e seu valor. Este aspecto é tranqüilo.

Contudo, transpassando a isso, tem de ser apontado que ele paga um ônus, desnecessariamente elevado, a uma certa forma de contar e ver a história do sindicalismo brasileiro, que parece acreditar que o último meio século é uma pura e simples pletora de covardias, traições e infundáveis mesquinharias, derivadas do vínculo de dependência que aferra a estrutura sindical brasileira ao estado. Que esta é uma porção significativa da verdade, é efetivo; que tal dependência é um dos instrumentos mais eficazes e perversos de controle e sufocamento do movimento operário, também o é. Mas, que o combate ao atrelamento e a reivindicação de



liberdade e autonomia sindicais sejam uma postulação apenas recentemente configurada, isto é um mito. Mito que induz a avaliações errôneas, desencaminhando a condução prática dos movimentos, seja a nível organizacional, seja a nível dos conteúdos e roteiros políticos, em cada caso concreto, e no todo em seu conjunto.

Quando Lula enfatiza a necessária vinculação, permanente consulta e manifestação das bases (aspectos, no passado, vistos com grande imperícia e confusão), nada se tem ou pode objetar, ao contrário. Entretanto, quando afirma que a "vanguarda é a massa" tem-se a dolorosa sensação que ele se espantifica num malabarismo infeliz, que contradiz até mesmo sua própria experiência, abocanhando uma formulação basista que não provém de seus referenciais originários, e cujas implicações estão muito pouco articuladas com seus procedimentos objetivos. Aqui se evidencia uma sintomática dissociação entre prática e postulado.

Sem dúvida, as questões relativas à organização são um calcanhar de Aquiles, no quadro de idéias do autêntico e combativo líder metalúrgico. E se tem a nítida percepção de que se trata de uma fraqueza adquirida. Ele a incorpora, muito menos em razão de suas magníficas vivências de dirigente sindical — das melhores e maiores que já foram dadas a viver a um dirigente sindical brasileiro — e muito mais em razão das adjacências políticas que o cercam.

Neste diapasão, é certo, caminha, por exemplo, sua visão do pluralismo sindical, anacrônico e insustentável, tanto prática quanto ideologicamente; com o qual, no entanto, ele estabelece um namoro ambíguo, onde não faz uma responsável declaração de afeto que o legitime, mas a imediata admissão da possibilidade de mancebia.

Por outra parte, sobram razões a Lula, quando critica partidos, correntes ou tendências que alardeiam estar, por princípio, voltadas às causas populares, mas que não respaldam, e concretamente se opõem, à movimentação sindical mais avançada e conseqüente inibindo, em realidade, o movimento operário, nele mesmo introduzindo desvalores que o desossam e o reduzem à impotência.

Todavia, como verá o leitor, apesar desta propriedade de vistas, Lula não revela a melhor compreensão política quanto a alguns aspectos essenciais da campanha de 80, com repercussões inclusive sobre a análise dos anos anteriores.

Tome-se a afirmação: "podem ter certeza, quando saímos para a greve (80) o objetivo era desbancar a política salarial do governo, e era necessário mostrar que a classe trabalhadora não estava iludida e queria conquistar alguma coisa, porque, na verdade, de 78 a 80 ela não conquistou nada de substancial", combinadamente com uma outra, síntese de várias colocações, aqui estampada de forma sumária: em greve não há como evitar o isolamento político.

O que salta à vista é a fantástica desproporção entre o objetivo, pretendidamente fixado, e a base territorial mobilizada. A suposição de que, circunscritos a São Bernardo ou no máximo ao ABC, seria possível abalar aspecto tão fundamental para sistema econômico vigente. A terrível incompreensão de que, restritos à própria faixa de categoria dos metalúrgicos em greve, jamais representariam uma força suficiente para um objetivo tão amplo. O que desorienta, é óbvio, toda a tramitação da greve e leva ao desperdício as forças acumuladas, mobilizadas e postas em luta, como, de fato, veio a ocorrer.

Quando se adiciona, à desproporção apontada, a afirmação de que o isolamento político é fatal num processo de greve, enormidade esta tão grande quanto a primeira, temos a dolorosa comprovação de que a campanha de 80 estava impedida de possuir uma formulação política de condução. Que foi rusticamente



concebida como uma espécie de bizarro concurso de resistência, que teria a propriedade de quebrar as forças econômicas do capital e as energias políticas do estado que engendra.

E o pior é que Lula, ao longo de toda a entrevista, não se mostrou capaz de compreender tais aspectos, revelando, em síntese, bloqueamento para a questão fundamental das greves em geral: a necessidade, tanto maior quanto mais importante a greve for, de preparar e desenvolver a ampliação de sua base social e política. Sem o que é vitimada pelo isolamento. Tal desconhecimento, contudo, não é um "privilégio" de Lula. Pesarosamente esta ignorância foi a coisa mais bem dividida entre os membros do comando em 80, engolfando também aqueles que, meses depois, viriam a emprestar suas assinaturas a documentos que deram eco a certas linhas de interpretação da greve em seu conjunto, quando então pretenderam uma clarividência que, de fato, não era deles. Em verdade, todos sem exceção, lamentavelmente sem nenhuma exceção, eram jejunos quanto a este problema. Vale, à guisa de simples depoimento, referir que tive oportunidade, precisamente a 30 de março de 80, no Estádio de Vila Euclides, logo após a decretação da greve, de travar contato com quase uma dezena daqueles que mais viriam a sobressair na movimentação daquele ano; a única coisa que indaguei a todos, naquele primeiro contato, foi exatamente quanto às providências tomadas em busca da ampliação da base social e política de sustentação do movimento que se iniciava. Lamentavelmente, não obtive nenhuma resposta com um mínimo de consistência. Em verdade, nada neste sentido fora ideado e muito menos providenciado, a questão política central simplesmente não era compreendida. Havia apenas uma mera fé tecnicista numa suposta organização esplêndida, que teria sido montada.

Poderíamos, para finalizar, transitando de Lula para Luís Inácio da Silva, deixar assinalado que "ambos" se confundem, na formulação das relações entre sindicato e partido político, em mais uma debilidade adquirida.

Mas, se queremos, ao lado de mais uma vez grifar o valor de nossa personagem — lembrando seu posicionamento favorável, ainda que não nos moldes mais desejáveis e conseqüentes, em torno da necessidade de uma proposta econômica da perspectiva do trabalho, única a poder ser base e norte para uma efetiva construção democrática no país; mas, repito, se junto a isto se impõe sintetizar suas fraquezas, dir-se-á que ele compreende e desfralda as bandeiras das necessidades operárias de independência sindical e política, mas desconhece por completo a terceira necessidade fundamental: a independência ideológica da classe operária.

Sendo assim, Luís Inácio da Silva vive como que intermitentemente sob ameaça de afogamento, arrastando, muitas vezes, pelo braço ao resistente Lula, tipo mais sólido.

E tudo isso não pode surpreender, pois na eclosão espontânea das forças das massas, que teve início em 78, elas não encontraram, infelizmente, um movimento de idéias calçadas com rigor, de cuja simbiose pudesse nascer uma movimentação própria e consentânea às circunstâncias e à destinação dos trabalhadores.

Resta dizer que o futuro de Lula não importa apenas a ele, de modo que o dito aqui, suscitador de discussão, é uma parcela de um esforço geral a que todos deveriam responsavelmente se filiar.

Se não bastasse a larga matéria referente à Luís Inácio da Silva, o Lula, neste n.º 9 da Nova Escrita/Ensaio, ainda se estampa uma entrevista com três componentes do Comando de Greve da Fiat. Desnecessário ressaltar a enorme atualidade do assunto, basta dizer que se tratou da primeira greve contra o desemprego, da primeira reação que tentou uma parcela da classe operária brasileira posta diante



da expressão mais recente da política econômica vigente há década e meia; diga-se, do rosto mais monstruoso da política do arrocho salarial.

Verá o leitor que, tanto ou mais que a anterior, a matéria é todo um banquete para quem deseje a discussão. Registro apenas que, também neste caso, a ausência, no país, de uma consciência política alicerçada em sólida teoria conduz a estranhos produtos, fazendo com que ressoem, no aqui e no agora, vozes de outros lugares e tempos, que a história, de fato, já reprovou. O que importa, concretamente, é perceber que as energias dos trabalhadores brasileiros estão à flor da pele, e que, à falta de condução política real e racional, ficam dolorosamente inaproveitadas. O que, em realidade, se assiste é ao triste espetáculo do desencontro entre a pulsação da base e os descaminhos das teses e propostas político-partidárias. Estas, de um ou de outro modo, sempre qualitativamente inferiores ao valor e às possibilidades do movimento de massas.

O assunto é extremamente complexo. Quero acenar apenas para o fato de que os partidos, ou de modo mais genérico os organismos políticos de oposição, em nosso país, têm sido incapazes da captura científica do real e a partir desta de uma válida equação programática. Ou seja, na medida em que não tem havido consistente apreensão e explicação dos fenômenos econômico-político-sociais que nos marcam, os mitos ideológicos têm habitado o pensamento político, funcionando como a sua verdadeira sabedoria. Mitos, só para exemplificar, que vão desde postulações, como a do feudalismo enquanto diagnóstico para a história brasileira, até formulações mais recentes, como as "teorias" do populismo ou do fuscismo. Convergingo, hoje, tais colocações, por mais distintas que sejam suas origens, aos mitos maiores do nosso momento: a constituinte e a democracia formal salvacionista, incrivelmente esquecidas, numa paráfrase de Marx, que a democracia real é a verdade da constituinte, e que a constituinte não é a verdade da democracia real.

Em nossos dias a mitologização do conhecimento político invadiu fortemente as questões de organização. E, neste sentido, a entrevista com os membros do comando de greve da Fiat é um exemplo expressivo que precisa ser decididamente estudado e debatido.

Ao lado destes importantíssimos depoimentos da e sobre a classe operária brasileira, este n.º 9 da Nova Escrita/Ensaio oferece um amplo conjunto de artigos e outros materiais.

Em homenagem ao transcurso do décimo ano da morte de G. Lukács, publicamos sua notável entrevista Sobre Lênin. E também o ensaio, Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade de J. Chasin, que objetiva determinar os contributos fundamentais do filósofo húngaro, e reencaminhar uma autêntica leitura e apreensão críticas de sua obra, em face de certos desbarrancamentos que andam sendo propostos.

Carlos Eduardo O. Berriel com Gramsci e Eles dá início, com grande oportunidade e felicidade, à efetivação do atendimento a uma dupla necessidade: o desvendamento das razões de "fascínio" de um "certo" Gramsci, e a expressão disto na ideologia de dada esquerda brasileira, domesticada pelo mais esqualido liberalismo.

Maurício Tragtenberg com saber, sabor e humor lida com um de seus temas mais queridos: Max Weber. E, imagine-se, fazendo as vezes de cicerone do autor alemão, através da Paulicéia e de algumas de nossas instituições, numa hipotética visita do sociólogo às plagas caboclas!

Décio Saes retoma com amplitude a questão do coronelismo, "no quadro de uma nova problemática teórica". Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para

uma Reinterpretação tem por idéia-chave que "o coronelismo designa um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas". E isto com o objetivo de "obter um conceito suscetível de ser incorporado à teoria do Estado burguês".

De Manuel Correia de Andrade temos Tecnologia e Agricultura, enfocando importante aspecto da questão agrária brasileira.

E retornando à questão operária, Maria Dolores Prades e Marilene G. S. Pottes traçam, em O Movimento Sindical e a Crise, um perfil de balanço relativo ao movimento sindical do último ano e pouco. Ferem problemas e questões decisivas. Registram o refluxo e delineiam o quadro principal de suas determinações. Mostram dilemas e impasses, as grandes dificuldades a superar. Tudo em conexão com as questões estruturais do processo brasileiro.

Vanya Sant'Anna, a propósito do Prêmio Casa das Américas e do Encontro de Escritores Latino-Americanos e do Caribe, realizado anualmente em Cuba, apresenta-nos Claribel Alegria e José Luiz Balcárcel. A primeira, poeta e narradora salvadorenha; o segundo, ensaísta e professor guatemalteco. Da escritora salvadorenha publicamos Literatura e Libertação Nacional de El Salvador; do autor guatemalteco, Literatura e Libertação Nacional da Guatemala. De tudo isso transpira a dor e o empenho dos povos da América Central em seu agudo momento de lutas, ponto avançado das pugnas de toda a nossa América.

Para ir concluindo o número, sob apresentação de Carlos Guilherme Mota, é publicada a Carta do historiador cubano Julio Le Riverend dirigida a Florestan Fernandes, por ocasião de seu 60.º aniversário.

Põe termo ao n.º 9 da Nova Escrita/Ensaio um significativo conjunto de resenhas, seguido da publicação de um documento-denúncia dos "Democratas da Turquia" que abre nossa seção Opinião do Leitor.

J. Chasin
agosto 81





Foto de Luiz Alberto França



Lula: Retrato de Corpo Inteiro

Por Ricardo Antunes, Antônio Rago Filho,
Maria Dolores Prades e Paulo Douglas Barsotti,
em julho de 1981

PDB — Lula, este momento em que o Brasil atravessa uma das maiores crises econômicas de sua história, demonstração da total falência da política econômica implantada a partir de 64 — que só se mantém e se desenvolve com o agravamento e aviltamento das condições de vida dos trabalhadores — é também um momento em que o movimento operário, e com ele o movimento de massas, perde a iniciativa política. Em 1978, com as greves dos metalúrgicos do ABC, que rapidamente se alastraram por todos os cantos do país e nas mais diferentes categorias, tivemos a mais eficiente resposta dada contra a política econômica do regime. Ao mesmo tempo em que se feriu a sua espinha dorsal — a superexploração do trabalho — pôs por terra, ainda que momentaneamente, seu aparato jurídico-institucional. O ressurgimento da classe operária no cenário político, após vários anos perseguida e confinada aos muros das fábricas, se de um lado marca decisivamente o desenvolvimento e a iniciativa política do movimento de massas, de outro causa espanto e surpresa não só aos que detêm o poder, como às correntes políticas que não crêem no papel fundamental que a classe operária possui no processo de luta pela conquista de uma democracia que atenda às necessidades das massas trabalhadoras de todo o país. Vencida a surpresa e superadas as “fissuras” ocorridas no segundo semestre de 79 — troca de ministros, Simonsen por Delfim — o poder partiu para uma ofensiva política no sentido de liquidar o movimento operário. Compreender esse processo de perda de iniciativa política, desarticulação e refluxo do movimento sindical, buscando alternativas para a superação e avanço das lutas operárias é um dos objetivos desta entrevista. Outro é manifestar nossa solidariedade a todos os trabalhadores que, como você, tiveram seus direitos políticos e sindicais cassados e foram enquadrados na LSN, por lutarem por melhores condições de vida e de trabalho para todos os operários brasileiros. Acredito que para iniciar seria interessante que você fizesse rapidamente um histórico de sua trajetória e das lutas travadas em seu sindicato até desembocar em 78.



LULA — Eu acho que 1978 não aconteceu propriamente em 1978. Se levarmos em consideração o que foi feito no sindicato antes disso a gente não ficaria surpreso com o que aconteceu. Quando nós entramos no sindicato, eu e um grupo de companheiros que fazem parte dessa diretoria, herdamos do passado uma prática sindical viciada e muito ruim. O governo tinha feito com que o movimento sindical se transformasse em posto de assistência médica, cobrindo as falhas do próprio estado. Nesta época, havia um grande número de dirigentes sindicais que preferia que a situação continuasse daquele jeito, assistencialista, porque ninguém era incomodado. Não havia assembleias nem a possibilidade de se discutir muita coisa. Na verdade, a prática do assistencialismo tomou conta dos sindicatos grandes e pequenos, alguns construíram mini-hospitais, ambulatórios moderníssimos. O nosso sindicato tem 20 médicos, 20 dentistas e uma série de especialistas. Com tudo isso, começamos a perceber que estávamos fugindo da nossa razão de existir, começamos a perceber que era necessário responsabilizar um pouco a classe trabalhadora pela existência do sindicato. A gente tinha em mente que, quando a classe trabalhadora começa a se manifestar no Brasil, logo aparece um ditador que vem regulamentar a existência dos sindicatos e não permitir que nos organizemos da forma que melhor entendamos. Chegamos à conclusão de que o sindicato no Brasil foi criado muito mais por uma necessidade do estado de sobreviver diante da classe trabalhadora do que por uma necessidade e consciência da classe trabalhadora. Ainda hoje é assim: se você pega dezenas de sindicatos que são criados, a maior parte deles é feita por interesses governamentais, do secretário do Trabalho, das Federações, e não como necessidade de organização da classe trabalhadora. Os metroviários de SP e os vigilantes do RGS, que estão pedindo há muito tempo o reconhecimento de seus sindicatos, são exemplos práticos de que quando a entidade é combativa o governo não reconhece. São sindicatos que nascem da briga, primeiro se luta para depois se criar a direção. No Brasil, ao contrário, na maioria das vezes, primeiro se cria uma direção para depois tentar mostrar à classe trabalhadora que existe um sindicato. Começamos a perceber essa prática e a nos sentir cada vez mais sufocados dentro do sindicato, sem nenhuma resposta a dar a tal situação. Nós demos um grande passo em 74, com a realização do 1.º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que foi o primeiro grande feito da década de 70, no momento em que todo o mundo estava com medo e assustado. Em 76 fizemos o 2.º Congresso, que reafirmava todos os documentos de 74, fazendo avançar a luta dos trabalhadores.

PDB — Você se lembra das principais resoluções desse 1.º Congresso?

LULA — Não, mas de maneira geral clamava-se por liberdade e autonomia sindical, pela participação e organização dos trabalhadores dentro das fábricas. Acho que pela primeira vez se fazia uma análise de conjuntura da situação da indústria automobilística no Brasil. Foi uma experiência muito rica, com os trabalhadores dizendo o que tinha que ser feito, o que sentiam, ao contrário da maioria dos sindicatos que fazem as coisas sem conversar com trabalhador, sem saber o que ele está pensando. Já havia nesta época trabalhadores dentro da fábrica querendo se mobilizar. A Ford, em 74, ameaçava fazer uma greve, a Mercedes também, e a gente resolveu partir daí. Nós que tínhamos assumido a direção do sindicato, resolvemos que não era difícil fazer sindicalismo se a gente se dispusesse a falar a verdade à classe trabalhadora. Nós éramos uma das poucas diretorias de sindicato não heterogêneas, éramos muito homogêneas, ninguém tinha compromissos ideológicos, nem com grupos, nem com partidos. Isso fez com que resolvêssemos fazer o jogo da verdade com a categoria, o lema básico era "nunca mentir e nunca ser paternalista diante do trabalhador". Quando o trabalhador trouxe um problema ao sindicato,



ao invés do dirigente dizer que resolve, ele tem que dizer que é o próprio trabalhador que resolve, que o departamento jurídico pode fazer muito pouco para solucionar os problemas individuais ou coletivos. Começamos a desmistificar aquela prática sindical viciada, em que os dirigentes convocam assembléias onde os trabalhadores não aparecem; e depois saem dizendo que não conseguiram mais coisas porque a categoria não apareceu. Resolvemos começar a dizer ao trabalhador que a política salarial do governo era baseada em decretos presidenciais e que o fato de ele comparecer ou não a uma assembléia não ia mudar o quadro, o presidente iria decretar um percentual em tal data e acabou. Até chegar à campanha salarial de 78, já havíamos rompido muitas barreiras. Em 76, pela primeira vez depois da revolução, conseguimos chegar até o Tribunal Superior do Trabalho, recorrendo de uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho. Ficou decidido que as federações não representavam os sindicatos organizados e, sim, apenas aquelas áreas onde não havia nada organizado. Foi uma briga muito séria com os órgãos de cúpula, o que queríamos era nos livrar dos vícios que a federação impunha aos sindicatos que ela mantinha e mantém castrados. Em 77 houve uma grande definição: nenhum dos dirigentes que saíram agora, cassados, via o cargo sindical como a coisa mais importante. Para nós o cargo era secundário, acreditávamos que só teríamos importância colocando nossa posição em risco 24 horas por dia. A partir desse momento a diretoria resolveu comprar a briga sem medo da prisão. Quando surgiu a questão da reposição salarial, que foi o início do movimento grevista, eram poucos os dirigentes que acreditavam que aquilo ia mexer com a classe trabalhadora. Eu me lembro que fizemos uma reunião em que convocamos alguns dirigentes sindicais e colocamos para eles algumas questões para que participassem da campanha. O pessoal achava que eu era louco, que ia enganar mais uma vez a classe trabalhadora, que não ia dar certo. Quando fizemos a primeira assembléia em 16 de agosto de 77, nenhum sindicato acompanhou. A segunda feita dia 29 foi muito grande, e aí todo mundo passou a se mexer. Documentos dos mais diferentes estados de todo o país começaram a aparecer. De Recife, de Porto Alegre, de Minas, de São Paulo, aí todo o movimento sindical começou a tomar posição.

ARF — E as chamadas “forças democráticas” como reagiram a esta movimentação?

LULA — Existe um monte de falsidade nesse negócio de “forças democráticas”, e eu sofri isso na pele. Veja, em determinado momento eu acreditei nas belas palavras do Vidigal, do Villares, do Bardella, do Ermírio de Moraes, de que realmente estavam dispostos a democratizar este país, para chegarmos, se não a uma democracia que a gente imagina, pelo menos à abertura suficiente para permitir uma negociação entre empregados e empregadores, que era o que eles falavam. Quem não se lembra dos famosos documentos dos empresários. Eu tinha uma esperança de que tudo aquilo tivesse um fundo de verdade. Um mês antes da campanha pela reposição salarial, havia uma efervescência na sociedade, os estudantes, os intelectuais, os profissionais liberais todos se manifestando, a Igreja começando a assumir a convenção de Medellin, de Puebla, estava começando a surgir o d. Paulo Evaristo Arns e outros bispos, todo o mundo reivindicando maior participação e poder de decisão. Nesta época era comum os estudantes levarem alguns trabalhadores a todas as suas manifestações e apresentarem os caras como operários, aquele negócio todo. Tudo isso me preocupava porque havia uma angústia muito grande dentro das fábricas. Um dia um companheiro me procurou pra perguntar se não achava importante pegar alguns trabalhadores e levar para participar dessas manifestações. Eu lembro que disse a este companheiro que ao invés da



gente ir para a Praça da Sé, para participar do movimento estudantil, nós deveríamos fazer o movimento dentro das fábricas. Baseado nisso, eu, o Marcelo Gato e o Arnaldo Gonçalves, fizemos uma reunião para avaliar a situação, numa sexta-feira, muito à vontade, com muita cachaça, onde chegamos à conclusão de que só iria acontecer alguma coisa neste país se a classe trabalhadora se manifestasse, enquanto isso não ocorresse não aconteceria nada de fundamental. Foi quando saiu nos jornais a denúncia do Banco Mundial — o jornalista era o Paulo Francis — que chegamos à conclusão de que era chegado o momento de fazer as coisas. Eu tinha uma vantagem muito grande: embora ninguém conheça profundamente as divergências da Revolução Russa e o que aconteceu na Albânia, a minha diretoria era muito corajosa e a gente não tinha dificuldade quando surgia uma boa idéia. Ninguém ficava fazendo análises conjunturais pra fazer as coisas, não tinha diz-que-diz-que, a gente ia lá e fazia mesmo, desse no que desse. Nós trabalhávamos muito a olho, acho que era a intuição que fazia dar certo. Ao mesmo tempo que convocamos uma assembléia, tivemos eleições no sindicato, que mudaram praticamente 14 companheiros. Entrou uma meninada não politizada, mas muito capaz, sinceramente o movimento sindical sentirá falta deles. Então veja, quando assumimos em 24 de abril de 78, logo depois, dia 12 de maio, aconteceu a primeira greve. Nessa altura a diretoria chegou à conclusão de que não dava para produzir e fazer sindicalismo ao mesmo tempo, como diz a CLT. Então começou uma grande briga, os meus diretores resolveram não produzir mais e sim fazer sindicalismo. A Mercedes Benz, por exemplo, começou a mandar embora sem direitos os dois diretores que tínhamos lá dentro. Fizemos um boletim, soltamos na porta da fábrica para os trabalhadores e eles se dispuseram a parar caso os dois fossem mandados embora. O que aconteceu é que os dois não trabalhavam mais. Quando o chefe enchia o saco do Juraci, ele trepava em cima da banca do chefe e fazia um discurso para toda peãozada. Muita gente achava que isto era porra-louquismo, aventureirismo. A verdade é que não havia outra forma de fazer sindicalismo. Não dá pra fazer sindicalismo ao pé da máquina, trabalhando o dia inteiro. Apesar de toda a reclamação e censura, por parte do departamento pessoal, que ligava para o sindicato enchendo o saco, nós conseguimos uma independência dentro da fábrica, tanto que conseguimos fazer a campanha de reposição e em seguida entramos na campanha salarial.

PDB — Como é que foi esta campanha?

LULA — O que havia era uma certa desilusão na categoria, porque nós iniciamos a campanha sem uma perspectiva do que fazer. Só para vocês terem uma idéia, eu fiz uma reunião com um grupo de pessoas que militavam no sindicato contra a ação da diretoria, em que coloquei o seguinte: “Olha, gente, a situação é essa, a briga é essa e a diretoria não sabe o que fazer pra continuar essa briga, nós queríamos que vocês dissessem o que tem que ser feito.” Também ninguém sabia, o que nós tínhamos eram algumas diretrizes tiradas numa reunião com alguns assessores. Nós queríamos mostrar aos trabalhadores que se pedíssemos 100% ou nada o percentual viria de qualquer maneira. Primeiro, porque o decreto presidencial viria de qualquer jeito, baseado no índice inflacionário. Segundo, porque os patrões tinham interesse em reajustar os salários, porque precisavam reajustar os seus produtos. Em terceiro lugar, se não fizéssemos nenhuma pauta de reivindicação, se não fizéssemos absolutamente nada, o próprio patrão faria, ele ajusta o dissídio, estimula a classe trabalhadora a participar do dissídio, porque tem interesse em cumprir a recomposição salarial, se bem que por baixo, para garantir o aumento de seu produto. Então qual foi a posição que nós tomamos? Resolvemos conversar com as autoridades, com os empresários, fazer denúncias e tal. Eu conversei com 34

empresários, os mais representativos, e com todos os ministros envolvidos na coisa, com o Reis Veloso, Delfim Neto, Arnaldo Prieto, Calmon de Sá, também com o Bardella, Villares, Mindlin, Dilson Funaro e tantos outros. Foram muitas conversas, que não deram em nada. Acabamos entrando na campanha salarial, com a categoria desmotivada com a frustração da campanha de reposição salarial, mas, muito mais do que isso, pelo fato da diretoria não ter reivindicado um índice. Nas fábricas o trabalhador falava: "Pô, o Lula este ano não está pedindo aumento, não vai vir aumento pra gente." Nós estávamos com o firme propósito de dizer que não íamos pedir aumento para provar aos trabalhadores que não era porque se fazia uma assembléia que o aumento viria. Ele só viria quando as máquinas estivessem paradas. Vocês devem estar lembrados de uma famosa declaração do Vidigal: "Nós não negociaremos no dia em que as máquinas estiverem paradas." E nós dizíamos: "Eles só negociarão no dia em que as máquinas pararem."

RA — E as máquinas pararam primeiro na Scania, não é?

LULA — Olha, passou a campanha salarial e nós fizemos uma assembléia onde provamos por A mais B pra todo o mundo que aquele negócio de culpar os trabalhadores e dizer que os dirigentes sindicais iriam negociar e conseguir muito era balela. Foi aí que aconteceu a Scania, onde o Severino tinha um bom trabalho de base. Logo depois o Gilson entrou e deu seqüência a esse trabalho. Ele passava 24 horas por dia falando pros caras: "A gente tem que ir pro pau, tem é que parar a porra da máquina." Dias antes o Gilson, numa reunião da diretoria, falou que a Scania parava no dia 12 de maio. Nós não acreditávamos e deu até dissidência na diretoria. A verdade é que ficamos esperando o dia da Scania parar. No dia do pagamento só veio 39%, que era o decreto da época, e ainda por cima foram cortados os 3% que normalmente ela dava para os trabalhadores. Aí, o pessoal não teve alternativa, parou e começou, na minha opinião, um dos maiores movimentos feitos na história deste país. Quanto à organização, nós não tínhamos nenhuma experiência de greve, nem eu, nem a minha diretoria tínhamos feito greve na vida, quanto mais liderado uma, quer dizer, era um desafio. A greve aconteceu no dia 12, e no mesmo dia a Scania e a Volkswagen convocaram uma reunião com a diretoria do sindicato no Binder Hotel, com a presença do delegado regional do trabalho, que disse que eu tinha que ir lá na fábrica mandar o pessoal trabalhar. E eu falava, não vou porque eu não mandei parar, vá o senhor. E ele foi. Logo que chegou lá, tentou puxar papo com o peão e levou um esporro. O peão falou que ninguém ia voltar a trabalhar e quem tivesse pensando assim ia levar pau. Aí, ele deu no pé. O fato é que houve muita sacanagem, e percebemos o quanto estávamos despreparados para este tipo de negociação. Com três dias de greve, fui na Scania e praticamente fiz um acordo e saí de lá otimista, quer dizer, a Scania tinha aceitado quase tudo o que foi pedido, só faltando assinar o acordo na DRT. Houve uma assembléia dentro da fábrica com todos os trabalhadores que estavam parados, e eu expliquei o que faltava ser feito e pedi para o pessoal voltar a trabalhar. Acontece que, quando fomos na DRT, as indústrias automobilísticas tinham-se reunido e não permitiram que o acordo fosse assinado. O dr. Otávio Bueno Magano, um dos assessores da indústria automobilística, esfregava o dedo na cara do segundo homem da Scania, dizendo que não tinha acordo e que não ia ter divisão entre eles. Foi uma coisa muito ruim porque os trabalhadores ficaram putos da vida com o sindicato, eles acharam que nós os enganamos. Depois disso, a empresa montou um esquema dentro da fábrica, para impedir nova paralisação, puseram um guarda em cada banheiro, madeiras dividindo as seções para não haver comunicação, deixando o pessoal impossibilitado de fazer uma nova greve. Mas essa experiência foi muito rica. Nessa altura a gente estava já em negociação com a Mercedes, que estava parada, e outra vez entramos



bem. Nessa eu não apareci, foram o Djalma e o dr. Maurício que negociaram, e diante da proposta da empresa acabaram pedindo pro pessoal voltar a trabalhar. Os trabalhadores ficaram putos da vida, mas voltaram a trabalhar porque o sindicato já tinha um certo respeito junto à categoria. Mais uma vez o acordo feito não foi cumprido e o negócio ficou ruim, a nossa salvação é que a Ford tinha parado. Aí, como já estávamos calejados, nós jogamos pesado e acabamos conseguindo 11% dos 15% que a gente reivindicava. Dezenas de fábricas já haviam parado. A Volks tentou, mas não conseguiu, havia muita pressão dentro da fábrica, mas mesmo assim a ferramentaria parou. Muita gente pensa que é fácil fazer acordo, é fácil pra quem não está lá. Na greve de São Paulo, em 79, muitos companheiros da Comissão de Salários achavam que o acordo não saía porque o Joaquim era quem estava sentado à mesa, porque se fossem eles, colocavam o dedo na cara do patrão e resolviam a questão. Na Ford a reivindicação era de 15%, quando chegamos nos 11%, tivemos que fazer uma opção. Se aceitássemos os 11%, íamos beneficiar 64 mil trabalhadores da indústria automobilística, o pessoal da Volks, da Scania, da Mercedes, da Villares e íamos tirar 4% do pessoal da Ford. Então acabamos fazendo o acordo, que foi aceito com reserva pelos trabalhadores da Ford, mas com muita boa vontade pelo pessoal de outras fábricas, que não conseguiram parar, já que este índice serviu de parâmetro para outros acordos. Nós, naquele ano, não passamos uma semana sem greve. Naquela época a gente comprava briga com Deus e todo o mundo, brigava com estudante, intelectual, com a Igreja, com os políticos, mas éramos bem vistos na praça. Eu tomei muita porrada de amigos intelectuais por causa disso. Mas o que eu nunca aceitei nem vou aceitar é o negócio do cara ser operário por opção, o cara faz faculdade de arquitetura e vai trabalhar como operário na Volks.

PDB — Em 78, a oposição parlamentar lutava por liberdades democráticas, mas quando se colocava a questão das greves operárias, que era o golpe mais violento dado na ditadura, porque atingia a estrutura econômica e rompia com a proibição de greves, alguns setores colocavam que primeiro tinha que se conquistar as liberdades democráticas, para depois, sim, resolver o problema do arrocho salarial e da fome dos trabalhadores. Até que ponto estas forças não menosprezaram a movimentação do ABC?

LULA — Ainda hoje se diz isso, mas eu nunca me iludi com a tal da “frente democrática”, porque sua grande maioria estava muito distante da classe trabalhadora. Na hora de discutir a participação da classe trabalhadora dentro do processo de formação de uma nova sociedade, ela ficaria de fora. Quantas vezes nós fomos acusados de retardar o processo de abertura, pichados de porras-loucas, apesar de criarmos uma situação tal que muita gente não tinha coragem de falar mal da gente. Solidariedade mesmo nós não tivemos praticamente nenhuma. E dentro do movimento sindical começou a surgir uma ciúmeira, não por questões ideológicas, aquela história de que fulano quer ser dono do movimento sindical, quer dividir os dirigentes sindicais, e por aí afora.

ARF — Lula, como é que se desenvolveu sua participação no Congresso da CNTI?

LULA — Há uma coisa importante pra dizer: de repente nós estávamos colocados num grau de responsabilidade dentro do movimento sindical, que não imaginávamos. Na primeira vez que peguei o microfone pra falar tremia mais que vara verde, eu nunca tinha falado em grandes assembleias, quando fui gravar um programa de televisão, na minha posse, não consegui ler o discurso de pé porque as pernas não deixavam. Foi preciso, na ocasião, eu me sentar. Quando terminei, um cara falou pra mim: “É, Lula, eu acho que você não vai dar certo, o Paulo Vidal



é que sabia falar bonito, quando pegava um microfone fazia um puta discurso." Veja, de repente eu estava na CNTI. Cheguei meio desanimado, porque nós havíamos marcado uma reunião com alguns dirigentes sindicais para discutir o regimento interno, que era muito antidemocrático e só conseguimos reunir uns oito. Mas, quando chegamos lá, embora alguns dirigentes de cúpula insistissem em dizer que a greve era um troço feito pelas multinacionais, que tinha interesse sueco, alemão, americano por trás, nós vimos que havia muito mais gente a nosso favor do que imaginávamos. Conseguimos boicotar o congresso um dia e meio, sem que discutisse o regimento interno. Nós, que saímos em oito de São Paulo, nos primeiros dias já estávamos com uns 2 mil companheiros do nosso lado. Mas a verdade é que estávamos muito desorganizados, não discutimos as coisas direito nem chegamos a fazer uma única reunião. O Ari Campista, pra ganhar da gente, usou de toda a sua experiência contra a nossa falta de vivência em congresso, usou de seu poder econômico pra pressionar e ameaçar dirigentes sindicais, colocou até motorista pra votar, enfim usou de tudo o que é sacanagem, e nós acabamos aceitando tudo isso. Ele chegou a convocar uma reunião com a gente pra resolver a questão. Nós tiramos uma comissão, fomos à reunião, com a imprensa toda presente, e no meio da discussão ele começou a jogar o nosso pessoal, que estava todo desarticulado, um contra o outro. De repente ele vira muito cínico para a imprensa e diz: "Eu gostaria que vocês não publicassem as divergências dos companheiros." Ele chegou a pedir pra gente permitir que houvesse a Conferência e aí se discutiria o regimento, e nós acreditamos que ele estava falando sério. Era o tempo que ele queria pra colocar a cúpula sindical da federação e confederação, com exceção de Hugo Perez, pra pressionar, como já disse, os dirigentes sindicais. Outra coisa que permitimos foi que ele colocasse em votação, na assembléia, o regimento interno. Ele sabia mais ou menos quem estava do lado dele e do nosso, de uma forma muito sacana ele propôs que cinco caras nossos falassem contra, que ele falaria a favor do regimento. Aí cometemos outro erro absurdo, com aquele negócio da gente ser humilde, de dar chance para outros companheiros falarem. Escolhemos cinco companheiros que, ao invés de falarem contra o regimento, acabaram falando contra o Ari Campista. Quando foi feita a votação não deu outra, perdemos e começou a pauleira, tapa pra cá e tapa pra lá. Eu acabei chamando o pessoal à responsabilidade dizendo que, se tínhamos aceitado as regras do jogo, agora tínhamos que aceitar a decisão. Aí a coisa serenou e o congresso pôde ser realizado. Apesar de tudo o congresso foi muito importante, porque criou uma nova mentalidade sindical e um grupo de dirigentes sindicais que andaram juntos até outro dia. Perdemos a votação, mas ganhamos politicamente e as posições ali tomadas ficaram conhecidas como sendo do sindicalismo autêntico e combativo. Nós conhecemos muita gente boa do Rio, Nordeste e chegamos a caminhar juntos até 79, mais ou menos estruturados e respeitados em muitas áreas pela nova forma de fazer sindicalismo a partir da greve de 78.

RA — As condições do movimento de 79 foram bem diferentes das de 78. Entre 1978/79 houve um ascenso no movimento operário, greves por todo o país, indicando por onde a luta pela conquista da democracia deve caminhar. Mas a oposição parlamentar e algumas correntes políticas não perceberam a importância dessa manifestação da classe trabalhadora. Bom, em 79 houve greve, a primeira perda do sindicato, a cassação dos dirigentes sindicais, a volta ao trabalho, enfim como é que foi esse processo?

LULA — Quando chegamos em 79 já estávamos mais estruturados, mais escolarizados e essa greve foi muito mais preparada do que a de 78. Já conhecíamos algumas sacanagens do patronato, da polícia, e tínhamos uma estratégia, levando



em consideração a passagem de um governo para outro. O Geisel e o Arnaldo Prieto não iam querer uma opinião negativa contra eles, que estavam em fim de governo, não iam querer acabar com a greve na base da porrada. E um outro que entrasse teria que manter a mesma imagem. Então começamos a fazer a greve, pelo menos por um dia dentro do governo que ia sair, pra ela continuar no que ia entrar. A verdade, como já disse, é que a categoria estava bem preparada, em ponto de bala, com 99% de confiança no sindicato, e foi nesse clima que se desenvolveu a campanha de 79. Mas, apesar de tudo, é ilusão acreditar que nesse ano nós fizemos um recuo tático. Não foi recuo porra nenhuma. Nós não víamos condições de continuar. Quando sofremos a intervenção, o pessoal começou a exigir muito da gente, nós fizemos uma reunião de diretoria e chegamos à conclusão de que não sabíamos o que ia acontecer daí pra frente. E, aí, analista político não vale porra nenhuma.

RA — Nisso daí a gente precisa ir com cuidado, existem analistas políticos e analistas políticos.

LULA — Bom, o que aconteceu é que tínhamos jantado com alguns deles até as três horas da manhã, antes da intervenção, e o Fernando Henrique dizia que não havia condições do governo botar a mão na gente. Que o governo não era louco de intervir no sindicato. Só sei que ficamos com ele, com o Fernando Moraes e o Davi de Moraes até as três e, quando chego no sindicato e deito na minha sala, lá fora tinha mais de 2 mil policiais pra fazer a intervenção. Nós não sabíamos o que fazer e lá pelas 11 horas fui pra casa do meu sogro em Rudge Ramos. Ai começou aquele papo de alguns setores da esquerda dizerem que o Partidão tinha me raptado e me escondido numa favela. Eu estava é na casa do meu sogro e havia pedido para os companheiros da diretoria comparecerem à assembléia que ia haver no Paço Municipal, mesmo que eles não pudessem falar. Mesmo que fosse só pra ficar de longe vendo o que ia acontecer. Foi aí que começou a pauleira, a polícia começou a agredir pra valer. No sábado, houve uma outra assembléia onde o Djalma pediu para o pessoal ouvir, mas ninguém queria nem estava disposto a ouvir. Percebemos que o movimento sem direção ia degringolar, e muita gente ia tirar proveito disso. De repente os caras de Santo André vieram para São Bernardo tentar liderar a assembléia. Até o Agnaldo Timóteo apareceu e quis falar para os trabalhadores. Ainda no sábado à noite recebi a visita de alguns dirigentes sindicais, a Lélia Abramo, o Arnaldo Gonçalves, o Davi de Moraes, que disseram: "Lula, a gente não sabe o que vai acontecer, mas você vai ter que voltar e assumir o movimento, pode ser que você assuma hoje e seja preso. Agora você vai ter que assumir." Eu conhecia a história de alguns cassados, como o Miguel Arraes, João Goulart e outros, não conhecia ninguém que tivesse voltado e assumido, se não de direito ao menos de fato. Nós não tínhamos a previsão disso, e a diretoria e mais alguns companheiros diziam que o negócio estava ficando ruim, que a massa estava sem direção.

PDB — O Djalma, timidamente, tentou direcionar o movimento e a massa não o atendeu. E muitas palavras de ordem surgiram no Paço aumentando a confusão.

LULA — Exato, o pessoal não queria ouvir ninguém, eles diziam que queriam me ouvir. Aí eu fui pra Assembléia Legislativa e aconteceu algo muito engraçado: num determinado momento da discussão, o deputado cassado Nelson Fabiano exigiu que eu me filiasse ao MDB, já que eu estava cassado e fodido mesmo. Nisso, o Marcos Aurélio Ribeiro interveio e mandou o cara para aquele lugar, denunciando o oportunismo do Nelson. Disse que o que tinha que ser feito era prestar o apoio em função da luta, não subordinando a ajuda à filiação ao MDB. No domingo a gente



assumiu a greve, assumiu sabendo já por informação dos mais variados setores que a pauleira ia cair em cima dos piquetes. Na medida em que a polícia começou a agredir violentamente, começou a haver um refluxo no movimento e alguns companheiros se afastaram. Eu usei piquete nessa greve e usarei sempre que puder. Agora, quando num primeiro momento você faz uma assembléia com 100 mil pessoas e chega uma hora em que se tem 30 mil, é sinal de que a maioria não está mais participando, e disso é preciso estar consciente. E essa consciência eu tinha. Quando o patrão percebe que os trabalhadores estão voltando ao trabalho, a chance de negociar diminui bastante. Com a proibição de reunião no Paço eu temia que a greve começasse a se esvaziar, porque o trabalhador não vai ficar na rua feito barata tonta tomando cacetada. Foi aí que a diretoria se reuniu e chegou à conclusão de que deveríamos ir para o Estádio de Vila Euclides e lá pedir a volta ao trabalho, dando um prazo para a negociação e ao mesmo tempo preparando a categoria para uma nova greve caso não houvesse acordo. Nós passamos 45 dias preparando os trabalhadores para uma guerra, não foi nem para uma greve, nunca se foi tanto à porta de fábrica como naqueles dias, nunca se distribuiu tanto material. Os dias foram passando e nada de negociação. Os patrões começaram a oferecer 58, 59 e 60%. Nós não queríamos aceitar o acordo. Quando estávamos nos dias finais do prazo, o Murilo Macedo enviou até um helicóptero pra que eu fosse em seu sítio lá em Atibaia, colocando que o acordo estava fechado em 60%, aprovado pelo Simonsen e pelo Figueiredo.

ARF — Isso mostra que ir além de 60% era de fato explodir a economia brasileira já em crise.

LULA — Pois é, o Murilo dizia, “o limite é 60%, mais do que isso não sai e, se continuarem brigando por mais vocês nem voltam para o sindicato”. Quando os empresários ofereceram 63% o governo, através do Murilo Macedo, veio dizer que eles não permitiriam que isso fosse feito, porque a economia do país estourava. Aí eu falei: “Olhe aqui, ministro, por menos do que isso a gente não está nem querendo conversar.” E o Murilo respondeu: “Então, Lula, pode estar certo de uma coisa, não sai o acordo nem vocês voltam ao sindicato.” Conclusão: em reunião com a diretoria contei a conversa com o Murilo. E resolvemos que deveríamos fazer o acordo com 63%, e botar na cabeça que a atividade sindical tinha-se encerrado. Fomos à assembléia convencidos de que não conseguiríamos voltar à greve e que estava já montado todo um aparato militar, como existiu em 80, pra cair em cima da gente. Para nós estava claro que a briga não terminaria por aí e que seria muito ruim jogar a classe trabalhadora numa batalha em que ela perca muito, do ponto de vista econômico e mesmo moral, que é apanhar da polícia e perder o emprego. Além disso, o acordo pra gente não era muito ruim. Mas no campo tinha uma divisão fora do comum, eu conversava com os trabalhadores e ouvia alguns dizendo que eram contra e outros a favor.

PDB — E a questão da retomada do sindicato, como era vista por vocês?

LULA — Nós sabíamos que, se levássemos à categoria a proposta de que para o sindicato voltar às nossas mãos, teríamos que aceitar o acordo, 99% aceitariam tranquilamente. Mas a gente não estava disposto a botar o sindicato em negociação, porque aí se daria pretexto para que diante de qualquer briga eles fizessem a intervenção e, então, a volta do sindicato passaria a ser o mais importante em qualquer negociação. Daí a diretoria se recusar a colocar a volta do sindicato como meta prioritária. Queríamos terminar aquela briga e em seguida começar outra pela retomada do sindicato. Fomos para a assembléia e foi difícil de conduzi-la, nós estávamos com muitas incertezas. E foi a primeira vez que usei o respeito que a



categoria tinha por mim: propus não que os trabalhadores aceitassem o acordo, mas que acatassem a minha decisão, que dessem um voto de confiança à diretoria. E o trabalhador votou puto da vida. Isso porque a diretoria não soube conduzir o processo para que todo o mundo voltasse tranqüilo. Nós tivemos um trabalho muito grande até 80 pra recuperar a imagem do sindicato. Quem está de fora não sabe o que foi feito pra isso, o que gastamos de material, de boletim, o quanto fomos às portas das fábricas até conseguir a confiança dos trabalhadores novamente.

ARF — Gostaria que você falasse sobre a formação da Unidade Sindical no bojo desse processo e daquela aglutinação de alguns sindicalistas após a CNTI, como você já se referiu, que foi no início uma experiência muito rica e que depois se diluiu.

LULA — Veja, nesse período, fins de 78 e início de 79, começou a surgir aquilo que a gente chamava de Intersindical, que foi a reunião de um grupo de dirigentes sindicais mais combativos, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dirigentes que, além de pensarem da mesma forma, possuíam a mesma prática de luta e de sindicalismo. Eu tinha uma proposta de criar um Conselho de Representação Sindical a nível nacional, entre os dirigentes que tivessem mais credibilidade entre a classe trabalhadora. O objetivo era a vinculação aos movimentos que surgiram em todo o país, mas o que aconteceu não foi isso. No caso dos trabalhadores da construção civil em Minas, nós não fomos nem ouvidos pelo dirigente sindical da entidade, que acabou nos chamando de comunistas e agitadores. Porém nós é que conseguimos controlar aquele movimento, colocar ordem na casa e evitar que os trabalhadores fossem massacrados pela polícia. Depois veio a greve dos bancários de Porto Alegre. Essa foi uma nova experiência, pois aconteceu a prisão do Olívio Dutra. Apesar de sermos muito respeitados pelos trabalhadores de lá, não tínhamos articulado nada no sentido de assumir a direção da luta junto com os diretores cassados, assumindo de fato e de direito o movimento. Ao contrário, nós íamos muito mais na base da solidariedade do que na participação efetiva, o que foi um erro. Naquela greve certos grupos achavam até bom o Olívio estar preso, porque era a chance de aparecerem. Na época, achávamos que era muito mais importante saber conduzir a negociação se quiséssemos a liberdade do Olívio e a recuperação do sindicato. Mas o pessoal esperou a greve acabar por si só, e dificilmente poderiam reerguer a categoria para brigar pelo sindicato, porque nenhum banqueiro, por mais bobo que seja, vai conversar com quem está retornando ao trabalho. Nesse sentido aquele pessoal não soube conduzir o movimento nem negociar, pois é ilusão pensar em mobilizar a massa para a retomada do sindicato quando ela está voltando por si só ao trabalho, dominada pelo cansaço e pela incerteza. Daí a minha proposta de que era importante o conselho intervir nesses processos. Outra coisa que eu já disse e que havia muito entre os dirigentes sindicais era a ciúmeira. Na greve dos metalúrgicos de São Paulo, em 79, em toda assembléia que eu participava era convidado a falar e acabava falando. Mas o importante não era subir no palanque e falar. O que eu questionava entre os dirigentes sindicais é que não adiantava ficar fazendo reuniões e análises e não assumir uma posição mais definida frente ao movimento. Nessa greve, a diretoria não tinha nem o respeito nem a credibilidade da categoria. Como naquele momento a oposição estava falando muito, em quatro ou cinco línguas diferentes, era preciso que alguém assumisse a luta, ou para terminá-la ou para dar seqüência a ela. E nós não fizemos isso. Quando um companheiro falava na intenção de acabar com a greve, começava a ser vaiado e no final o cara endoidava, começava meter o pau em tudo e não parava a greve. Quer dizer, deflagrar uma greve nessa época era muito fácil. Não tem coisa melhor do que chegar no palanque e dizer que o governo é filho da puta, que os patrões são





Foto de Luiz Alberto França

"Eu acho que o PC tem culpa na Unidade Sindical, da forma como ela está sendo colocada", diz Luís Inácio da Silva.

todos filhos da puta, que o capitalismo não presta e que precisa ir pro pau. Agora chegar e dizer que é necessário parar a greve, aí a coisa é difícil. Precisa ter não só muito culhão, mas muito respaldo da categoria. Foi nessa greve de São Paulo que surgiu a proposta de se criar um comando que discutisse com os dirigentes de cada movimento antes da greve acontecer. Por exemplo, vai acontecer uma greve em Minas Gerais. Antes disso esse comando iria até o sindicato, conversaria com a diretoria, assistiria as assembléias e veria como é possível estar dentro da luta. Isso não foi possível porque a vaidade não permitia que um dirigente sindical aceitasse esse tipo de comando, cada um se sente muito auto-suficiente e capaz.

PDB — Várias vezes você se referiu à questão da vaidade e da ciúmeira entre os dirigentes sindicais, dizendo que isso é um grande problema no movimento sindical impedindo a unidade das suas lutas. Na verdade isso não seria expressão das diferentes concepções políticas e ideológicas existentes dentro do movimento?

LULA — Eu levo muito mais para o lado da vaidade, ciúmeira e necessidade de auto-afirmação. Em Minas, na greve dos trabalhadores da construção civil, o presidente do sindicato não tinha o mínimo de controle da situação e mesmo assim dizia que não aceitava que a gente fosse xeretar. O governo e a polícia tinham criado



im clima de jogar a população contra os grevistas e diante disso resolvemos ficar mais um dia. Os trabalhadores estavam no estádio de futebol esperando a negociação no tribunal, debaixo de um puta sol, com fome e com sede. Nós, diante dessa situação, resolvemos arrumar comida e leite e fomos até lá. Quando o presidente do sindicato foi para o campo, tentou falar e o pessoal não deixou, aí ele começou a me chamar pelas rádios pra eu ir lá falar com os companheiros da construção civil. Chegamos e colocamos qual era a situação, falamos que eles tinham de se manter em greve, mas que precisariam ter um mínimo de ordem, que não poderiam atender ao primeiro cara que gritasse pra fazer qualquer coisa, e viemos embora. No dia seguinte um filho da puta de um dirigente vai lá e diz que a gente era comunista, faz uma proposta de acordo que a peãozada não aceitou, e eles mandaram pedra na cabeça dele. Muito importante nessa greve foi o surgimento de um movimento muito grande de oposição, que se desarticulou porque os nobres companheiros do PC se encarregaram de eleger o filho da puta do pelego presidente do sindicato outra vez.

PDB — Tudo isso que você está dizendo mostra que a questão é de concepção política e não de vaidade ou ciúmeira.

ARF — E a questão da Unidade Sindical?

LULA — Eu acho que o PC tem culpa na Unidade Sindical, da forma como ela está sendo colocada. De repente o pessoal voltou da Europa com a mania de quantidade, dizendo que a Unidade Sindical é um monte de dirigentes tudo dentro do mesmo saco, coisa que não é verdade até hoje.

ARF — Outras correntes, também equivocadamente, pensam assim.

LULA — A verdade é que não se faz a unidade pela quantidade de dirigentes sindicais que estão dispostos à luta, você faz unidade quando as propostas atendem aos interesses das classes trabalhadoras e os dirigentes assumem encampá-las.

ARF — Principalmente os mais avançados.

LULA — Perfeito, mas aí cometemos um erro porque em determinado momento entendemos que era necessário trazer mais gente pra briga e voltamos para onde estavam os mais atrasados, pra tentar levá-los. Nós acabamos ficando junto com eles, não conseguimos mais andar.

PDB — Sim, mas vocês tinham uma postura política bem clara e determinada no movimento sindical. Então o que aconteceu, houve uma mudança?

LULA — O nosso erro foi que num certo momento desprezamos o que a classe trabalhadora pensava da gente e fomos levados pelo que pensavam a nosso respeito os dirigentes sindicais. Esquecemos que tínhamos a confiança de milhões de trabalhadores nesse país e, independentemente dos dirigentes sindicais falarem contra, suas categorias eram favoráveis à gente. Esquecemos de tudo isso e o que fizemos foi trazer os dirigentes mais atrasados e ficamos empacados que nem burros. E burro velho quando empaca a gente tem que tocar fogo no rabo dele pra ele andar. Na verdade nós percebemos que o que atrapalhava era nossa posição política e sindical. O que o pessoal queria era criar um movimento de tal forma que ficássemos em segundo plano. Então, passaram a desenterrar defuntos. Por quê? É a prática da política de prato feito, adotada por certos setores do PC, que desejam estar juntos, não importa de quem. Alguns desses companheiros acham que o problema não é fazer o Joaquim avançar nem tirá-lo do sindicato, o negócio é estar junto com ele dentro do sindicato. Sabe, esse tipo de coisa é tentativa de recuperar certos dirigentes e evitar que saiam oposições contra eles.



PDB — No caso do Joaquim, montaram toda um assessoria política e jornalística, tentando transformá-lo num grande líder de massas.

LULA — Mas não conseguiram que esses dirigentes avançassem nas propostas de luta dos trabalhadores, ao contrário, algumas vezes houve até recuo.

MDP — E o PT, como entra nessa história?

LULA — Entra porque a briga era contra o PT e não contra o Lula. Se o Lula continuasse apenas como dirigente sindical de São Bernardo, não teria maiores problemas. Mas na medida em que fazemos uma proposta política, contradizendo alguns setores da esquerda que se julgam donos da classe trabalhadora, seus únicos representantes, começam a ver a gente como adversários e esquecem os verdadeiros inimigos. Hoje, na minha opinião, a questão da Unidade Sindical é um troço falido.

MDP — Todas as manifestações grevistas de 78/79 são respostas dadas pelos trabalhadores ao arrocho salarial, que se agudiza com a crise do projeto econômico da ditadura, iniciada com a falência do "milagre". A crise econômica é acompanhada por um descontrole político momentâneo no bloco de poder e pelo ascenso do movimento operário. A verdade é que não há sequência e consequência a nível da organização sindical e política dos trabalhadores. Como você mesmo disse, a Unidade Sindical faliu e a proposta do comando intersindical é inviabilizada e abandonada. Tudo isso indica a debilidade dos partidos, que se colocam como a vanguarda da classe operária, em aproveitar politicamente esse momento, para fazer avançar a luta dos trabalhadores no sentido da construção de uma democracia de massas. Resultado: abriu-se um espaço para a recomposição no bloco de poder e em seguida temos a ofensiva desencadeada contra o movimento operário.

LULA — Veja, na campanha salarial de 73 nós reivindicávamos, segundo cálculos do DIEESE, 35% e recebemos apenas 16 ou 18% de reajuste. A coisa não aparecia muito, o país estava vivendo um mundo falso, uma Disneylândia econômica. Carro, geladeira, televisão a cores tudo em 48 meses, o Brasil era campeão mundial, construía a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói. O governo resolvia o problema abrindo as pernas para o capital multinacional, tudo era muito festivo. Quando surgiu alguém que tentava ser menos festivo que o Médici, as coisas começaram a ser brechadas, principalmente os financiamentos. Eu não acho que deixamos um espaço, foi o governo que teve a esperteza de agir. Ele criou uma política salarial que fez com que o movimento sindical se desmobilizasse, esse era o objetivo da proposta do Murilo Macedo, e a gente não teve pique para se contrapor a isso. Um dos poucos sindicatos que fez campanha contra essa política salarial foi o de São Bernardo do Campo. Lutávamos na rua contra a campanha de TV que o governo fazia, dizendo que o reajuste semestral ia ser bom para o trabalhador. E o trabalhador ficava pensando que é melhor receber dois aumentos por ano em lugar de um. Aquela estória de 10% do INPC foi um chute no saco do movimento sindical. O governo foi muito esperto ao desvincular a briga salarial da inflação, pra isso ele criou o INPC. Mas o que desvaloriza o dinheiro não é o INPC e, sim, a inflação. Nós tivemos o ano passado uma inflação de 126% e o salário mais alto foi de 98%, cada trabalhador perdeu 30% em um ano. Hoje nós estamos perdendo mais de 60% a cada semestre. A classe trabalhadora, com esses reajustes, está perdendo em seis meses o que ela perdia em um ano. Outra coisa que nós não tivemos pique de evitar foi a questão do aumento proporcional, quando já tínhamos conquistado o aumento único para a classe. Hoje um companheiro que tem um mês de firma recebe 2/6 do reajuste, fortalecendo muito mais a rentabilidade da empresa, na medida em que a folha de pagamento não cresce, pelo menos de uma forma igualitária ao reajuste do produto. É aí que, na minha opinião, começa o nosso refluxo. O movimento, que em 78/79



era chamado de maravilhoso, em 80 não tinha o apoio dos falsos democratas, que começavam a dizer que estávamos criando caso para o processo de abertura política. Então o pessoal que elogiava a agressividade da classe trabalhadora em 78/79 começou a dizer: "pô, isso não é justo, parem com isso, vocês vão atrapalhar". E aí entram alguns dos setores do PC, é só ler o livrinho do Hércules Correa pra perceber.

RA — É a Voz da Unidade também.

LULA — Na minha opinião é uma forma errada de ver as coisas e fez com que o movimento sindical retraísse e o movimento político também. Nós estávamos caminhando para um momento muito sério e é por isso que se colocava a proposta de greve, estava chegando um momento de definições. O governo estava bem definido, sabendo o que queria. Rischbieter quando estava saindo conversou com a gente. Chegou a falar que o partido de seus sonhos era o PT, e eu não estava sozinho, tinha um monte de gente comigo e alguns jornalistas. Ele disse que ia pedir demissão porque tinha uma divergência com o Delfim. Para ele só haveria recuperação econômica do país se existisse um processo sério de abertura política. O Delfim queria voltar a 70, achava que só teria condição de controlar a inflação com o endurecimento, e isso hoje é claro. Eu lembro que disse ao Rischbieter: "Mas, ministro, não existe um único homem dentro desses ministérios que esteja disposto a assumir a briga junto com a gente?" Ele disse que não e eu insisti: "Nem o senhor?" E ele disse que não podia. E não podia porque, porra, o cara hoje é presidente da Volvo. Então veja, o governo sabe o que quer, essa crise de desemprego está no planejamento feito pelo Delfim.

PDB — E a oposição está achando que a ação do governo é casuística. Que o Planalto é habitado por magos, que entre um e outro coelho que tiram da cartola aparece uma nova política salarial, uma reforma eleitoral, desemprego e assim por diante. O que não percebem, por miopia política e ideológica, é que cada passo dado é previamente planejado. E a oposição acaba não dando resposta pra nada.

LULA — Primeiro esse governo nunca trabalhou casuisticamente, todas as suas medidas estão no papel, planejadas. As medidas do governo são casuísticas para a oposição. Mas o que a gente estava falando é onde é que nós perdemos? Nós perdemos na medida em que a sociedade já está com o saco cheio de denúncias, ela quer propostas, e hoje nós não temos propostas pra nada, não temos planejamento nenhum. Quando eu falo que é necessário descobrirmos um novo modelo econômico, para mostrar que o Brasil pode ter um regime capitalista menos filho da puta que este, aparece cara dizendo que você está sendo economicista, que o negócio é a Constituinte, aí vem outro e diz que é o socialismo. Tá tudo bem. Só que eu pra construir esta escadinha aí, tive que fazer primeiro a armação de madeira, se não faço o primeiro degrau, não faço o último. É essa falta de perspectiva nossa que está levando à desarticulação do movimento dos trabalhadores. Com a nova política salarial só houve uma greve, a dos canavieiros de Pernambuco, não de reivindicação, mas pra que fosse cumprido o acordo.

MDP — Houve também a primeira greve nacional depois de 64, que foi a dos professores, no final do ano.

LULA — Deve ter havido mais algumas, mas não me lembro agora. O que acontece é que esta nova política salarial efetivamente desmobilizou o movimento sindical, que nunca reivindicou grande coisa e que hoje não tem perspectiva, apesar de dizerem que tem. Não tem, porque a gente faz uma reunião preparatória da Conclat, num país que tem mais de 7 mil sindicatos, e só comparecem 192 pessoas. Para se ter uma idéia, o Ari Campista conseguiu levar dez vezes mais do que isso na CNTI, por isso é preciso definir algumas coisas.



RA — É dentro dessa realidade, de um lado, o movimento operário permeado pela política reformista expressada pelo “não aguçar tensões” e, de outro, a recomposição feita a nível do poder tanto política como econômica, que se dá a greve de 80. Como é que foi e como você entendeu esse processo?

LULA — A gente tinha consciência de que em 80 o movimento tinha que ser muito mais forte do que em 78 e 79. Nós tínhamos a esperança de desenvolver algo muito mais consolidado aproveitando a experiência anterior. Na greve de 80 deu tudo certo, a única coisa que não estava na nossa previsão era que o governo proibisse as empresas de negociar. Quando fizemos o acordo com a Termomecânica, no mesmo dia, pequenas empresas procuraram o sindicato querendo negociar. Com isso pensávamos romper o bloqueio da classe empresarial, porque, se você negocia com 10 ou 15 empresas, o resto é questão de tempo. Os empresários enviaram uma carta para o governo dizendo que 10 dias de máquinas paradas significam muito mais do que o aumento que pedíamos. E o governo respondeu dizendo pra não darem o aumento porque o Banco Central e o Banco do Brasil bancariam o prejuízo. E tem mais, foi dada uma orientação ao Banco do Brasil e outros pra não darem empréstimos a trabalhador grevista. Esse bloqueio econômico nós não tínhamos previsto. A cassação, a repressão, a interdição do campo, sim.

PDB — Vocês tinham consciência do isolamento que sofriam e sofreriam a nível do movimento operário? Vocês acreditavam que mesmo assim sairiam vitoriosos dessa luta?

LULA — Nós acreditávamos que sozinhos venceríamos a classe empresarial do ABC, e é bom deixar bem claro que 90% dos dirigentes sindicais eram contra a greve. O que não contávamos era que o Estado jogasse tão pesado como jogou em defesa das empresas, coisa que não fez em 79.

RA — Isso não revela um entendimento equivocado do papel do Estado na sociedade brasileira? A nosso ver ele cumpre o papel de agente dos interesses dos monopólios.

LULA — Nós tínhamos clareza da situação política, do papel e do compromisso do Estado, entretanto apostamos. Para nós, se fizessemos um movimento forte, o governo saberia que se intervisse sofreria prejuízos políticos. Se conseguíssemos parar cem mil trabalhadores, sem precisar ir às ruas, sem fazer piquetes e evitar o choque com a polícia, nós venceríamos. Havia uma informação de que a FIESP apostava no confronto entre trabalhadores e a polícia nas portas das fábricas, como uma forma de desmobilizar o pessoal. Então nós preparamos a categoria pra evitar que isso acontecesse. Nós desmembramos a organização para os bairros e setores da Igreja e o movimento saiu com uma puta força. Durante 28 dias ninguém foi mandado embora, e o pessoal ia pra porta da fábrica só anotar quem entrava pra trabalhar. Nós sabíamos que os adversários também tinham os seus métodos e eles nos venceram no plano meramente econômico. A gente tinha a esperança de que o governo não iria bancar tudo sozinho. Mas ele bancou tudo do começo ao fim, desde o Tribunal do Trabalho até os helicópteros do Exército.

RA — Você não acha que isso foi um erro de entendimento político?

LULA — Na minha opinião foi um erro de previsão. Eu pelo menos não contava com o fato de uma empresa querer fazer acordo e o governo não querer deixar, como aconteceu na Termomecânica, em que ele proibiu a assinatura do acordo.

PDB — Você tem clareza de que, no caso brasileiro, uma greve adquire caráter político e econômico ao mesmo tempo, porque ela põe em xeque o ordenamento político e econômico do país?



LULA — Perfeito, do ponto de vista político o governo tinha interesse em não ceder mais para os dirigentes sindicais de São Bernardo que já tinham ganho muita credibilidade e prestígio. Por outro lado, acho que menosprezamos a força do patrão. Pra a Volkswagen do Brasil baquear é preciso que todo o seu grupo baqueie. E isso vale também pra Ford, Scania, GM e outras empresas.

ARF — É claro que a greve tinha que sair e que naquele momento uma negociação minimamente decente para a classe operária implicava a paralisação das máquinas. Mesmo levando em consideração as forças que trabalharam contra a greve, vocês teriam que buscar uma articulação dentro do movimento operário e outros setores sociais, para evitar o isolamento político a que estavam relegados.

LULA — Não há como fazer isso. Veja, nós fomos a Campinas, Santa Bárbara do Oeste, Sorocaba, Taubaté, Santo André e São Caetano. Acontece que, quando não se quer fazer greve, não há greve. No ano passado, já estávamos em greve e eu fui a uma reunião em Belo Horizonte, onde estavam vários dirigentes sindicais de todo o Brasil. O pessoal foi bem honesto comigo, dizendo que sabiam que a única forma deles nos ajudarem era entrarem em greve, e isso não seria possível. Por exemplo, se a categoria de João Monlevade, que é bem organizada, tinha acabado de sair da campanha salarial, como é que eles podiam fazer outra greve junto com a gente? A troco de quê? Era besteira pensar nisso.

RA — Não faltou uma preparação antecipada de vocês com os demais setores do movimento sindical combativo? Você vai dizer que ele se dividiu por questões políticas. Mas mesmo assim vários setores poderiam ter uma participação política mais ativa.

LULA — Não foi por questões políticas que o movimento sindical se dividiu, mas porque não estava disposto a lutar. É muito mais uma questão de covardia dos dirigentes sindicais. Quando começamos a preparar a greve de 80, nós tínhamos a consciência que mais um vez sairíamos sozinhos, mas nem por isso pensamos em não sair. Nós sabíamos o que ia acontecer e tínhamos que fazer uma opção: ou éramos cassados pelo governo ou pela própria categoria. Em 79 foi aprovado em assembléia que sairíamos juntos, com todos os sindicatos em um único dissídio. Essa é a nossa briga: a unidade na prática. Tirou-se uma pauta de reivindicações, mas não fomos atendidos. Então o que fazer? Ai é que entra a divisão no movimento sindical: até a assinatura de documentos está todo o mundo unido. Mobilizar categorias fora da época de dissídio é muito difícil. Quando fizemos a proposta da greve geral, estávamos pensando exatamente em romper com isso, daí colocarmos reivindicações de cunho mais geral com o objetivo de mobilizar muito mais gente, e ver quem é quem no movimento sindical.

ARF — Você disse que o dirigente sindical tem que saber a hora em que o movimento grevista está esvaziando. Como vocês avaliaram o momento em que o Tribunal se julga incapaz de decretar a ilegalidade da greve e chega aos 7%? Haveria, a partir de uma análise da correlação de forças em jogo, um momento para se recuar fortalecido, forçar a negociação e articular-se com outras categorias metalúrgicas que entrariam em dissídio, visando uma greve mais ampla?

LULA — Na verdade uma das coisas que mais criou confusão na opinião pública foi a questão de por que não voltar quando se decretou os 7%. A opinião pública foi induzida a acharmos que fomos imbecis quando não aceitamos essa decisão. E nós tínhamos razões de sobra pra não aceitar. Primeiro porque não se deu nada a mais do que já tínhamos rejeitado em assembléia, os 5,6% e a estabilidade para o trabalhador acidentado. Não poderíamos aceitar a decisão do tribunal que aumentou em 1%, mas tirou Cr\$ 800,00 no piso, que representava 10% para quem ganha menos. Além disso, ele tirou a estabilidade do trabalhador acidentado e a



vantagem da hora extra. Não dava para aceitar esta proposta do tribunal, se em assembléia os trabalhadores haviam recusado a proposta patronal que era um pouco melhor que essa. Quando a greve foi julgada ilegal, algumas pessoas colocaram que era o momento de parar. Mas se parássemos naquele momento jamais conseguiríamos levantar novamente a categoria. Ora, ninguém faz greve para voltar a trabalhar em cima de uma decisão do tribunal.

RA — Então você acreditava que o patronato cederia? Qual seria o momento de parar?

LULA — Há um erro grave e histórico, que eu não gosto de citar porque não estava presente. A verdade é que a nossa greve teve o seu ponto culminante no dia 1.º de maio. Começamos um período de incerteza no seu 27.º dia, quando a perspectiva de abandono de emprego começa a aparecer e os patrões souberam explorar isso muito bem. Os dias 27, 28, 29 e 30 de abril foram de incerteza da classe trabalhadora, que vinha maciçamente às assembléias pra saber sobre a questão do abandono de emprego. Nem os que estavam dirigindo a greve, nem a assessoria e o pessoal que estava na cadeia, tiveram peito pra tomar uma decisão. Se nós, que estávamos dentro da cadeia, tomássemos uma decisão, quem estava de fora teria a impressão de que era pra ficarmos livres. Mas nós perdemos a grande oportunidade de parar a greve com 100 mil trabalhadores no dia 28 ou 29, perdemos a grande chance antes de completar os 30 dias que caracterizariam, segundo o patronato, o abandono do emprego. Se tivéssemos a sutileza de falar: “A situação é essa, vamos parar agora e dar 15 dias de prazo para o governo e os patrões e depois paramos novamente.” É ruim falar desse tipo de coisa, porque dá a impressão de que estou criticando quem estava em liberdade. Eu sempre evitei dizer isso, e gostaria de colocar que em nenhum momento culpei ou critiquei o pessoal que ficou em liberdade. Neste país é muito mais fácil radicalizar do que ponderar. Então ninguém teve coragem para chegar numa assembléia daquelas e falar: gente, vamos parar, vamos voltar. E a verdade é que a massa estava lá para ouvir o que tinham para falar seus dirigentes.

RA — Este ponto é crucial. De um lado, a diretoria não assumiu, naquele momento, sua função de direção, de comando. De outro, a massa, que esperava orientação, acabou dando o tom e retornando ao trabalho. A verdade é que a direção, apesar de seus aspectos positivos, acabou transferindo sua responsabilidade à massa, que estava com muito vigor, até certo momento. A direção, quer queiramos ou não, tem que ver o processo à frente da massa.

LULA — Perfeito, só que não se pode crucificar ninguém. Uma coisa é fazer o acerto agora, outra coisa é chegar diante de 100 mil caras e tentar convencê-los. É preciso muita credibilidade da massa para ser ouvido nessa hora. Não é um belo discurso que vai resolver, que convence, e aí, sem falsa modéstia, eu fiz falta. Porque o único cara capaz de ser ouvido, e ter o consenso, era exatamente o Lula que naquela hora estava preso. Eu não quis me sujeitar a mandar um boletim, uma carta ou qualquer coisa, mas tenho a certeza que a peãozada voltava tranquilamente. Eu não queria, porque sabia que a exploração depois ia ser muita, dizendo que eu pedi para o pessoal voltar para ser solto, ia ser algo nacional, tanto do interesse da direita como de setores da esquerda. Eu não queria correr esse risco, talvez tenha sido uma falha minha. O meu pessoal estava preparado para o seguinte: não continuar a greve com menos de 60% da categoria. Se não tomaram essa decisão, não foi por uma questão de incompreensão ou de coragem, foi uma cisma, uma preocupação de não ser aquele o momento exato de parar. Dá para imaginar a angústia em que a gente ficava na cadeia, quando sabia que os trabalhadores estavam voltando ao trabalho. Quando o movimento está com 100 mil caras na rua, e começa a ha-



ver assembléias com 3 mil, é sinal de que alguma coisa está acontecendo e aí a liderança tem que se responsabilizar. Quando se começa a sentir que o pessoal está voltando, a coisa deixa de ser tão segura. A categoria começa a se dividir entre os que voltam ao trabalho e os que continuam parados, então a liderança tem que tomar uma posição. E foi isso que faltou em 80. Mas foi muito importante acontecer o que aconteceu, porque levou os trabalhadores a compreenderem quem são os seus verdadeiros adversários. Se a gente termina essa greve no dia 28, mais uma vez ia ficar caracterizado que era a direção do sindicato que não tinha saco de ir até o fim, na medida em que o trabalhador ficou com a total responsabilidade de ir ou não ir. Tenho ouvido milhares de depoimentos: "Pô, Lula, em 79 vocês foram covardes, em 80 nós não tivemos coragem para agüentar o pau."

ARF — Há um artigo do J. A. Moisés, que faz parte do PT, que coloca o partido como o grande vitorioso da greve de 80. Perdeu-se o sindicato, mas o PT ganhou um líder nacional: Lula. Essa é uma concepção que aparece frequentemente nos debates internos da agremiação. Você conhece esse texto? Ele teve influência no encaminamento da greve?

LULA — Conheço o texto, mas não concordo com essa visão. Porque eu já estava projetado como direção nacional, nunca discuti isso e jamais faria uma greve em meu sindicato para fortalecer o PT. A greve de 80 veio consagrar aquilo que aconteceu em 78 e 79. É lógico que o resultado foi importante para o PT, como seria negativo se nós não tivéssemos feito o que fizemos. Eu acho que o fortalecimento do PT deve-se muito mais aos erros do governo do que à própria greve em si. Em nenhum momento discutiu-se vincular a greve ao partido. Mas podem ter certeza que, quando saímos para a greve, o objetivo era desbancar a política salarial do governo, e era necessário mostrar que a classe trabalhadora não estava iludida e queria conquistar alguma coisa, porque na verdade de 78 a 80 ela não conquistou nada de substancial. Então o que norteou a ação da diretoria foram as garantias sindicais, o delegado sindical, a estabilidade, reivindicações que, se conquistadas, teriam uma duração longa. Foi para isso que a gente preparou a categoria durante um ano.

PDB — O PT dividiu e divide o movimento sindical?

LULA — Acho que não dividiu porque o movimento sindical sempre esteve dividido. É só você analisar e perceber que a grande maioria — 99% do movimento sindical autêntico — está dentro do PT, com exceção de um ou dois companheiros, que optaram por outra coisa, muito mais ideologicamente do que pessoalmente. Não estão no PT, mas continuam junto com a gente nas propostas sindicais. O Arnaldo, de Santos, o Raimundo, dos padeiros, o João Paulo Pires de Vasconcelos, servem de exemplo disso. Na verdade o PT não dividiu e sim veio dizer quem é quem no movimento sindical.

MDP — Concordo que, quanto às bandeiras de lutas sindicais, há um consenso entre alguns dirigentes. Mas a conquista dessas reivindicações implicam e devem ser vistas diante da perspectiva de alteração do poder político. Estabilidade no emprego significa acabar com o arrocho salarial, o que implica a construção de uma política econômica que atenda às necessidades das massas trabalhadoras. Como o ABC pretendia levar essa luta, sem ampliar sua base social, não só no movimento sindical, mas inclusive pressionando os partidos de oposição?

LULA — Em torno do que fazer é que está o grande labirinto do movimento sindical. Porque todos concordam com as propostas de luta, mas estão mentindo. Isso é bom que saia escrito: 90% dos dirigentes sindicais brasileiros não querem liberdade e autonomia sindical, querem que a estrutura continue fascista do jeito que

é, por ser a razão da manutenção de seu poder. Quando se tira uma bandeira de luta e os dirigentes assinam, concordando com ela, é necessário levar em conta que precisamos conquistá-la. A discordância está na forma de consegui-las. Enquanto uns acham que o governo é que tem que dar, outros pensam que é uma questão de organização. Finalmente há aqueles que dizem que o problema é de coragem e vergonha na cara para lutar. Por que propusemos a greve geral? É porque já não dá mais para assinar documentos com boas reivindicações. Está chegando o momento do peão cobrar liberdade e autonomia sindical, salário mínimo real e unificado e estabilidade no emprego. O que queremos é saber como fazer para conquistar tudo isso. Quando a gente faz a proposta de greve geral, além de um desejo imenso de conseguir tudo isso, estamos querendo saber quais os dirigentes sindicais que estavam dispostos a discutir o primeiro passo a ser dado pela classe trabalhadora na conquista de suas reivindicações. A angústia vivida hoje é a seguinte: já sei tudo que os trabalhadores precisam, agora quero saber é como conseguir. Alguns falam que é preciso derrubar o regime. É mentira, porque dependendo do governo que você colocar a coisa fica do mesmo jeito.

PDB — Sobre o processo de 80, existem várias análises que apontam três coisas: a ausência de uma direção política, a questão do isolamento e o menosprezo que se verificou quanto ao valor e importância do sindicato. O que você acha disso?

LULA — Sinceramente, não consigo ver essas coisas, a falta de visão política e o isolamento. A questão do isolamento não dependeu da gente. Em 79, nós tínhamos um acordo de 33 sindicatos, todos eles, no dia 9 de março, entrariam em greve se não houvesse uma proposta interessante para os trabalhadores. Nós fomos para a reunião com os patrões, que ofereceram uma proposta, do meu ponto de vista, inaceitável. Quando chegamos na sexta-feira à noite, estava acertado que todos os sindicatos iriam convocar assembléias e decretar greve. E o que acontece é que nenhum sindicato faz isso, a não ser o de São Bernardo. Você prepara a categoria durante seis meses para a luta e chega o momento em que ela tem que sair, na medida em que não houve uma proposta decente por parte dos empresários. Agora, não podemos simplesmente deixar de lutar porque os outros sindicatos não querem. Em 80, o fato volta a se repetir. Não é verdade que houve menosprezo pelo sindicato. Em 79, nós demos uma demonstração de como se faz para reconquistar o sindicato. Em nenhum instante a gente discutiu com a classe empresarial a volta ao sindicato, mas toda vez que se conversava com o governo sua retomada era exigida. Em 79 existia uma classe mobilizada enquanto em 80, lamentavelmente, o pessoal não sabia o que fazer. Então, por que o Osmar, o Alemão e o Wagner não fizeram as suas análises, quando estavam em cima do palanque, quando tiveram o microfone na mão, liderando a greve. Todo o mundo que viveu a greve de 79 sabia que ela não poderia continuar com menos de 60% da categoria. O pessoal que fazia uso da palavra, que tinha condições de falar alguma coisa para os trabalhadores, não colocou em nenhum instante isso na pauta. Se a questão básica é o sindicato, temos que colocar isso para a categoria, enquanto ela estiver organizada, e dizer para o governo que queremos o sindicato de volta. Falar grosso com os patrões e o governo, quando a categoria está desmobilizada, não adianta. Portanto, não concordo com esse tipo de análise, pois como já disse a diretoria do sindicato não teve escolha, ou seria cassada pelo governo ou desmoralizada pela base. Ora, como é que teríamos condições de chegar para a categoria e falar: vocês aceitam isso ou então seremos cassados e perdemos o sindicato. Tomamos uma posição fria: vamos ser cassados e destituídos do sindicato. Entretanto, a única forma de ficar com a cabeça erguida e ter moral para liderar essa categoria, mesmo sem estar dentro do sindicato, é fazer o que os trabalhadores querem que seja feito.



ARF — Nós consideramos que as análises da greve de 80 são importantes porque cumpre à vanguarda da classe operária do país, que está concentrada no ABC, e a seus dirigentes, um papel histórico na condução do movimento operário brasileiro. Existem algumas posições que colocam a greve do ABC como vitoriosa, na medida em que derrubou a estrutura sindical. Ou seja, perdeu-se o sindicato, mas se construíram formas alternativas de organização nos bairros, nas igrejas etc. . . Outros acham que se deveria preservar o sindicato. Sem desconhecer o papel da repressão, vocês tinham consciência que a ditadura pretendia quebrar a espinha dorsal do movimento sindical?

LULA — Sim, consciência disso e também de que, acontecendo o que acontecesse, nós iríamos continuar liderando a categoria. Esse é um fato concreto. Qual o sindicato que tem dirigentes de tanta credibilidade na categoria como a direção dos metalúrgicos de São Bernardo? Nós somos muito mais dirigentes sindicais do que 98% dos sindicalistas que estão com mandatos no sindicato. Apesar da máquina do sindicato ser importante, provamos que é possível criar uma alternativa à estrutura sindical, organizando os trabalhadores nos bairros. Provamos ser possível criar um fundo de greve, fazer sindicalismo na porta da fábrica mesmo que não se tenha o prédio como caixa de ressonância de todo aquele trabalho. As análises feitas pelo Alemão, Osmar e Wagner sobre 80 são muito pessoais e não correspondem à realidade de 120 mil de São Bernardo, que pensam diferente. São documentos frios, feitos por quem esteve durante todo tempo ligado à greve, mas que no entanto, no seu calor, não assumiu as posições agora defendidas. Se não tomaram posição e pensavam daquele jeito, se acovardaram.

PDB — Ou mudaram de posição.

MDP — Você não acha que o desfecho da greve de 80, a derrota a nível das questões econômicas e políticas, a intervenção, a cassação e o aguçamento do desemprego, contribuíram para quebrar o ânimo dos trabalhadores, resultando no processo de 81?

LULA — Não concordo que a derrota econômica tenha contribuído, no que diz respeito ao ânimo do pessoal. Desde a intervenção quem está comandando o processo de luta somos nós. Para se entender a campanha salarial de 81, é preciso levar em consideração que os trabalhadores de São Bernardo estão escaldados. Uma categoria como a nossa sabe se deve ou não ir à greve, porque já passou por diversas experiências. Fomos para a campanha de 81 com todo o clima criado pelo governo, com seu aparato policial, percebendo claramente nas portas de fábricas que o trabalhador não queria greve. O problema sério foi como a greve de 80 terminou. Eu insisto: se ela tivesse terminado no 27.º, 28.º, ou 29.º dia, e a volta ao trabalho fosse organizada, teríamos condições de recuperar a luta 10 ou 20 dias depois. Os trabalhadores saberiam que não seria um recuo simplesmente e perceberiam que taticamente era preciso voltar às fábricas para acabar com o fantasma do abandono de emprego, e criar novas forças para, quem sabe, um outro tipo de greve. Não se pensou nisso ou, se alguém pensou, não teve coragem de colocar em prática e tudo isso repercutiu em 81. Numa análise mais fria poderíamos chegar à seguinte conclusão: em 80, se parássemos no momento exato, não deixando a greve se esvaziar, teríamos condições de recuperar a luta em 10 dias, colocando o sindicato na ordem do dia para o governo. É ilusão pensar que depois que o movimento esgotasse, poderíamos recuperar o sindicato. Cansamos de fazer assembléias para recuperá-lo e apareceram 200 ou 300 trabalhadores. Nós tínhamos a experiência de 79 e a de Porto Alegre, mas não soubemos aproveitar.



RA — Bem, o que estamos fazendo aqui é uma reflexão sobre um episódio fundamental da luta da classe operária no Brasil, extraindo lições para novos avanços. Embora concorde que a análise do Osmar e do Alemão seja equivocada, o que quero dizer é que a concepção que permitiu que a greve tivesse aquele desfecho permeou toda a liderança efetiva do movimento. Eu me lembro que quando você saiu da cadeia, e ainda durante um bom tempo, você falou: “o ano que vem nós vamos fazer 80 ou 100 dias de greve”. Não penso como a corrente conciliadora do movimento operário que defende que não se deva fazer greve, mas sabemos que 80 dias de greve isolada o patronato pode agüentar. A Volks, por exemplo, agüenta muito mais se for necessário, porque tem a matriz lá fora. Então, como é que você vê esse tipo de concepção que predominou, mesmo no fim da greve?

LULA — Predominou e vai predominar ainda porque não há muitas fórmulas para atrapalhar o processo de produção. Não existem tantos tipos de greve como as pessoas acham que existem. Já em 79 a gente sonhava em fazer um tipo de guerrilha dentro da fábrica, parando numa seqüência toda a linha de produção. Você pára um setor por uma hora, quando ele volta a trabalhar, pára-se um outro e, assim, sucessivamente. Você vai atrapalhando a produção sem o empregador poder descontar um dia de férias, o pagamento etc. Essa forma não foi tentada porque precisa muita organização, muita gente dentro da fábrica preparada para isso. Agora, é preciso ter em mente que cada fábrica hoje tem um exército de policiais proibindo que isso aconteça. Eu dizia que na Scania, na greve de 1978 e 79, a empresa conseguiu manter um esquema não permitindo que o trabalhador da ferramentaria conversasse com o da manutenção. A Volks também conseguiu isolar a ferramentaria. Uma fábrica como a Volks tem 800 guardas lá dentro para colocar ordem na casa. Conheci, por exemplo, nos Estados Unidos, em Detroit, uma fábrica de cerâmica que, para ganhar uma causa, ficou 11 anos consecutivos em greve, com piquete todo santo dia. Onze anos para ganhar uma luta! Era uma fábrica de pias, vasos sanitários etc. Quando o sindicato dos encanadores assumiu a luta e deixaram de instalar o produto, a opinião pública resolveu não mais comprar aquele produto. Depois de 11 anos os operários ganharam a causa. A empresa teve que pagar esse período retroativo pra todo o mundo. Foi em função dessa greve que surgiu o fundo de greve nos Estados Unidos. Você conhece centenas de casos de greve de seis meses, de um ano. Na Alemanha, para conseguirem a redução da jornada de trabalho para 40 horas, fizeram 104 dias de greve. Agora é preciso a gente ter claro o seguinte: que a greve é, na verdade, a única arma que a classe trabalhadora tem. Dizer que tem outras é mentira.

RA — Veja bem, não sei se você entendeu bem a minha questão. Eu acho que a greve é decisiva, é um instrumento de luta indispensável para a classe trabalhadora. É por isso que se deve evitar que ela chegue a uma situação de esvaziamento. E nesse sentido que estou levantando a questão. Não estou falando em novas formas de pressão.

LULA — Perfeito. Um negócio que tem de ser levado muito a sério é que se tivéssemos mantido dentro das fábricas a liderança que surgiu em 78, 79 e em 80, tranqüilamente estaríamos muito mais embalados em 81. Acontece que em cada greve você perdia um grupo de lideranças, companheiros que lideraram a greve estão há um ano sem emprego. E você não forma um ativista em seis meses ou em quatro meses, é preciso tempo e participação. Esse processo que as empresas usam de mandar embora uma enxurrada de pessoas que lideraram o movimento é uma das coisas que mais se contrapõem à nossa organização. Quando saímos da cadeia e fomos para a porta da fábrica dizer que tínhamos de fazer 80 dias de greve, era



porque a classe empresarial dizia: “está vendo, não adianta fazer 40 dias de greve, vocês perderam os dias parados, perderam não sei mais o quê”. Para nos contrapor a isso, dizíamos que teríamos de perder 40, 80, 100, mas um dia a gente consegue.

RA — Então você já tinha clareza disso, naquela época?

LULA — Eu tinha essa consciência quando estava na cadeia. Embora a gente não dissesse isso, quando entramos em greve, nossa idéia era uma greve de 30 dias. Para esse tempo nós estávamos preparados.

RA — Só pra lembrar, Lula, você foi preso em que dia da greve?

LULA — Dia 17. E veja, há um troço muito engraçado na greve, é preciso estar dentro pra saber. Chega um determinado momento em que você já não tem mais o que falar para os trabalhadores. Ai dá um sufoco, porque a partir do 10.º dia, do 11.º, do 12.º, os trabalhadores vão ao estádio pensando que há alguma coisa e você não tem nada de novo pra contar. Então vocês não sabem como é difícil a gente tentar segurar o negócio quando passam 15 dias sem nenhuma novidade. E a classe empresarial usa muito bem essa tática de não conversar com os trabalhadores para enfraquecer o movimento.

ARF — É a não-aceitação do diálogo com as máquinas paradas.

LULA — Os empresários não conversam com as máquinas paradas. Em 1980 o pessoal deve ter ficado num sufoco desgraçado. Ai começa o desespero, vamos conversar com o Figueiredo, vamos conversar não sei com quem. Você só consegue conversar com essas pessoas se a máquina efetivamente estiver paralisada. Na medida em que você começa a trabalhar, não adianta ficar pedindo socorro.

ARF — É como você viu a atuação parlamentar dos partidos políticos? Eles não compreenderam que a greve do ABC não tinha um caráter localizado, mas que interessava a todos os trabalhadores. Foram incapazes de dar uma resposta ao Parlamento, que respaldasse essa greve.

LULA — A verdade é que, na medida em que a gente já tinha uma proposta política, muitos parlamentares se colocaram contra a greve, assumindo posição do governo. Não tinham coragem de falar publicamente, mas se chegou a coisas do tipo: “Porra, esse Lula é um merda mesmo, está fazendo uma greve política para ajudar o PT.” Quando fazíamos greve política, eles falavam que a gente só fazia greve econômica. Exigiam de mim uma greve política e eu falava que a política era o resultado disso. Ou 100 mil trabalhadores de máquinas paradas não são um fato político? Mas temos que respeitar alguns parlamentares.

ARF — Como atitude isolada, e não como partido.

LULA — Como atitude isolada. Antônio Carlos, o Suplicy, a Irma, o Teotônio Vilela, o Aírton Soares e mais alguns que não me lembro tiveram uma participação extraordinária no movimento, sob todos os aspectos. Mas não houve articulação nenhuma de partido político, no sentido de ajudar, de tomar posição com relação à greve.

RA — Como nos anos anteriores, por incrível que pareça, apesar de decorridos 39 dias de greve na Fiat, ainda não se viu uma ação efetiva dos partidos.

LULA — Na verdade, foram feitas algumas notas.

RA — Não me refiro a uma ou outra nota, mas a uma ação política efetiva dos partidos políticos.

LULA — O próprio comando de greve da Fiat veio a São Bernardo e disse que o único pessoal que estava ajudando era o do PT do Rio de Janeiro, tanto a nível político de ir na porta da fábrica, como a nível econômico, de recolher dinheiro. Se

existe ainda um partido que tenta fazer alguma coisa é o próprio PT, que não tem o peso, a nível do Congresso Nacional, dos outros partidos. Nossos interesses são divergentes. Em determinado partido de oposição tem muita gente que é empresário, muita gente que não está preocupado em dar colher de chá pra classe trabalhadora.

PDB — Como você mesmo colocou, a greve em 80 esgota-se por si só. A massa volta desorganizada, dividida, e não há condição, nesse sentido, de uma luta para a retomada do sindicato, como houve em 1979. Você falou, por exemplo, que em muitas assembléias foi colocada a questão da retomada, mas que isso era uma ilusão. Em 79 vocês conseguiram um movimento muito mais forte de retomada do sindicato.

LULA — Não, não é verdade. Não houve um movimento muito mais forte pra retomar o sindicato. Houve um fato sui generis: os trabalhadores realmente tomaram o sindicato no dia em que a gente sofreu a intervenção. Naquele mesmo dia, os trabalhadores entraram no sindicato, colocaram a polícia pra correr e, depois, saíram do sindicato. Não podemos analisar o nosso lado sem ver o dos adversários. É que em 80 o governo se aparelhou muito mais para evitar isso. Primeiro porque em 79 nós não fomos cassados, não fomos destituídos, mas afastados. Em 1980 isso já aconteceu, quer dizer, houve um avanço do próprio regime, que teve o cuidado de colocar uma junta com um pessoal altamente capacitado, inclusive com policiais dentro do sindicato. E a gente não conseguiu, em nenhum instante, trazer o pessoal pra idéia de retomar o sindicato. Nós não conseguimos porque o pessoal tinha voltado a trabalhar meio disperso. Em 79, a gente voltou organizado e tinha marcado uma assembléia pra começar a campanha pela retomada do sindicato. A diferença foi essa, mas acho que o adversário também evoluiu muito nesse sentido. Eles se prepararam muito mais pra intervenção em 80 do que estavam preparados em 79.

ARF — E qual a participação do sindicato no processo de formação da junta? O exemplo de Santo André é bastante claro: a junta está querendo destituir o Benedito Marcílio, acusando-o de corrupto ou coisa parecida. Isso porque a junta é, de certo modo, a continuidade da intervenção. Em São Bernardo, a situação é diferente. Num primeiro momento o Djalma, falando em uma assembléia, disse que a junta era a continuidade da intervenção. E, num momento posterior, ele passou a dizer que os membros da junta são companheiros. Você volta da Europa dizendo que a junta era confiável. E, enquanto isso, a Volks criou o seu "sistema de representação", aproveitando-se da intervenção no sindicato e a sua desarticulação. Como você vê isso?

LULA — A comissão da Volkswagen não é um plano elaborado pela própria Volkswagen, mas pelo próprio sindicato da indústria automobilística. Nós tínhamos, naquela época, a Mercedes Benz e a Ford com um plano de comissão, e a coisa só não foi pra frente porque a Volks se precipitou e quis passar por cima de todos. Tomamos aquela posição de não concordar com a comissão, e não concordamos ainda hoje, porque somos contra a forma como ela foi criada e contra o estatuto que rege o seu comportamento. Há um problema com relação à nossa junta. Em determinado momento chegamos à seguinte conclusão: não vai dar para ganhar o sindicato pela força, mas temos que ganhá-lo de volta. O que significava jogar politicamente. Tínhamos consciência de que o Murilo Macedo não encontraria aqui trabalhador que tivesse coragem de aceitar o cargo, a não ser que ele conversasse com determinados companheiros, como o Alemão e o Osmar, bem capazes de aceitar. Essa era a preocupação da diretoria que achou que estava na hora de ganhar uma parada política do governo. Ele quer jogar politicamente, vamos jogar politi-



camente. Começou então a chegar aos ouvidos das autoridades que tinha gente em São Bernardo que teria respaldo da diretoria, se fosse indicado para a junta. O próprio governo, através do Joaquim, de São Paulo, do Marchesini, dos Bancários, dava a entender que era preciso tirar uma junta e ele não tinha quem nomear. Baseados nisso, insinuamos alguns nomes de alta confiança da diretoria do sindicato, de pessoas que tinham um passado sindical muito bom aqui na região do ABC, e isso correu em alguns sindicatos e áreas do Ministério do Trabalho. Foi articulada a participação do companheiro Afonso, numa reunião de dirigentes sindicais de confiança do ministro, quando ele disse que, se tais e tais nomes fossem indicados, a diretoria do sindicato não teria como ser contrária. Na medida que isso chegou ao ouvido do ministro do Trabalho, ele mandou chamar o companheiro Afonso pra uma conversa. A junta, na verdade, foi um troço bem articulado, foi um puta de um golpe político que nós demos em cima do governo. Quando dizemos que a junta não é para ser chamada de junta, é porque conhecemos o Afonso, o Janjão, o Peninha. São companheiros que tiveram um passado de luta nesse sindicato e estão demonstrando que, como junta, são melhores do que 90% dos sindicalistas espalhados pelo Brasil. O ministro do Trabalho estava confiante de que poderia ter um grupo de pessoas que iriam se sobrepôr à gente, que fariam com que a categoria nos esquecesse. E nós tínhamos a certeza de que teríamos uma junta que permitiria à diretoria voltar a trabalhar dentro do sindicato, como trabalhava antes. E foi o que aconteceu. É por isso que a diretoria do sindicato, em nenhum instante, se posicionou contra a junta depois de saber dos nomes. Nós tivemos o cuidado de ir criando um clima para defender cada um dos companheiros porque eles, quando aceitaram o cargo, aceitaram dentro de um esquema tratado pela própria diretoria. Hoje, os companheiros da junta merecem a confiança total da categoria. Eu não sei como é que o governo está pensando, está vendo isso, agora.

MDP — Parece que essa questão é complicada. Está clara a intenção do governo e do ministro do Trabalho de decapitar o movimento sindical e, em especial, São Bernardo, sua ponta de lança. Não foi à toa que o processo da eleição da junta foi diferente em Santo André. Desde 79 eles fazem de tudo para acabar com São Bernardo. Qual a análise que vocês têm desta questão? Porque não podemos esquecer que, apesar de o movimento sindical ter aproveitado a brecha, ela foi aberta pelo Ministério do Trabalho.

LULA — Acontece o seguinte: o ministro era obrigado a acabar com a intervenção, não tinha condições de escolher. Não foi por falta de vontade. Quando ele veio à Volks inaugurar uma escola, contatou o pessoal da comissão da fábrica para fazer parte da junta. Acontece que ninguém aceitou. Ele pediu pra dezenas de dirigentes sindicais indicar gente e ninguém teve peito de indicar pra São Bernardo do Campo. Você acha que um Morales daria certo em São Bernardo? Quando alguns dirigentes sindicais disseram ao ministro que já tinham nomes para sugerir para São Bernardo, a única exigência que ele fez foi de que ninguém fosse do PT. Acontece que o ministro do Trabalho não tinha opção: estava chegando a campanha salarial e os patrões não queriam negociar com a intervenção. O pensamento do ministro era que a junta se consolidasse e pudesse encabeçar uma chapa, num esquema de tentar acabar com a diretoria de qualquer forma.

ARF — Sim, Lula, mas houve uma assembléia em São Bernardo em que o Afonso colocou que a greve era de um extremismo radical. E teve também a assinatura do protocolo das intenções, no caso da redução de salário da Volks.

LULA — Perfeito, mas acho que temos de levar em consideração que o Afonso veio de uma experiência sindical diferente da nossa, muito mais de cúpula



que de base, e não poderíamos querer que, afastado durante 10 anos por uma série de motivos independentes de sua vontade, pudesse chegar assim, de repente, falando a mesma linguagem da gente.

MDP — Até que ponto o fato de as negociações deste ano terem sido concluídas sem greve teve influência no resto do movimento sindical, contribuindo mais ainda para o seu refluxo?

LULA — Veja, chegou um determinado instante onde tudo girava em torno de São Bernardo; se não saíssemos pra briga, não haveria briga. E nós não tínhamos essa visão, não queríamos que o movimento sindical dependesse da nossa ação, porque é plenamente normal você fazer um acordo e não sair greve.

RA — Está claro que apesar de São Bernardo estar à frente do movimento sindical, não é obrigado a fazer greve todo ano, pois aí sua finalidade passa a ser somente essa. Agora, só se justifica não fazer greve quando se faz um bom acordo, o que não foi o caso de São Bernardo. O patronato aproveitou as consequências do desfecho de 80 — o fato de o governo ter conseguido desestruturar a diretoria do sindicato, o desemprego etc. — e forçou um acordo totalmente nefasto para os trabalhadores. Isso apesar de algumas pessoas terem dito que o acordo refletia o grau de maturidade da classe operária.

LULA — Eu acho que o acordo representou a fragilidade da organização que tinha o movimento sindical em 81. Alguns acreditavam que a classe empresarial faria um bom acordo com a junta, com a perspectiva de desmoralizar a diretoria do sindicato.

ARF — Dentro da Fiesp eles também jogavam com essa idéia?

LULA — Alguns imaginavam que o golpe final em cima da diretoria seria um bom acordo, sem greve.

ARF — Como fizeram em São Paulo, por exemplo, com o Joaquinão.

LULA — Na verdade, não houve greve e não houve um bom acordo.

RA — Acho que dá pra entender o não dos operários da Volks. Quando a idéia da negociação veio, a junta embarcou nessa canoa e chegou até ao episódio grotesco de assinar um protocolo de intenções com a concordância de alguns membros da diretoria. A própria diretoria não havia assumido uma postura firme; parecia que não havia entendido a derrota que significaria, para todo o movimento operário, reduzir a jornada e o salário dos operários da Volks. Às vésperas do plebiscito você foi às portas da Volks e assumiu a postura correta de não aceitar a redução. Gostaríamos que você relatasse como foi todo esse processo.

LULA — Eu não vejo o fato da junta ter embarcado em canoa furada. Acho que, enquanto junta, enquanto direção, eles não poderiam se recusar a conversar com a Volks, era necessário extrair da empresa o máximo possível. É preciso voltar um pouco atrás. A grande briga do sindicato de São Bernardo, de 75 a 77, foi exatamente pela não-aceitação da redução da jornada de trabalho. A Ford, em 1976, ameaçava dispensar 800 trabalhadores se a gente não aceitasse a redução da jornada de trabalho. Não aceitamos e dissemos para a empresa: "Olha, você pode mandar 800, pode mandar 8 mil, não é problema nosso." Quando a Volkswagen fez a proposta, ela jogou politicamente certo. Ela fez a proposta em cima de um fato consumado, que era o abaixo-assinado que tinha passado através da comissão de representantes. Veja, nós não tínhamos nenhum diretor dentro da fábrica pra saber como é que a coisa estava-se dando. Fomos pegos de surpresa, pois um abaixo-assinado com 22 mil assinaturas, realmente, passava a ser coisa séria. A Volkswagen caía fora da



jogada e colocava os trabalhadores como pedintes de uma tomada de posição. Posteriormente, os trabalhadores nos procuraram para dizer que quem estava passando o abaixo-assinado era o chefe da seção, ameaçando de demissão quem não assinasse. Apesar da junta e alguns diretores terem cometido o erro de assinarem o protocolo de intenções, foi este fato que permitiu nosso acesso dentro da fábrica para fazer o que fizemos. Se a gente convocasse uma assembléia no sindicato, teríamos lá no máximo 200 ou 300 trabalhadores para discutir o problema. Acho que a gente pode até tentar crucificar a junta porque assinou o protocolo de intenções. Agora, se não fosse ele, não conseguiríamos fazer eleições dentro da Volkswagen. E foram, exatamente, as eleições secretas que permitiram aos trabalhadores colocarem pra fora o que não podiam fazer na frente do chefe da seção. E a Volkswagen tinha certeza que ganharia o plebiscito por causa do abaixo-assinado de 22 mil assinaturas. Fomos à porta da fábrica, no dia anterior à votação, e fizemos uma assembléia com quatro ou cinco mil trabalhadores, mostrando a necessidade de não aceitar aquela porra. Quando voltei de Manaus fui ao sindicato e li o protocolo, falei pro companheiro Djalma que, lamentavelmente, tinha sido feita uma besteira. O Djalma imaginava, não sei como, que tínhamos conseguido quase 11 meses de estabilidade. E eles tinham soltado um boletim, com a posição justa, de que é melhor perder o emprego do que perder a dignidade, um boletim do cacete. Então veja a situação: de um lado o protocolo assinado e, de outro, um boletim radical. Ou você rasga o protocolo ou o boletim.

MDP — Tem uma questão em cima dessa discussão, que é a participação da comissão de salários nesse processo. Há notícias de que teria sido a comissão, que havia exigido e forçado a junta e a diretoria a assumirem uma posição mais radical no processo.

LULA — Eu não participei de nenhuma reunião sobre o processo da Volks, nem com a junta, nem com a diretoria. No sábado, quando cheguei de Manaus, o Nélson ficou de me trazer o protocolo. Estava todo orgulhoso, achou que tinha feito um grande acordo. Quando ele me trouxe aqui, eu falei: "Olha a cagada que você fez." Na segunda-feira fomos à porta da empresa fazer o trabalho contra o acordo.

ARF — Em 1981 surgiu a idéia de que uma greve interessava aos patrões e parte da esquerda endossou isso.

LULA — É lógico que uma greve em 1981, na atual situação econômica, teria menos peso que em 80, causaria um impacto menor na própria empresa do que o de 79 e 80. Exatamente porque havia um plano das empresas de darem férias coletivas, se decretássemos a greve. E o diabo é que a categoria não estava mobilizada pra greve, estava sob o clima do medo do desemprego. Essa é a pura verdade.

RA — O processo do não da Volks foi o primeiro momento em que os trabalhadores não aceitaram a proposta governamental para solucionar a crise. Num segundo momento, alguns meses depois, a Fiat entrou em greve pela readmissão dos demitidos e pela estabilidade no emprego. Novamente o movimento sindical, os partidos políticos, não dão respostas, não entendem o significado da Fiat, contribuindo para o desfecho que está nos jornais.

LULA — A Fiat é a resposta mais importante ao desemprego, mais do que a dada em 78 na Resil, quando houve o primeiro piquete, depois de 68. Mil e oitocentos trabalhadores estavam em greve. Já no 7.º, 8.º dia, a empresa resolveu contratar outros empregados, esquecendo-se de que havia mil e poucos trabalhadores em greve. Então fizemos um piquete que cercou toda a empresa e não deixamos nem o dono entrar. Só entrou quando se dispôs a negociar com os trabalha-

dores. O caso da Fiat é o caso mais importante, pois vem colocar em debate a questão de que a greve é a única arma capaz de evitar dispensas. Ao contrário do que muita gente pensa, de que é ela que causa dispensa. Eu me lembro que, antes de viajar para Manaus, quando o dr. Maurício me falou da questão do protocolo da Volks, eu disse que preferiria ir à porta da fábrica explicar e assumir a dispensa de cinco mil trabalhadores do que assumir a rendição. Desde 79 já havia a visão de que a única forma de garantir o emprego da peãozada era cada companheiro parar a máquina quando seu parceiro é mandado embora. Tanto é que tínhamos uma proposta: a cada trabalhador dispensado, uma hora parada. É a idéia de parar por setor: mandou companheiros de um setor embora, aquele setor pára por uma hora. E a Fiat vem a consagrar isso, devido à organização dos companheiros, um trabalho muito enraizado não no sindicato, mas dentro da fábrica. A Fiat vem colocar para debate um fato sui generis no Brasil, uma das primeiras greves por solidariedade efetiva, de cunho meramente político, que não tinha reivindicação básica. Era a greve para a volta dos demitidos. Ora, para mim, estão colocadas claramente duas coisas: a primeira, a demonstração de como os partidos político são frágeis, na sustentação até oral, de um movimento como esse; segundo, a sociedade — a chamada sociedade civil brasileira — não deu resposta porra nenhuma. Os democratas brasileiros permitiram que três mil trabalhadores sucumbissem diante da pressão da política e do capitalismo. Nós dizíamos numa reunião de dirigentes sindicais que, se tivéssemos nos 40 mil sindicatos brasileiros dirigentes com vergonha na cara, teríamos levantado quatro milhões por mês para sustentar os trabalhadores da Fiat. Mas o movimento sindical não deu resposta porque, na verdade, era contra a greve. Só assumiu depois de decretada sua ilegalidade e, ainda assim, com o objetivo de açambarcar o movimento e passar por cima de seu comando, que não permitiu isso. A verdade é que tinha muito mais gente trabalhando pelo fim da greve do que pela sua sustentação. O único sindicato que foi para a porta da fábrica arrecadar dinheiro foi o de São Bernardo. Aí é melhor conversar com o Gianini, da Fiat, que vai dizer que só quem ajudou foi São Bernardo e o PT. Talvez eu possa ter cometido o erro, o pecado capital de não ter ido ao Rio, mas não fui por estar convencido de que o governo iria jogar pesado contra eles, afirmando que era uma greve do PT. Não fui à Fiat para evitar que comesçassem — não só o pessoal da Unidade Sindical, como o governo — a insinuar que estávamos tirando proveito da greve.

MDP — E a nível da articulação, você participou?

LULA — Não, não participei. Na direção da Conclat discutimos isso duas vezes. Nessas discussões, cada companheiro fazia um puta discurso, mas quando você falava que precisava dar dez mil cruzeiros, ninguém queria dar. Na verdade, o movimento sindical é culpado pelo fim da greve da Fiat, porque se quiséssemos teríamos condições de sustentá-la tranquilamente por um ano.

PDB — Em agosto teremos a realização da Conclat, no momento em que o movimento sindical se encontra em refluxo, abrindo espaço para correntes desmobilizadoras da classe operária. Não vamos esquecer que a partir da intervenção do ABC, especificamente aqui em São Paulo, tudo se fez para colocar o Joaquinção como a “grande liderança” do movimento sindical brasileiro. Você vê a Conclat, a proposta de uma CUT, a tentativa fracassada do Entoes, como formas de organização da classe operária a nível nacional?

LULA — Não sei se vocês perceberam, mas dificilmente eu uso a palavra “pelego”. Sempre achei que são as categorias que devem julgar as pessoas. O Joaquim não pode ser visto como um mal do sindicalismo brasileiro. Ele é, na verdade, fruto dos muitos joaquins que existem neste país, com uma vantagem: é



inteligente, tem uma diretoria coesa e uma máquina poderosíssima nas mãos. Não é qualquer "oposiçãozinha" ou discurso que abala o Joaquim, pois ele é um ótimo articulador e vai sobreviver no movimento sindical por muito tempo, inclusive pela falta de liberdade no processo eleitoral. Como já disse na CNTI, é bobagem jogar a responsabilidade de tudo no Ari Campista, o mal não está nele e sim nos milhares de aris campistas deste país, em pequenos ou grandes sindicatos. Muita gente diz que não se sente com o Joaquim. Pelo contrário, política se faz com toda a sociedade e o Joaquim é parte integrante dela. Não tenho a ilusão de fazer o Joaquim avançar na luta dos trabalhadores, mas tenho a ilusão de que possa ser um dirigente sindical que tenha, pelo menos, um comportamento decente. Acho que é o bastante. Vamos entrar na questão da Conclat. Primeiro é preciso situar como ela nasceu. Nasceu como resultado, como proposta da classe trabalhadora para fazer frente ao Conclap. Foi aí que, em final de 78, o Hugo Perez teve a idéia de propor um Conclat, que no início seria um Congresso da Classe Trabalhadora. Mais tarde mudou para Conferência. A Conclat só tomou corpo de um ano ou alguns meses para cá. Entre a palavra bonita e a prática há uma distância muito grande. Para se falar da Conclat é preciso falar do Entoes, não como uma alternativa, mas como uma proposta humilde e inibida até na forma de colocar o nome: Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Primeiro, o título é mentiroso, todo o mundo é contra a estrutura, até o Ari Campista. O Entoes era um movimento da chamada Oposição Sindical que, em determinado momento, não teve coragem de enfrentar a barra de oposição sindical. Aí, por sugestão do companheiro Ibrahim, mudaram o nome para Encontro Nacional de Oposição à Estrutura Sindical. Este encontro não deu certo, apesar da participação de muitos dirigentes sindicais. Mais uma vez ficou demonstrado que os grupos ou grupelhos não estão dispostos a ter qualquer proposta decente: o que se viu foi a tentativa de impor suas palavras de ordem, não permitindo que a classe trabalhadora falasse.

ARF — Uma das propostas era transformar o Entoes numa alternativa à Conclat.

LULA — Seria uma imbecilidade, um erro histórico, tentar criar um movimento de trabalhadores paralelo a outro movimento de trabalhadores. Na questão da Conclat não cabe a nós saber quem está dentro, quem vai participar. Sempre participo de reunião, para ganhar ou perder. Nunca levei a sério esse negócio de articulação pra ganhar. Talvez seja um erro meu. O que quero é ter a oportunidade de colocar uma posição sindical. Por isso acho que o Entoes jamais poderia ser visto como alternativa. Na melhor das hipóteses, poderia significar um grupo de companheiros que se articulariam numa proposta concreta de participação na Conclat. Não é ficando fora dela que se resolverá algum problema. Em segundo lugar, não precisamos temer se a Conclat está sendo articulada pelo grupo A ou C: todos temos capacidade de superar isso ou, então, a classe operária volta ao passado, num momento ruim. Minha preocupação não é derrotar o Joaquim, o Ari Campista ou qualquer outro dirigente sindical, mas que tenhamos a capacidade de tirar uma proposta de luta da classe trabalhadora. Muito mais do que isso, que se disponha a tirar não apenas um documento, mas uma proposta de luta de como conquistar aquilo que já está em outros documentos do movimento sindical. Coloque-se aí, logo de cara, o confronto entre a Unidade Sindical e o chamado grupo de dirigentes sindicais combativos. Eu acho que essa divisão não pode ser colocada na ordem do dia, embora ela exista. Veja, há um consenso de que todos somos favoráveis à unidade da classe trabalhadora. Onde está a divergência? A divergência está em alguns companheiros que impedem que a unidade se dê no entrosamento entre os dirigentes sindicais. O que penso é que a unidade deve-se dar em cima



de um programa de luta. Porque muito mais importante do que um dirigente acatar um programa de luta é a classe trabalhadora acatar. A experiência tem demonstrado que, quando a classe trabalhadora quer, ela faz o sindicato e o dirigente sindical andarem. Na greve de 78, que começou em São Bernardo, a alguns quilômetros dali, o companheiro João Lins dizia: "Graças a Deus, a greve não chegou a São Caetano." Uma semana depois a GM parou e a categoria o obrigou a assumir a greve. Vários princípios já foram consagrados em documentos dos metalúrgicos de São Paulo e do Brasil, estes e outros deveriam nortear a ação da Unidade Sindical. Então, veja, a nossa proposta é que haja uma declaração de princípios. Os dirigentes sindicais se comprometeriam, depois de assiná-la, a ter um mínimo de ética em cumprir aquilo. Por exemplo, um companheiro que age como o companheiro Lins em São Caetano, escondendo o edital da chapa de oposição, como que um companheiro desses pode participar da Unidade Sindical? Um companheiro que, por exemplo, contrata um especialista em eleições sindicais, para roubar votos no dia das eleições, como poderá participar? Eu não estou preocupado se o cara é autêntico ou não, mas que tenha um mínimo de decência. Na medida em que alguns documentos são aprovados, mas não são postos em prática, como é que se pode participar do processo de Unidade Sindical! Unidade em torno de quê? A unidade na defesa de determinadas bandeiras de luta é uma coisa. Agora, quando se fala, como é que vamos fazer para conseguir isso? Aí, acabou a unidade. O que temos é uma divergência de visão da unidade. De um lado, nós temos que ser honestos: o PCB tem como orientação política para o movimento sindical a concepção de que o sindicato deve ser uma correia de transmissão do partido. E é assim nos países comunistas. Então a diferença que existe é que através dessa orientação os militantes sindicais ligados ao PCB querem que a unidade se dê através de um acerto entre a cúpula sindical. O que eu e outros companheiros defendemos é que só poderá existir unidade sindical se tivermos sensibilidade para tirar uma fórmula de luta conjunta, não de documentos, mas uma proposta de luta que seja assumida por todos os sindicatos. Fora disso a unidade pra mim é falsa. É neste clima que vamos para a Conclat, que poderá ser o celeiro de discussões, onde a gente acabe com isso. Quando propusemos a greve geral que talvez não tenha sido formulada da melhor maneira possível, nós tínhamos uma preocupação, a de não permitir que a Conclat fosse apenas mais um documento, mas de permitir que a discussão fosse norteadada no sentido de definir o que é que vamos fazer para conseguir o que já está consagrado em documentos no movimento sindical. O que é bom pra nós já sabemos; agora o que não sabemos é dar o primeiro passo. Nós precisamos também desmistificar algumas coisas. Quando se coloca a discussão de como dar o primeiro passo, logo aparece o dono da verdade dizendo: "Isso é o mal do sistema capitalista, precisamos é caminhar para o socialismo." Do ponto de vista da verbalização, maravilhoso, perfeito. Mas isso não basta, é muito pouco dizer que o regime capitalista é filho da puta, que a estrutura sindical é fruto do capitalismo, e que no regime socialista será melhor. Será melhor, sim na medida em que a classe trabalhadora participar da confecção desse processo socialista, o que só irá acontecer se ela tiver coragem de dar o primeiro passo, mesmo dentro do regime capitalista, para mudar alguma coisa. É dos avanços que aos poucos vai-se tendo é que poderemos chegar à perfeição do movimento sindical. Então, da minha parte, se eu participar da Conclat, nem sei se vou participar, porque até lá já teremos uma nova diretoria eleita aqui em São Bernardo, e aí seria um desrespeito eu, não sendo dirigente sindical, ficar no lugar de um dirigente, se for, vou com o espírito aberto, levando em consideração que meus adversários estarão fora do encontro, incentivando a continuidade da nossa briga.



Não vou preocupado com divergências ideológicas, nem partidárias, nem com pontos de vista divergentes a nível do sindicato. A grande divergência está na construção ou não de uma CUT. E eu quero debater profundamente a questão da liberdade e autonomia sindical, para não cometer nenhum erro. Isto porque eu acho inconcebível se falar em liberdade e autonomia sindical e ao mesmo tempo se definir uma Central Única. Eu não estou defendendo o pluralismo sindical, mas a discussão de que tipo de representação a nível nacional a gente quer. A questão é a seguinte: a idéia não é definir a CUT, mas defender a necessidade da liberdade e autonomia sindical, e permitir que a classe trabalhadora, com liberdade, faça o que ela achar melhor, num processo de luta e não de conchavos. Seria uma loucura tirar uma direção nacional num encontro desses, ela deverá sair em cima de um processo de lutas da classe trabalhadora. Esse encontro deverá servir para tirar a forma de luta e não a direção. Essas divergências serão colocadas na ordem do dia e eu estou antecipando aqui e, quem sabe, quando sair esta entrevista, a minha posição talvez não seja mais essa, porque estarei subordinado ao que for decidido pelos trabalhadores de São Bernardo do Campo.

MDP — Já se fala numa articulação de um setor do movimento sindical através de abaixo-assinado e de um encontro que vai-se realizar em Vitória, com o objetivo de se contrapor à proposta defendida pela Unidade Sindical, que seria a questão da CUT, que acabamos de falar. Você está sabendo de alguma coisa? Outra questão é que já podemos prever o que será essa Conclat. Não só pela situação em que se encontra o movimento sindical, como também pelo próprio regimento interno, caso não sofra alterações, que garante a hegemonia de uma determinada corrente. Considerando o atual quadro de atraso e desmobilização da maioria dos sindicatos, como você vê o critério que garante sete diretores dos sindicatos independentemente do tamanho do sindicato?

LULA — Quando se começa a fazer as coisas em cima do diz-que-diz-que, podemos cometer erros. Então vamos tentar não cometer erros. O que existe na verdade é que num determinado momento se resolveu, em função da experiência da greve de 80 em São Bernardo, juntar os movimentos populares, considerando o sindicato o maior movimento popular, para acabar com a idéia de que as Sociedades Amigos de Bairros não tinham nada a ver com sindicato e vice-versa. Se pegar o espírito do congresso de João Monlevade, de São Bernardo, e este agora de Vitória, vai-se perceber que o objetivo é tentar alargar a ação de movimento sindical, tentar fazer com que o sindicalismo seja também discutido fora do sindicato.

MDP — O encontro de Taboão da Serra também entraria nisso?

LULA — Também. O objetivo então foi esse, apesar de eu não ter participado desse encontro de Vitória. Basta dizer que mesmo lá a questão da greve geral teve muitas restrições. A maioria dos participantes era de dirigentes sindicais, porque a discussão foi em cima da Conclat no sentido de se definir uma linha.

ARF — A imprensa alternativa divulgou que nesse encontro houve restrições a grupos ideológicos. Você tem conhecimento disso?

LULA — Sinceramente não tenho. Não há essa preocupação. Pessoalmente eu tenho restrição à luta ideológica, porque eu não considero um cara que esteja participando de um grupo ideológico como vanguarda. A vanguarda é a classe trabalhadora. Individualmente ninguém é vanguarda, a vanguarda é a massa. Eu acho que é besteira pensar em criar uma corrente dentro do movimento sindical. Nós tínhamos como objetivo, quando se organizou esse encontro, pegar as pessoas que pensam mais ou menos igual e tentar forçá-las a comparecer à Conclat. Porque



muitos que poderiam contribuir, por pensar que a Conclat fosse coisa da Unidade Sindical, não iam comparecer. Sobre a questão do regimento interno, eu não participei das discussões. Mas há um fato engraçado: as reuniões da executiva começaram com cada um preocupado com o que dizer para ganhar fulano e fulano. Na última reunião que fizemos ficou caracterizado que isso estava acabado, e que o objetivo era fazer da Conclat um ponto de encontro. Eu tinha uma proposta, não fiz porque não participei, de que deveriam participar no máximo dois diretores efetivos. Mas isso também é falso, porque o diretor de um sindicato pode eleger outros diretores de base, não se tem como controlar isso. Quando os companheiros afirmam a necessidade de manter sete efetivos como parte integrante da delegação, acho que é um erro, dois ou três já transmitiriam o pensamento de toda a diretoria. Deveriam colocar a base, mesmo porque sindicato que se preze vai à Conclat defender a posição de sua categoria e não da diretoria. Então, acho que é um erro que cometemos, mas que poderá ser mudado. Existem propostas dentro do movimento sindical que praticamente ninguém teria condições de recusar, mesmo o pelego. As divergências vão-se dar quando se discutir as formas para conquistar o que está no papel.

RA — Você disse que é contra a idéia de se formar uma CUT já, pois ela seria fruto de um conchavo, de um acordo. Nós queremos saber o que você pensa disso. Você defende a criação de uma única entidade ou de várias entidades ideologicamente distintas?

LULA — Eu não defendo nem uma nem outra. Defendo, sim, a necessidade da classe trabalhadora debater e escolher que tipo de representação nacional ela quer. A única coisa que não aceito é imposição, no sentido de dizer que tem que ser uma Central Única. Porque veja, se a gente propõe discutir liberdade e autonomia sindical, então não se pode impor uma única central, apesar de ter consciência que essa central sindical será única na medida em que for representativa. Num sindicato combativo nunca haverá possibilidade de, num processo de discussão de liberdade sindical, existir um sindicato paralelo. Mas um sindicato que não represente os trabalhadores correrá esse risco. Isso é bom ou ruim?

RA — Eu acho que é ruim.

LULA — Por quê? Você acha que é ruim, porque se tem uma concepção formada de que a grandeza do sindicato está no montante de gente que o acompanha. Para mim, sua grandeza está na sua combatividade.

RA — Lula, o que importa não é o tamanho do sindicato, mas que seja o elo que unifique toda a categoria, porque o perigo está em você fragmentar a pretexto de liberdade.

LULA — Está certo, então você prefere que, em nome do medo que se tem disso, possa favorecer o outro lado? É besteira pensar em fragmentação quando se está trabalhando com a categoria. Foi por isso que São Bernardo se limitou a trabalhar em cima do resultado do congresso, porque, na medida em que se põe a categoria para viver aquilo que tem que se fazer, qualquer pessoa que proponha a fazer algo fora daquilo leva o repúdio da categoria. Na medida em que os companheiros como os da Fiat fazem a luta que fizeram e não contam sequer com o apoio de seu sindicato, é normal que passe pelas suas cabeças a desvinculação, como passou pela de São Bernardo a desvinculação da Federação. O seu argumento é o mesmo que usaram contra a gente quando rompemos com a Federação.

MDP — Não é isso. Veja bem, a Fiat foi muito mais prejudicada pela divisão que existe no movimento sindical que é fruto da falta de uma perspectiva política operária do que da entidade em si. Não seria só o sindicato que iria resolver o



problema dos metalúrgicos da Fiat do Rio de Janeiro, mas o apoio político efetivo de todo o movimento operário sindical, da sua unificação na luta contra o desemprego. A questão é como você vê o aparecimento hoje no Brasil de várias centrais, a Central Comunista, a Central Socialista etc.?

LULA — Eu acho que não podemos mistificar em nome da unificação, imagina tudo isso dentro de um mesmo saco, dentro de uma única direção. Será que vai dar no mesmo problema? Por isso penso que não podemos mistificar a questão ideológica. Veja, acho que são possíveis vários pontos de vista divergentes estarem fechados em cima da mesma proposta de luta da classe trabalhadora. Daí se vai ter uma Central Única: a única coisa que quero é debater que tipo de representação nacional a classe trabalhadora quer. Se for decidido que é única, será única. Se for decidido que são 20, serão 20. O que se tem é medo de liberdade. No fundo, quando se coloca a questão da liberdade, sempre começamos a pensar as coisas piores que poderão acontecer. Por que não pensar nas melhores? A questão da liberdade sindical precisa ser colocada em toda sua plenitude e aí não adianta pegar o exemplo do divisionismo na Itália, na França, senão seremos obrigados a pegar o militarismo de Cuba, da Rússia. A nível da ação sindical, a Polônia é o exemplo mais vivo disso, de que nem sempre o sindicalismo único é a solução. Porque só será solução se ele tiver a liberdade de representação da classe trabalhadora.

RA — Mas Lula, a Solidariedade é uma central unitária e é independente do Estado. Essa é a questão, o Solidariedade não é fragmentado. O que se tem que conquistar é a independência política dos trabalhadores.

LULA — Então, você tem que admitir que, se houver uma Central Única no Brasil, é possível que surja uma outra corrente dizendo: "Assim não dá, vamos criar outra." Porque o Solidariedade se criou enquanto alternativa ao sindicato oficial que existia. Eu já tive a idéia de criar uma outra Federação dos Metalúrgicos no Estado de São Paulo. Só não criamos porque a legislação impede. Se nós tivéssemos criado esta Federação, nós teríamos dividido o movimento sindical ou fortalecido?

RA — Tranquilo, mas aí você passou por cima de uma legislação e avançou. Eu tenho certeza de que esta Federação, que não seria uma Federação, mas uma intersindical, tenderia em pouco tempo a arrebentar com a estrutura oficial. Mas o princípio da unidade está preservado. Você não vai sair da Federação para criar um sindicato socialista ou católico. É essa a questão.

LULA — Você tem que fazer com que a outra proposta seja superior e isso se faz tendo propostas de luta superiores a quaisquer outras.

ARF — Gostaria de lembrar o seguinte: o que unifica a classe operária é que ela é explorada violentamente pelo capital, seja ele multinacional ou nacional. Essa unidade se dá na prática. A autonomia e liberdade que ela busca está na sua unificação contra o capital e suas formas políticas e ideológicas de dominação e não como tem sido colocado, por pessoas que defendem o pluralismo sindical, na liberdade de pensamento ideológico. Isso é uma criação burguesa na medida em que se reivindica a independência de pensamento individual, negando-se assim a perspectiva de classe, pressuposto fundamental do pensamento operário.

LULA — Rago, a classe trabalhadora não se divide, embora nós tenhamos trabalhadores cristãos, comunistas, socialistas e tal. Todas as siglas e dogmas se diluem no pé da máquina. Porque no pé da máquina ele é um trabalhador explorado pelo regime capitalista. Na Itália, que podemos pegar como exemplo de sindicalismo mais combativo, a Frente dos Trabalhadores Metalúrgicos surge exatamente para unificar a divisão existente no sindicato metalúrgico comunista, socialista e democrata-cristão. E está dando resultado. Esse pessoal passou por um



processo de luta, por várias experiências, até chegarem a esses entendimentos. Eles têm dado demonstração de que mesmo havendo a divisão ideológica, nas bandeiras de luta da classe trabalhadora, são muito mais unidos do que aqui no Brasil. Quando se fala em pluralismo sindical e em liberdade sindical, sempre se lembra da convenção 87 da OIT. E necessariamente liberdade não significa isso, não significa você fragmentar o sindicato por sessão, por empresa, ou coisa parecida. Liberdade significa ter o direito de escolher o tipo de sindicalismo que se quer. A divisão é ditada a partir do momento que você tiver uma proposta de luta que seja consenso da classe trabalhadora. No entanto, dentro da realidade atual, é plenamente normal se admitir que a chapa de oposição dos metalúrgicos de São Paulo queira funcionar como entidade paralela. Ora, ela não encontra o sindicato aberto, nem pra pegar ficha de filiação. Outro caso é o da UTE (União dos Trabalhadores do Ensino), de Minas Gerais. Quem representa mais esses trabalhadores? Inegavelmente o Luís Soares é o dirigente sindical mais representativo de Minas, tem ainda o Godofredo, do Rio. Ora, esses companheiros criaram uma alternativa para sua categoria, em função da proibição que tiveram dentro do seu sindicato. Quando se está impossibilitado de trabalhar por dentro, você trabalha por fora. Quero que a minha posição seja vista como a posição de um dirigente sindical que não mistificou nada, que tentou fazer tudo que era possível neste Brasil, dentro da categoria, no sentido de levar uma luta a nível nacional, e que não foi possível porque encontrei barreiras. Eu mentiria pra vocês se dissesse que encontrei como pior adversário o Estado. O pior que encontrei foi o próprio movimento sindical, que trabalhava contra a gente.

PBD — Ainda sobre a questão da liberdade, é preciso deixar claro que ela tem conteúdo de classe, determinado por necessidades concretas e perspectivas históricas. Não são propostas de formas ou técnicas de organização que farão a unidade real da classe trabalhadora, mas uma proposta política que coloque a necessidade dessa união para a sua emancipação diante do capital. É no desenvolvimento da luta da classe operária, da consciência de suas necessidades concretas e de sua perspectiva histórica, que vejo a questão da organização.

LULA — Mas você concorda que a unidade deve-se dar na diversidade?

PDB — O que não podemos esquecer é que essa diversidade de concepções políticas dentro do movimento operário, que atende às necessidades da burguesia para fragmentá-lo, deve ser combatida pela ação unitária da classe operária que, para isso, necessita de sua independência ideológica e de uma concepção científica da realidade de seu ponto de vista.

ARF — Na revista Isto É, você colocou idéias que abrem claramente para uma concepção pluralista. Por exemplo, quando afirma que toda Central Única possui um caráter totalitário. Ora, a luta que unifica e centraliza os trabalhadores está dada em sua própria situação social. No caso brasileiro, romper com o arrocho salarial, com a dominação imperialista, monopolista e latifundiária, assim como suas formas políticas de dominação — onde a estrutura sindical atrelada é parte delas —, é a verdade concreta que unifica os trabalhadores. Não se trata, portanto, de discutir as formas de organização, se é totalitária ou liberal, mas os conteúdos políticos que vão determinar a forma adequada.

LULA — A questão que coloquei na Isto É era mais ou menos a seguinte: de repente reivindicamos liberdade e autonomia sindical e criticamos a atual estrutura sindical como um todo, que o fascismo trouxe para nós. De um lado, nós temos o regime fascista, propondo o sindicalismo único e, de outro, determinados países socialistas também. Acontece que todas essas contradições criam dificuldades para que possamos discutir a questão da liberdade e autonomia sindical em toda a sua



amplitude, que poderá até significar o pluralismo sindical. O que eu afirmei é que era preciso haver um amplo debate entre a classe trabalhadora. Eu gostaria de citar aqui o caso prático da Espanha. Durante muito tempo o sindicalismo ficou marginalizado, existia um sindicato oficial e as verdadeiras organizações sindicais da classe trabalhadora agindo na clandestinidade. Aí surgiram as Comisiones Obreras, que praticamente representavam e serviam de parâmetro para o movimento sindical espanhol.

PDB — Aí está um caso concreto de liberdade enquanto consciência da necessidade. Debaixo da ditadura franquista, a classe operária espanhola buscou uma resposta através da organização e da emancipação.

LULA — No processo de democratização da Espanha surgiu outra central, a União Geral dos Trabalhadores, que também existia na clandestinidade, mas era menos conhecida que as Comisiones Obreras, que possuíam a hegemonia no movimento sindical espanhol. E logo, a UGT, de orientação socialista, que saiu do nada começou a crescer. Nas eleições do ano passado houve mais de dois mil delegados que as Comisiones. É para isso que eu queria chamar a atenção: talvez o modelo espanhol não sirva de exemplo para o Brasil. Mas num processo de liberdade é possível a classe trabalhadora se definir por uma ou várias formas de organização. Hoje a UGT pratica o sindicalismo mais combativo da Espanha, mais do que as Comisiones Obreras, que estão nas mãos dos comunistas.

RA — O declínio das Comisiones Obreras dá para entender perfeitamente, pela orientação reformista e conciliadora levada hoje pelo PCE.

LULA — Por isso eu acho que a melhor proposta é aquela debatida pela base, que tende a ser a única. Num processo de liberdade sindical os trabalhadores espanhóis, quem sabe em dez anos, poderão escolher uma única central porque foi dada a liberdade de opção. O mesmo poderia se dizer do movimento sindical francês, onde atualmente a CFDT — Confederação Francesa Democrática do Trabalho — que é socialista e tem propostas muito mais objetivas para a classe trabalhadora do que a CGT, de orientação comunista. Agora, com a vitória do Mitterrand, ela deverá crescer muito mais. Nessa viagem, o que senti é que é preciso levar em consideração o nível intelectual do povo e sua formação política. Não é fácil pegar as coisas de lá e colocar no Brasil. Mas, ao mesmo tempo que se critica, é necessário respeitar as experiências de outros países. O sindicalismo alemão é único, o sueco também, mas não são mais combativos do que o francês, o italiano e o espanhol.

PDB — Para encerrar esta questão, é necessário colocar que, além da liberdade de organização sindical e política, para sua emancipação econômica e política, a classe operária necessita de independência ideológica. O sindicalismo americano é formalmente independente do Estado, mas não ideologicamente.

RA — Ela não questiona o Estado, nem a burguesia nem a sociedade capitalista, à qual está totalmente subordinado. Chegou até defender a guerra do Vietnã. Como você vê isso? É possível a independência da classe operária somente frente ao Estado e não frente ao capitalismo?

LULA — Não, eu acho que a independência tem que ser em relação aos partidos políticos, ao Estado e ao capitalismo. Eu não diria independência ideológica, mas autonomia em relação a posições ideológicas. Eu posso ter uma definição ideológica, mas como dirigente sindical eu não subordino minha categoria à minha posição. Eu subordino a minha posição ideológica ao que a categoria pensa a nível de sindicalismo. O que não posso conceber é um sindicalismo comprometido com o regime capitalista.



PDB — Como você vê o processo de eleições e a formação de duas chapas concorrendo ao Sindicato de São Bernardo?

LULA — A questão do surgimento de duas chapas está posta no plano ideológico. O documento que o Osmar e o Alemão fizeram depois da greve de 80 levou a diretoria a entender que, se eles entrassem no sindicato, iriam mudar completamente a filosofia de trabalho por nós implantada que, certa ou errada, foi a que nesses últimos anos deu melhores respostas ao movimento sindical e que poderia ser diluída numa chapa única. A prática sindical do pessoal que compõe a Chapa 2, a forma de articulação empregada, a visão deles sobre a Unidade Sindical, tudo divergia da atual diretoria e ela foi levada a entender que não era prioritária a formação de uma chapa única, com dezenas de tendências que depois iriam ficar três anos tentando resolver seus problemas internos. Acho que as divergências ideológicas são levadas para a divergência sindical que existe entre nós. Não é novidade que a maioria dos companheiros comprometidos com tendência A ou B, no fundo, levam para dentro do sindicato ou partidos políticos, grupos onde militam, não a sua posição pessoal, mas a posição da organização a que pertencem. E a gente não pode se subordinar a isso, num sindicalismo que chegou aonde o nosso chegou. Até pelo próprio puritanismo da diretoria é importante frisar isso. Se nós parássemos para fazer análises políticas, como muita gente queria, não teríamos feito metade do que fizemos. Quantas vezes tínhamos que fazer alguma coisa e chegava alguém e dizia: “Pô, vamos fazer uma análise conjuntural.” E nós chegávamos à conclusão que se parássemos para fazer isso, não faríamos nada. Há o caso de dois diretores meus que brigaram com as empresas e subiram nas bancadas dos chefes para fazer comício. Nós fizemos uma reunião com o departamento jurídico e chegamos à conclusão que eles estavam errados. Imaginem se eles acatassem aquela decisão de se submeterem à restrição imposta pela lei, a gente não tinha avançado porra nenhuma. Esse tipo de prática sindical livre fez com que fôssemos chamados de burros politicamente. Mas foi o que fez a gente avançar. Quando se começa a analisar politicamente, acaba-se retrocedendo e não avançando. Luta de massa é isso. Eu concordo com o Expedito quando diz que, se você compõe a direção do sindicato por representação de tendências, atrasa o movimento sindical. Tem muito mais coisas que eu gostaria de dizer, mas ficam para depois das eleições, que a gente pode falar à vontade. Quando nós optamos pela Chapa 1, nós optamos antes de tudo por uma chapa que dará sequência, com toda honestidade possível, ao trabalho que a diretoria de São Bernardo começou em 75. Nós temos consciência de que, se os companheiros forem eleitos, eles trabalharão, quem sabe, muito mais do que a gente trabalhou.

PDB — Eu queria fazer uma colocação: não concordo com sua posição a respeito de o candidato pertencer a essa ou aquela tendência política. A questão está posta em sua atividade prática se resulta ou não do reconhecimento de sua categoria. Uma outra coisa, lembrando um ditado popular que diz “Não há ponto sem nó” e um pensamento do filósofo marxista Georg Lukács, que afirma que “não existe filosofia inocente”, é seu apoio dado à Chapa 1. Quer você queira, quer não, ele representa uma posição política e ideológica, onde se objetiva evitar que o sindicato venha a ser uma correia de transmissão de organizações ou partidos. Nesse sentido a Chapa 1 não estaria comprometida com o PT?

LULA — Veja que é engraçado: Nós temos mais gente do PMDB do que do PT na Chapa 1. Era normal que se tivesse um elemento do PT na Chapa porque, na medida em que nós nos propomos a ser o partido da classe trabalhadora, esperamos que num futuro próximo todos os trabalhadores estejam no PT.



RA — Mas isso expressa uma postura política e ideológica, não é, Lula? E eu acho que é normal, não existe problema nisso.

LULA — Nós temos uma decisão no PT, que precisa ser levada a sério. Um dirigente sindical que é ao mesmo tempo militante ou dirigente do partido, deve sempre tomar uma decisão sindical que represente a vontade de seu sindicato, mesmo que isso se contraponha à decisão partidária. Há outro troço engraçado: na Chapa 1 temos mais gente que não pertence a nenhum partido do que ao PT ou PMDB. O critério de participação na chapa não foi o de pertencer a este ou aquele partido.

PDB — Você apontou agora um princípio ou pelo menos uma orientação do PT a nível sindical. Por que o PT não tem ainda uma linha sindical?

ARF — No Rio de Janeiro, nas eleições dos metalúrgicos, saíram três chapas do PT. Como é que se explica isso?

LULA — Eu sou contra uma linha sindical para o PT. O que aconteceu no Rio é que saiu uma chapa da Convergência, outra do cacete a quatro e assim por diante. O que não se pode fazer, quando se fala do PT, é massificar, botar tudo no mesmo saco.

ARF — Mas aí não surge a necessidade de uma posição coerente? No caso da Fiat, numa reunião do PT houve até racha...

LULA — A gente poderia pegar o seguinte: no Congresso da UNE, em Piracicaba, nós fizemos uma reunião com mais de 1.500 militantes do PT, tentando tirar uma chapa única do partido. Saímos de lá convencidos de que tínhamos feito o diabo da chapa. E quando a gente viu, porra, saíram três chapas do PT. Na verdade, quando as pessoas falam que uma chapa é do PT, é porque ninguém quer assumir que é chapa da Libelu ou da puta que a pariu. O PT na verdade não tem que ter chapa nenhuma. E aí eu volto à questão da linha sindical, acho que é exigir demais de um partido político. Eu penso que o papel de um partido político é assumir a postura dada pelo próprio movimento sindical e não o partido definir uma regra para o movimento sindical. Quando nós discutimos o manifesto, o programa e outros documentos do partido sempre tivemos o cuidado de não definir uma linha sindical. Porque, veja, eu e o Olívio Dutra temos pontos divergentes a nível sindical. Nós não podemos querer que um sindicato se adapte à linha sindical de um partido, é o partido que precisa se adaptar às várias linhas políticas e sindicais que, mesmo divergentes, têm pessoas que desenvolvem um trabalho honesto, decente, voltado à classe trabalhadora. Essas discussões têm que ser levadas dentro do partido, assim que acabarmos com a fase das convenções, é uma discussão muito reclamada que terá que ser feita. Mas eu acho que o PT não tem que ter uma linha sindical definida, este não é o papel do partido. O partido tem que se adaptar às várias realidades sindicais existentes, inverter o quadro, senão a gente vai transformar o partido numa correia de transmissão.

RA — Aí você inverteu a correia. E essa posição não é desprovida de fundamento ideológico. O Partido Trabalhista inglês também nasceu do próprio movimento sindical. E ele se restringe aos próprios limites do sindicalismo inglês que por suas concepções políticas e ideológicas subordina-se à burguesia. O PT inglês não propõe a transformação do sistema capitalista.

LULA — Eu me sinto muito à vontade para responder a isso porque não conheço o PT inglês.

RA — A questão é a seguinte: em que medida se subordinar aos marcos do sindicalismo não restringe o programa do partido? E outra questão remete-se à



própria concepção de vanguarda da classe operária. Para Marx, Engels e Lênin, a vanguarda da classe operária é entendida como um segmento dela, que elabora um programa revolucionário fundado nas lutas concretas da classe operária e do conhecimento de todas as relações entre as classes no conjunto da sociedade. Este é um problema que o PT terá de enfrentar, principalmente porque nele se expressam também várias tendências políticas que se colocam como vanguardas.

LULA — Acho que não está ao meu alcance responder a tudo isso. Naquela hora eu estava dizendo que me sentia à vontade porque desconhecia o PT inglês. A gente não pode ser tão puritano e querer fazer um partido político puro e este ser, simplesmente, o resultado do que é o movimento sindical. Aí não precisa fazer o partido político. Basta fazer uma CUT e estaria resolvido o problema. A nível sindical você tem uma participação efetiva naquilo que é específico no regime capitalista como o nosso. No plano político, o partido tem que ter um projeto de reformulação da sociedade. Eu acho que é em função de todos os movimentos populares que se dará as diretrizes de funcionamento do partido político.

ARF — E como fica então nessa concepção o papel da classe operária como vanguarda?

LULA — O que eu estou colocando tem a classe operária como resultado dos movimentos populares, porque não tem movimento popular sem classe operária. Então, o partido político é a única coisa que pode dar homogeneidade às mais diferentes aspirações da sociedade. E ninguém organizou mais vanguarda em nosso país do que o PC. Só que ele cometeu um erro histórico, tirava um operário da fábrica e transformava-o numa vanguarda, que atuava agora como representante do partido dentro da fábrica. Quando na verdade ele deveria ser um membro da classe operária dentro do partido. Na medida em que ele forma a visão de que é vanguarda do partido dentro da classe operária ele deixa de ser praticamente classe operária: passa a ser somente vanguarda e a passar por cima da própria classe operária. Então, a que se propõe o PT? Por que muita gente questiona o PT por não ter uma definição socialista muito objetiva? Porque para mim não está claro ainda, e mesmo a nível da experiência de outros países, qual o tipo de socialismo perfeito que atende aos nossos interesses. Eu não ousaria dizer que seria o cubano, o polonês, o soviético, o chinês ou albanês. Eu tenderia a dizer que o PT se propõe a reunir a classe trabalhadora para ela decidir que tipo de socialismo ela quer. E, quando digo que o PT é a vanguarda, é porque nenhum conseguiu fazer o que o PT fez: filiou mais de 200 mil no Brasil.

RA — Esse é um dado significativo, mas não é nem algo original historicamente — o PC em seus dois anos de legalidade entre 1945 a 1947 chegou a 200 mil — nem indicador de que o PT seja a vanguarda da classe operária. Pode ser um dado eleitoral.

LULA — Não é um dado eleitoral porque na proposta original do PT se visava a sustentação do Partido em cima dos núcleos de base. Porque você só vai conseguir efetivamente ter a classe trabalhadora como vanguarda da luta se conseguir organizá-la em cada rua, cada vila, cada bairro, cada local de fábrica. E, agora, vamos sair com um novo desafio aos militantes do partido: de se criar, dentro de um projeto eleitoral, dez mil núcleos em São Paulo, levando-se em conta os 13 milhões de eleitores previstos para o Estado de São Paulo nas eleições de 1982. Isso tudo para ver se o partido se transforma efetivamente num partido de massas. E só será quando a massa estiver participando dele. O que está faltando ao PT para encontrar o seu verdadeiro caminho é discutir política. E nós não temos discutido



política, pois o que temos feito é trabalhar em cima do calendário, cumprindo a legislação que nos é imposta. Nas convenções é que vamos ter tempo para discutir os problemas em todos os seus aspectos. Nesse sentido a comparação com o PT inglês não tem nada a ver, porque não existem no Brasil as mesmas condições e possibilidades que fizeram a Inglaterra, a Alemanha, a Suécia, darem um padrão decente de vida aos trabalhadores na base de exploração de outros povos, o que desvirtua a visão de igualdade que todo ser humano tem que ter. A sociedade indígena é o maior exemplo disso.

RA — Eu não quis comparar o PT ao Partido Trabalhista inglês, o que quis foi dar uma idéia do perigo que existe num partido que fica só no plano sindical. O projeto do PT é ir além de um partido reformista burguês, não é?

LULA — O PT quer ir muito além porque, senão, não teríamos criado um partido novo, entrariamos no PMDB.

ARF — Como você vê a questão de vários setores do PT assumirem e já se organizarem em torno de sua proposta de greve geral?

LULA — Acho que o pessoal está passando os carros na frente dos bois, porque essa questão não está definida. Seu grande centro de debates será a Conclat. Se vai haver, ou não, greve geral é algo que tem de ser definido pelo movimento sindical, é isso que eu tenho dito em todos os lugares. Não adianta o partido deflagrar a greve, uma vez que isso é definido pelo movimento sindical, só aí as pessoas devem-se articular para formar comitês de solidariedade e sustentação.

PDB — A debilidade da oposição, durante estes anos de ditadura, está no fato de ela ter permanecido presa a uma concepção politicista. Isto é, ficou presa ao artil da situação criada pela ditadura, discutindo tudo no plano meramente institucional. Agora, com o aprofundamento da crise econômica e do ônus jogado sobre as costas dos trabalhadores, com o desemprego em massa, com mais arrocho e humilhação, a oposição continua enebriada pelo canto de sereia da auto-reforma da ditadura. Durante esses anos sequer se dispôs a uma real saída, a formulação de um programa econômico alternativo que pudesse liquidar a fome das maiorias, mobilizando-as e unificando-as numa luta comum. Nesse sentido é que queremos saber o que você entende quando lança proposta de um novo modelo econômico.

LULA — Vamos tentar ser bastante objetivos. Quando nos propomos a discussão de um modelo econômico alternativo ao que está aí, nós não levamos em conta o que seria ideal num regime socialista. Temos é que ter o pé no chão para saber o seguinte: a quanto nós andamos para chegar lá.

RA — Para ficar claro, a proposta não é de um programa para administrar a crise do capitalismo, mas, sim, para se atingir o socialismo?

LULA — O objetivo é o socialismo, entretanto por uma questão até de sobrevivência não posso ficar sonhando com o perfeito, sem fazer nada para melhorar hoje. Não adianta ficar apenas criticando o regime capitalista e esperar que o socialismo se implante, sem dar nenhum passo para isso. A minha proposta é plenamente possível dentro do quadro da realidade brasileira. O que eu quero é dar melhores condições de vida para o povo brasileiro e acabar com essa baboseira de que a crise é do petróleo, que é internacional, que é disso ou daquilo. O que nós precisamos é de muita coisa concreta para fazer o povo se mobilizar, porque não se faz a mobilização em cima de sonhos, mas em cima de coisas objetivas, que ele sente na carne. Quando proponho a discussão de um novo modelo, é porque no atual é que está a fome, a impossibilidade da classe trabalhadora ter acesso à saúde, à educação, é nele que estão implantadas a favela, a falta de terra para o homem



trabalhar, a política do desemprego. Não adianta chegar na rua e dizer que o negócio é o socialismo. Agora, se você chegar a uma porta de fábrica e falar que o capitalismo é filho da puta, que só vamos conseguir melhorar a situação do Brasil na hora em que se começar a discutir a distribuição de renda, que o salário mínimo passar a ser decente, para que se ganhe o suficiente para comprar um quilo de carne, um litro de leite, o feijão para o filho poder comer, aí, sim, você consegue mobilizar o povo. A minha proposta é chamar a classe trabalhadora a fazer essa discussão. É lógico que na medida em que se conseguir mobilizar o povo para essa discussão, nós teremos outro espaço. Mas é por essa discussão e pela greve geral que penso checar o regime brasileiro. É preciso trazer o povo às ruas, para, depois que ele estiver discutindo, dizer o que tem de ser feito no país. Eu não sonho apenas com o fim do desemprego, com a teoria de que é melhor pingar do que secar, de que é melhor ter oito mil trabalhando do que ninguém, para mim isso é balela. Não estou disposto a discutir um modelo econômico para dar resposta a um salário mínimo de oito mil cruzeiros, mas um modelo onde a classe trabalhadora participe da produção. Ontem mesmo um companheiro do PC do B falava que sem a Constituinte não ia adiantar fazer nada e um companheiro do MR-8, questionava dizendo que eu era economicista e que o negócio era mesmo a Constituinte. Eu não entro nessa discussão, porque a classe trabalhadora não está a fim de discutir isso. Agora, se conseguir trazer o trabalhador às ruas, para discutir a realidade econômica, a vida dele, eu creio que podemos dar dez passos adiante na direção daquilo que a gente quer.

RA — Dentro disso e no sentido de entender melhor sua colocação, quero saber se voce crê na possibilidade de resolver o problema da fome, de concretizar isso tudo, sob o atual governo.

LULA — Perfeito, olha eu não me preocupo com o homem, porque sinceramente não vejo diferença entre um militar como Figueiredo e um civil como Armando Falcão, e tantos outros. O mal não está aí. O que sei é que o regime precisa mudar, e isso acontecerá na medida em que a classe trabalhadora se sobrepor à classe que hoje a explora. Para mim, não há melhoria para nosso povo com o regime atual.

ARF — Você falou que não está preocupado com a crise do capitalismo mundial, mas com o caso brasileiro. Gostaria de saber como você vê a natureza deste regime, o seu caráter.

LULA — Para mim Figueiredo representa o conjunto do capitalismo no Brasil, não existe diferença entre o patrão brasileiro e o patrão estrangeiro. Eu vou mais longe, esse projeto foi implantado quando Cabral descobriu o Brasil, acabando com a sociedade indígena que existia e dando início à primeira prática de exportação. É lógico que houve um aperfeiçoamento, que o capitalismo avançou pra cacete nesses últimos 500 anos. Aliás, avançou e se aperfeiçoou a ponto de surgir a social-democracia que para mim representa o símbolo da perfeição do capitalismo.

RA — Numa entrevista a um jornal italiano você defendeu a social-democracia sueca.

LULA — Eu não defendi o socialismo sueco, o que disse é que o regime capitalista sueco demonstrou que o capitalismo pode ser mais ou menos filho da puta, dependendo do tipo de governo que ele tenha. E eu elogiava a Suécia, dentro de um regime social-democrata, que é o mais perfeito, o mais democrático, e onde há maior participação da classe trabalhadora. Dizia ainda mais, que só é possível existir a social-democracia em função da exploração dos países da América Latina, da África e da Ásia. É em função dessa escravidão, dessa exploração, que esses países



garantem um bom padrão de vida, atendendo às necessidades materiais do seu povo, muito mais que vários países socialistas. Se você medir o nível do padrão de vida de um trabalhador sueco, com o de um trabalhador de qualquer outro país, duvido que no mundo alguém viva tão bem como ele. Não quero dizer com isso que seja adepto desse regime, que significa escravidão de outros povos. Se não fosse a Scania-Vabis no Brasil, se não fossem tantas outras empresas em outros países, a Suécia não poderia dar o padrão de vida que dá aos seus trabalhadores e mistificar o regime capitalista como ela acabou mistificando. Também existem aqueles países que escravizam, mas que não conseguiram dar o padrão de vida da Suécia, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos. Bom, o que eu tentei mostrar foi isso, que o regime capitalista avançou tanto que o povo ficou sem perspectiva, ficou sem ter o que fazer, tem escola de graça, casa para morar, dinheiro etc. E quando está desempregado tem ajuda.

ARF — Mas isso de modo algum elimina do capitalismo imperialista suas contradições básicas, de se apropriar indevidamente dos produtos do trabalho. O que gera toda essa mistificação a que você se refere agora, fruto da necessidade de preservação do capitalismo e da manipulação ideológica.

LULA — Eu sei, mas o que eu estou querendo mostrar é simplesmente que o regime capitalista conseguiu se aperfeiçoar mais em alguns países do que em outros, graças à exploração de outros povos. Como eu não quero que o Brasil escravize ninguém, não sou social-democrata. Na verdade eu nem sei o que eu sou ideologicamente, eu sei que sou um trabalhador que quer igualdade para a classe trabalhadora, uma sociedade justa onde não existam o rico e o pobre, onde todo o mundo viva como beneficiário daquilo que produz, que a terra seja para todo o mundo, que a educação seja para todos.

ARF — Como você se posiciona frente à questão da propriedade privada?

LULA — Eu quero propriedade privada para todos.

RA — Você quer que todos tenham propriedade privada ou que a propriedade seja comum a todos, que seja coletiva?

LULA — Que todos tenham direito à propriedade privada. Hoje, o cara tem uma fazenda onde ele não deixa ninguém entrar. Com que direito ele tem essa propriedade privada? Por que todo o mundo que mora com ele não é dono daquela propriedade? Para mim isso é mais fácil de entender do que ficar discutindo essa propriedade coletiva.

RA — O que nós estamos perguntando, não é como se deve explicar isso para os trabalhadores, mas sua concepção sobre esta questão. Por exemplo, a Volks, deve ser uma empresa que os operários controlariam?

LULA — Eu acho que ela tem que ser uma fábrica onde os trabalhadores não só sejam responsáveis pela produção da empresa, como também usufruam o resultado de sua produção.

ARF — Quer dizer que eles seriam os donos? Enquanto no capitalismo temos a propriedade privada, o Estado dos trabalhadores existe enquanto proprietário coletivo.

LULA — Acho que não teríamos que ter medo, que teria que estar nas mãos do Estado, que deveria ser resultado da representatividade da classe trabalhadora.

RA — Quero entrar numa questão que engata com isto sobre o socialismo. É evidente que o socialismo real, isto é, tal como ele existe, não é um paraíso. A sua construção não é fácil, é um parto difícil, permeado por profundas deformações e



dificuldades. Agora, apesar de tudo isso, os países socialistas, além de acabarem com a propriedade privada, resolveram o problema da fome. Como você vê isso?

LULA — Eu não conheço nenhum caso particular, e aí é que é difícil. Não se encontram facilmente pessoas isentas que escrevam a verdade sobre os países socialistas. Ou tem o cara que escreve metendo o pau, ou tem o fanático que não consegue ver nada, a não ser aquilo que está na sua cabeça e que não corresponde à realidade. Nesse sentido eu acho que cada país tem um regime que é fruto da organização de seu povo. A gente sabe que nenhum deles conseguiu atingir com perfeição aquilo que propôs atingir, quando foi feita a revolução. Agora, sinceramente, não gostaria de ficar analisando nenhum país sem antes conhecê-lo profundamente, de ir lá, ver a realidade da fábrica, o seu controle, a realidade do campo, da universidade. Se formos ver o que a Nicarágua fez, depois de dois anos de revolução, chegamos à conclusão de que já melhorou praticamente 80% o nível de vida do povo, se comparado com o tempo do Somoza. E não adianta vir agora com extremismos, os caras não podem acabar em dois anos com todo o passado colonial. Eu fico tranquilo em saber que, se a direção da Nicarágua não fizer aquilo que o povo se propôs a fazer, o povo faz uma outra revolução em cima dessa. Eu estive visitando algumas fábricas e senti isso. Eles sabem que se derem mancada haverá outro golpe, eles estão com o controle de uma série de coisas e com armas na mão. Eu acho que a Nicarágua servirá de exemplo. Ela não está fechando as portas para ninguém, quer a ajuda de todo o mundo e não quer imposição.

PDB — **Para encerrar essa entrevista, que tenho certeza ter cumprido seu objetivo, você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?**

LULA — Apesar de todo esse tempo de entrevista, ainda teria muita coisa para se falar. Mas tem uma que é muito importante. Por que aconteceu o que aconteceu em São Bernardo? São Bernardo do Campo foi em todo território nacional quem mais sofreu dentro do regime, quem mais sofreu com a política econômica do governo. Os trabalhadores de São Bernardo tinham uma série de privilégios, que foram perdidos com a implantação da política do arrocho salarial. Isso leva a se pensar no seguinte: quem mais sente a cegueira, quem nasceu cego ou quem enxergou até uma determinada idade e ficou cego? É exatamente quem ficou cego depois de enxergar. Nós de São Bernardo perdemos muito, esta é uma das razões de que a revolta teria que se dar fundamentalmente nesse setor mais privilegiado da classe trabalhadora. Por outro lado, São Bernardo, que tinha começado com uma geração de trabalhadores advindos do Nordeste, do interior de São Paulo, teve em 1976 a sua primeira geração industrial formada. Já não era mais o trabalhador que veio do interior que estava na fábrica, mas o seu filho. Era o filho dele que estava pensando, era o filho dele que não queria mais se submeter às mesmas necessidades que seu pai passou, de trabalhar de noite, de fazer muita hora extra. Temos que considerar ainda que São Bernardo, enquanto centro industrial mais moderno do país, concentrava milhões de trabalhadores, muitos dos quais juntos dentro de uma só fábrica. E mais ainda: há o nível intelectual desse trabalhador que tinha acesso não só a uma escola primária, como também a um curso profissional. Tudo isso fez com que fosse crescendo uma disposição de luta. Eu gostaria de registrar isso, para não se ter a impressão que foi o sindicato que fez tudo. Ele só teve a capacidade de encaminhar aquilo que eram as aspirações dos trabalhadores. Nós não as inventamos, apenas soltamos a corda da classe trabalhadora, abrimos espaço, abrimos o sindicato para que ele fosse a sua caixa de ressonância. Nós não ensinamos a classe trabalhadora a fazer, foi ela quem nos ensinou como



fazer as coisas. Por exemplo, a questão da mais-valia, muita gente acha que tem que ler "O Capital" para descobri-la, quando o trabalhador a descobre no pé da máquina ele pode não saber teorizar aquilo. Quando eu entrei na Villares, trabalhei num torno que fazia duas peças por dia, aquilo dava para pagar o meu salário, para pagar a máquina e para o patrão ter o lucro dele. Ora de repente na mesma máquina, com algumas modificações, passei a fazer 12 peças por dia. Bom, daí, a gente começa a pensar: para onde está indo isso que estou produzindo a mais? Aí é que você começa a descobrir e a discutir dentro da fábrica.



LUKÁCS: VIVÊNCIA E REFLEXÃO DA PARTICULARIDADE

J. Chasin

Há pouco mais de dez anos — 4 de junho de 1971 — morria Lukács.

E há quinze principiava ele a oferecer **antecipações** de sua **Ontologia**; largamente, por exemplo, quando de suas conversações com Abendroth, Holz e Kofler.

Ao longo de “sete décadas de febril atividade”, como diz István Mészáros, constituiu sua obra: desde o remotíssimo 1908, quando já havia completado um livro sobre o desenvolvimento do teatro moderno, e logo depois **A Alma e as Formas**, tudo na esteira neokantiana de Simmel, Weber e Rickert, linha que muito depressa abandonaria, até à redação, sessenta anos depois, ao limiar de sua morte, dos **Prolegômenos à Ontologia do Ser Social — Questões de Princípios acerca de uma Ontologia Hoje Possível**, resumo pelo qual tentou superar seu descontentamento pela maneira através da qual havia exposto as partes “histórica” e “sistemática” de sua **Para uma Ontologia do Ser Social**, primeiro intento de produzir uma Ontologia dialética marxista sistemática, na qual trabalhara de 64 a 68.

Muito próximos do centenário de seu nascimento (Lukács nasceu a 13 de abril de 1885), e já a menos de vinte anos do fim deste nosso século XX, é mais do que seguro afirmar, pela extensão, densidade, valor e resolução, temáticas de sua obra, que ele se configura no mais importante e expressivo pensador dos anos noventa, para quem o saber é um imperativo do agir e a ação um ato categórico conduzido pela razão.

Importância e expressividade quanto aos problemas e às necessidades mais vitais do nosso século, e não quanto às soluções e práticas típicas que este mesmo século fez emergir e vingar.

Homem de seu tempo e contra o mesmo, Lukács dá corpo, em certa medida e pelo menos alusivamente, à sua própria definição juvenil (**Teoria do Romance**)



do gênero romanesco, com seus heróis problemáticos buscando valores autênticos num mundo alienado e de solidão. **Herói problemático** da filosofia e da política esgrimiou contra **mundos** (no plural) da alienação, na desfavorável condição de “guerrilheiro” (como ele próprio, no fim da vida, metaforicamente designou a si mesmo), “guerrilheiro” da razão dialética, condenado a colher derrotas e vitórias. Muitos mais vitórias do que se poderia esperar de um “herói problemático”, mas aí já interfere concretamente a grandeza do “tipo excepcional” que ele foi; provavelmente também a justeza daquilo que deve, sem alternativa, ter tomado para si como uma espécie de guia geral para a caminhada, recolhido talvez das palavras (várias vezes citadas por ele) do rabino Jonathan Eybeschütz, personagem de **O Judeu Süss** do romancista alemão Feuchtwanger: “Ser um mártir é fácil; é muito mais difícil permanecer entre luzes e sombras pelo bem de uma idéia.”

Pelas idéias e pelos atos, ao longo de toda a sua vida, Lukács habitou a malha áspera de realidades adversas. Seu primeiro e grande sucesso: tê-las contrariado, sem sucumbir. Diga-se de passagem, há certas **cobranças** dirigidas a Lukács, quanto a ter deixado de tocar ou fazer **isto** ou **aquilo**, que parecem não revelar mais do que atitude e expectativa do **leitor de cartilhas** desejoso, consciente ou inconscientemente, de coisas prontas, ou pelo menos facilitadas; do mesmo modo que dadas afirmações, concernentes a ter ele soçobrado aos limites de seu tempo e situação, escondem, por algum motivo —, que Lukács forçou a exploração destes limites para muito além do que fez qualquer outro autor da época. Ocultando isto, tais restrições impedem, em verdade, que o “exigente” inquiridor perceba que ele próprio, sim, no caso, está sob o risco de sucumbir à imediatividade da crise do capitalismo, aos dilemas do “socialismo de acumulação”, ou a algum dos muitos descaminhos do vasto caminho do marxismo.

Mas foram, não surpreendentemente, estas mesmas realidades adversas que forneceram a Lukács o motivo, a matéria-prima e o ângulo especial para a elaboração de suas mais agudas e decisivas contribuições, e com estas fazendo avançar a construção teórica do marxismo: resgatando fundamentos e questões que desde a II Internacional haviam sido atropelados e abandonados, desenvolvendo e sistematizando temas e aspectos antes apenas a florados, e instaurando espaços teóricos resolutivos para o corpo científico do marxismo, que anteriormente não haviam sido tratados.

Lukács não apenas captou a enorme importância teórica da formulação marxiana da “miséria alemã”, como viveu diretamente a “miséria húngara” e, sob diversas formas, a “miséria do socialismo de acumulação” (desde logo, frise-se, uma “miséria” de outra natureza).

Determinando, a grosso modo, a “miséria húngara” (à semelhança da “miséria alemã”, cunhada por Marx) como o resultado geral, em todos os aspectos da sociedade, de um acentuado atraso no desenvolvimento histórico do capitalismo, e da progressão deste através da conciliação com os interesses dos extratos dominantes da formação anterior, atraso, no caso húngaro, **agravado** pelo fato de que o retardamento prossegue pelo século XX afora, e porque exhibe uma especial imobilidade e generalizada impotência social quanto às possibilidades objetivas de mudança, há que ressaltar a alta força condicionante da “miséria húngara” para a reflexão juvenil de Lukács. Este, em sua fase pré-marxista, articulará sua repulsa à vida burguesa, por força do que se mostra inamovível, numa visão das transformações sociais que será a exigência da **transfiguração cabal**: numa palavra, **mudança total ou coisa nenhuma**. O que conduzirá àquilo que já foi chamado de seu “utopismo ético”, e que ele melhor determinou, dizendo que, à época, praticava



“uma ética de esquerda jungida a uma epistemologia de direita”. “Utopismo ético” que vai perdurar na sua transição para o marxismo, preenchendo agora a forma de sua atuação esquerdista de militante político organizado. E se for certo que esse “utopismo ético”, ou algo do tipo, se manterá, como quer Mészáros, ainda depois e até o fim de sua obra, o fundamental a estabelecer, aqui, é que a determinante, agora, é a “miséria do socialismo de acumulação”. Expressão esta com que remetemos ao universo dos graves problemas que tem redundado das transições para o socialismo, quando estas são efetivadas, como até hoje o foram todas, a partir de países atrasados — os chamados **elos débeis** da cadeia capitalista, onde se tornam imperativos largos processos de acumulação econômica que, em países desenvolvidos, se realizam normalmente ainda sob dominação capitalista; transições que têm evidenciado, à saturação, dificuldades, até agora intranspostas, na estruturação de formações correspondentes aos valores e às concepções sintetizadas pelos clássicos, refletindo possibilidades e expectativas humanas mais plenas. “Miséria do socialismo de acumulação” que induz Lukács à necessidade de **vincular e contrapor à imediatividade do socialismo, assim objetivado e tolhido por distorções, os fins e valores últimos de uma futura humanidade socialista**. Se assim é, não basta ressaltar, como faz Mészáros, que, apesar desta “debilidade” lukácsiana, no filósofo húngaro se “mantiveram vivos, com o máximo rigor intelectual, ideais socialistas, utilizados como uma estrutura geral para a crítica do imediatamente dado”. Não, é imprescindível ir bem mais adiante e compreender que tanto a “miséria húngara” como a “miséria do socialismo de acumulação” (e mais uma vez fique ressaltado que, desde logo, esta é uma “miséria” de outra natureza; lembre-se também que para Lukács, dito em suas próprias palavras, “o pior socialismo é melhor que o capitalismo”) obrigaram o filósofo húngaro a febrilmente escavar **realidades** — peculiares e resistentes à inteligência e à transformação, vale dizer, forçaram-no a socavar o **universo das mediações, da dialética da particularidade**, e sobre estas nos oferecer o que nenhum outro pensador deste século foi capaz de apresentar até hoje.

Não há exagero em afirmar que Lukács viveu imerso no mundo da particularização: seja pelas vivências, teóricas e práticas, da “miséria húngara” e da “miséria do socialismo de acumulação”, seja pelo mergulho continuado no estudo da reflexão estética, governada esta, como ele se esforçou por demonstrar ao longo de décadas, precisamente pela **categoria da particularidade**: “O específico da esfera estética é que a particularidade não se põe somente como mediação entre a generalidade e a singularidade, mas, ademais, como centro organizador. (...) a particularidade, como centro ou ponto médio, é o ponto de partida e de chegada dos movimentos correspondentes; isto é: os referidos movimentos percorrem, por um lado, o caminho da particularidade à generalidade e ao inverso, por outro atuam como vinculação entre a particularidade e a singularidade. Não se trata, pois, de um movimento transversal entre as duas categorias extremas, mas de um movimento entre o centro e a periferia” (Estética, Capítulo 12).

Desafiado por realidades e objetos intrigantes, ainda insubmissos à compreensão dialética, aos quais era necessário dar resposta, obsedou-se na captura destas realidades pela única via possível: pela sua tecedura concreta. O **ser real** era o que importava, nada menos poderia satisfazer. Conseqüentemente, busca das mediações, em todos seus modos e formas; busca da especificidade, do peculiar, da diferença que institui e destaca o efetivamente existente; determinação, pois, da particularidade, chave do processo de concreção. Processo que efetua a reprodução intelectual da dialeticidade dos três níveis de generalização (singularidade, particularidade, universalidade) que se encontram enlaçados no real. Concreção sem a qual, ou se desliza



para o empirismo, ou se escorrega para algum tipo de formalismo: em ambos os casos fica desvanecida a possibilidade objetiva de apreensão do objeto real.

Precisamente o objeto real, o **ser**, é a grande preocupação lukácsiana: apressá-lo com rigor científico e, conseqüentemente, ver-se em condições para sobre ele fazer recair a prática política. Como a **práxis** lukácsiana é concebida tendo por centro a autêntica transformação revolucionária, é para ela de todo insuficiente tanto a mera captação da **singularidade puramente imediata** (o empírico), como o simples **enquadramento** do objeto por meio de generalidades ou de esquemas formais e abstratos (modelos) que podem facultar a **manipulação** das capas tópicas do existente, mas não permitem uma intervenção íntima e transformadora do real. Para uma prática desta ordem máxima de profundidade só a reprodução intelectual da **verdadeira concreticidade** é resolutive.

Desta razão decorre o enfático empenho lukácsiano, razão superiormente prática, na edificação de uma **ontologia do ser social**, e na recuperação, explicitação, largo tratamento e fértil emprego da **dialética da particularidade** que ficara, depois dos clássicos, inteiramente esquecida e abandonada, por muitas décadas, na inteira prática teórica e política do marxismo, e não apenas na sua esclerosante vertente stalinista.

Em face da interdição neopositivista à apreensão do **ser**, da realidade tal qual é em sua plena concretude, e de idêntica barragem por parte do stalinismo, ainda que por outros itinerários e motivações, a ninguém se deve mais, ao longo dos últimos sessenta anos, do que a Lukács —, seja pelos seus intentos em relação à **ontologia do ser social**, seja pelos seus esforços em torno da **dialética da particularidade** —, pelo resgate da possibilidade do conhecimento pleno do objeto real e, portanto, da modificação deste. Dizia ele em 1963: “Hoje a luta se apresenta em duas frentes: tanto no oeste como no leste impera, como gesticulação científica, uma renúncia orgulhosa e míope ao conhecimento da realidade objetiva: aqui esta renúncia se apresenta sob a forma do dogmatismo staliniano, ali como neopositivismo restaurador. Porém, em toda parte existe também uma insatisfação crescente com esta situação. A derrota, em última instância inevitável, do dogmatismo staliniano, o renascimento do método marxista que seguirá a ela, à medida que sejam definitivamente superadas as deformações e as lacunas dos últimos decênios e se restabeleça o método marxista em sua pureza e em adequação aos tempos, será sem dúvida também, ao mesmo tempo, a vitória sobre o neopositivismo” (*O Jovem Hegel*, Prólogo à Edição Espanhola).

Precisamente como arma destas batalhas é que se coloca a obra lukácsiana, em especial sua proposta de uma ontologia marxista que, independentemente do grau de elaboração que Lukács tenha alcançado conferir a ela, constitui a trilha de resolução para a questão científica e a polêmica marxista de nossos tempos; da mesma maneira que, com explicitação anterior, mas em conexão, na base e no centro desta contribuição coloca-se a restauração decisiva que operou, para benefício do método dialético, da **categoria da particularidade**.

Aliás, **ontologia** —, enquanto tematização geral do objeto real existente, e **lógica da particularidade** —, como pedra angular do processo de concreção, no mundo objetivo e na reflexão, estão, como não é difícil de perceber, estreitamente vinculados. Não chega a ser temerário dizer que é principalmente a longa e produtiva intimidade com a dialética da particularidade que conduz e faculta a Lukács a percepção da necessidade de que a ontologia marxiana seja explicitada e desenvolvida. Isto porque “A particularidade não é meramente uma generalidade relativa, nem tampouco só um caminho que leva da singularidade à generalidade



(e vice-versa), mas a **mediação necessária produzida pela essência da realidade objetiva e imposta por ela ao pensamento** — entre a singularidade e a generalidade. Trata-se de uma mediação que não se limita a compor um membro de enlace entre a singularidade e a generalidade — ainda que esta função seja, sem dúvida, um dos principais traços essenciais da particularidade —, **mas que ganha nesta função, mediante sua realização, uma significação substantiva**” (Estética, 12 — os grifos são meus); e ainda mais, tendo em vista o que importa aqui: “A natureza à primeira vista contraditória do particular consiste precisamente em que manifesta sua peculiaridade na mutação em generalidade ou em singularidade. (...) esse comportamento da particularidade com respeito à generalidade nasce de sua função como veículo do determinado; (...) Esta situação é decisiva também para a relação entre a particularidade e a singularidade. Recordemos que a superação intelectual da mudez e da indizibilidade do singular se segue precisamente de que suas determinações, que aparecem borradas na imediatez sensível, se manifestam como determinações, e precisamente como determinações de sua singularidade. (...) (determinações), porém, que não podiam-se manifestar na relação imediata entre objeto de conhecimento e o próprio conhecimento na subjetividade. **A mediação que torna captável todo esse material oculto é precisamente a particularidade. Ela realiza esse processo em consequência de sua função básica, criadora de determinação**” (Idem, o grifo é meu). Em suma, diz Lukács, “tem razão Hegel quando diz que a posição da particularidade está vinculada do modo mais íntimo com o ato de determinar”, e acentua comentando: “na lógica de Hegel a particularidade é inclusive sinônimo da determinação” (Idem). Com isto se localiza e passa a ter acesso efetivo ao ser verdadeiro, já denotado enquanto processo. E outro não foi o passo de Marx, porquanto “o elemento filosoficamente resolutivo na ação de Marx consistiu em ter esboçado os lineamentos de uma ontologia histórico-materialista, superando teórica e praticamente o idealismo lógico-ontológico de Hegel” (As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem), de modo que “todo leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente, fora dos preconceitos da moda, são, em última análise, entendidos como enunciados diretos sobre algum tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas” (Ontologia I, Capítulo IV, 1).

Em síntese, se a ontologia pretendida é o estudo do ser concreto existente, a categoria da particularidade é o acesso a ele, na exata medida em que ela é um “campo de mediações”; **mediações** enquanto cadeia viva entre a singularidade e a universalidade, e **mediações** enquanto especificadora dos elementos estruturais do composto-concreto considerado.

Nunca será demais insistir na importância metodológica da dialética da particularidade: sem a sua devida e decisiva intervenção não resultará, irremediavelmente, de qualquer ato que tencione a efetuação científica, a concreção reprodutora do real —, objeto maior da concepção marxiana de ciência.

Tome-se a famosa passagem de Marx, constituída pelo primeiro parágrafo do item 3 da **Introdução à Crítica da Economia Política**, que tem sido citada, na base de alguns fragmentos, a pretexto de tudo, nem toda vez com muita propriedade, mas sempre, de qualquer modo, quando o desejo é traduzir, apontar ou pelo menos fazer alusão de exigência por um conhecimento real, efetivo, capacitado a apresar o mundo objetivo.

Neste escrito, Marx refuta categoricamente o empirismo, ao mesmo tempo que denuncia o idealismo hegeliano. Com relação ao primeiro, demonstra que é errôneo partir da realidade **imediatamente** dada: “Parece que o correto é começar pelo real e



pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; (...). No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso." Com relação ao idealismo, mostra a articulação pela qual "Hegel cai na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo." Ilusão que decorre porque "o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida". Porque "o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto **não é senão a maneira de proceder do pensamento** para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado". Em suma, é cientificamente falso partir da **imediateidade**, bem como o **concreto**, no pensamento, é **ponto de chegada**.

Contudo, o **real** e o **concreto** "são a pressuposição prévia e efetiva" e enquanto tais, "portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação". Mas, quando se parte do **imediatamente** dado, o que se alcança é "uma representação caótica do todo", e é só na **ultrapassagem** desta, "através de uma determinação mais precisa, através de uma análise", que se obtém algo significativo: "conceitos cada vez mais simples". Ou seja, "do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples". O que significaria que, neste passo, "a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas". Entretanto, se a partir destas "relações gerais abstratas que são determinantes", refizermos "a viagem de modo inverso", não mais daremos com "uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas". Isto é, agora, no trânsito do abstrato ao concreto, "as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento". E este "método é manifestamente o método cientificamente exato", conclui Marx. Aí se põe a sua súplica extraordinária, que com muita razão fascina: "O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso."

Como interpretar esta verdadeira **marca** da metodologia concebida e praticada por Marx?

Por tudo que aflora do texto da **Introdução**, é impossível compreender que se trata de aglutinar elementos **imediatamente** dados, um montante de manifestações empíricas, na subsunção a alguma noção abstrata. Não custa, contudo, lembrar que Marx foi explícito a esse respeito. Numa carta a Engels (9/12/1861), criticando um livro de Lassalle (**O Sistema dos Direitos Adquiridos**), afirma: "A ideologização o invade todo e o método dialético está **falsamente** aplicado. Hegel nunca chamou dialética a reunião de uma massa de 'casos' sob um princípio geral."

Será o concreto pensado um compacto de abstrações? Um **entrançado** de muitas "madeixas", cada uma destas sendo um feixe de generalidades, composto este também de mil fios genéricos? Sim e não. **Não**, se as generalidades forem meras generalidades **indeterminadas**. **Sim**, se, ao inverso, as generalidades forem **generalidades determinadas**, ou seja, delimitadas no conteúdo e na extensão. Mas, o que é uma **generalidade determinada**, senão a **particularidade**? O que permite ler as palavras de Marx do seguinte modo: o concreto é concreto porque é a síntese de muitas **generalidades determinadas**, isto é, de **particularidades**. O que vale dizer, evidentemente, síntese de especificações, de mediações, dado que o concreto é "unidade do diverso".

É rigorosamente necessário **determinar** as generalidades que sintetizam o concreto pensado, pois, importa aduzir, como afirma Marx, no **item 1** do mesmo texto que vem sendo referido — a abstração, enquanto "uma abstração razoável", vai "efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns", mas, e isto é decisivo, "Este caráter geral ou este elemento comum, que se destaca através da com-

paração, é ele próprio um conjunto complexo, **um conjunto de determinações diferentes e divergentes**" (o grifo é meu). Então, parafraseando a Marx em outras passagens, há que dizer que, no processo de efetuação do concreto pensado, é preciso considerar que — **alguns** desses elementos comuns pertencem a todos os casos, outros apenas são comuns a poucos — (item 1); e lembrar e enfatizar ainda que — as categorias podem-se apresentar, no real, de **forma mais simples ou mais concreta**, dependendo do tempo e do lugar, e isto sem nenhum vínculo linear entre sua densidade e o grau de maturidade destes (item 3). De modo que é sempre imprescindível identificar **se e como**, cada um desses **elementos comuns**, integra o real concreto que está sob análise. De sorte que "As determinações que valem (...) em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade." Tão grave é o **esquecimento da diferença**, tanto que não significa menos do que a eliminação da própria realidade viva e objetiva; o que leva Marx a fulminar com sarcasmo os que a perpetraram, no caso por razões apoloéticas: "Este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo" (item 1).

A absoluta necessidade de **determinar rigorosamente** as generalidades, de delimitar as abstrações, de especificar as diferenças, numa palavra, de — particularizar — se põe naturalmente pelo caráter dialético das três categorias da generalização.

Para efetuar uma razoável aproximação cognitiva desta categórica afirmação, aspecto essencial e fundamental do problema da concreção de que se está tratando, "Há que chamar a atenção, antes de mais nada e com ênfase especial, para a objetividade e a fundamentabilidade das categorias de singularidade, particularidade e generalidade. Não são 'pontos de vista' a partir dos quais o sujeito contempla a realidade, ou talvez perspectivas que nela introduza; são, pelo contrário, manifestos e destacados traços essenciais dos objetos da realidade objetiva, de suas relações e vinculações, sem cujo conhecimento o homem não pode sequer se orientar em seu mundo circundante, para não falar já de o dominar e submeter a seus fins. Porém, não basta estabelecer que a natureza objetiva do mundo nos impõe a diferenciação entre a singularidade, a particularidade e a generalidade, ou seja, que a afirmação humana dessas categorias é um elemental processo ditado pelo Em-si; há que compreender ademais que também a conexão dessas categorias é um processo elemental determinado pela objetividade" (Lukács, *Estética*, Capítulo 12).

Referidas as dimensões — objetiva e reflexiva — das três categorias, e passando por cima, aqui, do complicado problema da gênese e desenvolvimento da faculdade intelectual da generalização, fique aludido apenas o papel central e determinante que neste processo desempenha o **trabalho**, pois este "impõe uma captação muito mais precisa da objetividade e, conseqüentemente, uma expressão mais exata que recolha precisa e inequivocamente as determinações específicas do objeto de que se trate, porém abrangendo ao mesmo tempo as conexões, relações etc., que são imprescindíveis para a execução do processo de trabalho. A generalização assim posta em marcha é a que eleva as palavras à altura da conceitualidade, e cria, por outro lado, conexões entre elas — a um tempo generalizadoras e especificadoras — que fazem da frase, de sua estrutura sintática, o verdadeiro fundamento da linguagem" (*Idem*).

Tomando a conexão entre o singular e a linguagem é que se pode avançar em direção ao âmago do que, em especial, é motivo destas considerações.

Ainda acompanhando a Lukács: "É óbvio que em nossas relações diretas com a realidade tropeçamos sempre diretamente com a singularidade. (...) Pois tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre



algo singular, ou uma conexão única de singularidades; é sempre um Isto singular, um Aqui e Agora singular" (*Idem*).

Hegel, tratando da **dialética da certeza sensível**, mostrou que, tanto no que diz respeito ao sujeito como naquilo que tange ao objeto, tanto do ponto de vista objetivo quanto do subjetivo, aquela se desfaz por si própria. "O conteúdo concreto da **certeza sensível** faz com que esta se manifeste de um modo imediato como o conhecimento mais rico e inclusive como um conhecimento de riqueza infinita na qual não é possível encontrar limite se avançamos no espaço e no tempo em que se desenvolve, como se tomássemos um fragmento desta plenitude e nela penetrássemos mediante a divisão. Este conhecimento se manifesta, ademais, como o **mais verdadeiro**, pois ainda não deixou de lado nada do objeto, senão o que tem diante de si em toda sua plenitude. Porém, de fato, esta **certeza** se mostra diante de si mesma como a **verdade** mais abstrata e mais pobre. (...) Nada disso interessa à verdade da certeza sensível; nem o eu, nem a coisa tem aqui a significação de uma mediação múltipla; o eu não significa um representar-se ou um pensar múltiplo, nem a coisa tem a significação de múltiplas qualidades, apenas que a coisa é, e é somente porque é; ela é: eis aí o essencial para o saber sensível, e este puro ser ou esta imediatez simples constitui a **verdade** da coisa. E do mesmo modo a certeza, como **relação**, é uma pura **relação imediata**: a consciência é eu e nada mais, um puro **este**; o singular sabe um puro isto ou o singular." Diante disso e em seu desenvolvimento, páginas à frente, Hegel prossegue: "O objeto que eu capto se oferece como um puro uno; mas eu descubro também nele a propriedade que é **universal**, que, porém, por sê-lo, ultrapassa a singularidade. Portanto, o primeiro ser da essência objetiva como um uno não era seu verdadeiro ser; e, sendo o **objeto** o verdadeiro, a não-verdade cai sobre mim, e a apreensão não era acertada" (*Fenomenologia*, II).

Em suma, diante da necessidade de designar esta coisa ou este eu, que estão sendo mentados, resulta um fracasso; evidencia-se a impossibilidade de satisfazer a esta exigência de modo imediato, puramente singularizado, autônomo e independente como a certeza sensível supõe a própria coisa, ou o próprio eu: "como o universal é o verdadeiro da certeza sensível e a linguagem somente expressa este algo verdadeiro, não é de modo algum possível dizer um ser sensível que é suposto" (*Idem*, o grifo é meu).

Há, pois, uma **mudez**, uma **indizibilidade** do singular, que se manifesta já na sua inacessibilidade à linguagem. De fato, na mais simples expressão lingüística verifica-se a presença de uma certa generalização; melhor dizendo, constata-se a necessidade da intervenção da universalidade. Sem o recurso a ela torna-se impossível a designação mais elementar: a imediata singularidade só é passível de ser dita no gancho remissivo ao universal.

Não importa, aqui, que por esta trilha tenha Hegel chegado à desqualificação do singular, operando idealisticamente o desaparecimento de seu ser. Quanto a isto basta remeter à crítica que, em relação a esse ponto, tem sido feita desde Feuerbach (não esquecido que este, em que pese o valor de seu protesto materialista diante do envilecimento hegeliano da singularidade, limitou-se, de modo sensualista, à imediatricidade desta).

O que cabe ressaltar com grifo largo é a via marxiana de superação da mudez do singular em sua imediatricidade.

Hegel carece de toda razão na sua estigmatização da singularidade, ao caracterizá-la como o "não-verdadeiro"; mas detém a todas, quando assinala a **indizibilidade** em questão. Momento analítico que o marxismo retoma e acentua. Para a dialética materialista a **mudez** do singular "não se apresenta como signo de uma

existência falsa e irracional, porém, como uma intimação para descobrir as mediações que levam destes à particularidade e à generalidade. Todas as determinações pelas quais o indivíduo se faz indivíduo, todas suas relações com outros indivíduos, as legalidades particulares e gerais cujo campo de ação, ponto de coincidência e única revelação possível é o indivíduo mesmo, se encontram, com efeito, em si e objetivamente no indivíduo. Só a inevitável abstração, própria de toda relação imediata do sujeito com a realidade, oculta de imediato essa situação, a elimina deste nível. Porém, precisamente porque existem com objetividade, porque são determinações essenciais do individual — e como tal ente individual —, a inefabilidade deste não é metafisicamente absoluta, mas se supera de modo determinado com a superação da imediatez. (...) A única consequência relevante da situação é que aquilo que, na individualidade imediatamente captada parecia estar ao alcance da mão, sendo, entretanto, inalcançável (indizível, inefável) se converte agora em objeto de um infinito processo de aproximação por parte do pensamento” (Estética, Capítulo 12). Infinito processo de aproximação que é o infinito processo de concreção: “O reflexo e a acentuação mentais dos momentos e determinações presentes em si em cada singularidade, cuja totalidade dinâmica constitui objetivamente cada indivíduo, porém que parece desaparecer na imediatez da consciência sensível (...), se aproxima constantemente a esse Em-si da singularidade, transforma sua mudez imediata lingüística e intelectual numa determinação como singularidade cada vez mais clara e eloqüente, mais concreta, embora, sem dúvida, em conexão com a totalidade ativa das leis gerais e particulares” (Idem).

Dada a volta na espiral, que eleva da mudez da individualidade sensível imediata à verdadeira concreticidade, o contorno da questão está traçado, podendo-se apertar o passo expositivo, aglutinando toda a argumentação apresentada desde os comentários à **Introdução de Marx**.

Tal como foi visto, a mudez da singularidade imediata é rompida pela sua conexão com a universalidade. Os pontos extremos — singular e universal — a ausência de generalização e a generalização máxima se unem de imediato, conferindo voz à individualidade. É preciso notar que a dação de voz à individualidade corre, a um tempo, com o início da superação da imediatez. Nesta, a singularidade é indizível, e o que dela é dito o é pelo recurso à universalidade, por algo que, portanto, a nega e ultrapassa. Ou seja, a individualidade sensível imediata é posta a falar através de uma abstração, algo contrário à sua qualidade concreta na imediatricidade. A abstração quebra o silêncio do individual, rompendo neste sua condição de concretude abstrata, de individualidade sensível imediatamente dada; rompe, pois, sua forma de ser na imediatricidade. A abstração arranca a individualidade sensível imediata de sua imediatez, leva-a consigo, negando e superando a imediatricidade. Em síntese, o que se dá é a transfiguração da muda singularidade imediata em abstração dizível (lingüística e intelectualmente).

Repare-se que esta rota (mais restritamente lógica) e seus resultados reproduzem, não casualmente, o caminho e os achados metodológicos de Marx, quando assinala o percurso que vai da ultrapassagem, pela análise, da “representação caótica do todo” à destilação das valiosas “determinações abstratas”. Ver-se-á que também se reproduz a “viagem de modo inverso”, isto é, do “abstrato ao concreto”, que é “manifestamente o método científico exato”. E mais uma vez não por algum acaso.

De fato, a inefabilidade do singular principia a se dissolver na ruptura da imediatricidade, quando o singular é convertido numa dizibilidade abstrata.

Vale a pena assinalar, abrindo um rápido parênteses, que a demanda marxiana preliminar por “conceitos simples”, por “abstrações determinantes” mostra-se cor-



respondente, diretamente (abstraidos os graus de complexidade que medeiam entre uma nominação primária e o estabelecimento de uma categoria), à exigência mais elementar do próprio pensamento, como foi visto, para efetuar a mais rudimentar apreensão do real e torná-la explícita pela linguagem. As “abstrações determinantes” são necessidades, instrumentos ou garras mentais próprias à “maneira de proceder do pensamento”; para com elas, num segundo movimento, “reproduzir o concreto como concreto pensado”. Numa palavra: o pensamento reproduz o concreto pela mediação do abstrato. E isto para Marx não corresponde a algum artifício de metodólogo, mas a **reprodução** objetiva, na consciência teórica, do modo pelo qual, específica e concretamente, o pensamento atua na apropriação da realidade.

De modo que a possibilidade de alcançar o singular concreto se abre, mas apenas se abre, quando a individualidade imediata é transformada numa abstração dizível.

Por enquanto o singular, que na imediatez era inominável, passou a ser apenas uma voz e uma voz genérica, pois a abstração que o nomina, de imediato e sem mais, é uma **generalização indeterminada**. **Generalização indeterminada** que não vale apenas para **este** singular imediato; não dá voz e não arranca da imediatez apenas a **este** mesmo singular. Vale, dá voz e arranca da imediatez a uma infinidade de **estes** (individualidades ou casos, complexos individuais). Faz de todos eles a **mesma voz**. A mesma voz abstrata. Conferindo a todos uma mesma **fala**, significa que não determina a nenhum e a nenhum deles resgata em sua concreticidade.

Linearmente falando: numa das pontas, velando a singularidade concreta, temos a **mudez da singularidade imediata**; na outra, a **abstração dizível**. Absolutizadas e rigidificadas em suas extremidades, são inúteis para a “viagem de modo inverso”. **O concreto permaneceria oculto e a abstração dizível** manter-se-ia, dizendo sempre a sua mesma pobre abstração.

Convém observar que a individualidade sensível imediata pode ganhar mais de uma voz, na medida em que dela, a partir de seus traços, são passíveis de se originar várias generalizações (o que, em realidade, ocorre); mas isto só a converte numa “partitura a diversas vozes”, contudo sempre abstratas, e, inclusive, podendo misturar “abstrações razoáveis” com outras **irrazoáveis**.

O que importa acentuar, neste ponto, dando seqüência à descrição do processo, é que, pelo outro extremo, a **abstração dizível** se mostre capaz, agora, de fazer o retorno ao concreto, percorrendo, na elevação, o “campo de mediações” que une e assimila os dois extremos. É óbvio, a abstração que realiza este trajeto não pode ser a mesma do começo ao fim; se o fosse, o esforço da caminhada seria perfeitamente improdutivo, já que ela partiria enquanto **abstração** e chegaria do mesmo modo, **igualmente abstração**, quando o propósito é tê-la **convertida em urdume da trama do concreto pensado**. À proporção, pois, que ela possa se deslocar do abstrato ao concreto é fundamental que vá perdendo generalidade e, ao inverso, ganhando concretude. Ou seja, na medida em que ela parte de si para o concreto, a abstração tem de ir sofrendo a negação de si mesma, isto é, tem de ir sendo configurada como uma generalidade determinada; precisamente, tem de assumir a forma da particularidade.

Compete, aqui, quando se trata da **insuficiência da generalidade indeterminada** (universal abstrato) para a efetivação científica do concreto pensado, referir a desfeticização do universal operada pelo marxismo. Faça-se isto com uma passagem de Lukács, do Capítulo III de sua **Introdução a uma Estética Marxista**, obra em que, de forma especial e mais alongada, se voltou para o exame da lógica do



particular: a universalidade “não pode jamais fixar-se como sendo o coroamento definitivo do conhecimento, como ocorreu mesmo em dialetas tais como Aristóteles e Hegel, mas exprime sempre uma aproximação (...). Assim, a concepção dialético-materialista da universalidade destrói qualquer espécie de mistificação, de fetichização desta categoria, que emergem continuamente, sobretudo nos sistemas idealistas objetivos.(...) A dialética materialista, ao contrário, na medida em que ela realiza e desenvolve a aproximação à realidade objetiva conjuntamente ao caráter processual do pensamento como meio para esta aproximação, pode compreender a universalidade em uma contínua tensão com a singularidade, em uma contínua conversão em particularidade e vice-versa”. Isto não exclui, é certo e óbvio, o universal do aparato científico da dialética marxista; ao contrário, precisando-o em sua dialeticidade com as outras categorias, faculta sua rigorosa utilização como veículo imprescindível na apreensão do real. Mas sempre em “tensão e conversão” com a singularidade e a particularidade; fora disto, despenca para uma absolutização fetichizadora, cujas consequências danosas podem ser observadas em muitos exemplos, tanto teóricos quanto práticos.

Com efeito, na “viagem ao modo inverso”, no roteiro do abstrato ao concreto, assiste-se à manifestação desta conversibilidade das categorias, apontada na citação. O particular é aí, precisamente, uma **negação determinada do universal**, a superação da indeterminação na generalidade; o que significa, ao mesmo tempo, o meio de **generalizar determinadamente** a singularidade, de modo que esta possa romper o véu inefável que carrega na imediatricidade, revelando, assim, as determinações singulares de sua concreta singularidade. O particular se mostra, assim, como já foi apontado antes, na condição de “veículo do determinado”, enquanto categoria portadora da “função criadora de determinação”, seja delimitando o universal, seja expandindo o singular. E isto com ampla flexibilidade, pois, no processo da concreção, as particularizações não são operadas enquanto uma intervenção — delimitação/ concreção ou expansão/ generalização — de “**tamanho certo e fixo**”; **nem o particular, enquanto elo**, é entendido como ligamento de tipo formalizado ou formalizante; ao contrário, sua extensão, qualidade e modo de estabelecer os nexos substantivos entre as distintas determinações são regidos, em cada caso, pelo próprio **terreno de mediações** que ele compreende, pois “a particularidade não é um ponto, um ponto final de aproximação — como o são a generalidade e a singularidade —, mas um campo, um âmbito de jogo” (Estética, Capítulo 12).

Assim e através disto, generalizando e concretando, e submetendo, reciprocamente, a si próprio às mesmas possibilidades de expansão e delimitação, vale dizer — particularizando a si mesmo —, o particular faculta a compatibilização dialética e a conjugação constelar das “muitas determinações”, de que fala Marx, conduzindo à “unidade do diverso”.

Conclusivamente, se, debaixo da bruma da imediatricidade, a singularidade só tem voz pela dação da universalidade, a revelação de seu **corpo concreto** exige a “química lógica” da lógica específica da categoria da particularidade.

Nada a surpreender, pois, como já sabia o Marx da **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel** — “compreender consiste em conceber a lógica específica do objeto específico”. Objetos e categorias — seja explicitado. Nada a surpreender mesmo, porque não se trata da desqualificação do universal, mas de precisá-lo, de compreendê-lo, a ele também, em sua especificidade, haja visto que o próprio Hegel, que ninguém pode recriminar **por ter deixado de deificar a universalidade**, não deixou de assinalar que o particular — ressalvem-se precisamente os efeitos dessa mistificação —: “Não é um limite, (...) é o próprio momento imanente do universal; consequentemente, este, na particularidade, não se encontra em um outro, mas absoluta-



mente em si mesmo. O particular contém a universalidade, que constitui sua substância; o gênero se encontra **imodificado** em suas espécies; as espécies não são diferentes do universal, mas somente **entre elas**. O particular tem, frente aos outros particulares, com os quais se relaciona, uma e a mesma universalidade. Ao mesmo tempo a diversidade daqueles, por causa de sua identidade com o universal, é **como tal**, universal; é a **totalidade**. O particular, por fim, não só **contém** o universal, mas o representa também **por meio de sua determinação**; este universal, portanto, constitui uma esfera, que o particular tem que esgotar. Essa totalidade aparece como uma **plenitude** porquanto a determinação do particular se considera como pura **diversidade**. (...) O universal se determina, e assim é ele mesmo o particular; a determinação é sua própria diferença; é diferente somente de si mesmo. (...) Assim é a totalidade e o princípio de sua diversidade, que está determinada totalmente só por ele mesmo" (Ciência da Lógica, III, 1).

Mediando à finalização, retome-se, por um instante, o mote fundamental de todo o exposto: — conferindo-lhe **voz**, a universalidade arranca do silêncio à singularidade imediata; esta, convertida em **voz abstrata**, encontra seu **corpo concreto** pelo **instrumento** da particularidade, que o resgata da generalidade.

O mínimo obrigatório a reter é a identificação do particular como utensílio diretamente responsável pela concreção. Concreção tornada impossível, se desusada a ferramenta. Vale, rigorosamente, dizer que, no desconhecimento ou menoscabo do **instrumento** (no sentido e nas conseqüências que ganha em Hegel e Marx, como **centro ou ponto mediador**) da particularidade, fica impossibilitado o **trabalho** de reproduzir o concreto como concreto pensado, ou seja: fica esvanecido o propósito da apropriação do real pelo pensamento. Reforce-se ainda mais esta asserção com a energia taxativa de um concentrado: a tomada em consideração da particularidade não é uma possibilidade ou uma escolha metodológica, mas uma imposição da realidade e do pensamento — que tem de assumir expressão metodológica, pois, sem esta, fica perdida, sem remissão, no ato intelectual, a efetiva apreensão da realidade. A ciência pretendida, no abandono da particularidade, se revela **incons-ciência**, quando não se amesquinha em **des-ciência**. Seja nas palavras de Lukács: "A situação paradoxal consiste em que a vida e o pensamento operam constantemente com a categoria da particularidade, enquanto que a consciência intelectual a esse respeito fica presa nos dois extremos da generalidade e da singularidade, refere direta e abstratamente um ao outro e deforma assim os fatos mais importantes" (Estética, Capítulo 12). Isto significa que na generalização e na determinação, do prisma do método dialético, é um grave equívoco passar, diretamente, da singularidade à universalidade e vice-versa. É exatamente por tais passagens diretas, portanto, imediatas, de um extremo ao outro, operadas **abstratamente**, abstratamente porque de modo indiscriminado, **indeterminado**, já que cancelando o "veículo criador de determinação", único a poder regular objetivamente os referidos movimentos e mantê-los consentâneos com o objeto em si, é por estas passagens que a violação da integridade da realidade objetiva se verifica, seja de forma empiricista, seja ao modo formalizante. Valê explicitar: é por meio de semelhantes infrações à lógica do real e do pensamento que toda "dialética", em certos casos, se converte numa banal coleção de "leis gerais", que são brandidas e aplicadas, a torto e a direito, por sobre qualquer "pacote" de traços empíricos, como se dá no dogmatismo stalinista; ou se converte, por incrível que pareça, numa fantástica geratriz, parideira incessante de **modelos** ou **tipos** ideais, que povoam de A a Z os muitos descaminhos de tantos que ecleticamente para si reivindicam a herança dialética. Destas distorções resultam, ou a retenção da simples empiricidade, ou a reiteração fetichizada da abstração.



Cumpra reconhecer, então, que a eliminação da particularidade é a via lógica da expulsão do concreto da consciência e do discurso científico. E isto porque, repita-se mais uma vez, nunca é demais, “a particularidade é a categoria típica da determinação e da mediação”; e isto assinala sua “essência específica”: “enquanto que a generalidade e a singularidade se concentram cada uma em seu ponto final, a particularidade é uma terra central, um campo de mediações entre aquelas, cujos limites em ambas direções são sempre imprecisos e, às vezes, se tornam imperceptíveis” (*Estética*, *idem*).

Mas a supressão da particularidade, que redundaria na supressão da realidade objetiva, não é simplesmente um equívoco de natureza lógico-metodológica. Na raiz, sem nenhuma dúvida, ele se mostra densamente político. Basta ilustrar com um exemplo clássico, trabalhado por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, e retomado por Lukács. Trata-se da questão do caráter originariamente social do homem. Determina Marx: “Deve-se evitar, sobretudo, fixar a ‘sociedade’ como uma abstração em face do indivíduo. O indivíduo é **ente social**. A sua manifestação de vida — mesmo que não apareça na forma direta de uma manifestação de vida **comum**, realizada ao mesmo tempo com outros — é, portanto, uma manifestação e uma afirmação de **vida social**. A vida individual e a vida genérica do homem não são **distintas**, ainda que — necessariamente — o modo de existência da vida individual seja um modo mais **particular** ou mais **geral** de vida genérica, e a vida genérica seja uma mais **particular** ou mais **geral** vida individual.” Por sua vez, esclarece Lukács: “As ideologias da burguesia decadente, ao contrário, buscam dissolver e eliminar esta sociabilidade. (...) O homem singular — em todas estas concepções — é contraposto à totalidade, afastando-se idealmente dele todas as mediações sociais. Este processo se inicia já com a dissolução do hegelianismo. Assim, Bruno Bauer representa o indivíduo da sociedade capitalista como um átomo isolado; assim, Max Stirner constrói a sua filosofia sobre o “único”. Dentro de todas estas concepções, está a rebelião da burguesia decadente contra o reconhecimento da determinação de classe dos homens, da luta de classe da sociedade, mesmo que seja apenas como um fato dado. (Como é sabido, os ideólogos da burguesia progressista não apenas haviam admitido a luta de classes na história, como chegaram mesmo a tratá-la como problema central da história. Que se recorde os historiadores franceses da Restauração.) No contexto destas controvérsias, a dialética do universal e particular na sociedade tem uma função de grande monta; o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” (*Introdução a uma Estética Marxista*, Capítulo III).

A função lógica da supressão da particularidade, nas ideologias burguesas, é clara: é suprimir as classes sociais e suas lutas. Qual a função ou funções, entretanto, que, em certas correntes, ditas marxistas, exerce a mesma supressão da particularidade? Supressão que o filósofo húngaro constantemente denunciou e que, graças a ele, seja no plano teórico, seja no político, podemos e devemos continuar denunciando.

Em suma, como é de fácil percepção, no pensamento de Lukács, a preocupação **ontológica** e o esforço **lógico-metodológico** mostram-se diretamente relacionados, desde suas fases mais antigas até às mais recentes, com a questão social e política, que dele mereceu constante reflexão e permanente contribuição. Desde seu posicionamento no campo estético, concebendo a arte como **apreensão e luta**: apreensão estética da realidade e luta em seu seio, até suas incursões no terreno prático. Quanto a estas basta lembrar, além de sua longa e dura batalha contra o stalinismo, sua presença na Comuna Húngara de 1919 e sua participação nos eventos húngaros de outubro de 1956. Quanto a esta última, cabe destaque a dois pontos: 1) nove dias antes da eclosão dos acontecimentos (23 de outubro) Lukács concede uma entrevista em que



declara que **toda a questão do Partido teria que ser reexaminada**, além de propugnar pelo cessamento das interferências da administração na expressão das idéias; 2) com a rebelião vitoriosa, Lukács é eleito membro do Comitê Central a 24 de outubro e Ministro da Cultura a 27 do mesmo mês. O mais interessante, todavia, é que também foi eleito membro de um comitê preparatório cuja tarefa seria dirigir e organizar o **novo Partido Comunista Húngaro**. O comitê é anunciado a 1.º de novembro, a 4 dá-se a intervenção soviética. Lukács foi deportado para a Rumênia, de onde regressou a Budapest em abril de 57, não efetuando nenhuma autocrítica. É expulso de sua Cátedra da Universidade de Budapest e do Partido Húngaro.

Consideradas em seu conjunto, obra e vida, é forçoso concordar com C. Luporini, quando afirma: "Porém, o que rege todo o pensamento de Lukács é a trama política e a tensão política, alimentadas por uma inextinguível paixão revolucionária, dominada racionalmente. Antes de morrer, este grande pensador e militante marxista conseguiu expressar e resolver, com um alto nível de comunicabilidade, remetendo-se a Lênin, problemas que são mais essenciais que nunca para o movimento comunista mundial" (**O Grande Intelectual frente ao Processo Histórico**).

Diante destas precisas e enfáticas palavras, soam como puerilidades certas observações, que pretendem indicar determinadas carências no pensamento político lukácsiano. Certamente seriam desprezíveis, se meramente inocentes. Mas, como, neste campo, segundo alertou o próprio filósofo húngaro, inexistente a inocência, importa se precaver, pois, haja visto as várias pontas de certa moda que quer parecer dominante, pode ocorrer, a algum espírito mais trêfego, a pretexto de atar alguma asa pseudo-gramsciana ao **corpus** doutrinário lukácsiano, fazer o contrabando de alguma velharia liberal. Com prejuízo, é claro, para a **ontologia** e para a **dialética da particularidade**. Mas, que importam estas... e, ademais, estorvam tanto... tanto... Como não estorvariam a alguns, se implicam numa política concebida enquanto **especificidade** de uma totalidade ricamente mediada, e nunca **instância** ou **fator**? Formas estas que **desontologizando** e **desparticularizando** o político, na aparência de a este conferir maior valor e autonomia, o reduzem, de fato, à **mudez da singularidade imediata** ou à **voz da generalidade abstrata**. E entre as duas condicionam ficar oscilando, como um pêndulo que vai da **imediatez taticista** à **reiteração da voz abstrata dos valores universais**. Política, pois, sem **corpo concreto**, sem a vertebração das classes e o matrizesamento da produção e reprodução material dos homens. É uma manifestação passadista de fé anacrônica no liberalismo.

Mas quanto a isso, à possível distorção de seu próprio pensamento, Lukács parece que tomou suas precauções, lembrando brilhantemente com Marx que Hegel "frequentemente interpreta o novo com os princípios do velho, ao invés de utilizar os princípios do novo para uma autêntica crítica do velho. (...) O jovem Marx, como democrata revolucionário, reconhece e combate este princípio reacionário em Hegel com a maior energia. 'É a maneira **acrítica, mística**, de interpretar uma **antiquada concepção de mundo** no sentido de uma moderna, onde a primeira torna-se nada mais do que algo infelizmente híbrido, no qual a forma engana o significado e o significado engana a forma, nem o significado atinge a forma e chega a ser real significado, nem a forma atinge o significado e chega a ser real forma. Esta **acrisia**, este misticismo, é tanto o enigma das modernas constituições, quanto o mistério da filosofia hegeliana, da **filosofia do direito** e da **filosofia da religião**, sobretudo.' Este método falsifica necessariamente, quando ele passa à exposição, mesmo aquilo que Hegel compreendeu relativamente bem. (...) Mesmo o jovem Marx não nega que esta forma estatal (monarquia constitucional) tenha significado um progresso, ainda que relativo, em face do absolutismo feudal. Contudo, dado que Hegel quer fazer desta relativa progressividade a encarnação final do espírito absoluto, uma realidade adequada à



idéia, nasce nele algo claramente reacionário. (...) 'Ele não diz: a vontade do monarca é a decisão última; mas: a decisão última da vontade é — o monarca. A primeira frase é empírica, a segunda deforma o fato empírico ao transformá-lo em axioma metafísico.' Assim, esta posição metodológica de Hegel se transforma em um conteúdo político. O jovem Marx critica aqui a filosofia de Hegel (...) como uma teoria que deforma toda perspectiva para o futuro e, com isto, falsifica o conhecimento do passado e do presente. 'A democracia é a verdade da monarquia, a monarquia não é a verdade da democracia... A democracia é o **genus** da constituição. A monarquia é uma sua espécie, e uma má espécie. A democracia é, 'conteúdo e forma'. A monarquia **deve** ser apenas forma, mas ela altera o conteúdo" (**Introdução a uma Estética Marxista**).

Fica ao leitor a delícia de extrair todas as consequências desta longa passagem, na sua reversão a certas linhas ideológicas de hoje. De minha parte, apenas a observação de que o mínimo que se exige com relação a Lukács é que ele não seja tratado, enquanto o **novo**, com o princípio do **velho**. Como autor do maior empreendimento filosófico do nosso século, é de rigor que a ele se aplique o que a Marx ele próprio aplicou, ou seja: "supondo — ainda que não admitindo — que a investigação recente tivesse provado indiscutivelmente a falsidade material de todas as proposições isoladas de Marx, todo marxista 'ortodoxo' sério poderia reconhecer sem reservas todos esses novos resultados e rechaçar sem exceções todas as teses isoladas de Marx sem ter em troca que abandonar, nem por um minuto, sua ortodoxia marxista. Assim, pois, marxismo ortodoxo não significa reconhecimento acrítico dos resultados da investigação marxiana, nem "fé" nesta ou naquela tese, nem interpretação de uma escritura "sagrada". Em questões de marxismo a ortodoxia se refere exclusivamente ao **método**. Esta ortodoxia é a convicção científica de que no marxismo dialético se descobriu o método de investigação correto, que esse método não pode ser continuado, ampliado e aprofundado a não ser no sentido de seus fundadores. E que, ao contrário, todos os intentos de "superá-lo" ou "corrigi-lo" conduziram e conduzem necessariamente sua deformação superficial, à trivialidade, ao ecletismo" (**História e Consciência de Classe**, I). Numa palavra: a superação filosófica de Lukács só é possível, em nossos tempos, pelo itinerário que a própria obra lukácsiana estabeleceu.

Sirvam estas páginas como homenagem da nova Escrita/Ensaio à memória do pensador húngaro, por ocasião do décimo ano de seu desaparecimento.

Sirvam também como panorâmica de apoio para a leitura da entrevista que G. Lukács concedeu, menos de dois anos antes de sua morte, a András Kovacs da televisão húngara, e que estampamos neste número. Versando fundamentalmente sobre a figura de Lênin, torna-se tão apropriada para o nosso momento, quanto preciosa ela o é em si.





Lukács deu uma extensa entrevista sobre Lênin à televisão húngara, em 2 de outubro de 1969.



“Sobre Lênin”

Entrevista com Georg Lukács*

A.K. — Você chegou a ter algum contato pessoal com Lênin?

G.L. — Tive com ele somente um único contato pessoal por ocasião do 3.º Congresso da Internacional, no qual compareci como delegado do partido comunista húngaro e enquanto tal fui apresentado a Lênin. Não podemos esquecer que 1921 foi um ano de áspera luta de Lênin contra as correntes sectárias que estavam-se desenvolvendo no Comintern. Pelo fato de eu pertencer na época a uma fração sectária — fração não é bem o termo, chamemo-la de “grupo” — Lênin manteve uma atitude de rechaço com relação a mim, da mesma forma como mantinha geralmente com todos os sectários.

De minha parte nunca ocorreu comparar minha pessoa com a de um Bordiga, que representava o sectarismo no grande partido italiano, ou com o grupo Ruth-Fischer-Maslow, que representava o partido alemão. Lênin, por sua vez, não atribuía a mesma importância a um funcionário do ilegal partido comunista húngaro. Uma única vez, quando na revista “Kommunismus” de Viena fui contra a participação dos comunistas no parlamento, Lênin insinuou em um artigo que, note-se bem, estava dirigido principalmente contra Bela Kun — o que eu havia escrito sobre a questão era muito extremista e antimarxista. Essa opinião de Lênin foi muito importante para mim. Com efeito, quase no mesmo período ele publicou seu livro “O esquerdismo, doença infantil do comunismo”, no qual se ocupa deta-

(*) Esta entrevista foi concedida por Georg Lukács à televisão húngara no dia 2 de outubro de 1969, tendo como entrevistador András Kovacs. A presente transcrição, traduzida do livro *Revolución Socialista e Antiparlamentarismo*, Cuadernos de Pasado y Presente n.º 41, Siglo XXI, Buenos Aires, Argentina Editores, 1973, refere-se à primeira parte da entrevista dedicada a Lênin. Tradução de Paulo de Tarso P. Camargo.



lhadamamente da questão do parlamentarismo e analisa o ponto de vista segundo o qual o parlamentarismo, numa dimensão histórico-universal, é uma etapa superada. Contudo, isso não significa que o atraso do desenvolvimento histórico permita ignorar a tática do parlamentarismo. Isso, para mim, representou um grande ensinamento, que serviu para apagar de minha memória, ou melhor, para justificar plenamente aquelas linhas — como dizer? — de desprezo que Lênin escreveu sobre mim. Independentemente desse episódio, em uma ocasião fui apresentado a Lênin e trocamos algumas palavras de cortesia no intervalo do congresso. Não devemos esquecer que neste congresso participaram centenas de pessoas, entre as quais, aquelas que verdadeiramente despertavam interesse em Lênin, e eram 20 ou 30: ele demonstrava, portanto, para a maior parte dos delegados somente uma cortesia oficial. Meus contatos pessoais com Lênin se reduzem a isto. Um outro dado é que eu, como delegado, gozava de toda liberdade para observar Lênin. Permita-me relatar um pequeno e significativo episódio. Naquela época, a presidência não era algo tão importante como é hoje, não havia protocolos e o grande tablado onde se sentavam os membros da presidência parecia mais um desses pequenos estrados que encontramos hoje nas escolas e universidades.

Ao redor de uma mesa se achavam sentadas quatro ou cinco pessoas, que naquela reunião constituíam a presidência. Quando Lênin entrou os membros da presidência se puseram de pé para dar-lhe lugar à mesa. Lênin, porém, lhes fez um gesto com a mão para que permanecessem sentados e sentou-se sobre um degrau do tablado, tirou sua agenda e começou a tomar nota das exposições. Permaneceu sentado sobre esse degrau até terminar a reunião. Comparando este episódio com as coisas que sucederam depois, considero-o um episódio extraordinariamente típico de Lênin.

A.K. — Quando você ouviu falar de Lênin pela primeira vez?

G.L. — Muito tarde. Não esqueça que antes da República dos Conselhos eu não tomava parte do movimento operário, nunca tinha sido membro do partido social-democrata. Em dezembro de 1919, ingressei no partido comunista, primeiro e único partido do qual fiz parte.

A.K. — Então você foi um dos membros fundadores do partido?

G.L. — Não, não, não. Ingressei no partido umas quatro semanas depois da reunião que o havia fundado. Foi da seguinte maneira: apesar de não ser socialista, conhecia, logicamente de maneira superficial, os ideólogos franceses e ingleses, lia Kautsky, Mehring e sobretudo o francês Sorel, que me havia sido indicado por Ervin Szabó. Porém, não conhecia nada do movimento operário russo, conhecia somente algumas obras de Plekanov. O nome de Lênin começou a significar algo para mim quando tomei conhecimento, através da imprensa, do papel que ele havia desempenhado na Revolução de 1917. Porém, no fundo, só pude avaliar a verdadeira importância de Lênin pouco depois de eu ter emigrado para Viena.

Permita-me expressar novamente, a que acredito ser uma lenda, a história segundo a qual nossos soldados, quando regressaram da Rússia, em 1918, tinham tido a oportunidade de conhecer Lênin de forma próxima. O próprio Bela Kun, o ideólogo mais preparado com o qual, durante os primeiros tempos, mantinha vínculos pessoais verdadeiramente bons, me falava, em conversas particulares, muito mais de Bukárin como ideólogo do que de Lênin.

Foi durante meus estudos em Viena que tomei consciência do significado de Lênin como guia e inspirador do movimento operário russo.

A.K. — Qual o aspecto da conduta de Lênin que mais lhe impressionou?



G.L. — O fato de ele ter sido um revolucionário de tipo completamente novo. Durante a revolução várias pessoas passaram, naturalmente, da direita para a esquerda, levando consigo todas aquelas características direitistas, com as quais havia-se adaptado anteriormente à sociedade burguesa. Esse tipo de gente não me interessava. Interessava-me, por outro lado, certo tipo de revolucionários ascéticos, com os quais me sentia identificado intelectualmente e que haviam surgido com a Revolução Francesa, no jacobinismo do círculo de Robespierre. Esse tipo de revolucionário foi exemplarmente representado por Eugen Levine, anistiado em Munique depois da queda da República Conciliar Bávara. Levine, nessa ocasião, disse: “Nós, comunistas, morremos quando estamos de licença.” Esse tipo de revolucionário teve extraordinários representantes também na Hungria. Não quero citar todos, quero mencionar somente Otto Korvin, típico representante dos revolucionários ascéticos.

Lênin, por outro lado, representou um tipo de revolucionário completamente novo: talvez possamos dizer que, entregando-se com toda alma à revolução, viveu somente para ela, porém, sem demonstrar nenhum tipo de asceticismo.

Lênin era um homem capaz de reconhecer todas as suas contradições, poderíamos dizer que sabia gozar a vida. Era um homem que cumpria suas tarefas tão objetivamente como se fosse um asceta, sem porém possuir traço algum de asceticismo. Observando detalhadamente sua conduta, me dei conta de que no fundo Lênin foi o grande tipo humano de revolucionário socialista. Isto, naturalmente, está em profunda correlação com as questões ideológicas, na medida em que no movimento operário da época reinava uma abstrata separação entre vida e ideologia.

Por um lado, a social-democracia reduziu o marxismo a uma espécie de sociologia, reconhecendo a prioridade da vida econômica acima das classes geradas por ela e, por outro, considerou as classes como algo inevitável, totalmente objetiva e sociologicamente geral. Lênin rechaçou ambas as hipóteses e foi o primeiro — partindo de Marx — a levar seriamente em consideração o fator subjetivo na revolução. A definição de Lênin, segundo a qual uma situação revolucionária caracteriza-se pelo fato de as classes dominantes já não poderem governar como antes e as classes oprimidas já não admitirem viver como antes, é bastante conhecida. Os sucessores de Lênin, entretanto, retomaram o conceito de maneira um pouco diferente, isto é, entendendo que o não querer viver como antes significava que o desenvolvimento econômico transforma, mecanicamente, os oprimidos em revolucionários. Lênin, por outro lado, tinha consciência de que era um problema extremamente dialético, ou seja, que se tratava de uma tendência da sociedade que apresentava várias direções.

Permita-me esclarecer essa colocação de Lênin através de um exemplo bastante significativo. Em plena discussão sobre a Revolução do dia 7 de novembro de 1917, Zinoviev escreveu em um artigo que não havia uma verdadeira situação revolucionária porque entre as massas oprimidas existiam correntes reacionárias muito fortes, com grande número de pessoas aderindo inclusive às “centúrias negras”, isto é, à extrema reação russa. Lênin, com sua agudeza habitual, negou essa concepção de Zinoviev. Segundo Lênin, quando se produz uma grande crise social, ou melhor, quando as pessoas já não querem continuar vivendo como antes, essa “falta de vontade” revolucionária pode manifestar-se de maneira revolucionária ou não. Ademais, afirma, opondo-se novamente a Zinoviev, não é possível haver uma situação revolucionária onde um grande número de pessoas não tome uma direção reacionária e que, portanto, elevem ao quadrado o fator subjetivo. E é justamente



dever do partido fazer valer, em tais circunstâncias, a possibilidade do fator subjetivo.

Não é casual que Lênin considere totalmente errada a concepção anarquista, segundo a qual a condição da revolução é a mudança dos indivíduos isolados, que partindo do egoísmo capitalista chegam à socialização socialista. Lênin sempre afirmou que a revolução socialista deve ser realizada com os homens gerados e educados pelo capitalismo e que, sob muitos aspectos, foram arruinados por ele.

O realismo de Lênin harmoniza as diversas ações individuais dos homens com as necessidades sociais. É a partir desta harmonização real que Lênin tenta estabelecer as tarefas próprias da revolução, de modo que com base na determinação leniniana — segundo a qual o que se deve fazer é analisar concretamente a situação concreta — na análise concreta se possa intercalar também a análise dos homens.

A.K. — Tudo isto se refere também aos indivíduos isolados, então...

G.L. — Novamente observamos aqui um nítido contraste entre os tempos de Lênin e aqueles que se seguiram a ele, já que foi depois de sua morte que tal contraste começou a delinear-se para desembocar, em seguida, nos assim chamados “grandes processos” dos anos 1936-38. Segundo a práxis destes processos se poderia demonstrar que aqueles que se opunham à linha do Comitê Central eram, desde a juventude elementos da mais feroz reação: criamos, assim, personalidades monoliticamente reacionárias. Lênin raciocinava de maneira radicalmente oposta. Nele, a objetividade do juízo se dava de forma completamente independente das simpatias pessoais. Por exemplo, era-lhe muito simpática a personalidade de Bukárin, chegando a ressaltar — a nível de partido — sua legítima popularidade. Porém, em seu chamado testamento, acrescenta que Bukárin nunca tinha sido um verdadeiro marxista.

Em outra ocasião, durante uma conversa com Górkí, ressaltou os enormes méritos de Trotski em 1917 e na guerra civil, dizendo que o partido podia sentir-se orgulhoso e com justiça, da capacidade e das tarefas de Trotski. Acrescenta, porém, (segundo Górkí, “franzindo o cenho”) que aqui também se manifestam fenômenos negativos. Segundo as palavras de Lênin, “Trotsky caminha junto a nós, porém sem fazer verdadeiramente parte de nós”.

Há em Trotsky, disse Lênin, algumas características desagradáveis que o fazem parecer com Lassalle.

Estes dois exemplos demonstram claramente que Lênin sabia como se relacionar com todas as pessoas que pertenciam ao estreito círculo de seus colaboradores diretos, que sabia distinguir concretamente suas virtudes e seus erros, avaliando-os por aquilo que eram, sem permitir que simpatias e antipatias — por outro lado muito vivas nele — influenciassem suas decisões políticas. Lênin mantinha essa atitude, metodologicamente complexa, com qualquer pessoa que porventura viesse a entrar em contato mais direto com ele (isso valia logicamente para uma ou duas centenas de pessoas, já que não é possível imaginar que tenha tido contatos pessoais com cada cidadão da União Soviética ou com cada membro do movimento comunista) e, ao mesmo tempo, via a contradição que isto trazia em seu bojo.

Dou um exemplo: Lênin comprovou claramente que é impossível atuar sempre segundo a lei e a justiça em uma guerra civil.

Certa vez, com sua conhecida simplicidade, disse a Górkí — que se lamentava descrevendo-lhe uma briga generalizada ocorrida em uma hospedaria —: “Quem poderia distinguir a bofetada que deu origem à briga daquela que não deu?” Porém, acrescentou: “É de suma importância que o chefe da organização encarregada de



combater a contra-revolução — Djerdjinski — tenha sensibilidade pelos fatos e pela justiça, isto é, que atente para o fato de que cada problema apresenta-se sempre mediado por uma multilateralidade dialética, seja quando se refere a uma grande decisão política, seja quando se refere ao juízo concernente a cada indivíduo.

A.K. — Qual foi a relação de Lênin com Górkí?

G.L. — Lênin estimava demais a capacidade de Górkí e isto aparece em suas cartas; nas quais aparece também duras críticas ao escritor quando este toma um caminho equivocado. Podemos avaliar, uma vez mais, quão longe estava de Lênin o conceito segundo o qual existem homens totalmente isentos de erros ou que, inversamente, estão sempre equivocados.

Em seu livro sobre o esquerdismo disse muito claramente, quando fala dos erros, que não existem homens sem defeitos. Homem inteligente é aquele — disse Lênin — que corrige os seus erros a tempo. Aqui vemos claramente que quando Lênin exigia a análise concreta da situação referia-se também aos contatos, humanos e políticos, com as pessoas.

A.K. — É muito interessante a relação de Lênin com Martov. Quando dois adversários...

G.L. — É interessante pelo fato de ela existir já desde os primeiros anos do século, quando ambos pertenciam ao movimento ilegal e discutiam continuamente. Apesar disso, Lênin queria muito bem a Martov e apesar das diferenças o tinha como um homem honesto e capaz. Lênin demonstra tudo isso claramente quando, logo após a paz de Brest-Litovsk e da guerra civil, agudizam-se as lutas de classe. Prova disso é que não abriu processo contra Martov, fazendo o possível para que Martov abandonasse a União Soviética e desenvolvesse suas atividades no exterior. Lênin queria isolar Martov do movimento operário russo, porém não queria exterminá-lo fisicamente. Isto, contudo, representa justamente o contrário do que ocorreu nos anos seguintes à morte de Lênin.

A.K. — Creio que isso faz parte do realismo de Lênin, que disse certa vez: “Melhor um inimigo exilado do que um mártir dentro da pátria.”

G.L. — Isto é característico de Lênin... como dizer... isto advém de seu realismo antiascético. Lênin — como lembrei antes a propósito do diálogo com Górkí — não negava o fato de numa guerra civil morrerem também pessoas inocentes. Porém, compativelmente com os interesses da revolução, tratou de reduzir as consequências ao mínimo, não utilizando meios extremados contra as pessoas quando havia a mínima possibilidade para tanto.

A.K. — Penso que a relação de Lênin com Górkí, além do que se possa extrair a partir de um ponto de vista humano, interessa-nos enquanto relação entre um político e um escritor e, indo mais longe, enquanto relação entre política e literatura.

G.L. — Exatamente. Nesse sentido — e isso é muito importante — há uma certa analogia com Marx, que gostava e estimava demais a Heine, apesar de ter clara consciência de que, sob muitos aspectos, suas atitudes morais eram negativas. Isto se dá da mesma forma com Lênin, que considerava Górkí — com justiça — o maior escritor russo vivo.

Isto se manifesta sobretudo através de uma simpatia muito pessoal contudo deve-se acrescentar que Lênin teve simpatias não só para com Górkí. Com efeito, baseando-nos nos apontamentos redigidos durante o período da guerra civil, Lênin fala com muita ironia de um escritor nitidamente contra-revolucionário do qual, sem dúvida, reconhece o talento. Perdão, não me recordo do nome, não era um escritor



importante, porém permita-me acrescentar — porque é muito importante — que Krupskaja tem absoluta razão quando diz — em um artigo de 1905 que, logo depois, no período stalinista, se transformaria na pedra de toque de como se fazer literatura — que Lênin não pensava de forma alguma que as teses ali expostas pudessem ser aplicadas à literatura. Sabia que elas se limitavam à nova orientação que devia ser dada à imprensa e às publicações do partido que surgia da ilegalidade.

Lênin, naturalmente, tinha absoluta razão quando pretendia que a imprensa do partido tivesse uma linha determinada e que um artigo político fosse escrito seguindo essa linha. Isto, porém, não tem nada a ver com a literatura. Lênin nunca pensou que a literatura devesse transformar-se no órgão oficial do socialismo.

Isto se explica por dois motivos: por um lado, não tinha nenhuma consideração pela assim chamada literatura oficial, não a considerava em absoluto como verdadeira literatura; por outro lado, havia um nítido contraste entre essa atitude e a assim chamada revolução literária. É sabido que Lênin considerava o próprio Maiakovski com certo ceticismo. Certa ocasião, falando em uma reunião do Komsomol, disse gostar mais de Puskin, a quem considerava um verdadeiro poeta. Contudo, isto não se refere unicamente ao reconhecimento da necessária liberdade da literatura (desde que naturalmente essa liberdade não signifique propaganda contra-revolucionária, o que Lênin evidentemente teria combatido, fosse ou não literatura), mas significa também a negação daquela concepção — originada na União Soviética — proveniente da assim chamada Proletkult e que na Hungria foi representada por Kassak e seu grupo, nos anos próximos a 1919.

Combate, além do mais, aquela tendência que, partindo do futurismo italiano, sustentava que a literatura revolucionária devia ser radicalmente nova e devia condenar ao museu ou à destruição as obras da literatura clássica. Lênin disse — a propósito da Proletkult — que a força do marxismo reside precisamente no fato de apropriar-se de cada autêntico valor que se manifesta no milênar desenvolvimento da humanidade.

Nesse sentido, Lênin foi o único que seguiu a linha de Marx. É sabido que Marx remonta até Homero e o assinala como exemplo do maior poeta da “infância da humanidade”.

Se analisarmos a relação de Lênin com Tolstói, veremos como — ao contrário de Plekanov e de todos aqueles que criticavam duramente Tolstói — Lênin soube encontrar nele o fundamental, o profundo sentido democrático do escritor russo. A propósito de Tolstói gostaria de citar outra colocação de Lênin a Górkí onde ele diz, entre outras coisas, que antes da aparição deste conde, não havia um verdadeiro camponês na literatura russa.

A.K. — Essa paciência se refere somente à arte, à literatura ou também à ação ideológica em geral e, em particular, àquelas que não se encontram em contato direto com a política como, por exemplo, a imprensa?

G.L. — Lênin tinha um duplo ponto de vista que — uma vez mais — expressa uma dialética real. Lênin sempre reconheceu, por exemplo, os resultados das ciências naturais, negando a concepção segundo a qual o marxismo poderia chegar a corrigir essas ciências, colocando-se como uma continuidade das mesmas. Sabia perfeitamente que a ciência é um importante fator ideológico e quando combateu o idealismo, surgido nas ciências naturais modernas, o fez tratando de não se referir às válidas afirmações das ciências da natureza.

No período em que escrevia “Materialismo e Empiriocriticismo”, haviam-se iniciado os novos descobrimentos da física moderna os quais, segundo Lênin, devem



ser totalmente aceitos sempre e quando, por exemplo, suas fórmulas sobre o átomo forem corretas. Porém, o que verdadeiramente importa é estabelecer se a concepção do átomo — como afirma a filosofia marxista — existe independentemente da consciência humana ou é, por outro lado, seu produto. Esta segunda hipótese, que já não é mais a hipótese das ciências da natureza, mas que provém de um enfoque filosófico das ciências da natureza, foi rechaçada por Lênin em “Materialismo e Empiriocriticismo”, por considerá-la uma concepção idealista. Por outro lado, reafirmou esta negação mais adiante. Isto, porém, não significou nunca, para Lênin, pôr-se a dirigir os descobrimentos das ciências da natureza em nome do marxismo.

A.K. — Tudo isto se refere também às ciências sociais?

G.L. — Segundo minha opinião, isto não se refere às ciências sociais. Marx promoveu uma revolução ímpar nas ciências sociais. Não podemos esquecer que revoluções semelhantes se produziram também nas ciências da natureza. Basta pensar na época de Copérnico, Kepler, Galilei. Não se pode, com efeito, definir como liberdade das ciências da natureza afirmações como esta: “Se eu quiser é a Terra que gira em torno do Sol; se eu não quiser é o Sol que gira em torno da Terra.” Galilei confirmou, sem dúvida alguma, que é a Terra que gira em torno do Sol. Lênin considerou com toda justeza o marxismo como um descobrimento deste tipo, com o qual não se pode deixar de ajustar contas a menos que não se queira ser considerado sério a partir de um ponto de vista científico. Por isso — e essa é também uma de suas características — a Lênin nunca ocorreu permitir que em uma universidade socialista se ensinasse Böhmer-Barwerk e outras teorias econômicas antimarxistas. Isso, contudo, não se refere à cultura da sociedade em seu sentido mais amplo.

Lênin, com efeito, reconheceu muitas vezes a validade de filósofos, escritores e literatos que não eram em nada marxistas. Pode-se comprovar, em vários casos, essa dialética do justo e do injusto em Lênin, dialética para a qual não existe uma regra geral com a qual se possa deduzir, por exemplo, se um docente universitário qualquer tem ou não direito a exercer sua cátedra.

A.K. — É claro. Creio, porém, que na análise ideológica, assim como na investigação das ciências sociais, deve-se ter a possibilidade de formular hipóteses, mesmo que depois se mostrem incorretas.

G.L. — Lênin nunca considerou o marxismo como um conjunto de dogmas e princípios válidos para todo o sempre, mas como o primeiro método correto de análise da realidade, desenvolvido em íntima conexão com o desenvolvimento social, de modo que assim como tem avançado pode também retroceder. Em toda evolução existe essa duplicidade de sentido, reconhecida, aliás, por Marx, Engels e Lênin. Esse último exigia tão-somente que na luta ideológica se verificasse a exatidão da teoria. Essa dupla visão de Lênin não significa admitir que duas hipóteses sejam igualmente corretas ou igualmente falsas. Lênin preocupou-se muito com essas discussões porque sabia que em torno de determinada questão concreta pode existir somente uma verdade. É claro, entretanto, que aquilo que hoje os chamados reformistas sustentam, partindo de uma concepção pluralista, é algo completamente ridículo já que confundem duas coisas completamente distintas. O fato de que possa haver uma situação na qual sejam necessários estudos e discussões, durante dez ou vinte anos, para que finalmente surja a verdade, não significa de modo algum que a verdade possa ser dupla ou tripla: existe somente uma única verdade.

A.K. — Poder-se-ia dizer, então, que o caminho que conduz à verdade não é único...



G.L. — Não é único nem unitário. O próprio Lênin, em uma questão importante, assumiu uma posição completamente nova com relação a Marx. Não esqueçamos que Marx concebeu a passagem do capitalismo ao socialismo em um sentido bastante rigoroso: a mudança se produziria primeiramente nos países mais desenvolvidos. Sobre esse ponto Lênin, no entanto, manteve uma concepção que lhe é própria. O problema do socialismo pôs-se em um país subdesenvolvido e Lênin optou pela solução socialista, isto é — e aqui me permita expressar a meu modo — ele optou segundo as necessidades dessa determinada situação histórica. Com isso quero dizer que em 1917 havia, na Rússia, dois enormes movimentos revolucionários de massa. Um reconhecia o desprezo de todo o povo para com a guerra imperialista, o outro representava a secular exigência camponesa de dissolver os latifúndios e trabalhar a própria terra. Analisando abstratamente ambos os movimentos, nenhum deles representava uma exigência socialista, em sentido restrito da palavra. No fundo, a paz pode ser conseguida inclusive por um estado burguês que também pode, por sua vez, distribuir as terras. Naquele momento, contudo, todos os partidos — burgueses, populares (social-revolucionário) e operários (menchevique) — estavam, por um lado, contra uma paz imediata que pusesse fim à guerra imperialista e, por outro, boicotavam por todos os meios a distribuição das terras. Para Lênin estava claro que só uma revolução socialista poderia satisfazer as aspirações de centenas de milhares de pessoas. Por isso, na Rússia subdesenvolvida, Lênin não pensou em fazer a revolução no mês de outubro a partir de uma tática abstrata, mas a partir de uma análise concreta da situação concreta existente na Rússia de 1917.

A.K. — Falou-se muito da paciência de Lênin com diversas pessoas ou com as diversas instituições. Você pensa que a paciência seja um elemento importante na conduta revolucionária ainda que, num primeiro momento, possa parecer estranho ao conceito de revolução?

G.L. — Nesse caso também se trata de dialética. Em Lênin havia essa unidade dialética de paciência e impaciência, que o levava a tomar as decisões com base em uma análise concreta da situação concreta. Gostaria de explicar essa característica de Lênin com dois exemplos:

Depois de 1905 ficou muito claro para Lênin que a revolução havia sido derrotada e que se iniciava um período de contra-revolução. A isso se relaciona a questão das eleições e o antagonismo com a fração Bogdanov-Lunatcharski. Isto se refere a questões menores, porém também a 1917.

Quando no verão de 1917 reinava grande agitação entre os operários de Petrogrado e estes queriam organizar uma grande manifestação, Lênin se opôs porque sabia que a correlação de forças era tal que um choque direto entre proletariado e burguesia (apoiada pelos setores que a seguiam) seria catastrófico (para o proletariado). Como se sabe, essa manifestação ocorreu contra a vontade de Lênin e teve certas características de guerra civil, contudo sabemos também que nesta ocasião o proletariado foi derrotado e que Lênin se viu obrigado a refugiar-se na ilegalidade. Logo depois do fracassado golpe de estado de Kornilov, no entanto, o empuxo revolucionário conheceu um auge extraordinário.

Lênin manifesta esse fenômeno de duas maneiras. Por um lado, se não me engano, escreveu um artigo — em setembro — no qual convidava a maioria dos social-revolucionários mencheviques — dos conselhos operários — a tomar o poder, prometendo-lhes que o partido comunista — na medida em que eles realizassem as reformas socialistas — exerceria uma oposição leal com relação a eles. Porém, poucos dias depois escreveu outro artigo no qual dizia que aquela situação havia



durado somente alguns dias, mas que já havia passado. Logo chegou outubro e Lênin, com a mesma violência e impaciência com que havia se oposto à manifestação de julho, exigiu a imediata tomada do poder. Durante muito tempo interrompeu suas relações com seus mais antigos e íntimos companheiros que, como Zinoviev e Kamenev, não compartilharam de sua atitude. Equivale dizer que Lênin se mostrou paciente em julho e impaciente em outubro, levando em consideração os fatores objetivos e subjetivos da revolução. Voltamos assim, outra vez, ao ponto segundo o qual — no que diz respeito às grandes questões ideológicas — é sempre a análise concreta da situação concreta o que decide.

A.K. — Penso no que disse a respeito de Lajos Nagy, que esta impaciência...

G.L. — Em 1934 celebrou-se em Moscou um congresso de escritores do qual participou também Lajos Nagy. Eu mantinha boas relações com ele. Aproximou-se e me perguntou até quando eu pensava que duraria o poder de Hitler. Disse a ele que eu não era nenhum profeta, mas que, pelo que se podia prever, duraria de 10 a 15 anos. Lajos Nagy enfureceu-se e, colocando-se de pé, golpeou a mesa com o punho dizendo-me — ironicamente — que ele não era um comunista tão bom quanto eu, mas que ele achava que as coisas só mudariam com a chegada da revolução. Isto também é impaciência!

Permita-me ilustrar com outra anedota a questão da impaciência. Em Moscou as grandes manifestações estavam muito mal organizadas; por isso, quando queriam que os operários de uma empresa ou de um instituto desfilassem pela Praça Vermelha à uma hora da tarde, ordenavam que se concentrassem em algum lugar às seis horas da manhã. O mesmo ocorreu conosco durante uma manifestação. Por casualidade eu caminhava junto a uma mulher muito simpática, emigrada desde 1919. Enquanto caminhávamos, logo apareceram as torres do Kremlin. A mulher entusiasmada disse: "Veja, bem que valeu a pena concentrar-se às seis horas da manhã para ver tudo isto!" Disse à ela exatamente o contrário do que havia dito a Lajos Nagy: "Se Lênin tivesse tido a mesma paciência que a sua, os bolcheviques nunca teriam instalado-se no Kremlin." Não sei se estas duas anedotas demonstram suficientemente que a paciência e a impaciência não são opostos metafísicos que se excluem mutuamente, mas que uma mesma pessoa deve ser — e novamente aqui quero citar a propósito de Lênin, a análise concreta da situação concreta — ao mesmo tempo paciente e impaciente.

A.K. — Atualmente se coloca a seguinte questão: em que consiste, no fundo, o comportamento revolucionário com relação aos diferentes êxitos que se apresentam das formas mais diversas, digamos, nos movimentos estudantis do Ocidente e, ao mesmo tempo, nos países socialistas: como é possível ser revolucionário em um país onde as forças revolucionárias estão no poder e onde se tem, portanto, deveres distintos? Você, que há mais de cinquenta anos pode-se considerar um revolucionário, o que nos diz a esse respeito?

G.L. — Detenhamo-nos nos movimentos estudantis. Considero e observo com grande simpatia estes movimentos, sobretudo se comparo a situação atual com a de 1945, quando parecia que, verdadeiramente, o *american way of life*, isto é, o capitalismo manipulador, se encontrava vitorioso, ainda que num plano ideológico. Hoje pelo menos um setor começa a movimentar-se, mesmo que não o faça conscientemente e não utilize os instrumentos corretos, não podemos negar a validade do movimento em si.

Permita-me formular um paradoxo: quando, logo depois da acumulação primitiva, nasce o capitalismo moderno, instintivamente os operários sentiram que eram explorados através da máquina. Este sentimento deu origem ao "ludismo", à destruição das máquinas. Porém, a destruição das máquinas não pode ser considerada uma tática correta. E, sem dúvida alguma, a destruição das máquinas foi uma



etapa necessária que conduziu mais tarde os operários a organizarem-se em sindicatos. Eu não considero que os estudantes sejam hoje modelos de ação revolucionária, mas iniciadores de um movimento da história mundial. Dá no mesmo se os líderes estudantis pensem ou não desta maneira: objetivamente atrás de tudo isso está o fato, como dizem eles, de “não querer transformarem-se em idiotas manipulados” e por isso buscam outro caminho. Este caminho eles ainda não encontraram, e não o encontrarão enquanto setores cada vez mais amplos não estiverem em condições de rebelar-se contra o capitalismo manipulador. Um início destas rebeliões pode ser visto, sob formas ainda muito primitivas, na América e alhures, nos movimentos antibelicistas. Pode ser encontrado na questão negra e nas discussões concomitantes. De modo que podemos dizer que nos encontramos na etapa inicial de uma rebelião revolucionária contra o capitalismo manipulador, que corresponderia, por exemplo — considerando-se que aqui devemos ter cuidado, porque na história as coisas não se repetem — ao surgimento do movimento operário, entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. Nessa época não se falava ainda de marxismo, mas sem ela o marxismo não teria existido.

Se nos referirmos à situação atual, diria que o socialismo tem diante de si um novo e complexo problema: Lênin foi a última grande figura de um desenvolvimento socialista que, tendo sido possível tempos atrás, hoje se torna cada vez mais difícil. Convém lembrar que, no início do movimento operário, se pensarmos, por exemplo, nas grandes figuras de Marx, Engels e Lênin, veremos como em todos eles se achavam unidos, em uma só pessoa, o grande ideólogo e o grande líder político. Nestas três individualidades coexistiam estes dois aspectos. E isto deveria ter sido assim também para o sucessor de Lênin.

Creio que, segundo um objetivo juízo histórico, Stalin era um revolucionário convicto. Era um homem muito inteligente e de talento, um tático extraordinário e, diria, privado de qualquer sensibilidade ideológica. Em numerosos ensaios, que aqui não poderia analisar, escrevi que no período de Marx e de Lênin havia no movimento socialista mundial uma concepção ideológica de grande envergadura, a partir da qual os movimentos operários de diversos países traçavam sua estratégia, e no âmbito da qual nasciam certas decisões táticas. Stalin inverteu esta ordem: subsumiu a decisão estratégica e a teoria à decisão tática. . . No período de Stalin o líder do partido era ao mesmo tempo o ideólogo do partido que — como se sabe — sabia de tudo. Assim nasceram Rakosi, Novotny e outros. Devemos estar conscientes de que é pouco provável que o movimento operário tenha outro Marx, Engels ou Lênin. Coloca-se assim o problema de qual deve ser a relação entre a formação ideológica e a tática política dos partidos. Segundo minha opinião é um problema ainda não resolvido, mas é ainda uma das questões mais importantes que se colocará ao movimento operário no futuro.

A.K. — Segundo você, que possibilidade tem hoje um homem que queira atuar?

G.L. — Hoje o homem que quiser atuar não tem naturalmente grandes possibilidades. Não existe, porém, nenhum período em que não se possa fazer alguma coisa. Não devemos, porém, criar nenhum tipo de obstáculo, de modo que aqueles que se sintam levados pelos estudos teórico-ideológicos possam dedicar-se à elaboração ideológica e, através dela, exercerem sua influência, desde que tenham sempre em mente as dificuldades e soluções que possam conduzi-los a um caminho equivocado. Dito isto é necessário reconhecer que — no Ocidente — o capitalismo manipulador não representa uma nova época — a qual não seria nem capitalista nem socialista — e que, portanto, deve ser analisado. Por outro lado,



entre nós — e a este ponto eu dou muita importância, como digo sempre — deve-se ter a consciência de que em inúmeras questões fundamentais Stalin não foi o sucessor de Lênin, mas o seu oposto. Neste sentido, a partir de um ponto de vista humano, uma das questões mais importantes é a de retornar ao tipo revolucionário que Lênin representa. Por isso acredito ser da máxima importância ver Lênin como um homem real e não como uma figura legendária. Hoje isto tem, além do mais, um grande significado político.



NOSSO CATÁLOGO

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS DA ESCRITA

História do Olho — Georges Bataille

As Onze Mil Varas — Apollinaire

Papel & Tinta — Maria Angélica de Oliveira

Prosa Viva — antologia de contistas brasileiros

Os Cantos de Maldoror — Lautréamont — 2.^a edição

O Empinador de Estrela — Lourenço Diaféria — 3.^a edição

Peça por reembolso postal, desde já, à

Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570

01223 — São Paulo (SP)



GRAMSCI E ELES

Carlos Eduardo O. Berriel

Os últimos poucos anos têm revelado, ao nível de certo segmento da oposição brasileira, um recurso cada vez mais alardeado às contribuições teórico-políticas de importantes comunistas italianos. Assim, nomes mais ou menos marcantes como Gramsci, Togliatti, Luciano Gruppi, Labriola etc., têm preenchido as páginas de publicações voltadas para questões teórico-políticas. (1)

Alguma confusão, alguma inversão de concepções têm também estado presentes em toda esta produção. Não têm sido poucas as laudas em que Gramsci aparece esmaecido de sua forte coloração comunista, sobressaindo, ao invés, uma imagem liberalizante e mesmo idealista do filósofo sardo. Às vezes, a herança de Croce, efetivamente presente no pensamento gramsciano, praticamente toma todo o quadro e, assim, onde deveria estar um dos fundadores do comunismo italiano, encontramos a moderação e o reformismo liberal de Croce.

Esta é a ambição e, ao mesmo tempo, o limite deste artigo: tentar sobressair as diferenças e a ligação de Gramsci com o filósofo do liberalismo na Itália, Benedetto Croce. Assim, não se trata aqui de abordar todo o leque de questões levantadas por Gramsci. Trata-se, tão-somente, de apurar o que ficou de Croce em Gramsci, a dimensão e a personalidade deste abcesso croceano no pensamento gramsciano; e ainda apurar a possibilidade de que este abcesso croceano (vale dizer, liberal) esteja sendo tomado por alguns setores como a totalidade do pensar gramsciano.

AS INFLUÊNCIAS EM GRAMSCI

O ponto de partida desta discussão deve ser o processo de formação do pensamento de Antonio Gramsci. Durante muito tempo (a vida inteira, talvez), ele teve influências híbridas em seu pensamento. Afora a contribuição cada vez mais



forte de Lênin em seu modo de pensar, Gramsci contou sempre com a presença, entre outros, de Benedetto Croce. (2) A referência a Croce é constante:

1.º porque ele acredita que a retomada dos clássicos do marxismo não pode deixar de partir da proposição croceana da identidade de história e de filosofia;

2.º porque a influência exercida pelo filósofo do liberalismo italiano obriga a refletir sobre a função dos grandes intelectuais na vida orgânica da sociedade civil e do Estado, e sobre o momento da hegemonia e do consenso como forma necessária do bloco histórico concreto. (3)

Em determinado momento, Gramsci diz: “(...) é preciso que a herança da filosofia clássica alemã seja não só inventariada, mas transformada em vida operante, e para isso é preciso acertar as contas com a filosofia de Croce, isto é, para nós italianos sermos herdeiros da filosofia alemã significa sermos herdeiros da filosofia croceana, que representa o momento atual da filosofia clássica alemã”.

O programa de ajustar as contas com a filosofia de Croce se impunha a todos os intelectuais italianos para a renovação da cultura italiana em geral, e não somente aos marxistas.

Na realidade, a exigência de “ajustar as contas” com a filosofia de Benedetto Croce da “forma mais ampla e profunda possível”, indicada por Gramsci à inteligência italiana — que os anos imediatos à libertação indicavam como condição indispensável para o novo caminho da renovação não fictícia da cultura — não se traduziu mais do que em alguns casos isolados.

É preciso ter sempre em conta que o neo-idealismo de Croce e de Gentile (4) nasceu em solo italiano, e não descende diretamente de Hegel. Este idealismo é realmente *sui generis*: partindo do marxismo, chega ao hegelianismo e pretende ser a superação de Marx e de Hegel. O idealismo italiano nasce assim de um cruzamento complexo de pensamentos, todos eles secundários: inspira-se num Marx visto através da interpretação de Labriola e de um Hegel visto através da crítica do marxismo (mas de um certo marxismo: o de Labriola). Marx era citado com frequência pelos idealistas italianos, mas sem ser lido diretamente. Labriola inclusive dirigia contra Croce esta acusação: “Tu disputas contigo mesmo para saber que uso debes fazer do marxismo, mas não para saber o que é o marxismo.”

Portanto, para compreender o marxismo de Gramsci é necessário vê-lo indiretamente através de Marx e diretamente através dos intelectuais que na Itália dialogavam com Marx. A maneira fundamental de pensar e expressar seu marxismo lhe é oferecida pelo clima cultural italiano, sobretudo através das figuras de Labriola e de Croce. Como afirma R. Orfei (“Antonio Gramsci — Conciencia Crítica del Marxismo”), “Gramsci ia assim reencontrar Marx em Croce, que de alguma forma o havia traduzido”.

Um problema que talvez Gramsci não se tenha dado conta: é Croce, em relação à filosofia da Práxis, o que Hegel foi em relação à Marx? Se não, então nos encontramos frente a um Gramsci historicamente burlado, porque acreditava reatualizar o marxismo pela “retradução” de Croce, isto porque o marxismo tinha necessidade de ser recuperado da exposição de Labriola (marxismo como unidade da teoria e da prática, como filosofia da práxis, como *weltanschauung*) e de Croce, vendo num e noutro dois pensadores que se serviam de Marx segundo as necessidades históricas de seu tempo. Mas Gramsci constrói seu “sistema” partindo do pressuposto de que “assim como o hegelianismo havia constituído premissas da filosofia da práxis, na origem da civilização contemporânea, assim a filosofia cro-

ceana podia servir de premissa a uma reposição da filosofia da práxis para nosso tempo, para nossas gerações”.

Portanto, Croce é o Hegel do marxismo de Gramsci — este é o ponto nodal em que este artigo pretende tocar decisivamente. As fontes de seu pensamento marxista não são imediatamente a economia inglesa, nem a política francesa, nem a filosofia alemã, demasiado distantes de seu mundo cultural e de suas preocupações políticas. São muito mais próximas: estão na cultura italiana.

A QUESTÃO DA ECONOMIA PARA GRAMSCI

Importante é discutir agora, dentro da referência ao croceanismo existente no pensamento de Gramsci, a questão do espaço reservado pelo filósofo da Sardenha para a economia em seu arcabouço teórico.

Pergunta: quanto de Croce existe no procedimento de Gramsci com relação à economia? Segundo Buzzi (op. cit.), “a noção de economia de Gramsci deriva diretamente de Croce, que a chamava *economica*, mais uma atividade que uma ciência. Se a vontade tende, pela atividade econômica, para o útil, o particular, não se perde nele, segundo Croce, porque é imediatamente inserida, pela circularidade do espírito, em uma forma universal, a da ética, que tem por objeto o Bem em geral. O Homo Economicus de Croce é simultaneamente o homem lógico, o homem moral, o homem político etc. ‘Atividade teórica, atividade prática, beleza, vontade, verdade, moralidade, são... modos de uma atividade única que é a do espírito’ (B. Croce). Croce é levado assim a negar a concepção da ciência econômica como uma espécie de mecânica racional. O fato econômico não é para ele um ‘simples fato’, ou um fato mecânico, mas sim uma atividade do espírito, e portanto uma atividade espiritual humana. A *economica*, em Croce, se distingue, mas não se separa das demais atividades. É um momento da universalização do espírito, e se converte assim muito facilmente em ética e, em Gramsci, mais precisamente em política”.

É possível entender melhor agora o polêmico e surpreendente artigo de Gramsci — “A Revolução contra ‘O Capital’”, (5) publicado originalmente em “II Grido del Popolo” a 5 de janeiro de 1918: “A revolução dos bolcheviques está mais feita de ideologia que de fatos (...). É a Revolução contra ‘O Capital’, de Karl Marx. ‘O Capital’, de Marx, era na Rússia mais o livro dos burgueses que dos proletários. Era a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, começasse uma Era capitalista, antes de que o proletariado pudesse apenas pensar em sua ofensiva, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. Os fatos superaram as ideologias. Os fatos provocaram a explosão dos esquemas críticos em cujo marco a História da Rússia teria que se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx, afirmam com o testemunho da ação cumprida, das conquistas realizadas, que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como se poderia crer e como se acreditou. E, sem dúvida, também nestes acontecimentos existe uma fatalidade, e se os bolcheviques renegam algumas afirmações de ‘O Capital’, não renegam, em troca, seu pensamento imanente, vivificador. Não são ‘marxistas’, e isso é tudo; não levantaram sobre as obras do mestre uma exterior doutrina de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista, o que nunca morre, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado com incrustações positivistas e naturalistas. E esse pensamento não situa nunca como fator máximo da história os fatos econômicos em bruto, mas



sempre o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se reúnem, se compreendem, desenvolvem através destes contatos (cultura) uma vontade social coletiva, e entendem os fatos econômicos, os julgam e os adaptam à sua vontade até que esta se converta em motor da economia, em plasmadora da realidade objetiva, a qual vive então, se move e toma o caráter de matéria telúrica em ebulição, canalizável por onde a vontade o deseje, e como a vontade o deseje.”

Esta longa citação de Gramsci permite ver quão profundamente embebida na teoria croceana é a visão que ele tem da Revolução Russa e do papel que Marx jogou nesse momento da História. É absolutamente nítido o abcesso croceano. A visão de Gramsci da economia é a visão de Croce.

Gramsci desdenha por completo a contribuição que a economia inglesa deu ao marxismo. O motivo está em que ela não se encontra no universo cultural da sociedade italiana, que é representada pelas figuras de Croce e Maquiavel. A filosofia da Práxis se coloca para Gramsci como um gigantesco ensaio de “traduzir” a cultura italiana ao marxismo e o marxismo à cultura italiana.

CRÍTICA DE GRAMSCI A BENEDETTO CROCE

Apesar do abcesso, Gramsci empreendeu uma crítica a Croce, inclusive atribuindo ao seu modo de supremo moderador político e intelectual de certas iniciativas o impedimento para que a colocação da “Questão Meridional” nunca ultrapassasse os limites da conservação, isto é, não se tornasse revolucionária.

Gramsci afirma ser Croce o primeiro grande teórico da weltanschauung democrático-burguesa, e possuir o mérito de ter atraído energicamente a atenção sobre a importância do momento ético-político no desenvolvimento da História. Gramsci assinala que o historicismo idealista croceano provocou a dissolução das interpretações correntes dos clássicos, grosseiramente mecanicistas, positivistas, evolucionistas. Para Croce, o homem é o protagonista único da História. Mas de que homem fala Croce? Na filosofia croceana, está presente o Homem universal, entidade metafísica, não o homem social; estão presentes o Espírito, a Idéia, abstrações do homem que se move e atua dentro de relações sociais precisas. O homem, elevado a criador da História, é na realidade colocado pelo historicismo croceano fora da História. (6)

Assim, esta prática de trabalhar com conceitos universais abstratos é característica de Croce. Gramsci afirma que este historicismo de moderados e reformistas não é de forma alguma uma teoria científica, o verdadeiro historicismo; é só o reflexo de uma tendência prático-política, que coloca como único método de ação política aquele no qual o progresso, o desenvolvimento histórico, resultam da dialética da conservação e inovação. Na linguagem moderna, observa Gramsci, esta concepção se chama reformismo.

Gramsci faz a pergunta: por que a “conservação”, primeiro termo do processo dialético (tese), deveria ser exatamente aquela “conservação” dada, aquele elemento dado do passado? O passado é algo complexo, um complexo de vida e de morte, cuja escolha não pode ser feita arbitrariamente, a priori, por um indivíduo ou uma corrente política. Se a escolha foi feita de tal modo, não pode tratar-se de historicismo, mas de um ato de vontade arbitrário, da manifestação de uma tendência prático-política, unilateral, que não pode dar fundamento a uma ciência, mas só a uma ideologia política imediata. Croce gostaria de ditar a priori as regras do processo dialético; gostaria de estabelecer unilateralmente aquilo que a síntese deve



conservar da tese (o passado) superado pela antítese (movimento inovador); e prende o processo dialético dentro da forma liberal do Estado.

Assim, quando é absolutizado o abcesso croceano de Gramsci, temos um retorno ao Liberalismo.

CROCE E HEGEL

Nos textos “Filosofia do Espírito” e “Ensaio Sobre Hegel” Croce procura expor as questões gerais de seu sistema de filosofia; aí, coloca o que na sua opinião está vivo na filosofia hegeliana, e o que está morto nela. Expõe ainda como deve ser corrigido e completado o pensamento de Hegel, para que possa ser seguido.

A filosofia do Espírito croceano é também chamada “filosofia dos distintos”, já com sua correção e alteração da doutrina de Hegel (que trabalhava com a noção de “filosofia dos opostos”). Na dialética dos “opostos” de Hegel, diz Croce, dos conceitos da tríade: SER, NÃO-SER e DEVIR, só o da síntese é verdadeiramente real. Na realidade há somente conceitos-sínteses, universais-concretos, que não se opõem a outro como *contrário*, mas como *distinto*. A dialética dos opostos é aceita por Croce para explicar o movimento interno de cada grau de espírito (belo, verdadeiro, útil, bom), mas não para explicar o movimento de um grau para outro. Os conceitos distintos se assemelham aos opostos por se apresentarem também de uma forma dualista, mas o dualismo dos conceitos distintos não pode ser superado, como fez Hegel com a dialética dos opostos, a qual está dada desde a irre realidade abstrata dos termos ser e não-ser; o dualismo dos conceitos distintos como verdade e bom, poesia e filosofia, espírito prático e espírito teórico, não corresponde ao dualismo ser e não-ser, mas ao dualismo das sínteses reais. Se o dualismo dos conceitos distintos não pode ser superado pela dialética dos opostos, de que maneira será superado? Segundo Croce, esta superação se faz conforme a *teoria da conexão dos distintos*, na qual a realidade é considerada como uma unidade; um dos termos será distinto em relação ao outro, não como algo por um movimento interior, e nestas autodistinções conservará sua unidade, não de contrários, mas de distintos: cada termo “se dividirá de si indiferente, mas tal como um grau é inferior com relação a um grau superior e vice-versa”. Cada conceito distinto, que é sempre um conceito concreto, está intrinsecamente animado de um movimento de divisão, sem que isso leve à ruptura de sua unidade. Assim é como a filosofia dos distintos quer reduzir a multiplicidade à unidade.

A que unidade? À unidade do espírito! Daí a expressão “filosofia do espírito” para designar o pensamento de Croce. Da unidade do espírito, ele deduz as formas ideais para a compreensão do mundo histórico. Sem dúvida, o espírito não está para além dessas formas, mas inteiramente implicado na história, e é neste sentido que se fala da filosofia de Croce como de um historicismo absoluto. A primeira forma é a da arte ou da intuição. A contar daí começa a reflexão crítica, conceitual, como atividade do espírito lógico, que transforma a intuição em juízo cognitivo do real historicamente determinado, para além da qual existe a atividade prática, cujas duas formas se prendem às duas formas teóricas: a econômica (em que o espírito é vontade utilitária do individual) e a ética (em que a vontade tem um fim universal). A dialética que Croce emprega lhe permite achar a plenitude da vida espiritual em cada uma dessas formas: o espírito circula de uma a outra sem descansar nunca, e uma forma condiciona reciprocamente a outra.

O sistema de Croce, no fundo, opõe a Hegel a mesma crítica que a de Marx: a de haver tratado o empírico com conceitos abstratos. Mas a solução adotada por



Croce para superar Hegel não é a mesma de Marx. Croce sempre trata de salvar a autonomia da especulação, enquanto para Marx isso significa a absolutização da história, a evaporação da realidade concreta em categorias abstratas. Neste ponto é que Gramsci concentra sua crítica: nos conceitos concretos, os distintos, de Croce, ele descobre conceitos universais abstratos.

Gramsci reconhecia os esforços de Croce para “fazer com que a filosofia idealista se ajustasse à vida”, “mas que Croce tenha conseguido seu propósito de uma maneira conseqüente não é possível admiti-lo: a filosofia de Croce continua a ser uma filosofia ‘especulativa’, e nisso não somente leva vestígio de transcendência e de teologia, mas que é toda ela transcendência e teologia apenas liberada da mais grosseira crosta mitológica”. Gramsci chega a se perguntar se a filosofia de Croce e de Gentile, se o idealismo italiano, não significa “um passo atrás com relação a Hegel”. O pensamento de Hegel, que é inseparável da Revolução Francesa e das guerras de Napoleão, inseparável de um período histórico de lutas e de misérias, seria mais histórico que o de Croce; o pensamento idealista italiano havia retrocedido caminho.

Por exemplo: para Hegel, a história é o desenvolvimento da idéia; para Croce, é o devir absoluto. Teremos que definir, portanto, o pensamento de Croce como “um historicismo absoluto?” Não, dirá Gramsci; no “devir croceano” se oculta uma categoria de um devir abstrato, metafísico, e em conseqüência a filosofia dos distintos se converte rapidamente em metafísica. Nela, os conceitos, hipostasiados em realidades eternas, tornam-se entidades anti-históricas que condicionam a história na qual o homem ocupa apenas um lugar passivo, não apenas no conhecimento, mas também na ação. (7) Se é necessário, diz Gramsci, fixar com dependência dos acontecimentos, noções sem as quais a realidade não poderia ser captada, é igualmente indispensável não perder de vista que *a realidade em movimento e o conceito de realidade*, logicamente distintos devem ser concebidos, historicamente, como inseparáveis.

Tal problemática se nega a admitir que o conceito seja anterior ao devir; pelo contrário, este condiciona aquele. Gramsci se pergunta: “No devir, vê ele (Croce) o devir mesmo, ou o ‘conceito do devir’? Croce separa os dois; tomou os conceitos por realidades verdadeiras. A conseqüência disto é que a história vem a ser uma história de conceitos e, em última análise, uma história dos intelectuais ou, mais ainda, uma história autobiográfica de Croce.”

CRÍTICA DE LUKÁCS A CROCE

Em toda a crítica que Gramsci empreende a Croce, ainda faltam alguns elementos fundamentalmente importantes, e que fazem a diferença entre a crítica ontológica de Lukács, e a do filósofo da Sardenha. Carece o pensamento de Gramsci da noção de irracionalismo, que possibilita ver em Croce o pragmático que nele existe.

Como Lukács expõe o irracionalismo? No seu crucial estudo intitulado “A Destruição da Razão”, ele afirma que “as diferentes etapas do irracionalismo nascem como outras tantas respostas reacionárias aos problemas colocados pela luta de classes. O conteúdo, a forma, o método, o tom etc., de suas reações contrárias ao progresso social não lhes é determinado, portanto, por aquela dialética interna e privativa do pensamento; mas sim lhes é ditado pelo adversário, pelas condições da luta que para a burguesia reacionária lhe vem imposta de fora. Convém reter isto como princípio fundamental que preside o desenvolvimento do irracionalismo. O que não significa que o irracionalismo, dentro deste marco social assim determinado,



não mostre uma unidade ideal. Antes ao contrário. Deste seu caráter deriva, precisamente, que os problemas de conteúdo e de método por ele colocados apresentam uma forte coesão, revelam surpreendente (e estreita) unidade. O desprezo pelo entendimento e pela razão, a glorificação pura e simples da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento, a repulsa do progresso social, a mitomania etc., são outros tantos motivos que podemos descobrir sem dificuldade, mais ou menos, em todo irracionalista”.

E ainda: “A atitude favorável ou contrária à razão decide, ao mesmo tempo, tanto a essência de uma filosofia como tal filosofia, quanto à missão que está chamada a cumprir no desenvolvimento social. Entre outras razões, porque a razão mesma não é nem pode ser algo que flutue acima do desenvolvimento social, algo neutro ou imparcial, mas reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência do desenvolvimento, dando-lhe clareza conceitual e, portanto, impulsionando-a ou entorpecendo-a.”

Estas citações de Lukács são importantes porque a falta que a noção de irracionalismo faz na análise gramsciana de Croce é tal, que esta lacuna chega a se constituir num tributo pago pelo crítico ao seu criticado.

Assim, vale a pena resumir os comentários de Lukács sobre Croce, ao mesmo tempo em que se convida para ir às páginas 15, 16, 17 e 19 de “A Destruição da Razão”.

Diz Lukács que o irracionalismo assume formas muito desenvolvidas nos países importantes da cadeia imperialista, que o pragmatismo é um aspecto do irracionalismo e Croce é o seu representante na Itália. Ele se põe em luta contra determinadas tradições da filosofia de Hegel, e no período pós-1848 segue a filosofia hegeliana ocupando um lugar predominante, e até adquire uma influência redobrada na Itália. Isso se deve a que a idéia burguesa de progresso ainda não havia caído, neste país, numa crise aberta e clara, como na Alemanha; a crise aqui permanece latente e oculta. A idéia de progresso não faz mais que se achatar e se diluir de um modo liberal (lembremo-nos da dialética da conservação e inovação, e o uso que dela faz Croce). No terreno filosófico, isso traz como consequência que a dialética hegeliana perca completamente o seu caráter de “álgebra da revolução”, e que se tenda a acoplar cada vez mais Hegel a Kant e ao kantismo. Isto explica porque um hegelianismo deste tipo pode oferecer um fenômeno paralelo ao do avanço de uma sociologia que predica também um evolucionismo liberal, como ocorre sobretudo com a de Herbert Spencer.

A atitude de Croce ante Hegel e ante Vico se move pelo caminho do irracionalismo, e com relação a isso, apresenta muitos pontos de contatos com o hegelianismo alemão posterior, o do período imperialista, mas com a diferença de que Croce fica atendo-se ao liberalismo — abundantemente salpicado de idéias reacionárias — do período imperialista, e rechaça filosoficamente o fascismo. Quando Croce separa o que ele chama de “o vivo” em Hegel de “o morto”, há que se dizer que o primeiro é, cabalmente, um irracionalismo moderado de forma liberal, e o segundo, a dialética e a objetividade. E ambas tendências têm como conteúdo fundamental a repulsa contra o pensamento de Marx. O momento filosoficamente decisivo, nesta atitude, é uma radical subjetivação da história, a radical eliminação dela de tudo o que sejam leis. Uma lei histórica, um conceito histórico — diz Croce — envolvem uma verdadeira contradição em si mesma. *A história, diz ele, é sempre a história do presente.* Com esta colocação, Croce reduz a um irracionalismo subjetivista a interpretação de um problema dialético e real, a saber: que o conhecimento do presente (isto é, da fase até hoje mais alta de uma linha de desenvolvimento) nos



dá a chave para compreender as fases menos desenvolvidas do passado. A história se converte, por este caminho, em arte, e, como é natural, em uma arte concebida à maneira de Croce, em que uma perfeição puramente formalista se emparelha com a intuição, como suposto órgão exclusivo de criação e de adequada receptividade. Assim, a história se converte em arte.

A razão se vê, pela teoria croceana, expulsa de todos os domínios da atividade social do homem, com exceção de um campo — que ocupa no sistema um lugar subordinado — da prática econômica; e de outro domínio — que o mesmo sistema concebe também como subordinado e independente da verdadeira realidade — o da lógica e das ciências naturais. Em uma palavra, Croce cria um “sistema” do irracionalismo apto para o uso decadente burguês do parasitismo no período imperialista. E é interessante que este irracionalismo liberal-reacionário de Croce tenha podido manter-se até hoje como uma das ideologias predominantes da Itália.

GRAMSCI LIBERAL, OU CONTRABANDO IDEOLÓGICO?

No começo deste artigo, afirmo a “necessidade de apurar a possibilidade de que este abcesso croceano (vale dizer liberal) esteja sendo tomado por alguns setores como a totalidade do pensar gramsciano”. Após, então, ter proposto a questão que chamo de abcesso no pensamento de Gramsci, e ter exposto esta tese nas páginas que até aqui percorremos, é chegado o momento de discutir o uso indébito já mencionado.

Iremos nos valer do artigo de Carlos Nelson Coutinho, “Gramsci e Nós”, já citado. Neste artigo, Coutinho oferece uma interpretação da herança gramsciana a nível da teoria política, e o significado que esta herança tem ou poderia ter para o setor da oposição brasileira que concorda como compromisso fundamental que Gramsci manteve durante toda a vida. Penso que esta interpretação é marcada de visão profundamente deslocada do real significado de Gramsci, e este “deslocamento de retina” acaba dando conformação não apenas à atuação de Coutinho, mas também às publicações sobre as quais, inegavelmente, ele tem ascendência.

Senão, vejamos no próprio texto mencionado:

“Quando Gramsci ingressou na atividade política, em 1914, já trazia em sua bagagem ideológica uma posição claramente antipositivista, inspirada sobretudo no idealismo neo-hegeliano de filósofos como Croce e Gentile e no voluntarismo anti-reformista de Sorel. Malgrado os limites dessa inspiração inicial, ela era suficiente para colocar Gramsci em franca oposição ao determinismo economicista que, confundido com o marxismo, aparecia então como a ideologia do Partido Socialista Italiano.”

Destas referências teóricas, que são o ponto de partida de Gramsci, Coutinho nada mais fala. Já sabemos quem foi Gentile, por exemplo: foi o ideólogo do período de consolidação do fascismo em seu país. E Coutinho atribui um tom de positividade antipositivista a este intelectual, afirmando que a leitura que Gramsci fez dele o ajudou a superar o determinismo economicista que era atribuído a Marx.

Outro teórico citado: Sorel. Este foi uma das fontes filosóficas de Mussolini. Sorel, que foi apresentado por Coutinho com o atributo de “voluntarismo anti-reformista”, na verdade aceitou, tanto em economia como em filosofia, a revisão que Bernstein operou em Marx. Ainda com Bernstein, Sorel repudiou a dialética interna do desenvolvimento econômico como um processo que conduz necessariamente à revolução proletária.

Continuando junto a Bernstein, Sorel rechaça a dialética como método filosófico, e em seu lugar lança mão do pragmatismo de William James e do intuicionismo de



Bergson. Além disso tudo, Sorel ainda considera o progresso como uma ilusão da burguesia.

Como vimos, Coutinho empresta uma virtude, ainda que relativa, ao "voluntarismo anti-reformista" de Sorel. É significativo assinalar que estas colocações críticas sobre Gentile e Sorel não são, de forma alguma, desconhecidas por Coutinho; estão em "A Destruição da Razão", de Lukács. Assim, chegamos a que a rejeição de Lukács tornou-se para Coutinho uma verdadeira necessidade. Sendo fiel ao alto padrão de coerência que Lukács exige, Coutinho não poderia ter feito as afirmações que fez.

Vejamos agora um aspecto da rejeição necessária de Lukács que Coutinho opera.

Conforme Adam Schaff, (8) autor que com freqüência se beneficia de Lukács, "a concepção de mundo (no sentido de *weltanschauung*) de Croce caracteriza-se sobretudo por um espiritualismo radical, pela negação do materialismo. Segundo a filosofia do Espírito de Croce, a esfera espiritual estende-se não apenas às atividades teóricas, mas também às atividades materiais, práticas. Quanto às atividades teóricas, elas são quer conceituais quer intuitivas. Como a ciência depende das atividades conceituais, Croce recusa à história o estatuto de ciência. Segundo ele, só pratica a ciência aquele que pensa o caso particular como compreendido em um conceito geral; enquanto que se ocupa da arte aquele que apresenta o particular como tal. Como o fim da *historiografia* é apresentar o particular, ele aproxima-se mais da arte que da ciência".

O próprio Schaff cuida de lembrar, neste ponto, que a visão de Croce neste particular não é original. Um dos predecessores desta opinião é Arthur Schopenhauer, em "O Mundo Como Vontade e Representação", livro típico do parasitismo pequeno-burguês da época do imperialismo alemão.

Retornando a Schaff, temos que: "Segundo Croce, a intuição pura é a forma fundamental da atividade do espírito: fundamental porque é independente da atividade prática, enquanto que a atividade prática, pelo contrário, depende da intuição. A intuição é o fundamento da existência, porque cria o seu objeto. Este objeto são os '*estados da alma*' (grifo meu) fora dos quais nada existe."

Pois é justamente Coutinho quem diz: "Seria do maior interesse uma análise comparativa do uso do conceito de 'catarse' em Gramsci e em Lukács. Para este último, a 'catarse' — enquanto 'categoria geral da estética' — é o momento no qual a obra de arte provoca no receptor uma evolução que o faz superar dialeticamente sua mera particularidade individual e situar-se no nível da universalidade humana, no nível de sua integração consciente no gênero humano. Para Gramsci (...) a 'catarse' indica um momento análogo na esfera da práxis política, com a passagem da consciência corporativa (ou particularista) para a consciência nacional-popular (universalista) da classe. Poder-se-ia assim afirmar que a 'catarse' é uma categoria não apenas da estética ou da política, mas da práxis social em geral. Nesse caso, o conceito gramsciano poderia ser integrado na categoria de ser social de Lukács, preenchendo uma de suas lacunas básicas: a ausência de um tratamento específico da práxis política enquanto mediação entre a reprodução material da vida social e as esferas mais individualizadas (criação artística, comportamento ético) da superestrutura."

Talvez valesse colocar agora que é questão secundária se Coutinho leu ou não Benedetto Croce. É até provável que não. De qualquer modo, parece-me totalmente lícito este itinerário de desvendar as similitudes de colocações que temos



operado até agora. Tanto ao nível da teoria quanto da objetivação desta teoria temos encontrado identidade entre os postulados croceanos e a práxis exposta de Carlos Nelson Coutinho.

É possível ainda extrair mais um ponto de confluências dentro deste caminho trilhado: a questão econômica. Vimos anteriormente o abcesso croceano dentro das concepções gramscianas concernentes à economia. Coutinho, no seu já citado "Gramsci e Nós" inclusive referindo-se ao texto "A Revolução contra 'O Capital' ", diz:

"Mas temos aqui, na subestimação da economia, um claro exemplo do que poderíamos chamar de "erro fecundo": a exclusão da economia de seu campo visual (ou pelo menos a minimização de sua importância) permitiu a Gramsci desenvolver de modo brilhante e original os aspectos propriamente políticos e ideológicos da teoria marxista, que haviam sido postos na sombra pelo positivismo da II Internacional e voltariam de certo modo a sê-lo na época de Stalin."

Portanto, pelo que vimos, aquilo que Coutinho chama de "erro fecundo" dentro do pensamento gramsciano é na realidade uma expressão do abcesso croceano que subsiste na obra do filósofo da Sardenha. Coutinho apropria-se deste abcesso e o nomeia como originalidade, quando na verdade se trata de confluência liberal dentro do pensamento de Gramsci. Mas esta confluência é tratada, objetivamente, por Carlos Nelson Coutinho, como sendo o todo do pensamento gramsciano, até chegar o momento em que Gramsci é entendido como Croce. Este recurso tem a propriedade de usar um nome respeitado dentro do movimento comunista para passar conteúdos liberais. Trata-se, assim, de um contrabando ideológico.

Coutinho afirma que a subestimação da economia que Gramsci opera transforma-se em erro fecundo. A subestimação da economia, ou a sua exclusão do campo visual, uma vez operada a nível teórico, pode abrir espaço para uma prática política deste mesmo prisma. Neste caso, muitas coisas poderiam ocorrer, e destas muitas coisas, poucas ou nenhuma, contribuiria para um avanço do movimento dos trabalhadores, tanto na Itália, como no Brasil, ou Polônia, ou qualquer lugar. Porque um fato é que a *politização* das lutas *econômicas* dos trabalhadores pode levar estas lutas a um nível revolucionário; outro fato é que o eclipse das questões econômicas pode levar o movimento operário ao marasmo, sem ter nada para politizar e revolucionar. E não devemos esquecer que a hegemonia política da burguesia se deve, entre outras coisas (de menor importância) ao fato de ela jamais eclipsar a economia.

Quando lemos a seguinte enormidade: "(...) Aqui, o que importa são os fatos: o Liberalismo é uma idéia emergente. Para a política da classe operária, nos dias que correm, o que interessa é associá-lo à democracia" (9) não estamos lendo Croce, mas Luiz Werneck Vianna.

Aliás, nota-se em alguns teóricos, atualmente, a tendência melancólica de inventar o que já está morto e enterrado. Saudoso dos momentos heróicos do Liberalismo em ascensão, que em 1793 criava na França a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", o mesmo Werneck Vianna afirma que a palavra-de-ordem nova que surgiu em São Bernardo é a conquista da plena cidadania operária. (10) As greves metalúrgicas de 1980 visaram — ora vejam — ao desejo dos operários de se tornarem cidadãos. Mas será que este articulista apoiaria barricadas no ABC, ou ficaria temeroso de, com este gesto, "aguzar tensões"?

Coutinho e Werneck Vianna, na sua rendição a Croce, acabam não juntando política ao conhecimento da realidade. A história é tratada por eles de uma forma desontologizada, e o atual sujeito histórico deixa de ser a classe operária. No seu

lugar surgem os grandes “táticos”, que inventaram que “a coalizão democrática existente no país se encontra a pique de incorporar os empresários”.(11)

DE GRAMSCI A TOGLIATTI: UMA CURVA DESCENDENTE

Partimos de Gramsci, ou melhor do abcesso croceano em Gramsci, e chegamos à utilização liberal deste abcesso.

Mas Gramsci, mesmo aquele domesticado pela leitura liberalizante, não é a única referência desta tendência da oposição brasileira. A grande referência, a mais permanente, é Palmiro Togliatti, nomeado sem restrições. Entre Togliatti e Gramsci houve um interessante episódio, por si só esclarecedor de importantes questões.

Quando chegava ao auge a disputa entre Stalin e Trotsky, por volta de 1926, Gramsci escreveu uma carta para a direção do Partido Comunista da União Soviética responsabilizando-a pela unidade (ou perda dela) no movimento comunista mundial. Gramsci não tomou posição nem por Trotsky nem por Stalin, mas apontou para o exemplo de Lênin que manteve esta unidade. Togliatti, que era o representante do PCI na III Internacional, irritou-se com a carta de Gramsci, e afirmou que ela tinha o defeito essencial de ter posto em primeiro plano o problema da cisão e só em segundo plano o problema da adequação da linha seguida pela maioria (a linha de Stalin). Convinha, dizia ele, expressar a própria adesão à linha da maioria, “sem impor nenhuma limitação”. De resto, que sentido tinha o apelo à unidade? A resposta de Gramsci é uma denúncia da burocracia e dos efeitos que ela estava — em sua opinião — operando no pensamento de Togliatti. Trata-se de uma carta violentíssima, e nela Gramsci já aponta para aquilo que viria a se constituir, mais tarde, na essência do stalinismo

É interessante saber que em 1964, pouco antes de sua morte, Togliatti publicou sua correspondência com Gramsci sobre a situação interna do PCUS, mas censurou esta carta que recebeu de Gramsci. Limitou-se a informar os leitores que Gramsci havia rejeitado suas teses com um bilhete de tom bastante áspero, que fora perdido depois. Segundo Rossana Rossanda, na época responsável pela comissão cultural do PCI e atualmente dirigente de “Il Manifesto”, tendo ela perguntado a Togliatti: “Mas quem estava com a razão?”, o velho dirigente do PCI teria respondido: “Eu, sem sombra de dúvida. Gramsci havia colocado problemas de ordem moral, questões que teriam talvez sentido numa perspectiva histórica a longo prazo, porém as decisões a tomar estavam vinculadas a opções imediatas, táticas, que se revelaram justas para o Partido”. É a situação concreta — *hic et nunc*, diria ele — que justifica a opção: não há meios de agir de outra forma, para fecundá-la e transformá-la. Não existem atalhos. (13)

Independente das posições do grupo “Il Manifesto”, dissidente do Partido Comunista Italiano, as suas críticas e denúncias devem ser notadas. Por exemplo, a questão da organização dos escritos de Gramsci; a esse respeito, diz Maria Antonietta Macciocchi, no texto já citado:

“Após a 2.^a Guerra Mundial, em plena era stalinista, os ‘Cadernos do Cárcere’ foram publicados numa edição arbitrária, com títulos até hoje mantidos e que haviam sido escolhidos por Togliatti. Sob cada um destes títulos foram agrupados, sem levar em conta a ordem cronológica, isto é, sem respeitar a evolução do pensamento de Gramsci, e de forma muitas vezes incoerente; as notas e os escritos de 10 anos que pareciam mais de acordo quanto ao conteúdo, aos princípios de classificação de Togliatti.”



As relações entre Gramsci e o PCI, principalmente no seu período de prisão, e mesmo um pouco antes, foram marcadas por momentos de tensão. O episódio de denúncia do burocratismo de Togliatti é um exemplo entre vários. Havia, portanto, uma tendência a que esta tensão existisse também a nível da teoria gramsciana.

Mas as relações entre a teoria gramscista e o PCI foram mediatizadas pela “astúcia” ou a diplomacia de Togliatti. No período do stalinismo, Gramsci foi apresentado como um stalinista de obediência estrita: Togliatti, em seu célebre artigo de antes da guerra, pretendia descobrir “a influência profunda exercida sobre ele (Gramsci) pelas obras de Stalin”. (14)

Mas o que iremos reter de Togliatti? Aquilo que existe de comum entre o stalinismo e o liberalismo, que é o presentismo.

Voltemos a Adam Schaff: “O que em Hegel não é mais do que idéias deixadas em esboço, sem laços de coerência com a totalidade de sua obra, torna-se em Croce um sistema coerente de reflexões idealistas sobre a História, fazendo deste filósofo o pai espiritual do presentismo inteiramente baseado na tese de que a História é o pensamento contemporâneo projetado no passado.”

Ora, todos nós conhecemos a prática stalinista de “adaptação” do passado aos interesses do presente. Por exemplo: a total supressão da figura de Trotsky nos manuais soviéticos que relatam a Revolução de 1917. Trotsky, pela historiografia oficial do PCUS, simplesmente não existiu, apesar de ter sido o comandante e criador do Exército Vermelho. Ou ainda: o que significa a supressão da carta de Gramsci a Togliatti, já citada, senão uma “adaptação” deste elemento do passado ao presente do PCI, que vendia a idéia de total comunhão entre estes dois? Como dizia Bradley, historiador presentista americano: “O passado muda com o presente.”

Ainda Schaff: “Tais são as idéias fundamentais do presentismo de Croce que, porque refere o conhecimento histórico a um assunto, considerado como o criador da História, representa a variante do relativismo levado ao extremo. Como lemos em Croce, toda a História é uma história atual, enquanto que a verdade do conhecimento histórico é função da necessidade que gerou esse conhecimento. Este relacionamento do conhecimento e a sua verdade com a necessidade, o interesse ao qual este conhecimento corresponde, aparenta o presentismo ao pragmatismo.”

Assim, qual foi o roteiro seguido, a nível de correntes do pensamento contemporâneo? Pelo liberalismo de Croce, chegamos ao pragmatismo, denunciado por Lukács; daí, aportamos no presentismo, que como o pragmatismo é o enlace entre o liberalismo e o stalinismo. E neste baile dos quatro “ismos”, soa melancólica a voz de certa gente.

NOTAS

(1) Refiro-me, entre outras, às revistas *Encontros com a Civilização Brasileira* e *Temas de Ciências Humanas*, e ao jornal *Voz da Unidade*.

(2) Croce ocupou posição importantíssima na cultura italiana da primeira metade do século XX, como teórico de estética, reivindicando a unidade e autonomia da atividade artística como primeiro “momento” da atividade teórica do espírito, e sustentando a independência deste em relação às ideologias da práxis. Na política, foi o principal ideólogo do liberalismo na Itália. Assim como outros intelectuais, simpatizou com o fascismo em sua primeira fase, mas rompe com Mussolini em 1925, escrevendo o *Manifesto dos Intelectuais Antifascistas*. Como filósofo, Croce se orientou primeiramente para o marxismo sob a influência de Labriola, mas logo o abandonou. Em 1937 escreverá que o marxismo teórico morreu em 1909 na Itália e no mundo inteiro.



(3) Sobre estas questões, é fertilíssima a leitura de "A vida de Antonio Gramsci", de Giuseppe Fiori, Paz e Terra, Rio, 1979.

(4) Giovanni Gentile (1875-1944) — A única grande personalidade cultural do fascismo, ao qual permaneceu fiel até o fim. Nos últimos 5 anos do século XIX — os únicos anos de vida que Croce concede ao marxismo teórico — também escreveu seu livro sobre Marx (1899). Inspira-se, como Croce, em Hegel (cuja dialética pretende reformar) e baseado em Vico constrói sua teoria do *attualismo*, exposta em *O Espírito, Ato Puro*, (1916). Em 1922 é ministro de Instrução Pública do Gabinete Mussolini, e deixa seu nome à reforma do ensino, aplicada desde 1923 e que fazia grandes concessões à Igreja Católica. (Nota biográfica extraída de A.R., Buzzi, "La Teoria Política de Antonio Gramsci", Editorial Fontanella, SA, Barcelona, Espanha, 1969).

(5) Antonio Gramsci, "ANTOLOGIA", seleção, tradução e notas de Manuel Sacristan, Siglo Veintiuno S.A., México, 1970, p. 34 ss.

(6) É interessante observar que C. N. Coutinho aponta em Marx, Engels e Lênin um anti-historicismo na concepção que estes montaram sobre o Estado e seu papel repressivo. Para Coutinho, esta teoria "esconde fatos" e não se presta para o entendimento do Estado atual, quando já existem o sufrágio universal e as "camadas médias". V. C. N. Coutinho, "Gramsci e Nós", in *Democracia como valor universal*, Livraria Editora Ciências Humanas, SP, 1980.

(7) Seguindo este roteiro de investigação, chegaremos a um dos afluentes teóricos da tese da "democracia como valor universal", de Carlos Nelson Coutinho.

(8) Adam Schaff, "História e Verdade", Martins Fontes, São Paulo, 1978.

(9) "Em Defesa do Compromisso Histórico com os Liberais", in *Voz da Unidade* de 9 a 15/01/1981.

(10) "ABC 1980: A Dura Luta pela Conquista da Cidadania Operária", in *Temas* n.º 9, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

(11) L. Werneck Vianna, *Voz da Unidade*, artigo citado.

(12) Ver em anexo a íntegra da carta de Gramsci a Togliatti.

(13) V. Maria-Antonieta Macciocchi, "Em favor de Gramsci", Paz e Terra, Rio, 1978.

(14) Palmiro Togliatti, "Gramsci", Editora Riuniti, p. 30.

ANEXO

CARTA A TOGLIATTI*

26 de outubro de 1926

Caríssimo Ercoli.

Recebi a tua carta de 18. Respondo a título pessoal, embora tenha a persuasão de exprimir também a opinião dos outros camaradas.

A tua carta parece-me muito abstrata e muito esquemática no modo de pensar. Nós partimos do ponto de vista, que me parece exato, de que nos nossos países não existem só os partidos, entendidos como organização técnica, mas existem também as grandes massas trabalhadoras, politicamente estratificadas de modo contraditório, mas, no seu conjunto, tendendo para a unidade. Um dos elementos mais enérgicos deste processo unitário é a existência da URSS ligada à atividade real do PC da URSS e à persuasão difundida de que na URSS se caminha na via do socialismo. Enquanto os nossos Partidos representarem todo o complexo ativo da URSS, têm uma determinada influência em todos os estratos políticos da grande massa, dela representam a tendência unitária, movem-se num terreno histórico fundamentalmente favorável, não obstante as superestruturas contraditórias.

(*) Tradução de Manoel Simões. Ed. Seara Nova, 1978. Extraída de Antonio Gramsci, *Escritos Políticos*, Vol. IV, p. 167 ss.



Mas não podemos acreditar que este elemento, que faz do PC da URSS o organizador de massas mais potente que já apareceu na história, tenha sido já adquirido de forma estável e decisiva: pelo contrário. Ele é sempre instável. Também é preciso não esquecer que a Revolução Russa tem já nove anos de existência e que a sua atual atividade é um conjunto de ações parciais e de atos de governo que só uma consciência teórica e política muito desenvolvida pode colher, como conjunto e no seu movimento de conjunto, em direção ao socialismo. Não só para as grandes massas trabalhadoras, mas também para uma notável parte dos inscritos nos partidos ocidentais, que se diferenciam das massas só neste passo, radical, mas inicial no sentido duma consciência desenvolvida que é o ingresso no partido, o movimento de conjunto da Revolução Russa é representado concretamente pelo fato de o Partido russo se mover unitariamente, que em conjunto operam e se movem os homens representativos que as nossas massas conhecem e foram habituadas a conhecer. A questão da unidade, não só do Partido russo, mas também do núcleo leninista, é portanto uma questão da máxima importância no campo internacional; é, do ponto de vista da massa, a questão mais importante neste período histórico de intensificado processo contraditório no sentido da unidade.

É possível e provável que a unidade não possa ser conservada pelo menos na forma que teve no passado. É também certo que todavia não ruirá o mundo e que ocorre fazer tudo para preparar os camaradas e as massas para a nova situação. Isto não impede que seja nosso dever absoluto apelar a consciência política dos camaradas russos e apelar energeticamente sobre os perigos e fraquezas que as suas atitudes estão para determinar. Seríamos revolucionários lastimosos e irresponsáveis se deixássemos passivamente cumprirem-se os fatos, justificando-lhes a priori a necessidade.

Que o cumprimento de um tal dever da nossa parte possa, de modo subordinado, favorecer também a oposição, deve preocupar-nos até certo ponto; de fato é nosso objetivo contribuir para a manutenção e criação de um plano unitário no qual as diversas tendências e as diversas personalidades possam reaproximar-se e fundir-se também ideologicamente. Mas eu não creio que na nossa carta, a qual evidentemente deve ser lida no seu conjunto e não em fragmentos destacados e avulsos, exista o perigo de enfraquecer a posição da maioria do Comitê Central. De qualquer modo, prevendo isso e a possibilidade de uma tal aparência, tinha-te autorizado, numa carta anexa, a modificar a forma: podias muito bem pospor as duas partes e pôr imediatamente no início a nossa afirmação de "responsabilidade" da oposição. Por isso este teu modo de pensar me fez uma impressão penosíssima.

E quero dizer-te que em nós não existe qualquer sombra de alarmismo, mas apenas ponderada e fria reflexão. Estamos seguros de que em qualquer dos casos não ruirá o mundo: mas seria estulto movermo-nos só se está para cair o mundo, parece-me. Por isso nenhum lugar-comum nos demoverá da persuasão de estarmos na linha justa, na linha leninista pelo modo de considerar as questões russas. A linha leninista consiste em lutar para a unidade do partido, e não só para a unidade exterior, mas para aquela um pouco mais íntima que consiste na não existência, no partido, de duas linhas políticas completamente divergentes em todas as questões. Não só nos nossos países, no que respeita à direção ideológica e política da Internacional, mas também na Rússia, no que respeita à hegemonia do proletariado e ao conteúdo social do Estado, a unidade do partido é condição existencial.

Tu estabelecees confusão entre os aspectos internacionais da questão russa — que são um reflexo do fato histórico da ligação das massas trabalhadoras com o primeiro Estado socialista — e os problemas de organização internacional no campo sindical

e político. As duas ordens de fatos são coordenadas estreitamente, mas todavia distintas. As dificuldades que se encontram e se foram constituindo no campo mais restrito organizativo, são dependentes das flutuações que se verificam no mais largo campo da ideologia difusa de massa, isto é, da limitação da influência e do prestígio do Partido russo em algumas zonas populares. Por método, nós quisemos apenas falar dos aspectos mais gerais: quisemos evitar o exercício escolástico que infelizmente aflora em alguns documentos de outros partidos e tira seriedade à sua intervenção.

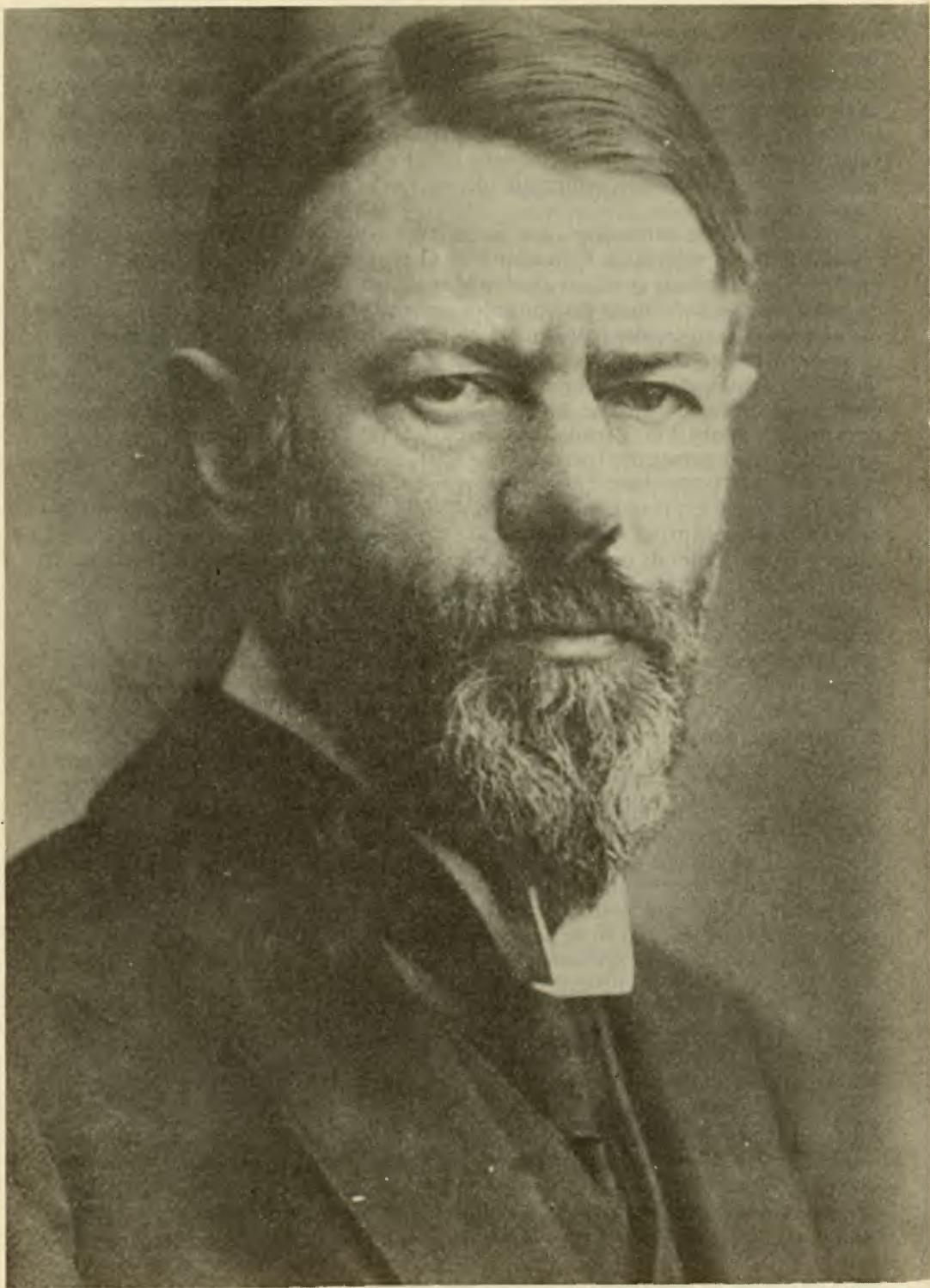
Não é verdade, como dizes, que somos muito otimistas sobre a bolchevização real dos partidos ocidentais. Pelo contrário. O progresso de bolchevização é de tal modo lento e difícil que qualquer obstáculo, ainda que pequeno, o trava e o atrasa. A discussão russa e a ideologia das oposições joga neste travão e atraso um papel tanto maior quanto as oposições representam na Rússia todos os velhos preconceitos do corporativismo de classe e do sindicalismo que pesam sobre a tradição do proletariado ocidental, atrasando-lhe o desenvolvimento ideológico e político. A nossa observação era completamente dirigida contra as oposições. É verdade que as crises do partido, e também do Partido russo, estão ligadas à situação objetiva, mas o que significa isso? Devemos por isso deixar de lutar, devemos cessar de nos esforçarmos para modificar favoravelmente os elementos subjetivos? O bolchevismo consiste precisamente também em manter a cabeça no seu lugar e em estar ideológica e politicamente firmes também nas situações difíceis. A tua observação é portanto inerte e sem valor, tal como a contida no ponto 5, visto que nós falamos das grandes massas e não da vanguarda proletária. Subordinadamente, porém, a dificuldade existe também por isso, a qual não é sem fundamento, mas unida à massa: e existe de tal modo que o reformismo, com as suas tendências para o corporativismo de classe, isto é, para a não compreensão do papel dirigente da vanguarda, papel que se deve conservar mesmo à custa de sacrifícios, é muito mais radicado no ocidente do que na Rússia. Tu esqueces, pois, facilmente as condições técnicas em que se desenvolve o trabalho em muitos partidos que não permitem a difusão das questões teóricas mais elevadas, para além de pequenos círculos de operários. Todo o teu raciocínio está viciado por "burocracia"; hoje, nove anos depois de Outubro de 1917, já não é o *fato da tomada do poder*, por parte dos bolchevistas, que pode revolucionar as massas ocidentais, porque isso já foi assente e produziu os seus efeitos; hoje é ativa, ideológica e politicamente, a persuasão (se existe) de que o proletariado, uma vez tomado o poder, *poder construir o socialismo*. A autoridade do partido está ligada a esta persuasão que não pode ser inculcada nas grandes massas com métodos de pedagogia escolástica, mas só de pedagogia revolucionária, isto é, só do fato político que o Partido russo, no seu conjunto, está persuadido e luta unitariamente.

Desagrada-me sinceramente que a nossa carta não tenha sido compreendida por ti, em primeiro lugar, e que tu, a partir do meu bilhete pessoal, não tenhas, de qualquer modo, tentado compreender melhor: a nossa era uma carta requisitória contra as oposições, feita não em termos demagógicos, mas, precisamente por isso, mais eficaz e mais séria. Peço-te que juntes às atas, para além do texto italiano da carta e do meu bilhete pessoal, também a presente.

Saudações cordiais.

Antonio





Max Weber



MAX WEBER

NA ASSEMBLÉIA

Maurício Tragtenberg

Pelo voo 527 da Lufthansa desembarcou em S. Paulo, Herr Professor Max Weber. Em declaração à imprensa falada e escrita informou que sua vinda se deve ao desejo de acompanhar de perto o processo de “abertura” em andamento no país e visitar a Assembléia Legislativa, a “casa política” do Estado. Em suma, declarou seu entusiasmo em observar a transição de um Estado de Direita para um Estado de Direito. Declinou da oferta de carro oficial para conduzi-lo à Assembléia Legislativa, entrou num “táxi” acompanhado por nós, eis que, fomos encarregados da cobertura de sua estadia em S. Paulo.

Chegamos ao Ibirapuera à sede da Assembléia, Herr Professor com sua maleta na mão percorreu a Casa, tirou seu chapéu coco, desabotoou sua camisa de colarinho engomado e, sorridente, declarou-se à nossa disposição em responder o que lhe for perguntado. Antes de mais nada, colocou uma preliminar: afirmou desconhecer a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, “pilares” de “abertura” ciente de que o desconhecimento desses “monumentos” jurídicos não o imuniza de possíveis punições.

— Garçom, um Steinhager bitte (por favor)! Após dois goles rápidos, franziu o cenho em atitude de espera.

Pergunta — Herr Professor Weber, no Brasil surgiu um relatório secreto atribuído ao Serviço de Segurança e Informações do Ministério de Minas e Energia, apontando os críticos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha — seu país — como integrantes de um conluio internacional, norte-americano-judeu-comunista contra o Brasil-Potência. O sr., por sua atitude crítica na Alemanha, contou com adversários desse nível intelectual?



Weber — Seria agradável travar combate com adversários imparciais — sem dúvida eles existem —, mas seria contrário à integridade alemã mostrar respeito por certos círculos de cujo seio este autor (Weber) e muitos outros têm sido frequentemente rotulados de “demagogos”, “anti-alemães” ou “agentes estrangeiros” (Volume “Weber”, Coleção Pensadores, p. 10, Ed. Abril, 1974). Como vê a razão pode estar com o Eclesiastes: nada de novo debaixo do sol, sentenciou Herr Professor.

Pergunta — Herr Professor, o senhor que já visitara os EEUU e conheceu de perto a “máquina política” dos partidos norte-americanos como vê a pregação direitista do candidato Reagan, declarando que a política de Direitos Humanos prejudicava os interesses dos EEUU, especialmente em relação às ditaduras latino-americanas?

Weber — Devido ao avanço irresistível da burocratização (no Estado e nos Partidos) a pergunta sobre as formas futuras de organização política só pode ser formulada do seguinte modo: como se poderá preservar qualquer resquício de liberdade “individualista” em qualquer sentido? Afinal de contas, é uma ilusão flagrante acreditar que sem as conquistas da época dos Direitos do Homem, qualquer um de nós, até mesmo os mais conservadores, poderá continuar vivendo sua vida (op. cit., p. 32).

Pergunta — Como vê a posição do Parlamento no Brasil, não participando de Comissões do Executivo, permanecendo profundamente desinformado dos assuntos nacionais tratados nas ante-salas da burocracia ministerial?

Após ingerir outro gole de “Steinhager”, lembrou-nos que gostaria de almoçar um “Esbein” (joelho de porco) com chucrute, pois já passava do meio-dia e respondeu:

— Entretanto, a demagogia ignorante ou a impotência rotinizada triunfam num Parlamento que só critica, sem conseguir acesso aos fatos e cujos líderes nunca são colocados numa situação em que precisam provar seu brio. E parte daquela lamentável história, da imaturidade política, que uma época totalmente apolítica produziu em nosso país (Alemanha).

— Lembramo-nos do período C. Branco, C. e Silva, Médici e Geisel no Brasil.

A publicidade da administração imposta pela vigilância parlamentar eficaz — lembramo-nos das ações do Vale do Rio Doce — deve ser exigida como precondição para qualquer trabalho parlamentar e educação política fecundos (op. cit., p. 56).

Pergunta — O sr. que fora um dos redatores da Constituição de Weimar que instituíra o regime parlamentarista na Alemanha, como vê o papel do Parlamento como escola de líderes políticos?

Weber — Podemos explicar a luta da burocracia para conservar o Parlamento na ignorância, pois somente parlamentares profissionais habilitados que passaram pela escola de intenso trabalho de Comissões, podem produzir líderes responsáveis e não meros demagogos e dilerantes (op. cit., p. 56).

Pergunta — Ao não responder ou demorar em demasia em fazê-lo em que medida o Executivo torna inócuo o pedido de informações do Legislativo, transformando-o em figura decorativa, como ocorre no Brasil?

Weber — Um Parlamento excluído da “participação positiva” dos negócios políticos faz “política negativa”, enfrentando a administração como um poder hostil, nessas condições, ele receberá apenas o mínimo indispensável de informações e será



considerado como uma simples corrente de arrasto, um conglomerado de críticos impotentes e sabichões (op. cit., p. 36).

Nesse exato momento os amplificadores do Palácio 9 de Julho chamava os srs. deputados à votação. Weber observa espantado que a maioria deixa o plenário, para que o Projeto do Executivo seja aprovado por decurso de prazo. Estava em discussão um Projeto que facultava ao Executivo paulista a importação de 2 caixas de “soco inglês”, como instrumento de persuasão popular de que o “Príncipe” é bom.

Pergunta — Os defensores do predomínio do Executivo afirmam que as decisões parlamentares são mais lentas, pois a elas antecede o debate.

Weber interrompe meu raciocínio rispidamente:

— Nós na Alemanha tivemos Carl Schmitt, ideólogo muito próximo ao nazismo que também achava inútil o debate e a discussão, para ele, política fundava-se na decisão, especialmente, do Grande Chefe e isso ajudou a conduzir a Alemanha ao abismo nazi.

Retomando a pergunta, indaguei:

— O não acesso do Parlamento a informações, seria por “razões técnicas” como afirmam os defensores do Executivo?

Soltando monumental gargalhada após outro gole de “Steinhager”, Weber retrucou:

— Conseqüentemente, além do diletantismo, o Reichstag (Parlamento) foi sentenciado à ignorância, está claro que não por razões técnicas, mas exclusivamente porque o supremo poder da burocracia é a transformação das informações em material sigiloso através do conceito notório de “serviço secreto” (op. cit., p. 47).

Nisso o alto-falante da Assembléia transmite um discurso de um deputado, anunciando à Casa a presença de Max Weber aproveitando a oportunidade para convidá-lo a assistir no Teatro Municipal o concerto que o sr. Governador daria em sua homenagem, interpretando “As Cirandinhas” de Vila Lobos — compositor oficial do Estado Novo. Esclareceu o Sr. Deputado do PDS que esse convite se dera após a leitura que S. Senhoria fizera da “Sociologia da Música” de Weber, comentada por um dos muitos intelectuais áulicos do Palácio Bandeirantes.

Coçando a cabeça, encolhendo os ombros, Weber engole outro trago de Steinhager, aproveitamos esse intervalo para perguntar:

— Herr Professor, é possível dominação sem o mínimo de consentimento popular? (Estava a falar de corda em casa de enforcado). Referimo-nos a governadores e senadores nomeados por decreto, os chamados “biônicos”.

Revelando muito espanto com o inusitado dessa prática política do bionismo, respondeu:

Weber — Os parlamentos modernos são primeiramente órgãos representativos dos indivíduos governados por meios burocráticos. Afinal de contas, um mínimo de consentimento da parte dos governados, pelo menos das camadas socialmente importantes é a precondição da durabilidade de toda dominação, inclusive da mais bem organizada (op. cit., p. 36).

Pergunta — Sabemos que a peça orçamentária votada pelo Parlamento é condição de seu poder e influência. Herr Professor, no Brasil antes da ditadura, sob Governo Carvalho Pinto, instituiu-se o famigerado “Plano de Ação” onde tecnocratas do PDC (Partido Democrata Cristão) apresentavam-no como “prato feito” ao Parlamento e a Maioria governamental votava em cruz. Isso não significou uma perda de poder do Legislativo?



Weber — O controle sobre a arrecadação da receita — o direito de orçamento — é o instrumento de poder *decisivo* do Parlamento, desde que os privilégios corporativos da classe política começam a existir (op. cit., p. 36).

Após esvaziar um “Steinhager” Herr Professor pede-nos que o acompanhem ao Juca Alemão, onde fará um almoço com “Esbein” (joelho de porco) e chucrute. Para lá nos dirigimos com o ilustre visitante que, sentando-se à mesa, recusou o cardápio oferecido, pedindo o prato de sua preferência, não sem acentuar: — Rápido, bitte (por favor).

Pergunta — Herr Professor, como vê o senhor o PDS inserir no seu Programa a co-gestão na empresa, praticada em seu país (Alemanha). Como vê o Programa do PP (Partido Popular) fundado por dois banqueiros: Magalhães Pinto (Banco Nacional) e Olavo Setubal (Itaú). São programas que inspiram credibilidade ao senhor? E os programas do PMDB, PCB, PC do B e das facções trotskistas?

Weber — Os partidos existentes são estereotipados. Seus postos burocráticos provêm à “manutenção” de seus titulares. Seu cabedal de idéias fixou-se grandemente em literatura de propaganda e na imprensa do partido. Os interesses materiais dos editores e autores resistem à desvalorização desta massa de literatura através da transformação de idéias. O político profissional, finalmente, que precisa viver “à custa” do partido é quem menos deseja ver seu equipamento intelectual de idéias e slongas fora de moda. (Lembramo-nos da literatura partidária do PCB, PC do B, trotskismo na sua versão mandelista, lembertiana e posadista). Conseqüentemente, o acolhimento de novas idéias ocorre com relativa rapidez somente ali onde partidos destituídos totalmente de princípios (lembramo-nos do PP e do PDS) e voltado tão-somente ao patronato — nomeações para cargos públicos — crescem às suas “plataformas” quaisquer “tábuas de salvação” (isto é, candidatos) que, segundo eles, lhe atrairão maior número de votos (p. 87).

Pergunta — Herr Professor, ia-me esquecendo, voltando ao tema Parlamento, perguntaria como vê o Senhor um Parlamento como o brasileiro impedido de apresentar projetos que aumentem a despesa e cujos membros podem estar sujeitos à Lei de Segurança Nacional (caso Chico Pinto e João Cunha). Quando em qualquer país civilizado, de Ghana à França, Itália, EUA, o parlamentar goza de imunidades em relação ao que faz e fala na sua qualidade de eleito?

Weber — O nível do Parlamento depende da condição de que este *não* simplesmente debata grandes questões, mas que as influencie decisivamente; em outras palavras; sua qualidade depende da seguinte alternativa: o que ocorre no Parlamento tem realmente importância ou o Parlamento não passa de carimbo involuntariamente tolerado de uma burocracia dominante (op. cit., p. 21).

Pergunta — Quais as condições que o Parlamento deve preencher para ser uma escola de líderes políticos e supervisionar o Executivo não andando a seu reboque?

Weber — Pois só um Parlamento ativo e não um Parlamento onde apenas se pronunciam arengas pode proporcionar o terreno para o crescimento e ascensão seletiva de líderes genuínos e não meros talentos demagógicos. Um Parlamento ativo, entretanto, é um Parlamento que supervisiona a administração participando continuamente do trabalho desta. Isso não era possível na Alemanha antes da Guerra de 1914, mas deverá sê-lo depois, ou teremos a velha miséria (op. cit., p. 44).

Aproveitamos o fato de Herr Professor estar cortando uma fatia de “Esbein”, separando um pouco de chucrute, para perguntar:



— Herr Professor, como vê o senhor a figura da Comissão Parlamentar de Inquérito num regime parlamentarista, eis que, no Brasil, essas comissões se formam e suas conclusões dormem o sono dos justos nas gavetas ministeriais?

Weber — O direito parlamentar de inquérito deverá ser um meio auxiliar, e de resto, um chicote, cuja mera existência coagirá os chefes administrativos a se responsabilizarem por seus atos de tal forma que o uso do dito chicote não se faça necessário (op. cit., p. 47).

Nesse ínterim, Herr Professor termina sua refeição, chamando o garçom: — Garçom, uma Antártica, geladinha, bitte! (por favor!).

Pergunta — No Brasil e nos EEUU os críticos são taxados de demagogos e os conservadores de “pragmáticos responsáveis”. Observando a candidatura Reagan notei a existência de uma “demagogia de direita”, isso também ocorre na Alemanha?

Weber — Na Alemanha, a democratização (no sentido de massificação) dos partidos de esquerda e direita é um fato que não pode ser invalidado. Os da direita tomam a forma de uma demagogia inescrupulosa sem equivalentes nem mesmo na França (op. cit., p. 90).

Pedimos a conta ao garçom, afastando com um gesto a mão do Herr Professor que ia em direção ao seu bolso do colete, para pagá-la. Tomamos um táxi e voltamos à Assembléia, onde presenciamos o alto-falante transmitir um discurso de um deputado da Maioria homenageando o INAMPS pelos serviços prestados, elogiando o FGTS e o PIS como grandes conquistas populares, os deputados ouviam-no em fila.

No meio do discurso, Herr Professor levanta-se e irritado dirigiu-se ao GAT (Gabinete de Assistência Técnica) para trocar idéias com os advogados lá lotados a respeito da validade do voto universal e da falácia que representaria sua substituição pelo voto profissional corporativo, e a eliminação dos partidos políticos, como alguns ultra-reacionários querem.

Após cotejar várias opiniões, disse Herr Professor:

— É impossível eliminar a luta dos partidos propriamente, se uma representação parlamentar ativa é o objetivo a atingir. Contudo, alguns literatos (lembramos dos G. Corção, J. C. Oliveira Torres, do integralismo e do T.F.P.) com frequência concebem uma idéia confusa de que isto é possível ou deveria ser feito. Esta idéia, dentro de uma escala multiforme de percepção inspira as muitas propostas para desalojar os parlamentos baseados no sufrágio (igualitário ou graduado) universal por corpos eleitorais de natureza profissional ou para colocá-los lado a lado com os grupos profissionais corporativos servindo ao mesmo tempo como assembleias eleitorais para o Parlamento. Essa é uma proposição insustentável para uma época em que a identificação profissional formal, revela quase nada a respeito da função econômica e social, quando cada descoberta tecnológica, cada mudança econômica e cada novo setor mudam estas funções e conseqüentemente o significado de trabalhos formalmente idênticos, assim como as relações numéricas (op. cit. p. 25).

Pergunta — Vê o Herr Professor perigo de o Brasil cair na democracia? Em seu país (Alemanha) também havia forças que se opunham à “contaminação” democrática?

Weber — Na Alemanha os direitos adquiridos — chegaremos a conhecê-los — manipulam o slogan igualmente hipócrita da necessidade de proteger o “espírito alemão” da contaminação pela “democracia” ou procuram outros bodes expiatórios (p. 33).



Pergunta — No Brasil há sempre escreventes que vêm escalada do “comunismo internacional” e repúblicas sindicalistas em tudo. Imagine que encontraram em Curitiba, que o sr. ainda não visitou, uma escola que ensinava materialismo dialético a crianças entre 3 a 6 anos de idade, apavorando a burguesia local. Tais coisas ocorriam em seu país também?

Weber — Na Alemanha, contudo, pode-se ter toda a certeza de que os beneficiários da velha ordem e da burocracia sem controle, explorarão toda tentativa de “putchismo” não importa quão insignificante, a fim de apavorar nossa burguesia filistéia, a qual infelizmente ainda se assusta com muita facilidade (op. cit., p. 90).

Pergunta — Em nosso país, industriais retrógrados financiavam órgãos represivos e ainda hoje mantêm grupos paramilitares de direita. Como vê o senhor a relação entre a indústria pesada e a direita política em seu país?

Weber — Há algumas sólidas razões por trás do fato que estes mesmos poderes — plutocráticos — que conhecem seus próprios interesses bem melhor do que aqueles teóricos de gabinete, colocam-se unanimemente ao lado da burocracia estatal contra a democracia e o parlamentarismo, isso é especialmente verídico em relação à indústria pesada — (lembramo-nos das relações Krupp/Hitler) — o mais impiedoso destes poderes capitalistas, mas essas razões permanecem além do conhecimento dos filisteus literários (p. 44). Para finalizar, comparando aos partidos prussianos, os partidos conservadores, PDS e PP.

— Os partidos conservadores continuam seu monopólio de cargos nas Prússia e tentam assustar o monarca (Guilherme II) com o espectro da “revolução” sempre que esses benefícios se encontram em perigo (op. cit., p. 38).).

Após tomar um café estatal oferecido pela Assembléia e perguntado em que cinema está sendo exibido o filme “O ovo da serpente” (Sobre a Crise da República de Weimar), recosta-se no sofá. Aproveitando sua descontração, perguntamos:

— Herr Professor, sabemos de seu interesse em observar a “abertura” também na área sindical. No seu país, como aqui, houve casos de invasão policial de sindicatos por Bismarck?

Weber — Bismarck utilizara-se das disposições da legislação anti-socialista para fazer a polícia destruir os sindicatos, os únicos possíveis portadores de uma representação realista dos interesses da classe operária (op. cit., p. 19).

Pergunta — Aqui, a abertura significou para os sindicatos, destituição das diretorias representativas (Olivio Dutra, Lula) reciclagem de interventores em sindicatos (Joaquim Andrade), isso não atenta contra a dignidade das categorias profissionais atingidas?

Weber — Um Estado (com vistas ao sr. Ministro do Trabalho) que deseja basear o espírito de seu exército de massa na honra e na solidariedade não pode esquecer que na vida diária e nas lutas econômicas dos operários os sentimentos de honra e solidariedade são as únicas forças morais decisivas para a educação das massas e que, por esta razão, deve-se dar total liberdade a estes sentimentos. Isso não é nada mais do que o significado político da “democracia social” numa época que inevitavelmente permanecerá capitalista por muito tempo (op. cit., p. 20).

Pergunta — No Brasil a legislação social ligou-se ao nome de Vargas e a formação de um Partido Trabalhista sem trabalhadores na direção. A Alemanha teve algo parecido?

Weber — Ser convertida em demagogia, foi o destino da legislação de beneficência social imperial nas mãos de Bismarck, por mais valiosa que se possa considerar essa legislação em si mesma (op. cit., p. 19).

Pergunta — Os defensores do Estado de Segurança Nacional dizem que ele surgiu para combater a demagogia, ligando-a a populismo e democracia de massas. A Alemanha conheceu tais “gênios”?

Weber — Conseqüentemente, a ninguém é dado afirmar que a “demagogia” é uma característica de um Estado constitucionalmente democrático. As revoltantes batalhas dos satrapas (burocratas lutando por suas áreas legítimas de competência) e as intrigas dos candidatos pela posse de um ministério, também foram levadas à imprensa em comícios públicos. Essas atividades demagógicas produziram algum impacto. Na Alemanha temos demagogismo e populismo *sem* democracia, ou antes devido à ausência de uma democracia disciplinada (op. cit., p. 80-81).

Pergunta — Em nosso país colocou-se a oposição Exército Parlamentar versus Exército Federal, surgindo o A.I. - 5. Tal contraposição se dera alguma vez na Alemanha?

Weber — Não. Os políticos do Partido Nacional Liberal estavam dispostos a manter o efetivo do exército ao máximo necessário, considerando-o como um assunto meramente técnico, isso se daria sem distúrbios, sem confundir o poder nacional com o poder da burocracia. Do contrário, em cada 7 anos as questões militares explodiriam com conseqüências catastróficas para a estabilidade nacional numa tumultuosa campanha eleitoral sob o lema “Exército Imperial contra Exército Parlamentar” (op. cit., p. 17-8).

Dirigindo-se à Biblioteca da Assembléia encontrara Weber a “Divina Comédia” de Dante, apontando para o livro e para o plenário onde um pedessista arengava, lera em voz alta o título do capítulo “O Inferno”: “Lasciate ogni speranza o voi que entrate” (Perca vossa esperança ó vós que entraís). Concordamos com um movimento de cabeça com a observação do ilustre visitante e formulamos nossa última pergunta:

— Herr Professor, como vê o senhor os ideólogos de uma “democracia relativa”, “democracia à brasileira”, “democracia orgânica”, os militares bolivianos golpistas falando em “democracia inédita”, a “liberdade com responsabilidade e outras jóias da linguagem política latino-americana em ritmo de “segurança nacional”?

Weber — Essa concha de servidão prende cada indivíduo ao seu trabalho, à sua classe e talvez à sua profissão. Tal Estado seria ainda mais destrutivo se na esfera social uma ordem de status (diferencial) fosse imposta aos governados ligada à burocracia e na verdade a ela subordinada, como nos Estados de trabalhos forçados do passado. Uma estratificação social “orgânica” semelhante a de tipo egípcio oriental surgiria então, mas, em contraste a esta, seria tão austeramente racional como uma máquina. Quem iria querer negar que tal potencialidade jaz nas entranhas do futuro?

Quem não ria então do temor de nossos “literati” de que o desenvolvimento político e social poderia nos trazer em demasia “individualismo” ou “democracia” e quem não ria também de sua antevisão de que a “verdadeira liberdade” só se manifestará quando a atual “anarquia da produção econômica” e as “maquinações partidárias” de nossos parlamentos forem abolidas em favor de uma “ordem social” e “estratificação orgânica”, isto é, em favor do pacifismo da impotência social sob a tutela do único poder a que não se pode escapar: a burocracia no Estado e na economia (op. cit., p. 31).



Herr Professor estende-me a mão em sinal de despedida, aperto-a, porém não sem antes perguntar algo que necessitava uma resposta imediata e concreta.

Pergunta — Herr Professor, oriundo da aristocracia, casado com uma mulher, Marianne, filha de industriais têxteis do sul alemão, soube que, apesar de sua origem social fora convidado em 1918 a participar de reuniões de trabalhadores, como também defendera ante os tribunais os implicados na Revolução Alemã de 1918, em que medida isso é fantasia ou realidade?

Ajeitando a gravata no seu colarinho, respondeu-me:

— Numa carta de novembro de 1918, escrevia eu, que a única coisa que constituía um lenitivo ante a desgraça nacional (a derrota em 1914/18) foi a sóbria objetividade das pessoas simples dos sindicatos, mesmo de muitos soldados rasos, por exemplo, no Conselho de Operários e Soldados (em Heidelberg) no qual tomei parte. Fizeram com perfeição seu trabalho, sem muito palavrório, devo dizê-lo. Deplorei o assassinato de Leibknecht e a Luxembourg, em que reconhecia honestidade política. (Introd. de Delio Cantimori a Max Weber: *II trabalho intelectual* come professione, p. 22, Ed. Einaudi, 1948).

Eu desaprovava publicamente a graça concedida ao conde Arco que assassinara o chefe da república socialista da Bavária, Kurt Eisner. Intervi energicamente para que o Reitor punisse os estudantes adeptos do nacionalismo radical que insultaram seus colegas social-democratas. Intervi como testemunha de defesa em favor de Oto Neurath e Ernst Toller, Comissário para a Socialização, Membro do Conselho Revolucionário e Chefe de um destacamento do Exército Vermelho da República Bávara, respectivamente. Depus, atestando a honestidade política de Neurath e sobretudo de Toller, salientando seu idealismo concluindo: Deus na sua ira não fez o homem político (D. Cantimori, op. cit., p. 22-3).

Nesse momento, o alto-falante de Congonhas anunciava: passageiros do voo 301 com destino à Alemanha queiram embarcar pelo portão n.º 9, último aviso.



CORONELISMO E ESTADO BURGUEÊS: ELEMENTOS PARA UMA REINTERPRETAÇÃO *

Décio Saes

1. Introdução

Este artigo se propõe a uma reinterpretação política do coronelismo brasileiro. Dizemos *reinterpretação* porque o coronelismo, antes mesmo de ter sido o tema central de um sem número de estudos de caso e monografias, foi objeto de minuciosas análises interpretativas: em primeiro lugar, o monumental e pioneiro ensaio de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1949), ao qual se deve agregar os importantes trabalhos de Raymundo Faoro e Maria Isaura Pereira de Queiroz. (1) Nosso esforço interpretativo não parte, portanto, da estaca zero; ao contrário, serve-se intensamente do valioso acervo de conhecimentos contidos nesses trabalhos, reapropriando-se de muitos dos seus elementos parciais de análise.

Qual é, então, o objetivo dessa proposta de reinterpretação? Trata-se de desenvolver a análise do coronelismo no quadro de uma nova problemática teórica, distinta daquela encontrada na maioria dos trabalhos sobre o tema. A preocupação dominante nas análises do coronelismo tem sido a de examinar, de modo algo abstrato, as relações conflituosas entre as diferentes esferas do Estado: os poderes local, regional e central. De modo abstrato é que tais análises, inspiradas em maior ou menor grau pela ciência política jurisdicista, encaram as relações entre essas esferas como um confronto permanente entre governantes, situados nas diferentes instâncias (local, regional, central) e definidos abstratamente (isto é, eludida a questão de sua representatividade de classe); tal confronto assumindo a forma de uma disputa incessante pela ampliação das suas respectivas *faixas de competência*.

(*) Agradeço a Sérgio S. Silva e a Flávio Azevedo Marques de Saes por sua leitura crítica da primeira versão e pelas suas sugestões, todavia as teses aqui apresentadas são de minha inteira responsabilidade, não engajando necessariamente esses companheiros.



Nesse tipo de abordagem, os conflitos entre poderes perdem o seu significado político e parecem obedecer a uma lógica interna própria à estrutura do Estado: a da coexistência conflituosa entre os desejos de *acréscimos de poder*, nutridos pelos governantes, e as regras objetivas da técnica administrativa.

Nosso ponto de partida é, aqui, diverso: os conflitos entre os poderes local, regional e central são eminentemente políticos, embora disponham habitualmente de um suporte técnico. Ou melhor, embora possam ocorrer conflitos de ordem puramente técnica entre os detentores do controle dessas esferas, tais casos jamais atingem repercussão social suficiente para provocar o florescimento de análises tecnicistas da *questão das competências*; aquelas tensões que se fazem passar por conflitos técnicos, na literatura em questão, são justamente os conflitos mais claramente políticos, embora dotados, em geral, de um pretexto, ponto de apoio ou aspectos técnicos. Mas *em quê* tais conflitos são políticos? É que as relações entre as diferentes instâncias do Estado se definem, em geral, como um aspecto localizado das relações complexas de identidade e antagonismo que se travam entre as diferentes frações da classe dominante. Mais precisamente: são essas relações interfrações que transformam em problema as relações entre as diferentes esferas do Estado. Essas observações encadeiam a análise do coronelismo a uma nova problemática teórica: aquela que relaciona as práticas do coronelismo — o poder local — com a unidade contraditória da classe dominante e com o seu organismo político de dominação: o Estado.

2. O Estado burguês: desorganizador e organizador

Mais precisamente, propõe-se aqui que se traga a análise do coronelismo para dentro da problemática dos *tipos de Estado*, esboçada por Marx e Engels, (2) e desenvolvida por Poulantzas. (3) Tal problemática consiste em investigar qual tipo de estrutura política corresponde a cada tipo de relações de produção, constituindo estas a base de uma modalidade única de dominação de classe; essa investigação se decompõe analiticamente em: a) definição da natureza da articulação da estrutura jurídico-política — separação relativa, unidade — com um determinado tipo de relações de produção; e b) caracterização morfológica (a sua forma) e social (o seu papel na reprodução da dominação de classe) das instituições ou órgãos componentes da estrutura jurídico-política. (4) Trabalhar, portanto, com a problemática dos tipos de Estado implica em ampliar a investigação, a ser desenvolvida nos dois níveis analíticos acima mencionados, sobre o “Estado antigo” (relações de produção escravistas), o “Estado feudal” (relações de produção servis ou feudais), o “Moderno Estado representativo, ou Estado burguês” (relações de produção capitalistas), (5) ou mesmo sobre o “Estado despótico” (modo de produção asiático). (6)

Mas o que significa exatamente trazer a análise do coronelismo para dentro da problemática dos tipos de Estado? Trata-se, antes de mais nada, de pôr obstáculos às caracterizações formais e elásticas do coronelismo, capazes, por sua adaptabilidade, de sobrevoar diferentes modalidades de dominação de classe: tal como as análises que frisam a imutabilidade do poder local ao longo de séculos, sem atentar para o fato de que, à sua volta, tudo muda e que, portanto, apenas por esse fato (ou seja, mesmo que a descrição feita seja correta), o próprio poder local já não é o mesmo. Ou melhor, no quadro da problemática dos tipos de Estado, o coronelismo deve aparecer, não como um fenômeno político indiferente às grandes transformações do Estado e, sim, como um conjunto de práticas só possíveis num tipo determinado de Estado, e funcionais tão-somente para esse tipo de Estado: o *Estado burguês* ou *capitalista*. (7)

Como caracterizar sumariamente o Estado burguês? Para os fins deste trabalho, interessa sobretudo relembrar o seu duplo papel, de desorganizador das classes trabalhadoras e de organizador da classe dominante. Tendo relações capitalistas de produção (exploração do trabalho processada sob a forma de compra e venda da força de trabalho) como base, o Estado burguês, pela própria natureza das suas instituições (cujo caráter político de classe está sistematicamente oculto), desorganiza politicamente as classes trabalhadoras na medida em que desempenha a *dupla função* ("isolar, unindo" ou "unir, isolando") a que se refere Poulantzas: (8) a) converter os agentes da produção distribuídos em classes em sujeitos jurídico-políticos, ou seja, atomizar as classes, convertendo os indivíduos em *cidadãos*; b) representar a unidade dos indivíduos por ele isolados num corpo político, o povo-nação, ou seja, representar a unidade de um isolamento que é o seu próprio efeito. Aqui se coloca uma questão relevante para a análise do coronelismo que empreendemos a seguir: O *efeito de isolamento e a representação da unidade*, produzidos pelo Estado burguês, têm incidência sobre *todas* as classes trabalhadoras de uma formação capitalista? A esse respeito, Poulantzas nota que o isolamento pode ser caracterizado não apenas no seio das classes assalariadas, mas igualmente em classes de uma formação capitalista ligadas a modos de produção distintos do capitalismo: seria o caso dos camponeses parcelares. Como interpretar esse isolamento não fundado em relações capitalistas de produção? De um lado, Poulantzas o considera como decorrência das condições de vida econômica dos camponeses parcelares ("sua não-separação dos meios de produção"); de outro lado, afirma que a relação dessa classe com o Estado burguês agrega ao isolamento próprio às suas condições de vida econômica o isolamento decorrente de sua inserção no quadro de instituições políticas de efeito atomizador. (9) A nosso ver, essa observação pode ser aplicada de modo satisfatório aos camponeses, pequenos proprietários independentes, mas não a "todas as classes dos modos de produção não dominantes de uma formação capitalista". É que a regra geral, para os trabalhadores do campo inseridos em relações de produção pré-capitalistas (meação, parceria e outras formas de prestação do sobretabalho mais ou menos conformadas ao modelo servil), é a sujeição a uma *relação de dependência pessoal* para com o proprietário da terra. Tal relação, que se exprime ao nível ideológico como dever de fidelidade pessoal ao chefe local, é um obstáculo à transformação do trabalhador do campo em *cidadão e membro da nação* (isolamento e unidade). Tais casos (sobrevivências feudais no capitalismo europeu, relações aproximadamente servis no capitalismo periférico) são evidentemente mais complexos que o do camponês pequeno proprietário independente, cuja determinação estrutural de classe garante uma caracterização ideológica bastante conhecida e relativamente incontestada: individualismo, bonapartismo, nacional-patriotismo. Nesses casos mais complexos delinea-se não a impregnação das classes, de modo "sobredeterminante", pelo "efeito de isolamento específico do modo de produção capitalista" e, sim, uma contradição clara entre a persistência de relações de produção pré-capitalistas e a penetração das instituições políticas burguesas no campo. Assim sendo, a transformação capitalista do campo se define como o ponto de partida para tal penetração. Ponto de partida é que a destruição de relações de produção pré-capitalistas é a condição estrutural necessária da implantação efetiva das instituições políticas burguesas no campo; mas, por si só, é insuficiente para promovê-la. Só a luta dos trabalhadores do campo e, sobretudo, a sua aliança com os trabalhadores da cidade (sob formas variadas, inclusive sob a direção de partidos social-democratas ou trabalhistas), poderão dar vida a sindicatos, movimento partidário e luta eleitoral nas regiões transformadas pelo capitalismo. Isso não significa, entretanto, que a destruição do Estado burguês pela luta dos



trabalhadores do campo e da cidade não possa operar-se *antes* da total transformação do campo pelo capitalismo e da total implantação das instituições políticas burguesas no campo.

O Estado burguês pode desempenhar a sua dupla função (“isolar, unindo”, “unir, isolando”) e, portanto, desorganizar as classes trabalhadoras, de *diferentes modos*, ou seja, conforme assuma a forma democrática (representação fundada no sufrágio universal), a forma ditatorial-fascista (representação corporativa) ou a forma ditatorial-militar (ausência de representação popular, representação puramente burocrática). A forma democrática e a forma ditatorial-fascista implicam ambas, embora de modo desigual, o desenvolvimento dos aspectos propriamente políticos da *cidadania* (aquilo que Marshall designa como *direitos políticos*; (10) já a forma ditatorial-militar caracteriza precisamente a incapacidade de propor alguma modalidade de representação política e, portanto, a redução da *cidadania* aos seus aspectos puramente civis (*direitos civis* mais ou menos elementares — podendo ir da pura liberdade de ir e vir, ou a liberdade de trabalho, até o direito de associação em sindicatos — conforme o grau de repressão exercido pela ditadura sobre as classes trabalhadoras). (11) Esta distinção é muito importante para as análises concretas, quando se procura avaliar a influência real das instituições do Estado burguês sobre a prática política das classes trabalhadoras.

Mas dissemos anteriormente que o Estado burguês, ao mesmo tempo que desorganiza as classes trabalhadoras, organiza a classe dominante. Mais precisamente: o Estado burguês unifica a classe dominante (ou classes dominantes, quando o desenvolvimento do modo de produção capitalista não logra transformar os proprietários fundiários pré-capitalistas em fração burguesa (12) diante das classes trabalhadoras, ao *realizar* o interesse geral comum a todas as suas frações: (13) aquilo que Poulantzas designa como a manutenção da “exploração econômica” e da “dominação política” (14) ou aquilo que designaremos aqui como a instauração/conservação da Ordem Social, equivalendo esta à propriedade privada dos meios de produção (inclusive a terra). Mais precisamente, o Estado burguês unifica a classe dominante justamente porque põe em prática uma *política de ordem*, ou seja, impede o ataque das classes trabalhadoras à propriedade privada. Todavia, não se deve interpretar a unificação da classe dominante, operada pelo Estado burguês, como sinônimo da partilha das instituições de Estado pelas suas diferentes frações. Poulantzas já frisou o caráter unitário do poder político institucionalizado, próprio ao modo de produção capitalista: as instituições do Estado burguês apresentam uma coerência interna, não encontrável por exemplo num Estado feudal, cujas instituições consistiam numa “pluralidade compartimentada de centros de poder”. (15) Se se tem em conta que a unidade, consagradora do interesse mais geral (a Ordem Social), não elimina a existência de interesses econômicos contraditórios no seio da classe dominante, compreender-se-á que é sempre uma fração da classe dominante (ou uma classe dominante) que detém o controle do bloco unitário de instituições do Estado; e que esse controle significa, de um lado, representar o interesse geral comum a todas as frações da classe dominante e, de outro lado, fazer prevalecer os seus interesses de fração sobre os interesses próprios a cada uma das outras frações. Tal controle exprime, ao nível do aparelho de Estado, aquilo que Poulantzas designa como “a hegemonia de uma classe ou fração no seio do bloco no poder”.

A hegemonia de uma fração da classe dominante sobre as demais só pode ser detectada ao nível do Estado. Mais precisamente, só a análise da *política de Estado* nos permite definir *quem* (isto é, que fração da classe dominante) é hegemônico no seio da classe dominante. Todavia, como já afirmamos anteriormente, existe um

aspecto determinado da política de Estado que não permite essa definição, na medida em que ele corresponde ao interesse geral comum a todas as frações da classe dominante: trata-se da *política de ordem*, isto é, de defesa da Ordem Social fundada na propriedade privada. Assim, é sobretudo ao nível da *política de desenvolvimento* que se pode encontrar os indícios de uma situação hegemônica, ou seja, daquilo que se convencionou chamar de *política econômica* (decisões do Estado concernentes às frações do capital e à terra) e de *política social* (decisões do Estado concernentes às classes trabalhadoras e, evidentemente, contidas dentro dos limites postos pelo exercício da função política mais geral de instauração/conservação da Ordem Social). Em suma: é hegemônica a fração que detém o controle da política de Estado, chegando a definir uma política de desenvolvimento prioritariamente favorável aos seus interesses de fração.

Nem sempre, no entanto, uma fração determinada da classe dominante chega a controlar claramente a política de Estado e a definir a seu favor a política de desenvolvimento. Em certas situações históricas, todas as frações da classe dominante revelam uma "incapacidade hegemônica"; (16) nesses casos, ou a política de desenvolvimento adquire um aspecto basculante (sucessão de medidas econômico-sociais contraditórias, correspondentes a interesses diversos), ou então a burocracia de Estado implementa uma política de desenvolvimento que corresponde, num plano lógico — abstrato, aos interesses de determinada fração da classe dominante, mas que na prática encontra a resistência ou oposição dessa fração (caso, por exemplo, de uma política de industrialização que se faz contra as velhas classes dominantes — proprietários fundiários, burguesia comercial —, mas que não obtém o apoio da nova classe dominante, industrial). (17)

Em resumo, a unificação da classe dominante pelo Estado se faz ou com o estabelecimento de uma situação claramente hegemônica, ou com a criação de uma margem de liberdade para a ação da burocracia de Estado, com relação aos interesses concretos das frações da classe dominante.

3. Coronelismo e Estado burguês democrático

Tendo caracterizado o Estado burguês e, portanto, estabelecido nos seus termos mais gerais a problemática teórica que nos inspira, podemos agora enunciar a idéia-chave deste trabalho: *o coronelismo designa um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas. Mais precisamente, o coronelismo é um conjunto de práticas político-eleitorais que participam, de modo peculiar, da dupla função do Estado burguês: desorganização das classes trabalhadoras e unificação da classe dominante sob o comando hegemônico de uma das suas frações*. Esse enunciado geral já delimita o terreno de nossa reflexão: o coronelismo é um fenômeno político somente verificável no quadro de um Estado burguês democrático. Isso significa que a presença do coronelismo, ao invés de problematizar o caráter burguês-democrático do Estado (como sugerem certos trabalhos), indica ao contrário a existência de um Estado burguês-democrático.

À vista do que foi dito acima, impõe-se desde logo uma advertência: nosso objetivo, aqui, não é sugerir, de maneira implícita e enviesada que, ali onde tradicionalmente se considera caracterizada a existência do coronelismo (por exemplo: a Primeira República Brasileira), registra-se por conseqüência a presença de um Estado burguês. Ao contrário, o novo conceito de coronelismo, aqui esboçado, leva necessariamente a um reexame das próprias caracterizações tradicionais do coronelismo, podendo eventualmente chegar a constatações bastante diversas a respeito



da presença do fenômeno na realidade histórica brasileira. Tal observação visa chamar a atenção para o fato de que os argumentos, porventura aqui encontrados, capazes de se porem ao serviço da demonstração do caráter já burguês do Estado pós-imperial são insuficientes e localizados: estão exclusivamente voltados para a reavaliação política das práticas do coronelismo. Contudo, saliente-se desde já a utilidade que pode ter a reinterpretção do coronelismo para um reexame mais geral da natureza de classe do que se convencionou chamar "Estado oligárquico" (1889-1930) e "Estado populista" (1930-1964).

É igualmente importante ter-se em conta que, a despeito de a definição apresentada sublinhar a *particularidade* das práticas político-eleitorais que constituem o coronelismo, não nos preocupa prioritariamente, aqui, a peculiaridade nacional do coronelismo. Embora a palavra coronelismo seja característica brasileira, (18) o fenômeno político que ela recobre reproduz-se, em suas linhas gerais, noutras partes: em alguns Estados burgueses democráticos da atualidade, como a França e a Itália, os *notáveis* de certas regiões rurais cumprem, como bem lembrou Faoro, (19) um papel análogo ao do nosso coronel. E Weber referiu-se ao papel político dos *honoratíores*, não apenas no que considerava como "democracias imperfeitas", como a Itália, a Alemanha e mesmo a França, mas igualmente na democrática e parlamentar Inglaterra anterior ao *Reform Act* de 1867. (20) Nessa medida, a análise do coronelismo brasileiro, sobretudo quando aproximada da análise de outros fenômenos nacionais semelhantes, é de interesse para o desenvolvimento da própria teoria do Estado burguês.

Dissemos acima que o coronelismo designa um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas, ou que o coronelismo implica um modo peculiar de participação das práticas político-eleitorais na dupla função do Estado burguês. Esse modo peculiar não existe necessariamente em todos os Estados burgueses democráticos; o que significa que, no quadro geral dos Estados burgueses-democráticos, o coronelismo apenas nasce e se desenvolve naqueles que ostentam condições peculiares. Quais são essas condições?

4. A base sócio-econômica do coronelismo: relações de dominação e dependência pessoal

A condição fundamental para a cristalização do coronelismo, e ao mesmo tempo o seu elemento determinante, é a *presença de relações de produção pré-capitalistas no campo*, ou seja, relações entre proprietários da terra e trabalhadores (meeiros, parceiros e mesmo colonos) que, tendo como objeto a cessão da posse da terra, se exprimem, para usar a expressão consagrada por Marx, (21) como *relações de dominação e dependência pessoal*. Referindo-se a esse tipo de relação, diz Marx em *O Capital*: "A oposição que existe entre o poder da propriedade fundiária baseada em relações pessoais de dominação e de dependência e o Poder impessoal do dinheiro se encontra claramente expresso em dois ditados franceses: 'Não há terra sem senhor'; 'O dinheiro não tem senhor' ". (22) Mas em que consiste tal relação pessoal de dominação e dependência? Nela, pode-se discriminar analiticamente duas dimensões distintas, porém inter-relacionadas. De um lado, a base infra-estrutural (dimensão econômica): o proprietário de terras tem um *poder econômico* sobre o trabalhador a quem cede a posse da terra. De outro lado, o traço superestrutural que lhe corresponde (dimensão ideológica): a dependência pessoal, cujo fundamento é a cessão da posse da terra, exprime-se ideologicamente como *obrigação subjetiva de lealdade* para com o senhor da terra, ou, num nível mais diretamente político, como *fidelidade ao chefe local*.

Dissemos que a presença de relações de produção pré-capitalistas no campo é a condição fundamental para a cristalização do coronelismo. Deve-se agora chamar a atenção para o fato de que tal condição não equivale à totalidade do fenômeno. Relações de dominação e dependência pessoal existiram no Brasil desde os tempos da colônia, nas áreas não penetradas pelo trabalho escravo. A relação de dominação e dependência pessoal é, por assim dizer, a base sócio-econômica do coronelismo, mas não esgota todas as suas dimensões: a prática do coronelismo apresenta um aspecto político novo, original, não encontrado no exercício simples pelo senhor da terra de uma dominação pessoal. Mais precisamente, a relação de dominação e dependência pessoal, quando situada num contexto diferente daquele de um Estado feudal ou absolutista (Europa) ou de um Estado escravista moderno (Brasil imperial), ganha um caráter político novo. Esse contexto político distinto corresponde à presença de um Estado burguês-democrático. Nessa medida o conceito de coronelismo permite designar a expressão política particular que a relação de dominação e dependência pessoal ganha no quadro de um Estado burguês-democrático. Trata-se sem dúvida de um conceito restritivo, situado nos antípodas das formulações mais elásticas; todavia, esse procedimento restritivo parte da intenção precípua de aumentar a eficácia explicativa do conceito na análise concreta.

5. Coronelismo e desorganização das classes trabalhadoras

A relação de dominação e dependência pessoal ganha um caráter político novo, no quadro de um Estado burguês-democrático, por duas razões: a) o Estado burguês, quando assume a forma democrática, converte a participação eleitoral num dos aspectos mais visíveis e atraentes da *cidadania*, e utiliza o processo eleitoral para atomizar as classes trabalhadoras e representar a unidade do Povo-Nação; b) em todos os Estados burgueses democráticos, uma parte (variável no tempo e no espaço) da população eleitoral está sediada no campo.

Assim, ali onde as massas do campo estão submetidas à dominação pessoal dos proprietários da terra, o caráter democrático-representativo das instituições políticas e a existência de uma massa eleitoral rural vão objetivamente conferir aos grandes proprietários de terras a oportunidade de participar da função de desorganização das classes trabalhadoras, *pela via (específica) da organização/controle do processo eleitoral no campo*. É que, de um lado, a realização de eleições alimenta a ilusão das classes trabalhadoras acerca da natureza do Estado, apresentando-o como um poder neutro, acima das classes sociais, um representante geral de toda a sociedade; de outro lado, a instrumentalização estrita do processo eleitoral pela classe dominante (transformação das eleições numa farsa), ou impede que as eleições se convertam numa brecha da dominação burguesa (caso de vitória eleitoral nacional de um partido, frente ou aliança de partidos das classes trabalhadoras), ou evita que as eleições sejam desmascaradas como arma ideológica burguesa (caso de golpe contra as instituições democráticas em seguida à vitória eleitoral nacional de partido, frente ou aliança de partidos das classes trabalhadoras). Ora, nas áreas pré-capitalistas do campo, os grandes proprietários de terras chegam a dispor de um controle estrito do processo eleitoral, o que lhes permite simultaneamente reafirmar a representatividade popular do Estado (mediante a montagem da farsa eleitoral) e bloquear a possibilidade de as classes trabalhadoras virem a converter o voto no instrumento da tomada do poder de Estado. (23)

Mas por que os grandes proprietários de terras dispõem, nas áreas pré-capitalistas do campo, de tal capacidade de organização/controle do processo eleitoral? É que as relações de dominação e dependência pessoal que os mesmos entretêm com as



massas do campo lhes conferem uma *capacidade de manipulação de comportamento eleitoral dessas massas*. Tal capacidade se exprime, simultaneamente, como capacidade de obrigar as massas do campo a *participarem* do processo eleitoral (participação eleitoral), enquanto meio de reafirmação da representatividade popular do Estado; e como capacidade de *impor candidatos* às massas do campo (manipulação eleitoral), impedindo-as de participar da ascensão eleitoral de eventuais partidos das classes trabalhadoras. Essa dupla capacidade está aliás sintetizada na expressão contraditória *voto de cabresto*, de uso corrente na Primeira República Brasileira; o termo cabresto, ao indicar as condições limitadas em que se exerce o direito de voto no campo, sugere que esse exercício se destina fundamentalmente a conferir uma aura de representatividade popular ao Estado, estando longe de constituir um instrumento livre de uma vontade política autônoma das massas do campo.

Dissemos acima que o coronelismo implica uma capacidade de manipulação eleitoral das massas das áreas pré-capitalistas do campo. Isso não significa, todavia, que o verdadeiro objeto das práticas do coronelismo sejam os trabalhadores do campo sujeitos a uma relação de dominação e dependência pessoal. Na verdade, tais práticas objetivam iludir politicamente e tolher eleitoralmente outras classes trabalhadoras: sobretudo as classes trabalhadoras urbanas, mas igualmente o proletariado rural (dependendo, a extensão deste, do grau de destruição das relações de produção pré-capitalistas no campo). Em suma, as massas do campo pré-capitalista não são o *objeto*, e sim o *instrumento*, do coronelismo. É que a relação de dominação e dependência pessoal implica uma modalidade de subordinação ideológica contraditória com a submissão à ideologia jurídica burguesa, da qual o voto é uma expressão e um aspecto; os setores que vivem em relação de dependência pessoal com a classe proprietária estão, *por esse fato*, imunes aos efeitos da ideologia jurídica burguesa. A submissão pessoal do trabalhador do campo a um proprietário — o seu senhor — se exprime concretamente sob a forma de obrigações de caráter costumeiro (econômicas, sociais, políticas) que limitam sua liberdade pessoal (liberdade de ir e vir, liberdade de trabalho). O aspecto mais claramente político dessa submissão pessoal é o dever de fidelidade do trabalhador para com o senhor e enquanto chefe político local; ele impede que o homem do campo exerça livremente o direito de voto, e o converte em massa de manobra eleitoral da classe dominante.

Portanto, as massas do campo pré-capitalista não são a matéria transformada (=objeto) pelas práticas do coronelismo, as quais pouco modificam aquilo que está basicamente definido pela existência de relações de dominação e dependência pessoal; o que significa que essas massas são imunes, não por consciência revolucionária e, sim, por mentalidade pré-capitalista, às ilusões eleitorais. Todavia, isso não impede que tais massas constituam o meio material inerte, morto (=instrumento) do coronelismo, por serem o elemento central da montagem do processo eleitoral nessa área. Falando da Primeira República Brasileira, diz Virgínio Santa Rosa: (24) "A grande plebe inconsciente (leia-se: 'as massas do campo')... era o gigantesco tacape com que os caciques rurais inutilizavam os esforços em prol da melhoria das classes médias" (leia-se: 'as populações trabalhadoras urbanas'). Ou para usar uma metáfora: na montagem da farsa eleitoral, as massas do campo pré-capitalista são apenas marionetes, e não o público.

A distinção acima não implica que, no caso da inexistência de um proletariado rural, apenas as frações urbanas da classe dominante tenham interesse na reprodução do coronelismo. Na verdade, todas as frações (urbanas e não-urbanas) da classe dominante aceitam esse papel conservador do coronelismo, porque, de um

lado, as classes trabalhadoras urbanas constituem uma ameaça potencial à própria Ordem Social fundada na propriedade privada, e da qual industriais, comerciantes, banqueiros e latifundiários são igualmente beneficiários; e porque, de outro lado, paira sempre no horizonte político da classe dominante a possibilidade temível de uma aliança entre trabalhadores da cidade e trabalhadores do campo.

Estabelecemos acima quem é o *objeto* das práticas do coronelismo, e quais são os *instrumentos* do coronelismo; restaria dizer uma palavra sobre o *agente* do coronelismo. Ele é, fundamentalmente, o grande proprietário de terras que exerce uma dominação pessoal sobre os seus trabalhadores. Existem, no entanto, casos de *delegação de funções*, quando prepostos (advogados, médicos, farmacêuticos, tabeliões e outros personagens estamentais do campo) assumem em seu nome todas as tarefas propriamente eleitorais (contatos pessoais com os dependentes, cobrança de fidelidade eleitoral etc.). É evidente, de qualquer modo, que essa *delegação* não modifica a natureza da relação social que alimenta as práticas do coronelismo; mesmo nesses casos, o grande proprietário de terras continua a ser o agente fundamental do coronelismo, embora o aparecimento de um *intermediário* entre proprietário e dependente confira uma aparência menos brutal à prática da manipulação eleitoral. (25)

Está delineada, assim, a primeira dimensão do coronelismo: o grande proprietário de terras se converte em coronel quando, escudado em relações de dominação e dependência pessoal, ele passa a manipular eleitoralmente o trabalhador do campo; e, ao fazê-lo, participa da função do Estado burguês consistente em desorganizar as classes trabalhadoras. A partir dessa delimitação, o conceito de coronelismo já adquire uma primeira utilidade na análise concreta: a de *indicar o papel político de relações de produção pré-capitalistas na conservação de um Estado burguês*.

6. Coronelismo e luta de classes no campo

Das linhas precedentes não se deve, todavia, tirar conclusões indevidas: afirmar a presença do coronelismo no campo não implica postular simultaneamente a inexistência da luta de classes no campo. É importante chamar a atenção para este ponto, já que esse tipo de conclusão pode ser encontrado, de modo mais ou menos explícito, até mesmo nos melhores analistas do fenômeno; raros são os ensaios clássicos sobre o tema que não sugerem, nalgum ponto ou noutro, a passividade política crônica das massas do campo. De resto, esse ponto de vista prevaleceu não apenas entre ensaístas, mas também entre reformadores urbanos: mesmo uma imensa experiência política como a longa marcha da Coluna tenentista pelo campo brasileiro não foi capaz de provocar nos seus participantes uma reavaliação dessa tese clássica da literatura política burguesa.

Mas como conciliar as duas afirmações: presença do coronelismo no campo e existência da luta de classes no campo? É que a constatação da presença do coronelismo numa formação social qualquer (mesmo que esta seja o Brasil da Primeira República) não equivale a uma descrição política exaustiva do campo. De um lado, nem todos os trabalhadores do campo participam (participação involuntária, é certo) da função política desempenhada pelo coronelismo; de outro lado, a participação eleitoral dos trabalhadores do campo não significa que estes estejam, por esse mesmo fato, impossibilitados de se revoltarem contra os seus dominadores. Tomemos o exemplo da Primeira República Brasileira. Nessa época (inícios da indústria no Brasil), quando a população rural representava a maioria da população eleitoral, (26) o eleitorado rural era uma minoria da população rural; portanto, nesse



contexto, as práticas do coronelismo incidiam sobre uma minoria de trabalhadores do campo. Além disso, não está excluído que muitos trabalhadores, sujeitos a relações de dominação e dependência pessoal e manipulados eleitoralmente, tenham podido, como os trabalhadores não manipulados eleitoralmente, revoltarem-se, num momento posterior, contra essa forma de dominação (e, evidentemente, contra sua expressão eleitoral).

Em suma, o coronelismo não implica a inexistência da luta de classe no campo. A história política do campo brasileiro nos oferece um rico inventário de formas as mais variadas de luta contra a dominação pessoal. Evidentemente, não é no terreno eleitoral que essa luta ganha maior expressão: a consciência nascente das massas de terem servido como instrumentos inertes das práticas eleitorais dos coronéis não assume a forma de *consciência eleitoral* e de desejo de participação eleitoral autônoma (isto é, sufragando os candidatos dos partidos populares urbanos, já que é pouco viável a constituição de partidos camponeses legais nas áreas onde ainda vigora a dominação pessoal); ao contrário, diante do processo eleitoral, sua atitude é de indiferença, senão de franca negação. Frequentemente, a luta das massas do campo tem assumido a forma clássica da *revolta* contra os senhores locais: uma explosão violenta e paroquial, ao modo das *jacqueries*, que se manifesta em termos imediatos como desejo de ocupação da terra, ou como impulso de violação da incolumidade física e patrimonial do senhor, dos seus representantes ou familiares. Noutras vezes, tal luta tem-se exprimido sob a forma enviesada da *fuga para as cidades*; lembre-se, todavia, que esse processo moderno não coincide inteiramente com o processo clássico de evasão de camponeses na desagregação do feudalismo europeu, já que aos fatores de *expulsão* (pressão, sob formas variadas, pelo aumento do trabalho excedente) se agrega a *atração* exercida por cidades já claramente industriais (necessidade massiva de força de trabalho para a indústria). Finalmente, a luta das massas do campo pode atingir um estágio organizacional mais elevado, quando se traduz num claro esforço associativo: é o caso da constituição de ligas ou uniões camponesas, capazes de assumir a direção de lutas imediatas contra os proprietários (pela redução do trabalho excedente, das obrigações e serviços) ou mesmo de fornecer a base para um movimento revolucionário de massas no campo; ou, mais especificamente, o uso do instrumento coletivo da *greve* contra os proprietários (prática encontrada não só entre os meeiros europeus, como também entre os colonos do café em São Paulo).

7. Interpretações diversas acerca da manipulação eleitoral: a barganha, a violência

Relembremos nossa formulação restritiva: a capacidade de manipulação eleitoral do coronel deriva fundamentalmente de relações de dominação e dependência pessoal. Este é o sentido da frase de Raymundo Faoro: "O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico". (27) Outras modalidades de interpretação da capacidade de manipulação eleitoral do coronel encontram-se, entretanto, em nossa literatura sociológica. Na mais importante dessas interpretações, (28) a manipulação eleitoral é encarada como o resultado de uma *troca de favores entre iguais*: o coronel presta favores materiais ao votante em troca do seu voto. Como encarár essa interpretação? Antes de mais nada, parece indubitável que, na prática, o coronel presta frequentemente favores materiais aos trabalhadores que se encontram em sua esfera de influência. Todavia, o problema está em saber se são esses favores que



garantem a vinculação do voto do trabalhador à vontade do coronel. Se se responder afirmativamente à questão, a idéia da *imposição* do voto ao votante terá sido substituída pela idéia de *barganha* em torno do voto; e as relações de dominação e dependência pessoal não mais deverão ser consideradas a base social do coronelismo. Essa perspectiva de análise subestima a base pré-capitalista do fenômeno do coronelismo: tal tendência não passou despercebida a Raymundo Faoro, que adverte: "... (no coronelismo) não se compra o voto, ainda não transformado em objeto comercial, só possível a barganha entre partes livres, racionalmente equivalentes". (29) Não se pode, evidentemente, negar a existência do fenômeno da barganha eleitoral. *trata-se, todavia, de um fenômeno político distinto do coronelismo*, e que se desenvolve exatamente ali onde as práticas do coronelismo nunca se consolidaram, ou onde o coronelismo já decaiu em razão da desagregação das relações de dominação e dependência pessoal. Tal fenômeno se exprime, basicamente, como *uma relação entre o cabo eleitoral e a sua clientela*: uma troca de favores econômicos por favores políticos, de vantagens materiais por votos. A distinção entre *coronel* e *cabo eleitoral*, estabelecida com clareza por Paulo Singer, (30) não corresponde portanto à distinção entre campo e cidade: nas áreas rurais em processo de transformação (dissolução dos laços fundados na terra), o coronel vai desaparecendo, e pode se substituído pelo cabo eleitoral. (31, 32)

Outra modalidade de interpretação relaciona a imposição do voto ao votante, pelo coronel, com o exercício (ou ameaça de exercício) da violência, pelo grande proprietário de terras, sobre os seus dependentes. Tal interpretação não se apresenta, no entanto, como uma alternativa à atribuição de um papel determinante, na manipulação eleitoral, às relações de dominação e dependência pessoal: a vigência de tais relações não exclui a possibilidade de exercício da violência. O erro está em considerar a *dominação ideológica* e a *coação* de um modo abstrato, que se manifestam comumente sob a forma disjuntiva: *ou* dominação ideológica, *ou* coação, apresentando-se os dois termos como as formas *alternativas* sob as quais se exerce a dominação de classe. É preciso, portanto, superar toda visão abstrata da violência; para tanto, deve-se considerar que a dominação ideológica e o exercício da violência pela classe dominante não são independentes uma diante da outra (o que a tese dos usos alternativos sugere), estando ao contrário relacionadas. Em que consiste essa relação? É que, para que a dominação ideológica se *reproduza*, é necessário que a violência da classe dominante se exerça *dentro de certos limites*. Mais precisamente, a dominação ideológica estabelece limites ao exercício da violência pela classe dominante, na medida em que o *tipo* de dominação ideológica indica o *modo* pelo qual deve ser exercida essa violência, para que a dominação de classe adquira durabilidade. Assim, por exemplo, a persistência da subordinação das classes trabalhadoras à ideologia jurídica-burguesa é incompatível com a proliferação de milícias privadas que apareçam claramente como guardiães da propriedade dos capitalistas; ela só se ajusta às intervenções de corporações públicas de "soldados-cidadãos", em nome da "Ordem" e contra o "Caos" (a generalização de milícias patronais seria um claro indicio da existência de uma crise da dominação ideológica burguesa). No caso do coronelismo, a reprodução da dependência pessoal dos trabalhadores depende de que o exercício da violência pelos proprietários da terra corrobore os seus termos. Ou seja, é preciso que o emprego da força pelo proprietário se faça no sentido de reforçar ou reafirmar a obrigação subjetiva de lealdade e fidelidade do dependente para com o seu chefe. Exemplo típico de emprego da violência contido nos limites estabelecidos por uma relação de dominação e dependência pessoal é a punição da infidelidade eleitoral: ao castigar (maus tratos físicos, atentados contra familiares, danos



materiais) o dependente infiel, o proprietário não procura a aniquilação do inimigo (como na guerra convencional, onde a violência chega às suas expressões mais abstratas) e, sim, realizar uma intervenção corretiva e exemplar que reate o circuito da dominação ideológica, rompido temporariamente. Em linguagem corrente, dir-se-ia que tal intervenção tem uma justificativa moral: a necessidade de relembrar ao dependente infiel o seu dever de fidelidade para com o chefe. Vê-se, portanto, que o fundamento das práticas do coronelismo não é a violência, abstratamente concebida, exercida pelo coronel sobre os seus dependentes e, sim, a dominação pessoal, que não exclui o emprego da violência dentro de certos limites, fixados pela própria necessidade de reprodução da dominação ideológica (de tipo pessoal).

Em suma, nem a barganha, nem a violência podem substituir (ou coexistir com) a dominação pessoal como fundamento das práticas do coronelismo.

8. Coronelismo e unificação da classe dominante

É preciso, agora, analisar a segunda dimensão do coronelismo. Para sugerir-la, relembremos de maneira algo anedótica o caráter indivisível do modo de funcionamento das instituições eleitorais: não existem dois processos eleitorais distintos, um primeiro que oponha exclusivamente a classe dominante às classes trabalhadoras; e um segundo que exprima tão-somente a luta no seio da classe dominante. Disso resulta, entre outras coisas, que o coronel ao mesmo tempo que bloqueia as possibilidades de sucesso eleitoral das classes trabalhadoras, converte-se no instrumento eleitoral de certas facções da classe dominante, na sua luta contra as demais. Assim, o coronelismo, além de servir o conjunto da classe dominante, serve também um setor específico da classe dominante. Mas a que facções da classe dominante o coronelismo serve? E em que sentido ele configura um instrumento eleitoral dessas facções?

O que foi freqüentemente caracterizado como *adesismo* do coronel exprime o fato de que ele serve sempre a facções ou grupos que, compondo o governo central, controlam o aparelho de Estado em nome (isto é, definindo uma política de Estado favorável aos seus interesses) de uma das frações da classe dominante. Ou por outra, o coronel representa, no plano eleitoral, um instrumento da fração hegemônica da classe dominante, ou das forças sociais que definem a política de Estado, em caso de *incapacidade hegemônica* de todas as frações da classe dominante. É evidente que o coronelismo não serve sempre a uma mesma fração da classe dominante: a diferentes épocas e diferentes formações sociais correspondem diferentes situações hegemônicas. Todavia — e aqui tocamos um aparente paradoxo do coronelismo —, está descartada de princípio a possibilidade de que o coronel sirva de instrumento à sua própria hegemonia política. É que a presença de um Estado burguês democrático — condição de existência do coronelismo — já exprime, em si mesma, a derrota política da classe de proprietários de terras pré-capitalistas (a velha classe dominante) diante das frações burguesas (a nova classe dominante). Na realidade, *o coronelismo indica, ao contrário do que se sugere freqüentemente, a posição subalterna dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas no bloco do poder*. O coronelismo pode servir, eleitoralmente, à hegemonia política da burguesia comercial, da burguesia industrial, do capital financeiro; mas é incapaz de se constituir em instrumento do controle, pelos grandes proprietários de terras pré-capitalistas, de um tipo de Estado cuja estrutura responde aos intentos expansionistas (a acumulação) da classe capitalista e, não, ao instinto preservador e

defensivo dos proprietários fundiários (ao qual melhor se adaptam o isolamento e o imobilismo do poder local).

Mas em que sentido o coronelismo se apresenta sempre como um instrumento eleitoral da fração hegemônica da classe dominante? É que, mais que contribuir para a *conquista* da hegemonia política por uma fração burguesa qualquer, o coronelismo desempenha um papel estratégico na *preservação* de uma hegemonia política já conquistada. Precisemos esse papel preservador: a vitória eleitoral para a qual contribui o coronelismo, tem o condão de legitimar, aos olhos das demais frações da classe dominante, a continuidade da hegemonia política de uma fração determinada. Como isso é possível? Em primeiro lugar, a disposição de empregar a violência armada para resolver tais contendas internas é rara, dados os efeitos dessa solução sobre as classes trabalhadoras (demonstração de fraqueza interna por parte da classe dominante, desmascaramento prático das instituições democráticas burguesas, abertura de brechas para a violência popular). Em segundo lugar, tal legitimação não implica, nem o apoio político dos vencidos à fração hegemônica, nem necessariamente (embora isso possa ocorrer) o desconhecimento pelos derrotados da prática coronelista da manipulação eleitoral; ela exprime sobretudo a renovação da esperança eleitoral dos vencidos e, mais especificamente, o desejo de pôr a seu serviço as práticas do coronelismo, cujos mecanismos são por eles criticados apenas superficialmente. Não seria esse o verdadeiro sentido da crítica à fraude eleitoral no campo, quando não complementada por uma crítica da propriedade fundiária e da dominação pessoal? Presas dessa crítica superficial e legitimadora foram tanto as "dissidências oligárquicas" da Primeira República (Campanha Civilista, Partido Democrático Paulista), quanto a UDN nos seus momentos eleitoralistas e de indecisão golpista; enquanto as primeiras se revelaram permanentemente incapazes de abandonar o terreno eleitoral e de recorrer à força contra o governo federal (A Revolução de Trinta seria possível sem o movimento tenentista?), a segunda cedo se dispôs a alternar a incitação aos golpes de mão com a luta institucional, embora com resultados negativos em ambos os casos.

O coronelismo é, portanto, força típica de inércia que põe o seu peso eleitoral ao serviço da preservação do bloco no poder; e força eficaz, enquanto nenhuma outra fração da classe dominante se dispuser a romper pela força o controle da política de Estado pela fração hegemônica, ou enquanto outras dimensões do terreno eleitoral, não cobertas pelas práticas do coronelismo (o eleitorado urbano) se revelarem incapazes de provocar um redefinição da situação hegemônica. Todavia, insista-se em que, embora não hegemônica, a classe dos proprietários fundiários faz parte do bloco no poder e está, portanto, representada no Estado burguês. E mais, tal classe pede o pagamento, pelos seus serviços eleitorais, de um preço sócio-político elevado: a intocabilidade da grande propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista. Assim, da sua posição subalterna no bloco do poder e da sua condição de instrumento eleitoral da fração hegemônica, não se deve deduzir a sua passividade política: a sua presença no Estado burguês se traduz em termos de uma posição defensiva, mas esta não é sinônimo de posição passiva. Em suma, nossas colocações sobre o coronel não devem conduzir a enganos sobre a verdadeira condição do grande proprietário de terras; prestando serviços no plano eleitoral, ele só faz consolidar sua posição no plano sócio-econômico, opondo obstáculos à sua eliminação (mediante a distribuição da terra) ou à sua transformação em empresário capitalista.

As colocações feitas aqui — a posição subalterna dos grandes proprietários de terras do bloco no poder e o papel do coronel como instrumento eleitoral da fração burguesa hegemônica — exigem um reestudo cuidadoso das manifestações concretas do coronelismo ao longo das diferentes fases do desenvolvimento capi-



talista brasileiro. No quadro deste pequeno ensaio podemos apenas ilustrar, ainda que de modo insuficiente, estas teses.

Na Primeira República Brasileira, os currais eleitorais organizados pelos coronéis do interior do país não propiciaram aos grandes proprietários de terras o controle do aparelho central de Estado; ao contrário, auxiliaram o bloco político-partidário comandado pela burguesia cafeeira paulista a se perpetuar na direção do Estado. A política de Estado executada pela burguesia cafeeira esteve longe de satisfazer o proprietário ou fazendeiro do interior, cujas queixas contra o governo federal se prolongaram por quase todo o período; (33) tal política favoreceu prioritariamente uma burguesia comercial e urbana, envolvida na exportação e no financiamento da produção agrícola, bem como ao seu aliado, o capital imperialista. (34) Não se deduza daí que o controle do aparelho central de Estado pela burguesia comercial (representada pela sua fração regional mais poderosa, a burguesia cafeeira paulista) tenha sido conquistado pela força do voto; nem se infira, portanto, que as práticas do coronelismo estão na origem da hegemonia política da burguesia comercial. Ao contrário, tais práticas aparecem como relações políticas *derivadas* dessa hegemonia. Após o golpe de Estado de 15/11/1889, a hegemonia política da nova burguesia comercial (não-escravista), representada pela burguesia cafeeira paulista, foi sendo conquistada, não através do processo eleitoral e sim na luta contra o grupo militar; e foi a vitória político-militar sobre o grupo militar que permitiu à burguesia cafeeira paulista, a partir de então detentora do controle do aparelho central de Estado, entrar em acordo político-eleitoral com os grandes proprietários de terras, submetendo-os à sua direção.

Na fase democrática 1945-1964, o coronelismo põe-se a serviço das forças sociais pró-industrialização que controlam o aparelho central de Estado. O partido por elas criado — o PSD — representa a reorientação do coronelismo, até 1930 a serviço da burguesia comercial; tal partido constitui, ao longo dessa fase, e por uma ironia da história, uma das garantias da continuidade de uma política industrializante conduzida pelo Estado brasileiro sob Dutra (excetuando-se o interregno “restaurador” de 1945-47), Vargas e Kubitschek. Mas as eleições de 1946 não foram o fator fundante do êxito das forças sociais pró-industrialização no controle do aparelho central de Estado. Esse controle já existia antes da queda da ditadura militar em 1945; isso explica que o PSD tenha sido uma típica criação do Estado (isto é, da burocracia civil e militar de Estado que lutava pela definição de uma política de proteção e fomento à indústria), e imposto de cima aos grandes proprietários de terras, recoronelizando-os e tirando-os do ostracismo político em que viveram durante todo o período ditatorial. (36)

Mas dissemos acima que o coronelismo é uma *força preservadora*, na medida em que o coronel em geral apóia eleitoralmente as forças sociais que controlam o Estado. Como explicar o adesismo e o governismo do coronel de modo menos geral e mais estritamente político, isto é, sem se aludir tão-somente à posição subordinada dos proprietários de terras pré-capitalistas dentro do bloco burguês de Poder? É que, como bem lembraram Nunes Leal e Faoro, o aspecto complementar da força do coronel diante dos seus dependentes é (tal como ocorre com os notáveis rurais da Europa capitalista) a sua fraqueza política no plano nacional. Mas em que consiste essa fraqueza política? O coronel, como mostrou Nunes Leal, é antes de mais nada um *chefe político municipal*: nos municípios da área rural ainda não revolucionada pelo capitalismo, é sempre um grande proprietário (ou alguns deles) que controla e coordena a vida político-partidária. Ora, é justamente no fato de o coronel estar reduzido à condição de chefe político municipal que se encontram as



raízes de sua fraqueza política: é que, em qualquer Estado burguês, unitário ou federativo, o ramo local do aparelho de Estado (as municipalidades) é dominado pelo ramo central do aparelho de Estado (o chamado Poder central), exista (caso dos Estados federativos), ou não (caso dos Estados unitários), uma mediação entre ambos, promovida por uma estrutura intermediária, a região político-administrativa ou o governo regional. (37) A fraqueza das municipalidades é, portanto, uma característica geral do Estado burguês, correspondente à necessidade da burguesia de subordinar o poder local da propriedade fundiária; mas essa fraqueza se exprime de forma variada, de Estado burguês para Estado burguês. No Brasil, essa fraqueza já foi consagrada na primeira Constituição republicana (1891), de feitio claramente antimunicipalista, e nunca depois desmentida; ela se exprime, notadamente, como *dependência financeira dos municípios em relação aos Estados e à União*. (38) Qual é a raiz dessa dependência financeira? Basicamente, a falta de recursos financeiros suficientes para a administração local, dada a inexistência de poder tributário municipal (preceito constitucional), e dado que apenas uma parcela ínfima dos impostos estaduais é redistribuída aos municípios, segundo porcentagens determinadas pelas diferentes Constituições estaduais. Essa insuficiência estrutural se converte em dependência dos chefes políticos municipais diante dos governos do Estado e da União: cada prefeito precisa de verbas extraordinárias para poder cumprir qualquer programa administrativo mínimo. Pelo fato de que a execução desse programa é fundamental para que o prefeito, ou a sua eminência parda, seja continuamente consagrado pelos seus pares como chefe político municipal, a sua permanência nessa condição dependerá sempre das suas relações com os governos do Estado e da União. Todavia, como os recursos solicitados não constituem dotações legais, eles se convertem em objeto privilegiado de uma *relação de barganha* entre o chefe político municipal e as instâncias superiores: a concessão de verbas em troca da eleição, por todos os meios cabíveis (variáveis segundo a época), dos candidatos às situações estadual e nacional. Nunes Leal e Faoro detectaram corretamente esse ponto: é no nível da relação entre coronel, Estado e União e não no nível da relação entre coronel e votantes do campo, que o coronel aparece como o agente de uma barganha ou compromisso. Ora, são os próprios termos do *compromisso* que indicam a fraqueza do coronel no plano político nacional: ao fazer a barganha, ele aceita a condição de chefe político municipal e renuncia, na prática, à conquista do Estado central. Todavia, tal renúncia, mais que sugerir a derrota do grande proprietário, indica que sua posição defensiva se traduz mais adequadamente como vocação para o poder local.

Em suma, o coronel, se quer persistir como chefe político municipal, deve colocar-se continuamente a serviço do Estado central, seja qual for a fração burguesa detentora de seu controle; eis por que o coronel é, de modo geral, adesista e governista. É evidente que, na prática, o coronel se coloca por vezes a serviço de frações burguesas que, não controlando a política de Estado, aspiram a esse controle; todavia, trata-se, nesse caso, de um coronelismo minoritário, porque ineficaz (para os seus aliados) e desvantajoso (para o coronel), já que concorre em desigualdade de condições com o coronelismo de adesão permanente e incondicional (dentro de certos limites que são os da manutenção da própria Ordem Social no campo e na cidade) ao Estado. O coronel oposicionista não goza de favores oficiais; e tem, por isso mesmo, dificuldade em se manter como chefe político em seu município. Portanto, dificilmente poderia ser um instrumento fundamental de conquista (ou reconquista) do controle do aparelho central de Estado. É instrutiva, a esse respeito, a história das tentativas restauradoras da burguesia comercial de orientação liberal e antiindustrial: fracasso nas urnas (UDN), eleição do golpe de Estado como a



forma privilegiada de ação contra as forças sociais pró-industrialização (1945, 1954, 1955). Todavia, uma explicação se impõe: o coronelismo *oposicionista* é ineficaz para as oposições eleitorais; não o é, contudo, para a luta defensiva do conjunto dos grandes proprietários de terras, pela preservação da grande propriedade fundiária e do trabalho servil. Ou seja, a existência de bolsões de oposição no campo reforça nas forças controladoras da política de Estado o propósito de pagar aos coronéis o preço maior da intocabilidade do campo como condição para a renovação contínua da barganha eleitoral-financeira. Nesse sentido mais geral, o coronelismo majoritário (situacionista) e o coronelismo minoritário (oposicionista) se solidarizam na defesa do grande proprietário de terras, que ambos representam; e a ineficácia do coronelismo oposicionista na luta entre as frações burguesas se transfigura em eficácia do coronelismo oposicionista na luta defensiva dos proprietários fundiários pela preservação da grande propriedade e do trabalho servil.

9. A região político-administrativa como mediadora da barganha

Referimo-nos acima à relação de barganha que se estabelece entre o coronel e o Estado central (União). Nos estados burgueses federativos, a concretização da barganha implica um reforço político das *regiões*, já que o governo estadual se apresenta, em geral, como *mediador* da barganha entre o chefe político municipal e o governo federal. Ou seja, tal reforço é o preço político que os governos estaduais cobram dos chefes políticos municipais e do governo da União pelo seu trabalho de mediação. Na Primeira República, esse preço político equivalia, de um lado, ao reconhecimento pelo governo da União do direito de o governo estadual se perpetuar como situação estadual, pelo voto ou pela força; de outro lado, à fidelidade política dos chefes municipais, provada pela imposição na sua esfera de influência, por quaisquer meios, dos candidatos da situação estadual.

Como e por que surge essa mediação? Colocar tal questão equivale a se interrogar sobre as razões da formação de Estados burgueses federativos. Ora, tal processo tem lugar quando, no quadro da Nação, a classe dominante ou a sua fração hegemônica se encontra seccionada em termos *regionais*; caso em que os interesses econômicos da classe dominante ou fração hegemônica de cada região são paralelos ou análogos aos interesses econômicos das suas outras correspondentes regionais, mas não estão verdadeiramente imbricados a estes. A título de exemplo: na Primeira República Brasileira, as burguesias comerciais das diferentes regiões (café, algodão, cana-de-açúcar etc.) estavam diretamente articuladas ao mercado mundial (financiamento, mercado de consumo) e poucas ligações tinham com as suas congêneres de outras regiões brasileiras; daí a grande autonomia regional, coexistente com o controle do Estado central pela secção regional mais poderosa da burguesia comercial (a do café).

Estando restrita aos Estados burgueses federativos, a mediação das regiões político-administrativas não é um elemento necessário, um aspecto obrigatório do coronelismo. Mesmo na Primeira República Brasileira, a barganha entre chefe político municipal e governo da União se concretizou, por vezes, de modo direto e sem mediações (embora essa não fosse a regra geral). Essa observação visa chamar a atenção para o fato de que *nenhum processo de centralização político-administrativa elimina por si só o coronelismo*; o coronelismo pode-se desenvolver não apenas em Estados federativos (como o Brasil da Primeira República, ou mesmo do período 1945-64), mas também em Estados unitários (não seria o caso dos notáveis rurais de Estados extremamente centralizados como a França ou a Itália?).

10. O antagonismo entre coronéis

Vimos, portanto, que o coronel é, em geral, situacionista nos planos estadual e federal; o seu instinto de sobrevivência política o compele a uma adesão permanente às situações estadual e nacional, sejam elas quem forem (dentro dos limites já mencionados). Todavia, esse *adesismo de subsistência* não elimina a competição entre diferentes coronéis pelo controle do município. Caso os coronéis de um mesmo município não se aliem uns aos outros (o que ocorre sobretudo quando um dentre os coronéis é consideravelmente mais poderoso que os demais), o antagonismo acaba por se manifestar, de forma violenta ou político-partidária. No primeiro caso, um coronel procura atingir fisicamente, seja a pessoa do coronel rival, seja a trabalhadores ou pessoas dependentes deste (neste último caso, para impedi-las de comparecerem às eleições, ou para intimidá-las). Trata-se, em suma, da “guerra entre coronéis”, cujo objetivo é decidir quem vai servir politicamente as instâncias superiores; sua análise é, portanto, secundária na compreensão das contradições políticas mais importantes do bloco no poder.

No segundo caso, um dos coronéis rivais busca (ou é atraído para) uma aliança com uma força oposicionista eleitoral, esperando que a vitória desta nas urnas promova a sua ascensão à condição de chefe político municipal. Todavia, a aliança com as oposições nacionais acena sempre com dividendos duvidosos, dado o poderio da máquina eleitoral controlada pelo Estado; daí os coronéis oposicionistas serem minoritários e, inclusive, admitirem o uso da filiação ao oposicionismo como instrumento para chegarem a uma composição mais vantajosa a nível local.

11. As contradições do coronelismo

Estas notas terminam com duas advertências. Em primeiro lugar, a definição do coronelismo pelas suas funções (desorganização das classes trabalhadoras, unificação da classe dominante) não deve fazer supor que as práticas do coronelismo são inteiramente funcionais com relação à dominação burguesa. O funcionamento das instituições fundadas no sufrágio universal não estimula necessariamente a formação de uma *consciência de participação* e de *cidadania*; ele pode provocar, para além do surgimento de uma consciência reformista ou apolítica (casos de *funcionalidade institucional a contrapelo*), uma verdadeira politização revolucionária. Isto é particularmente verdade para o coronelismo, indubitavelmente o elo mais frágil da cadeia das instituições democráticas burguesas: embora constitua o modo de funcionamento dessas instituições que comporta menos riscos imediatos para o conjunto da classe dominante (vitória eleitoral das classes trabalhadoras), o coronelismo é, ao mesmo tempo, o aspecto da prática eleitoral da classe dominante que mais ostensivamente se exhibe à crítica das classes trabalhadoras. Tomemos a Primeira República Brasileira: se, de um lado, a reação às práticas do coronelismo se traduz em termos de formação de uma consciência reformadora, burguesa e superficial (a crítica liberal, cristalizada na Campanha Civilista, na Liga Nacionalista ou no Partido Democrático Paulista), de uma consciência pequeno-burguesa radical (ala reformista e autoritária do tenentismo) e de uma consciência revolucionarista apolítica (o anarcosindicalismo operário), de outro lado o surgimento de um militantismo revolucionário (década de 20), voltado para a difusão do princípio da direção política e para a definição de uma estratégia revolucionária, não pode ser dissociado do processo de politização vivido por uma fração da intelectualidade de classe média,



como resposta à manipulação eleitoral no campo. Em suma, o coronelismo não logra sempre os seus objetivos por consequência, não suprime necessariamente a luta revolucionária de classe na cidade; o domínio da funcionalidade sobre a contradição, ou vice-versa, dependerá sempre, portanto, do desenvolvimento da luta de classes em cada formação social concreta, e a cada momento histórico.

Em segundo lugar, a funcionalidade do coronelismo para a dominação burguesa não equivale à funcionalidade do grande proprietário de terras pré-capitalista para o desenvolvimento capitalista. É verdade que a transição para o capitalismo, no Brasil, se fez concretamente com a conservação da grande propriedade fundiária e de formas de produção semifeudais no campo. Todavia, a história passada não pode ser aduzida como prova final de que o desenvolvimento capitalista brasileiro não poderia ter assumido uma outra forma; a transformação capitalista acelerada do campo (grande propriedade/mecanização/trabalho assalariado), ou a democratização da terra com difusão da pequena propriedade, não teria constituído um obstáculo incontornável para o desenvolvimento capitalista e sim, tão-somente, estabelecido um curso distinto para esse desenvolvimento. Nessa perspectiva, a subordinação política do coronel e a sua prestação de serviços eleitorais às frações burguesas são uma parte do preço que aquele paga para manter o atraso do campo (a outra parte sendo a repressão violenta dos trabalhadores do campo). Sob o coronel, disfarça-se o proprietário fundiário pré-capitalista; sob a funcionalidade das práticas do coronelismo, disfarça-se o atraso do campo. Deslocado o ângulo de observação, o coronel transforma-se de perdedor em ganhador.

12. Conclusão

Este texto não foi escrito a partir da intenção de analisar exaustivamente o coronelismo brasileiro e, sim, de obter um conceito suscetível de ser incorporado à teoria do Estado burguês. O resultado desse procedimento foi a construção de um conceito de coronelismo evidentemente restritivo. Voltemos à História do Brasil. Examinando o sistema eleitoral imperial, concluiremos pela existência da manipulação eleitoral de dependentes pelos seus senhores (presença, nas áreas não penetradas pelo trabalho escravo, de relações de dominação e dependência pessoal). (39) Todavia, tais práticas ainda visam, no quadro do Estado imperial, resultados políticos limitados; revelando-se incapazes de produzirem efeitos ideológicos sobre a classe trabalhadora fundamental (os escravos, sujeitos à repressão e à ideologia do catolicismo escravocrata, e não à ideologia jurídica burguesa), elas limitam-se a servir de instrumentos de partilha das oportunidades de emprego na burocracia estatal por entre as diversas cliques da classe dominante escravista. A rigor, as práticas político-eleitorais concretas que mais se aproximam do conceito aqui delineado são aquelas dominantes na Primeira República Brasileira (os Partidos Republicanos, mormente o Partido Republicano Paulista) e no período 1945-64 (especialmente o PSD). Aos demais períodos e subperíodos, falta, em maior ou menor grau, uma condição essencial: a presença da forma democrática burguesa, consubstanciada em instituições políticas fundadas no sufrágio universal.

O coronelismo é um fenômeno político do passado, ou pode-se reproduzir no futuro? Em qualquer caso, sua vitalidade depende, de um lado, da persistência de relações de produção pré-capitalistas no campo; de outro, do significado das instituições democrático-representativas para as classes trabalhadoras, e da importância do processo eleitoral como lugar de resolução das disputas internas ao bloco no poder. O coronelismo não é um fenômeno político típico de Estados feudais ou



“patrimoniais”; mas não pode igualmente ser caracterizado em sociedades onde a agricultura foi inteiramente capitalizada, nem em ditaduras burguesas.

Estas notas limitam, portanto, o campo de aplicação do conceito de coronelismo. Seguindo a lição de Nunes Leal e Faoro, procuram tornar mais fácil o encontro do parentesco do coronelismo com outros fenômenos de reapropriação política de relações de produção pré-capitalista no campo dos Estados burgueses democráticos. O aprofundamento da análise do coronelismo, na direção aqui indicada, e o estudo comparado do coronelismo e dos notáveis rurais da Europa Ocidental (séculos XIX e XX) podem, portanto, contribuir para o desenvolvimento da própria teoria do Estado burguês.

NOTAS

(1) Ver Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1975, 2ª edição, Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, Editora Globo, Porto Alegre, 1ª edição em 1959; 2ª edição em 1975, co-edição com a Editora da Universidade de São Paulo; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira*, edição do IEB, São Paulo, 1969; e, ainda deste último autor, o recente ensaio “O coronelismo numa interpretação sociológica”, in Bóris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira — o Brasil Republicano*, 1º volume, Difel, São Paulo, 1975.

(2) Ver especialmente Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1964, p. 137.

(3) Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique et classes sociales*, Librairie François Maspero, Paris, 1968, especialmente o Capítulo II, “L’Etat capitaliste”, item 2, “Typologie et type d’Etat capitaliste”.

(4) No momento em que escrevemos ainda não conhecemos o último trabalho de Nicos Poulantzas, *L’Etat, le Pouvoir et le socialiste*; não podemos portanto esclarecer se Poulantzas se afasta, nessa obra, da problemática (isto é, do sistema de questões a que se refere Althusser) dos tipos de Estado e dos modos de produção.

(5) As expressões são de Engels, op. cit., p. 137.

(6) Uma análise do *despotismo oriental*, forma política correspondente ao *sistema asiático*, encontra-se em Karl Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p. 67-68, bem como em Karl Marx — Friedrich Engels, “Cartas sobre la India” (1853), in Godelier/Marx — Engels, *Sobre el modo de producción asiático*, Ediciones Martínez Roca S.A., Barcelona, 1969.

(7) A expressão *Estado capitalista* é a preferida por Poulantzas; neste artigo, recorreremos à expressão clássica *Estado burguês*, mais frequentemente empregada por Engels e Marx, por enfatizar menos a estrutura do Estado (parte do modo de produção capitalista), e mais o caráter de classe do Estado (assim como a expressão *Estado proletário* nos parece preferível à expressão *Estado socialista*).

(8) Ver Nicos Poulantzas, op. cit., p. 136-140.

(9) Poulantzas, op. cit., p. 137.

(10) É T. H. Marshall quem analisa o desenvolvimento e as transformações da cidadania através do seu triplo aspecto: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. A esse respeito, consultar sua obra *Cidadania, classe social e status*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967, Capítulo III, “Cidadania e classe social”, p. 57-114.

(11) A busca de traços comuns às diferentes formas de Estado burguês não implica a negação da tese clássica de Engels, retomada por Lênin, segundo a qual a democracia representativa é a melhor forma política possível para a burguesia em luta permanente contra as classes trabalhadoras (embora, como notaram os clássicos, ela seja, ao mesmo tempo, a forma de opressão menos sufocante para o proletariado). Trata-se tão-somente de estabelecer que o primeiro passo para a definição do caráter “típico” ou “atípico”, “normal” ou “excepcional” das formas ditatoriais de Estado burguês (fascista, militar) deve ser a avaliação, no plano teórico, das suas possibilidades de atomizar as classes trabalhadoras e de representar a unidade dos indivíduos atomizados no Povo-Nação. Tocamos aqui uma das questões mais complexas da teoria política atual, sendo impossível desenvolvê-la suficientemente nos limites desta nota.

Lembre-se apenas que um outro encaminhamento se encontra em Nicos Poulantzas, *Fascisme et dictature*, Librairie François Maspero, Paris, 1970, Capítulo “Propositions générales sur la forme d’Etat d’exception”, p. 342-362; e isto, a despeito de o próprio Poulantzas ter, em *Pouvoir Politique...*, definido a possibilidade, a nível teórico, de *diferentes modos* de representação da unidade. Ver, por exemplo p. 138-145.



(12) Essa questão, e as suas dificuldades, são discutidas por Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique* . . . p. 54-57.

(13) Queremos dizer que o Estado burguês converte em realidade (concretiza) o interesse geral comum a todas as frações da classe dominante. Ou seja, tal interesse não é logicamente anterior ou externo ao Estado; na verdade, ele só se exprime *no e pelo* Estado, salvo nos casos de crise revolucionária, quando os membros da classe dominante assumem por conta própria (milícias privadas) a defesa da Ordem Social.

(14) Cf. Nicos Poulantzas, *Pouvoir politique* . . . , p. 64.

(15) Idem, ibidem, p. 81.

(16) Ver Nicos Poulantzas, *Fascisme et Dictature*, p. 72.

(17) A oposição aqui evocada é distinta da oposição entre os interesses individuais dos membros da classe dominante (ou fração) e a representação, pelo Estado, dos interesses do conjunto da classe dominante. Um exemplo clássico desta última modalidade de conflito é a resistência dos capitalistas individuais à imposição pelo Estado das leis de fábrica, enquanto os primeiros se orientam pelos seus desejos individuais de maximização da exploração do trabalho, o Estado se guia pela necessidade (do conjunto da classe capitalista) de preservação da força de trabalho (ver a análise de Karl Marx, ilustrada pelo caso inglês, em *Le Capital*, Editions Sociales, Paris, 1971, Livro Primeiro, Tomo I, Capítulo X, "La journée de travail"). A primeira oposição é mais característica de fases de transição para o capitalismo na periferia do sistema capitalista mundial quando os interesses da nova classe dominante não se dissociam concretamente dos interesses das velhas classes dominantes; nesse caso, a intervenção da burocracia de Estado em favor de interesses não plenamente constituídos se explica pela inserção da formação social em questão no sistema capitalista mundial, ao nível do qual esses novos interesses já se encontram claramente delineados. Um exemplo: uma burguesia industrial periférica, ainda dependente da burguesia comercial, pode opôr-se a uma política de industrialização que, ao estimular a instalação de indústrias de meios de produção, contenha em si os germes da autonomização do conjunto da classe em relação à burguesia comercial.

(18) Sua origem: o título honorífico da Guarda Nacional.

(19) Ver Raymundo Faoro, op. cit., Volume 2, Capítulo XIV, "República velha: os fundamentos políticos".

(20) Ver Max Weber, *Economia y Sociedad*, Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1974, Capítulo IX, "La institución estatal racional y los partidos políticos y parlamentos modernos (Sociología del Estado)".

(21) Consultar Karl Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p. 96.

(22) Cf. Karl Marx, *Le Capital*, Livro Primeiro, Tomo I, Editions Sociales, Paris, 1971, p. 151 (traduzido por mim).

(23) Não nos referimos aqui à possibilidade de as classes trabalhadoras obterem a satisfação dos seus interesses parciais. Embora o coronelismo possa concretamente bloquear tal possibilidade (caso da Primeira República), isso não ocorre obrigatoriamente; é mesmo possível que o coronelismo sirva de apoio a forças progressistas, que desenvolvem no plano nacional uma política social favorável a interesses parciais dos assalariados urbanos. Este ponto será melhor esclarecido a seguir.

(24) Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, p. 31.

(25) Aludindo a essa delegação de funções, Faoro caracteriza os prepostos como *subcoronéis*. Ver, do autor, op. cit., p. 632 da 2.^a edição.

(26) Victor Nunes Leal cita dados do IBGE para um período posterior (1940): uma população urbana de cerca de 9.000.000 habitantes (22%), uma população suburbana de cerca de 3.700.000 habitantes (9%), e uma população rural de cerca de 28.000.000 habitantes (69%), sendo que, como lembra o autor, a população dos pequenos distritos rurais (sede dos trabalhadores do campo) é considerada, para fins estatísticos, como "população urbana". Por sua vez, o alistamento eleitoral de 1945 registrou, segundo o Anuário Estatístico de 1946, cerca de 5.300.000 eleitores do "interior" (73% do eleitorado) e cerca de 2.000.000 eleitores das "capitais" (27% do eleitorado). A esse respeito a conclusão de Nunes Leal, mesmo para uma época posterior à Primeira República, é clara: "A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior. E, no interior, o elemento rural predomina sobre o urbano", op. cit., p. 30-35.

(27) Raymundo Faoro, op. cit., p. 622 da 2.^a edição.

(28) Ver, por exemplo, colocações contidas no importante ensaio de Maria Isaura Pereira de Queiroz, "O coronelismo numa interpretação sociológica", já citado.

(29) Raymundo Faoro, op. cit., p. 634 da 2.^a edição.

(30) Ver Paulo Singer, "A política das classes dominantes", in Octavio Ianni et. al, *Política e Revolução social no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 71-78.

(31) Encontramos em Max Weber um tratamento da questão da substituição do tipo de liderança eleitoral: do notável rural ao empresário político, ao "boss". Consultar a obra já citada, capítulo mencionado, item "A burocratização dos partidos".

(32) A existência do *cabo eleitoral* rural não nos deve fazer cair na tentação de, por um jogo de palavras, criarmos o *coronelismo urbano*: isto é, um coronelismo sem coronel, dotado de uma base social diferente da propriedade da terra, por exemplo, uma fábrica. Essa idéia esvazia e formaliza o conceito de coronelismo, ao abstrair a sua base social específica (relações de produção pré-capitalista no campo); ao mesmo tempo em que interpreta a personalização das relações sociais dentro de uma indústria e o estilo paternalista de direção empresarial (fenômenos extremamente modernos não só pela sua eficácia, como também pela sua concepção) como vestígios da forma de dominação tradicional, característica do campo.

(33) É interessante sublinhar a atitude permanentemente oposicionista dos médios produtores de café, sem interesses em bancos, casas comissárias ou casas exportadoras, diante das sucessivas políticas de valorização do café, postas em prática pelo governo estadual e pelo governo federal. Desde a última década do século XIX, os "lavradores" de SP se empenham na organização de associações, como a Liga Agrícola, a Liga Agrária ou o Clube da Lavoura, que conduzam em nome da classe a luta contra o domínio dos "banqueiros". Por outro lado, tais atividades sempre foram objeto de crítica e reprovação por parte das "oligarquias" (cuja natureza, agora o sabemos, era menos rural e agrícola que urbana e comercial/bancária) do PRP. Veja, por exemplo, as críticas de *O Estado de São Paulo*, já em 1899 (5/1/1899), à tentativa dos "lavradores" de SP no sentido de formar um Partido da Lavoura. Devo estas informações, e outras, subjacentes ao conjunto da nota, à Flávio A.M. de Saes.

(34) Aqui, apenas tiro conclusões políticas particulares da análise histórica empreendida por Sérgio Silva no seu ensaio pioneiro, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

(35) Não nos deteremos na demonstração, já feita alhures, de que o conflito entre burguesia cafeeira paulista e grupo militar assumiu finalmente a dimensão de um confronto de forças materiais; o reconhecimento pelo grupo militar da superioridade dos paulistas nesse plano (a poderosa Força Pública Paulista) evitou a luta armada e permitiu uma transmissão pacífica do controle do aparelho central de Estado à burguesia do café. Essa questão se encontra tratada em detalhe em Juhne E. Hahner, *Civilian — Military Relations in Brazil, 1888-1898*, Columbia, University of South Carolina Press, 1969.

(36) A origem estatal do PSD se acha examinada em detalhe e com grande acuidade no importante ensaio de Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

(37) Convém detalhar este ponto. Num Estado burguês, seja ele unitário ou federativo, as secções locais do aparelho de Estado são sempre dominadas pela secção central do aparelho de Estado, em razão da luta histórica da burguesia contra o poder local da propriedade fundiária, feudal, semifeudal ou escravocrata. Todavia, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, essa dominação é mais ampla nos Estados federativos, já que a estrutura política intermediária (a região político-administrativa) sempre se consolida mediante o preço da subtração de poderes e competências das localidades. Se as municipalidades não são necessariamente fortes nos Estados unitários, é fato que elas são habitualmente fracas nos Estados federativos; e isto não é verdade apenas para o Brasil. A esse respeito, diz Engels: "Uma tal autonomia provincial e comunal (Engels se refere não só à América Federativa, mas também à Primeira República Francesa) é muito mais livre do que, por exemplo, o federalismo suíço onde o cantão é, na verdade, muito independente em relação à Confederação, mas onde o é igualmente em relação ao distrito e à comuna." Ver Friedrich Engels, "Crítica do projecto de programa social-democrata de 1981" (Erfurt), in Karl Marx e Friedrich Engels, *Crítica dos programas socialistas de Gotha e de Erfurt*, Porto, 1974, p. 57.

(38) Daqui por diante empregaremos a terminologia jurídica brasileira (Municípios, Estados, União), a fim de simplificar a exposição.

(39) Devo a Flávio A. M. de Saes a lembrança deste ponto.





Para muitos a pequena propriedade, por não ter uma produção em escala, é antieconômica. Assim o trabalhador rural preferiria ser assalariado a pequeno produtor.



TECNOLOGIA E AGRICULTURA

Manuel Correia de Andrade

1. Agricultura e modelos de desenvolvimento

Um dos problemas que tem merecido maior atenção da parte dos técnicos, cientistas, administradores e políticos, nos últimos decênios, é o da Questão Agrária. A produção de alimentos no Brasil não tem crescido com a mesma rapidez da demanda, levando o nosso país, tradicional importador de trigo, a tornar-se também importador de milho, de feijão, de arroz e de outros alimentos. O crescimento da produção de alimentos destinados ao consumo interno vem-se realizando muito mais lentamente que o de produtos de exportação como o café, o cacau, o açúcar e, mais recentemente, o da soja.

Os especialistas e políticos, ao debaterem os problemas do abastecimento e da produção de alimentos se dividem, de um modo geral, em dois grupos, um que poderíamos chamar de reformista, ou um pouco livremente, de "estruturalista", e que admite a necessidade de uma reforma no sistema da propriedade da terra e nas relações de trabalho, a fim de que a Questão Agrária seja resolvida, e um outro que poderíamos chamar de conservador, partidário da simples modernização capitalista, defendendo a necessidade de provocar o crescimento da produtividade agrícola e de expandir a fronteira das terras apropriadas, aplicando-se uma tecnologia mais moderna e mais eficiente. Para o primeiro grupo o problema seria sobretudo político, para o segundo o problema seria puramente técnico.

O grupo "estruturalista", com várias opções e posições que não chegam a ser verdadeiramente antagônicas, pois confluem para a necessidade de uma reforma de base, pleiteia uma melhor distribuição da propriedade da terra, levando em conta que a grande propriedade no Brasil é subexplorada, a ponto de mais de dois terços da área apropriada ser constituída por latifúndios por dimensão e por exploração, segundo a terminologia do INCRA, fazendo tornar mais expressiva a concentração



fundiária. Naturalmente admite levar em conta, no sistema produtivo, uma utilização maior da mão-de-obra abundante no país — e uma utilização mais racional dos recursos naturais. Defende uma desconcentração fundiária ou a implantação de sistemas comunitários e cooperativos de posse e uso da terra, assim como a utilização de insumos naturais, como o adubo orgânico que pode ser produzido se for mais intensamente desenvolvida a associação entre a agricultura e a pecuária. Num sistema em que houvesse um domínio de pequena propriedade seria necessário, naturalmente, a organização de um sistema cooperativista que levasse ao produtor o crédito barato, as informações agrícolas, a assistência agrônômica e a organização do sistema de comercialização da produção. Experiência deste tipo foi feita em Pernambuco em 1963/64, quando, através do Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA), foi dada assistência creditícia e agrônômica ao pequeno produtor, enquanto a Companhia de Revenda e Colonização (CRC) se encarregava de organizar a comercialização, livrando-o da ação do intermediário.

Outros, porém, entendem que a pequena propriedade, por não ter uma produção de escala, é antieconômica, chegando até a afirmar que, para o trabalhador rural, é preferível ser assalariado do que ser pequeno produtor, sujeito aos azares do tempo e do mercado. Geralmente defendem o emprego maciço dos adubos químicos, de máquinas agrícolas, de fungicidas etc. Preocupados apenas com a produtividade e com a rentabilidade econômica, estimulam a agricultura de produtos nobres, subsidiados pelo governo ou por empresas transnacionais — cana-de-açúcar, cacau, café, fumo e soja —, sob a alegação de que o produtor necessita obter maior renda para sobreviver e competir no mercado; não se apercebem que muitos dos produtos destinados ao mercado interno, se fossem subsidiados e obtivessem os favores governamentais concedidos aos produtos nobres, tornar-se-iam rentáveis e nobres como os demais.

No caso brasileiro em geral e no nordestino em particular, poderíamos analisar alguns exemplos onde se torna claro que há necessidade de utilização de uma tecnologia mais avançada, mais moderna, que aumente a produção e a produtividade, mas desde que seja feita levando em conta as implicações de ordem econômica e social.

2. Modernização tecnológica e crescimento da produção

Ao se lançar mão de uma tecnologia moderna deve-se levar em conta, naturalmente, o aumento da produtividade ou da rentabilidade e do crescimento da produção. Neste ponto, poderemos apontar vários exemplos típicos do Nordeste do Brasil, como o da expansão da cultura da cana-de-açúcar, na década de cinquenta, quando, com a utilização de adubos químicos e de matéria orgânica, os canaviais foram levados para os “tabuleiros” que, por apresentarem uma superfície plana, facilitavam a substituição da mão-de-obra pela máquina. Considerava-se, então, uma fase de progresso, de vez que a enxada, tradicionalmente usada nas encostas e nas várzeas, apontada como símbolo de atraso, era substituída pelo trator. Além disso, a rotação de terras, devido ao uso de adubos, seria também substituída pela cultura contínua, enquanto o número de limpas anuais do canavial diminuía devido ao uso dos herbicidas. Essa expansão, porém, feita às custas das matas existentes, sobretudo em Alagoas, e da destruição de fruteiras, de cafezais e de plantações de tubérculos — inhame, batata, aipim e mandioca — cultivados por pequenos agricultores, proprietários, rendeiros ou moradores, provocou impactos na região. Além disso, foi feita a um custo muito alto, uma vez que as máquinas agrícolas eram



movidas a diesel que, como subproduto do petróleo, teve o seu preço majorado muito acima do que se podia prever. O uso dos adubos importados iria beneficiar as grandes companhias transnacionais, trazendo repercussões desfavoráveis à nossa balança comercial e ao próprio balanço de pagamentos. Face à opção feita, a teoria de que temos que produzir para exportar provoca, em contrapartida, a de que temos de importar para produzir.

Hoje, com a situação agravada em face do preço elevado do petróleo, o país se lança na campanha do PROÁLCOOL, estimulando a expansão dos canaviais por áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos, como ocorre no baixo São Francisco, no Cariri cearense e nos vales do Piauí e do Maranhão, onde numerosas destilarias estão em fase de implantação, sem que se tenha feito estudos que impeçam a poluição desses rios, pelas caldas dessas destilarias. Isto irá ocorrer, mesmo se sabendo do valor de suas águas na produção de energia, na irrigação, no abastecimento das cidades e das populações ribeirinhas, além de se constituírem num celeiro que abastece a maioria dessa população. A preocupação apenas com o crescimento da produção e da renda das empresas que exploram os recursos, faz esquecer o lado negativo da modernização tecnológica.

Essa mesma tecnologia moderna, aliada ao crédito fácil e barato, vem sendo utilizada na produção de cacau, quando áreas cultivadas com essa cultura se estendem pelo sul da Bahia e por Rondônia, através de um sistema de destruição sistemática e impiedosa da vegetação natural; é utilizada também na implantação de pastagens artificiais ou na formação de florestas de eucaliptos ou pinheiros, cuja expansão não tem contribuído para melhorar o abastecimento de carne e leite do mercado, nem mesmo impedido a importação desses produtos.

3. O impacto tecnológico e a ecologia

No Brasil repete-se o exemplo dos Estados Unidos; para expandir a área apropriada e, às vezes, cultivada, sacrifica-se a população pobre, a quem é negado o acesso à propriedade da terra, além de se destruir a natureza. Analisando-se o processo em desenvolvimento na Amazônia e no Centro-Oeste, observa-se que as grandes empresas conseguem, a preços irrisórios, apossar-se de grandes áreas, verdadeiros "principados", obtendo, em seguida, subsídios da SUDAM para fazerem a exploração das mesmas. O uso de uma tecnologia moderna, com máquinas possantes, favorece ainda mais a ação destrutiva; assim, com possantes tratores, ligados uns aos outros por correntes de ferro, faz-se, de forma violenta, a derrubada da mata, antes feita vagarosamente, com machado e utilizando de forma intensa a mão-de-obra. Esse processo moderno de derrubada, porém, não impede que se continue a usar a "coivara", processo indígena da queimada, feita após a derrubada das árvores, para destruir todo o material que não tiver utilidade econômica, representado pelos troncos, galhos e folhagens; queimada que destrói o humus existente no solo, transformando-o em potasso, em cinza que será rapidamente transportada para os rios na época das chuvas.

Nas áreas de cerrado o processo utilizado é o mesmo e a intensidade da destruição ecológica bem mais rápida. Em áreas do Piauí e do Maranhão e do sul da Bahia onde estão sendo implantados projetos financiados pela SUDENE, após a destruição da vegetação nativa, as áreas são utilizadas para culturas ou pastagem, passando a sofrer intensa ação erosiva, ora mecânica, nos trechos de maior inclinação, com transporte do material desagregado para as partes baixas, ora pela ação química, com a lixiviação, a grande fazedora de solos lateríticos e de desertos. Os



materiais transportados para as baixadas vão contribuir para o entulhamento do vale e do leito dos rios, dificultando o escoamento de suas águas, dando origem à formação de lagoas estagnadas que contribuem para a queda do padrão sanitário da população da área.

Um outro grave problema ecológico é provocado pelo uso desordenado de adubos químicos, de inseticidas e fungicidas, modificadores da composição dos solos que, transportados pelas chuvas para os rios e lagos, provocam a poluição de suas águas, destinadas ao consumo das populações ribeirinhas, e a mortandade de peixes e da flora aquática. Apesar de possuímos uma legislação que coíbe a ação poluidora das indústrias, não vêm as mesmas respeitando os dispositivos legais, transformando os rios de pequeno e médio porte em condutos de resíduos, em verdadeiros esgotos. Os casos mais chocantes são os daqueles rios que cortam áreas de intensa cultura de cana-de-açúcar e recebem os resíduos das usinas e das destilarias de álcool, e daqueles que têm em suas bacias indústrias químicas, como as de papel e papelão ou de soda cáustica. A degradação ecológica dos rios e lagos, assim como das baías e enseadas que muitas vezes provoca até a morte de pessoas, vem sendo denunciada pela imprensa e estudada por técnicos e cientistas, sem que a ação criminosa, poluidora, venha sendo coibida. Imagine-se o que vai ocorrer em grandes trechos do território nacional onde serão implantadas destilarias autônomas para a produção de álcool, em consequência da implantação do PROÁLCOOL; rios, como o São Francisco, que garantem o abastecimento de dezenas de cidades e povoações, serão certamente transformados em esgotos de grandes empresas que produzirão álcool para exportação. O desenvolvimento de uma consciência ecológica, que não seja romântica, mas baseada em um bom lastro econômico e social, seria de grande importância no momento em que vivemos, se quisermos contribuir para a sobrevivência das gerações futuras.

4. A modernização tecnológica e a questão social

A modernização tecnológica também está tendo repercussões sociais as mais negativas; de um modo geral ela promove a substituição do trabalho do homem pelo da máquina, levando centenas de pessoas ao desemprego. No Sul e Sudeste do Brasil, por exemplo, a substituição dos cafezais e algodoeiros por plantações de trigo e soja vem provocando o desemprego em massa de trabalhadores rurais que são forçados a migrar de São Paulo e Paraná para o Oeste, para Mato Grosso do Sul e para o Paraguai. Este fato pode ser comprovado pelo baixo índice de crescimento anual da população do Paraná, no último decênio, de 0,94%, quando a do Brasil foi de 2,47%. Em compensação, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia cresceram, no mesmo período, a percentagens de 3,19%, 6,62% e 15,80% por ano. Essa substituição beneficia sobretudo aos grandes proprietários, uma vez que diminui os custos da produção e aumenta a rentabilidade da terra.

Nas áreas de cultura da cana-de-açúcar os usineiros, subsidiados pelos bancos, estão substituindo o trabalhador braçal pela máquina no plantio e na colheita da cana. Essa substituição, que diminui o custo da produção e aumenta os lucros, dando maior competitividade à nossa produção, é economicamente válida, mas deveria ser acompanhada de uma política de organização de colônias onde fossem localizados esses trabalhadores que são substituídos pelas máquinas, aos quais não se oferece outra opção que não seja a de migrar para outras áreas mais distantes, à procura de trabalho, ou ficar nas cidades e povoados próximos onde quase sempre se marginalizam.

Nas áreas de domínio da pecuária e da cultura do algodão no Nordeste, por exemplo, o proprietário de terras que é quase sempre criador de gado, costumava reservar uma parte de sua propriedade para ser cultivada por agricultores sem terra, a fim de dispor, no período seco, de alimentação suplementar para o gado. Geralmente os animais se alimentam de pasto natural na época das chuvas, mas no estio, quando secam os pastos, o proprietário da terra utiliza a rama do algodão e a palha do milho e do feijão plantados pelos pequenos agricultores, para alimentar o gado. Daí dizer-se que a terra era cedida pela "palha", como podia também ser feita através de parceria ou então de uma renda fixada pelo grande proprietário. Com a política de modernização da agricultura, os fazendeiros foram financiados para fazer culturas de gramíneas resistentes à seca e para construir silos, acabando com o costume de cederem a terra pela palha, cortando o acesso do pequeno agricultor à terra, sem que nenhum programa de assistência aos mesmos tenha sido elaborado.

5. Conclusões

Os exemplos citados mostram como o processo de modernização, apontado como opção para o desenvolvimento e o progresso, muitas vezes vem contribuir muito mais para a degradação do meio ambiente, para a dilapidação dos recursos naturais e para diminuir a qualidade de vida das populações rurais do que para o tão apregoado desenvolvimento. O crescimento econômico, representado pelo crescimento da produção e da renda, esta quase sempre mal distribuída, muitas vezes é prejudicial, em vez de tornar-se um benefício à população e, a médio prazo, ao próprio Estado.

O subdesenvolvimento, porém, não ocorre como uma consequência de um determinismo geográfico, embora para alguns ele seja apontado como um resultado da influência do clima ou do solo; também não é consequência de um determinismo econômico, mas como resultado da adoção, nos países do mundo capitalista periférico, dominado, de um modelo econômico que visa sobretudo produzir para atender à demanda externa e beneficiar os grupos econômicos transnacionais ou nacionais, sequiosos de grandes lucros, de um rápido retorno do capital empregado. Daí não consultarem, os teóricos e executores desses modelos, as implicações ecológicas e sociais dos mesmos; raciocinam como o Lord inglês que afirmou "a longo prazo todos estamos mortos". Daí também concluirmos que a solução para o problema do emprego de uma tecnologia modernizadora, com a finalidade de aumentar e baratear a produção, sem criar problemas ecológicos e sociais, só pode ser executado em consequência de uma atitude política, do Poder do Estado, visando a adoção de um modelo mais preocupado com a melhoria da qualidade de vida do que com o crescimento da produção e do lucro das grandes empresas; modelo alternativo que não é difícil de formular, havendo a determinação do Poder Jurídico em adotá-lo.





Na última década e meia, o ABC forjou as condições objetivas e subjetivas que permitiram o vigoroso ressurgimento das lutas operárias.



O MOVIMENTO SINDICAL E A CRISE

Maria Dolores Prades

Marilene G. S. Pottes

A partir de março de 1980, o movimento sindical vai-se caracterizar pela ausência de alternativas concretas para enfrentar os graves problemas que sempre atingiram os trabalhadores no Brasil, e que se viram violentamente agravados pelas diretrizes econômicas e políticas impostas a partir de 1964. Entre os resultados negativos desse processo temos o aprofundamento da divisão no seio do movimento operário-sindical que, contrariamente ao que muitos pensam, dificilmente será superada pela insistência numa unidade abstrata e formal. O simples apelo à unidade tem resultado, em linhas gerais, num nivelamento por baixo do movimento sindical que, ressentido da falta de uma proposta global e concreta da perspectiva do trabalho, tem vivido estes últimos tempos entre duas tendências basicamente: de um lado, os defensores da Unidade Sindical, a qualquer preço, que acabam jogando a sorte da classe operária nas mãos dos setores mais atrasados e comprometidos com os patrões e o governo; de outro, as posições que se limitam a negar esta unidade, sem no entanto conseguir efetivamente sua superação, pois acabam cometendo o mesmo erro com sinal trocado, que é o de menosprezar a necessidade da unidade para o movimento sindical, caindo na defesa do pluralismo.

Será na base de uma proposta global — que responda efetivamente aos anseios e necessidades materiais e políticas da maioria do povo brasileiro — que se efetivará a verdadeira unificação, essencial para o avanço do movimento operário-sindical e de todos aqueles setores que por força de circunstância e razões várias são passíveis de aglutinação em torno da classe operária — *agente fundamental deste processo*.

As greves que surpreendem os patrões a partir de 78 e que significam, pela sua ação decisiva, o risco mais sério para a sua tão necessária estabilidade social, política e econômica, no início de 1980, perdem a iniciativa do movimento. Como veremos



mais adiante, o movimento sindical — incapaz de ganhar espaço, apesar da existência de condições objetivas para tal — vai assumir uma postura defensiva frente à ditadura comprometendo, assim, não só o avanço das lutas operárias, como o da democracia de uma maneira geral. Este espaço não ocupado permitiu uma nova e tranqüila reinvestida dos agentes do capital que, frente à agudização da crise econômica, têm na manutenção e ampliação do esmagamento dos trabalhadores a condição essencial para eventual saída. Nem governo, nem patrões têm limitado esforços para pôr em prática todas as suas iniciativas, que vão desde a proposta de um pacto social até a recente tentativa de redução de salários através da redução da jornada de trabalho.

O reconhecimento desta adversidade não deve ser entendida como um descrédito ou pessimismo frente à realidade. Ao contrário, é somente porque se reconhecem as possibilidades históricas da classe operária que se aponta responsabilmente para um esforço honesto, sem falsas ilusões, no sentido de avanço e suporação das debilidades atuais das lutas dos trabalhadores. Com este propósito tentaremos mostrar o risco que corre o movimento operário-sindical quando, desinstrumentalizado para entender a realidade, se deixa envolver por propostas que significarão um violento e duro retrocesso na história dos trabalhadores brasileiros.

A política econômica implantada a partir de 64, em torno da produção de bens de consumo duráveis, especialmente da indústria automobilística, forjou uma dinâmica industrial que criou um mercado interno privilegiado, de reduzidas proporções, com condições de absorver os bens produzidos, que permitem uma elevada faixa de lucros, em detrimento da produção de bens operários. Essa estrutura produtiva, que tem *no arrocho salarial* sua viga-mestra, relega a níveis baixíssimos as condições de vida da classe trabalhadora, deixando-a completamente à margem do mercado consumidor. (1)

A espoliação econômica, a miséria das amplas camadas da população, é garantida por uma ditadura pró-imperialista e paramonopolista que desencadeia, nessa nova fase de acumulação, um processo de intensa repressão sobre os trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas. A intervenção sofrida nos sindicatos, imediatamente após o golpe de 64, é um dos elementos que mostram que o projeto do capital monopolista só pôde realizar-se com altos custos políticos e sociais. A decapitação do movimento operário organizado do pré-64, através da qual foram suprimidas as principais conquistas dos trabalhadores, constituiu-se na condição básica para a implantação desta política econômica.

A lei antigreve, de junho de 64, constituiu-se na principal arma de repressão, frente a um movimento esfacelado e dividido pela própria ditadura e que, evidentemente, não estava, ele próprio, isento de equívocos e fraquezas. A fixação dos aumentos salariais e a criação do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço, que acaba com a estabilidade no emprego, vêm garantir à classe patronal maior mobilidade para a contenção dos salários, institucionalizando a rotatividade da mão-de-obra e o desemprego tornando-se, assim, um dos mecanismos mais importantes do arrocho salarial. A eliminação das organizações horizontais (C.G.T., Pacto de Unidade e Ação etc.) criadas à revelia da CLT, vem fechar o cerco contra os trabalhadores.

Durante os quatro primeiros anos de articulação desta política econômica, dentre as medidas tomadas para a maior concentração e acumulação de capital, instituiu-se a fixação dos índices salariais, como forma de reduzir progressivamente os salários a níveis mínimos de reprodução da força de trabalho. Durante o período de 68 a 73, a burguesia monopolista conseguiu reproduzir intensamente seu capital, "inchando" a economia brasileira, cujo desenvolvimento se processou tendo à frente

os interesses imperialistas e seus aliados internos, o capital monopolista nacional.

Se é verdade que a economia cresceu, é também verdade que se deu sob dois pólos: o arrocho salarial e o aprofundamento da penetração do capital estrangeiro. Este projeto de acumulação esteve longe de corresponder a uma resolução global para o país, enraizado que está na exclusão econômica, social e política das amplas camadas da população, da classe operária e dos trabalhadores agrícolas em particular, que nunca puderam desfrutar das riquezas que eles próprios produziam. Enquanto projeto de resolução global para a sociedade, o “modelo” se inviabiliza desde a sua implantação e, enquanto ciclo específico de reprodução capitalista, ele se esgota num curto período de tempo, defrontando-se rapidamente com seus próprios limites. Inversamente ao que se propagou, o “modelo econômico” foi essencialmente um “modelo importador”, que buscava nas exportações a obtenção de divisas que viessem equilibrar a balança comercial e de pagamentos. Todavia, subordinada ao imperialismo, e tendo nos bens duráveis o pólo dinâmico da produção industrial, a política econômica levou à necessidade de intensificar cada vez mais as importações de máquinas e insumos, que foram uma das formas mais viáveis de penetração do capital estrangeiro. As exportações nunca foram suficientes para cobrir o volume das importações, levando a crescentes déficits e endividamentos externos, paralelamente à intensificação do processo inflacionário. Aprofundando sua subordinação econômica ao imperialismo, foi-se formando o círculo vicioso de assumir dívidas para pagar dívidas, que só em juros e amortizações, no ano de 80, chegaram a US\$ 13 bilhões — dado oficial —, quando as exportações não ultrapassaram os US\$ 20 bilhões.

Com o esgotamento desta fase cíclica de acumulação em meados de 73, a política do desaquecimento é imposta e, aos seus primeiros sinais, diante da impossibilidade de se sustentar os mesmos índices de reprodução do capital, setores do empresariado reagem com clamores de democracia, como forma de garantir o seu lugar e a sua taxa de benefícios no rearranjo pretendido. Cabe ressaltar, no entanto, que, apesar destes clamores “democráticos”, em momento nenhum os empresários põem em risco a unidade política com a ditadura. (2)

Durante este período, a oposição de uma maneira geral caracterizou-se por uma incapacidade de compreender a realidade brasileira, o que a transformou numa entidade que fundamentalmente ficou ao sabor das manobras do sistema, em que pese seu esforço no campo da resistência democrática. Ao se mostrar incapaz de questionar a estrutura produtiva — responsável primeira pela fome e pela miséria — a oposição, limitada por uma concepção politicista (3) da realidade, não soube contribuir para um verdadeiro avanço e uma efetiva mobilização dos trabalhadores. Em momento algum, a oposição atingiu ou pôs em xeque a política econômica da ditadura permanecendo, assim, num espaço de ação delimitado pelas forças do capital, no terreno institucional. (4)

Somente em 78, com o ressurgimento do movimento espontâneo da classe operária no ABC, é que se põe o mais vigoroso movimento de oposição visto desde 64, pois são as reivindicações concretas dos trabalhadores, por melhores condições de vida e trabalho que questionam, pela primeira vez, neste período, a razão de ser de fundo da ditadura — o arrocho salarial, expressão sumária da política econômica vigente. O caráter espontâneo destas primeiras paragens se põe fundamentalmente porque não foram produto da orientação político-partidária sendo, em realidade, a expressão de uma resposta aos problemas decorrentes da fome e da miséria, a partir da situação imediata da classe operária; a partir de uma consciência ingenuamente trade-unionista (no sentido geral de almejar a organização sindical, mas desprovida de dimensão ideológica e política correspondente). O processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro determina um íntimo e indissolúvel vínculo entre luta econô-



mica e luta política, fazendo com que esta resolução dos problemas políticos atuais esteja intrinsecamente ligada à resolução dos problemas econômicos. Este traço essencial é que determina, apesar do caráter espontâneo destas primeiras greves, que elas se constituam nas maiores responsáveis pelas principais conquistas deste período; a classe operária não só passou por cima da lei antigreve, como também conquistou um efetivo espaço no cenário político nacional abrindo, assim, caminho para os vários setores da oposição.

A incapacidade histórica da burguesia brasileira, não só de resolver a questão política, mas também econômica, (5) coloca a classe operária no primeiro plano da luta pela conquista da democracia em nosso país, transformando-a, assim, na maior responsável e principal agente deste processo. No entanto, a potencialidade transformadora da classe operária faz com que nesta luta ela acabe apontando para uma solução que pressupõe não só a *superação como também a negação* da perspectiva liberal-burguesa.

A greve, arma principal de luta dos trabalhadores, assume na particularidade brasileira um significado decisivo ao questionar o arrocho, base fundamental e *razão de ser* da ditadura, pondo em xeque todo o aparato político. As reivindicações por melhores salários, ao ferirem a base de sustentação da estrutura produtiva, assumem um caráter imediatamente político, visto que a sua efetiva concretização pressupõe um reequacionamento econômico, que por sua vez é condição para a construção de uma democracia no Brasil.

A incompreensão deste caráter imediatamente político das greves e do potencial transformador presente no ressurgimento do movimento operário fez com que uma visão meramente *administrativa* da greve substituísse um efetivo e correto direcionamento político. A orfandade política em que se encontra a classe operária, e que se reflete na ausência de uma verdadeira alternativa econômica e política, impediu que se desencadeasse uma ação dirigida e organizada estrategicamente. A maioria das greves ficou presa, instintivamente, pela preocupação organizacional. Esta parcialização das lutas dos trabalhadores transpareceu, na realidade, através das "greves intermináveis", que pressupunham a possibilidade, por exemplo, de São Bernardo sozinho enfrentar economicamente as multinacionais e derrotá-las neste campo, avançando simultaneamente no sentido de desestabilizar, pelo desgaste e pelo cansaço, o sistema no seu todo. Com isto, não queremos de modo nenhum menosprezar a importância que tem para os trabalhadores a sustentação do maior fôlego possível durante qualquer movimento. No entanto, este deve corresponder a uma análise global da realidade, que possibilite a todo momento avaliar precisamente a correlação de forças. Do contrário, corre-se o risco de pôr em perigo os avanços anteriormente conquistados pelos trabalhadores, pois um movimento sem condução política efetiva acaba desarmando a classe operária frente aos patrões e ao governo, tornando-a frágil e vulnerável.

Coração industrial do Brasil, o ABC forjou durante a última década e meia as condições objetivas e subjetivas que permitiram o vigoroso ressurgimento das lutas operárias no cenário político nacional. Ponta de lança do movimento operário a partir de março de 1978, o ABC refletiu na campanha salarial de 80, da forma mais radical, a falta de independência ideológica da classe operária e a fragilidade das oposições. O movimento operário, no seu momento de ascenso, não encontrou o respaldo necessário para um avanço qualitativo, no sentido da superação do seu caráter espontâneo. A ausência de uma perspectiva dialética das contradições da luta de classes no interior da especificidade brasileira é fruto da descontinuidade que caracteriza a história da esquerda no Brasil, cuja debilidade e miséria a tornam incapaz de realizar a sua tarefa principal: a produção de uma teoria revolucionária. A falta desta estratégia mais geral, que pudesse direcionar e dar um sentido conseqüente às lutas operárias, desinstru-

mentaliza os trabalhadores na ação política concreta, facilitando a penetração no seu seio de concepções que desarmam e subordinam política e ideologicamente o proletariado.

Neste sentido, a responsabilidade e o papel que deveria ser desempenhado pelo ABC foram comprometidos, de um lado, pela concepção reformista e desmobilizadora, que entrava o movimento operário-sindical, de “não agudizar tensões”, e que atrela a classe operária ao ritmo imposto pela proclamada abertura, que é vista como um momento necessário para que lenta e gradualmente se atinja a democracia e, por outro, pelas ideologias pequeno-burguesas, com as quais se revestiram as principais lideranças do ABC, e cujo cunho espontaneísta e aventureirista acabou sendo decisivo para a derrota dos trabalhadores. Estas lideranças atiraram o movimento num beco sem saída, quando deixaram escapar o exato momento de recuar taticamente; a partir daí perdeu-se o controle do movimento e jogou-se cegamente em nome da construção de um partido e da promoção de suas lideranças. O enfrentamento “heróico” de São Bernardo, contra as forças do capital, que já vinham dando provas suficientes de suas intenções e de sua coesão no impedimento do avanço do movimento sindical, foi um grave erro político, que acabou relegando a um segundo plano os verdadeiros interesses da classe trabalhadora. O simples fato de ter posto em risco a manutenção do sindicato é prova suficiente disso. Esta perda foi, sem dúvida, uma das maiores derrotas sofridas pelo movimento operário que, no seu conjunto, até este momento, foi incapaz de resolver de fato o problema das intervenções, da retomada dos seus sindicatos.

A ação desta concepção não se limitou ao terreno da atuação sindical, ao contrário, o desfecho da greve contribuiu para reforçar momentaneamente esta tendência no plano político-institucional, especialmente dentro do PT. O Partido dos Trabalhadores, cuja origem é determinada pela inoperância das oposições, tanto legais como ilegais, logo no início se afasta da possibilidade de realizar o seu principal objetivo: representar os interesses dos trabalhadores. Este abandono progressivo da sua proposta está intimamente ligado à influência que exerceu esta concepção, no período de formação do partido, e que basicamente consiste na negação da necessidade de uma direção efetiva para a condução das lutas dos trabalhadores. Esta visão espontaneísta e autonomista acabou não só transformando o PT num mero canal de expressão política, como também na ausência de uma linha sindical definida, abrindo espaço, naquele momento, para posições reformistas.

Estas correntes que defendem, respectivamente, o atrelamento da classe operária ao ritmo imposto pelas classes dominantes, e o espontaneísmo e o aventureirismo que nega a necessidade de uma direção efetiva política, apesar de taticamente diferentes, acabam resultando na desarticulação, no enfraquecimento e na divisão do movimento operário-sindical.

Neste sentido, a força que caracteriza o movimento em maio de 78 terá em 79 a sua expressão mais vigorosa e ao mesmo tempo o marco mais nítido de seu limite. De maneira geral, as forças de oposição não entendendo e não avaliando corretamente a situação gerada pelas greves e, ainda, menosprezando a situação extremamente delicada decorrente da tentativa de recomposição da ditadura frente à crise econômica (que teve na troca de ministros — Simonsen por Delfim — seu ponto alto), deixaram passar um momento propício para um efetivo avanço das forças progressistas. O fato de não ter aproveitado este curto espaço de redefinição e de enfraquecimento das forças do capital, facilitou o seu reerguimento, devolvendo-lhe assim a iniciativa política, que lhe permitiu novas e violentas investidas contra a classe trabalhadora. Como já vimos, foi a partir da decapitação do ABC e, mais



concretamente, a partir das intervenções nos sindicatos, que se criaram as condições para esta reinvestida patronal.

1980 apresenta um quadro desfavorável, onde o espaço que se abriu no bojo das lutas operárias foi progressivamente estreitado pela falta de uma proposta concreta de solução para os problemas mais candentes dos trabalhadores. O esmorecimento do ABC refletiu negativamente em todos os setores oposicionistas. O refluxo do movimento operário, patente no decorrer do ano de 80, com 32 greves contra 400 em 79, teve na última campanha salarial do ABC sua expressão mais radical. A aceitação do acordo e a falta de condições efetivas de mobilização frente à recente proposta de algumas empresas de reduzirem a jornada de trabalho e os salários são provas suficientes disso. Todavia é inegável o peso que a repressão, a prisão e a condenação dos principais líderes sindicais, os reajustes semestrais e, mais recentemente, a alta taxa de desemprego, fruto do desaquecimento econômico, tiveram neste processo. No entanto, estes não foram os únicos responsáveis: deixando de lado a questão dos reajustes, que de fato representaram uma relativa conquista da classe trabalhadora, a onda de desemprego pegou o movimento sindical desmobilizado. Poucas foram as respostas concretas frente à questão das demissões em massa, que longe de se tratar de um problema isolado, envolve o projeto econômico na sua totalidade. O resultado do plebiscito realizado na Volks de São Bernardo tem que ser muito bem dimensionado. Se, por um lado, demonstrou a disposição de luta dos trabalhadores, por outro, esta manifestação isolada, como até agora o foi, não é nem de longe suficiente para enfrentar e resolver de fato o problema do desemprego, dos baixos salários, da inflação etc.

Sem dúvida os trabalhadores da Fiat, do Rio de Janeiro, deram uma lição política de como enfrentar a questão do desemprego: exigindo a readmissão dos companheiros demitidos através da paralisação das máquinas. O julgamento da legalidade da greve constituiu-se numa das maiores conquistas do movimento sindical dos últimos tempos. Principalmente porque na greve da Fiat transparece um caráter eminentemente político. A clareza de objetivos do movimento, acrescido do alto nível de mobilização da categoria, vão provavelmente, apesar do desfecho desfavorável para os trabalhadores, significar uma das maiores contribuições para o movimento operário-sindical desde 79. A greve da Fiat, isolada, não foi suficiente para frear o desemprego nem para superar o refluxo no qual se encontra atualmente o movimento sindical. Mais uma vez o movimento sindical no seu conjunto, apesar das recentes propostas de greve geral e da proximidade da Conclat, falhou na hora decisiva. No caso da Fiat o apoio efetivo a nível político, da parte do movimento sindical, foi nulo. Os metalúrgicos, apesar de algumas tentativas para reverter o processo de isolamento, acabaram tendo que enfrentar sozinhos os patrões, e os reflexos de uma pseudo-solução para a crise, que tenta manter intacta a estrutura básica da diretriz econômica implantada a partir de 64. A irredutibilidade dos empresários durante todo o processo, a sua ação cerrada no sentido de pressionar e reverter a decisão do TRT, são suficientes para demonstrar o significado do movimento desencadeado na Fiat. Mais uma vez, o conjunto do movimento operário não entendeu o caráter decisivo desta luta pondo em risco não só a vitória específica da Fiat, como também retardando a luta mais geral dos trabalhadores brasileiros contra o desemprego, contra o "modelo econômico".

Apesar da situação de crise econômica conservar latentes as condições objetivas e subjetivas para novos "ressurgimentos" do movimento operário, o refluxo assume uma feição nítida, a partir da campanha salarial de 81 no ABC: o fim de um ciclo de três anos de lutas sindicais, para cujo retrocesso, cabe mais uma vez apontar, as forças de oposição, infelizmente, contribuíram. Lamentável é, no entanto, verificar a

insistência de algumas correntes, cuja incompreensão e desencontro político com a classe trabalhadora as levam a atribuir a efetivas derrotas a denominação de “re-cuos” ou “vitórias táticas” que seriam, segundo afirmam, fruto de um amadurecimento político dos trabalhadores.

É sob o pano de fundo da crise econômica, do desemprego e do refluxo que surge quase que miraculosamente uma saída para a crise: uma proposta de um novo pacto social, onde os prejuízos de uma política econômica pró-imperialista deverão ser divididos por todos os setores da sociedade.

Já em 79, Delfim Neto tentava negociar um pacto com as classes trabalhadoras, no qual era vital a ausência de greves por dois anos, período considerado viável para um “novo” equacionamento econômico. Os baixos salários, a miséria dos trabalhadores, o arrocho e a repressão são explicitados mais uma vez como condição essencial para a manutenção da política econômica em vigor.

Hoje, depois da desarticulação do ABC, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, da Fiesp, refere-se ao pacto como “caminho necessário para fazer a sociedade participar do projeto de redemocratização”. O diálogo com as classes trabalhadoras, segundo ele, “deve fornecer ao governo substâncias para uma política nacional”. (6) A classe trabalhadora é chamada para o “pacto anti-recessivo”, mas, independentemente de pactos, ela já está pagando por uma crise que não gerou e que é consequência dos erros de uma política econômica que a alijou completamente.

A conciliação e a paz social tão almeçadas pela classe patronal nada mais são do que o fim dos movimentos reivindicatórios por melhores salários. Os “anseios democráticos” da burguesia têm como limite a recuperação de suas taxas de lucro e jamais a defesa de quaisquer princípios verdadeiramente democráticos que têm no fim do arrocho sua condição de ser. Os empresários querem negociar a fome pelo direito de manifestação política. A situação de desemprego mostra claramente quem é que paga a conta da crise, como pagou pelos anos do “milagre”. O desemprego em massa, hoje, é uma forma de reequacionamento do arrocho salarial. Ele constitui mais uma arma nas mãos do capital contra os trabalhadores, para recuperar as perdas que a crise gerou. Da mesma forma, não é por acaso que a burguesia vem colocando também na ordem do dia as negociações diretas entre patrões e empregados, sem alterações na CLT, num momento em que os trabalhadores não têm força de negociação. A proposta da redução dos salários, através da redução da jornada, aumentando a produtividade por trabalhador e arrochando ainda mais os salários, e a proposta governamental de estabilidade temporária, vêm fechar um enorme cerco contra os trabalhadores. Tudo isto se consubstancia na essência de um novo pacto social que, quem sabe, seja até coroado por uma Constituição.

Que faremos então com “democracia”, desemprego, arrocho e fome? Esta proposta absorvida por alguns setores da oposição, que não questionam as raízes da crise, ficando no diapasão da não-saída efetiva para o povo brasileiro, da “recessão” ou “não-recessão”, não passa de uma tentativa de amenizar a agonia do “modelo”. Mais uma vez algumas correntes do movimento operário-sindical sucumbem frente ao capital, quando por ilusão ou por ingenuidade pensam ou apostam num possível avanço das lutas dos trabalhadores através de negociações parametradas da perspectiva do capital. Enquanto umas têm tentado condicionar o pacto à garantia de algumas das principais reivindicações dos trabalhadores, outras têm, descomprometidamente, aceito o pacto como a solução para os problemas da maioria dos trabalhadores. O limite da discussão fica muito claro nas palavras de Arnaldo



Gonçalves de que "queremos construir um pacto contra a recessão, um pacto de liberdade onde os trabalhadores tenham voz ativa para defender seus interesses". (7) Trata-se, no entanto, de perguntar, mais uma vez, que liberdade é essa que poderia ser conseguida sem a superação efetiva da política econômica vigente?

O movimento sindical tem-se pautado em propostas como a do salário-desemprego que, longe de ser uma forma superadora, sucumbe frente ao desemprego, institucionalizando-o. Por outro lado, ultimamente, a proposta de um novo modelo econômico tem estado na ordem do dia; cabe ressaltar que, na maioria das vezes, esta proposta não tem ultrapassado os limites reformistas de gerenciamento da crise e tem vindo acompanhada por uma política desmobilizadora, reboquista e atrasada do movimento sindical, que não questiona nem a estrutura produtiva, nem a estrutura de poder.

Sem dúvida, estas propostas são fruto da própria realidade que, insistentemente, tem mostrado a impossibilidade de solucionar os problemas dos trabalhadores dentro do atual quadro econômico. A estabilidade no emprego, a autonomia e liberdade sindical, o direito de greve, o fim das intervenções nos sindicatos, o fim da LSN, em suma, as principais bandeiras dos trabalhadores da cidade e do campo devem estar acompanhadas por uma proposta geral de reordenamento econômico. Esta proposta global deverá significar **uma efetiva superação** da atual política econômica, pois deverá ter no fim do arrocho salarial seu ponto central. Será no bojo desta luta por uma democracia econômica e política que a classe operária, verdadeiramente unificada, poderá exercer seu papel de agente fundamental na constituição de uma frente **antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária**.

maio/81

NOTAS

(1) Essa caracterização da situação da classe operária no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil é analisada no artigo de J. Chasin, **Conquistar a Democracia pela Base in Temas de Ciências Humanas**, v. 6 (Ciências Humanas, 1979).

(2) "... enquanto o 'milagre' funcionou o empresário sustentou, honrou e defendeu intransigentemente o regime em toda a sua extensão ditatorial. Não é, pois, do regime da ditadura que os empresários se cansaram, mas o que eles não toleram é o fim do 'milagre' e suas consequências diretas sobre seus negócios. De tal modo que, ao discutirem a 'democracia', o que fazem realmente é debater e lutar pelas formas e condições em que se dará a nova fase da acumulação capitalista". J. Chasin, **Conquistar a Democracia pela Base**, in **Temas**, v. 6, p. 163 (Ciências Humanas, 1979).

(3) "Longe de qualquer dúvida, sob as mais diversas formas, a marca que tem selado a identidade da oposição é a da politização do discurso. Entenda-se por isto a redução do todo problemático nacional ao meramente político. Trata-se, em suma, de algo que em muito se distingue da consideração de que todo grande problema é um problema político, no sentido de que as grandes questões sociais têm sempre a magnitude dos **negócios públicos**. Radicalmente distinto também é o ato de politizar que implica em partir de uma equação da totalidade, conceitualmente elaborada. Ao inverso, o discurso politizado da oposição é a diluição, o desossamento do todo, a sua liquefação em propostas abstratamente situadas apenas no universo das regras institucionais. É a autonomização e prevalência politicológica do 'político' em detrimento da anatomia do social, isto é, do alicerce econômico." J. Chasin, **A "Politização" da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico**, in **Temas**, v. 2, p. 146, (Grijalbo, 1977).

(4) "Assim, desde o princípio, o 'político' estava 'aberto' para o **aprimoramento**, sendo prerrogativa situacionista a determinação da hora de seu advento. Jamais o econômico gozou de privilégio semelhante. Muito se falou em institucionalizar, em **abrir e fechar** os respiradouros políticos, e na sua



modelagem. Nada igual ocorreu com a problemática básica da questão nacional. Discutiu-se, mais ou menos, dependendo do momento, o 'político', e com isto a questão econômica ficou **resguardada**, inatingível e preservada no perfil que o poder lhe conferiu. Foi a vitória maior, compreensivelmente a mais acarinhada, do situacionismo. Foi a derrota maior da oposição, sintomaticamente a que menos a sensibilizou." J. Chasin, A "Politicização" da Totalidade: **Oposição e Discurso Econômico**, in **Temas**, v. 2, p. 149/50 (Grijalbo, 1977).

(5) "A **particularidade da via colonial**, (...) engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica. ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de **independência neocolonial** ou de **subordinação estrutural** ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela **via colonial** não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado a burguesia **prussiana** realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela **via colonial** tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia **prussiana** é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia **colonial**, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo". Maria Angélica B. Rodrigues, "Particularidade e Objetivação do Capitalismo", **Escrita/Ensaio**, n.º 8, p. 76 (Escrita, 1981), in J. Chasin, **As Máquinas Param, Germina a Democracia**, **Escrita/Ensaio**, n.º 7 (Escrita, 1980), p. 128 e 129.

(6) Entrevista concedida à Folha de S. Paulo, em 20/3/81.

(7) Artigo publicado na Folha de S. Paulo, em 1/2/81.



CONCURSO ESCRITA DE POESIA FALADA

Regulamento

- 1 - O Concurso Escrita de Poesia Falada, patrocinado pela Revista Escrita, é realizado uma vez por mês em data e local previamente anunciados.
- 2 - Como prêmios oferece ao vencedor de cada rodada Cr\$ 5.000,00 em dinheiro e ao melhor intérprete Cr\$ 1.000,00. O poema vencedor será publicado na revista Escrita ou em livro. Os prêmios para os classificados entre o 2º e o 5º lugar são em livros ou revistas das editoras Escrita ou Vertente.
- 3 - As inscrições deverão ser feitas na Livraria Escrita, rua General Jardim, 570, Vila Buarque, fone: 255-5194, no horário Comercial. A taxa de inscrição é de Cr\$ 200,00. Compras na livraria, no valor mínimo de Cr\$ 400,00, também dão direito à inscrição.
- 4 - As inscrições também podem ser feitas através do correio, por cheque visado no valor de Cr\$ 150,00, em nome de Editora e Livraria Escrita Ltda., rua General Jardim, 570, 01223 - São Paulo (SP).
- 5 - Para inscrever-se, o candidato deve apresentar seu poema, de até 50 linhas, datilografado e em duas vias e preencher uma ficha de inscrição, em que colocará seus dados biográficos. Pelo correio, bastam cinco linhas de dados biográficos.
- 6 - A revista Escrita indicará o intérprete no caso de inscrição feita pelo correio.
- 7 - A comissão julgadora será escolhida pela revista entre seus colaboradores habituais.
- 8 - Os casos omissos serão resolvidos pela direção da Escrita.

São Paulo/1981

Editora e Livraria Escrita Ltda.
Rua General Jardim, 570
01223 - São Paulo (SP)



EL SALVADOR E GUATEMALA: LITERATURA E LIBERTAÇÃO NACIONAL

Apresentação de
Vanya Sant'Anna

Aeroporto José Martí. Cuba. La Havana.

Aeroporto José Martí, a ilha da Juventude — antiga ilha dos Pinos — onde Fidel e seus companheiros da primeira hora foram encarcerados, antiga ilha do Tesouro no livro de Robert Louis Stevenson. Nesta ilha, as Jornadas Martinianas, comemoração do aniversário do guia, do orientador da Revolução Cubana — José Martí.

E lá na ilha da Juventude, a compreensão profunda do significado presente do internacionalismo proletário, da solidariedade revolucionária entre povos irmãos. No domingo, o desfile dos jovens guineenses, angolanos e moçambicanos explicitando para dentro de nós, brasileiros, a unidade resultante da mesma herança cultural — a africana. Convertendo-nos, brasileiros, em negros orgulhosos do nosso vigor, da nossa bravura, da nossa beleza, do nosso ritmo, da nossa música, da nossa dança. A consciência da negritude — matriz do nosso modo de ser — sem as deformações impostas pelo domínio colonial, imperial, global.

Os etíopes, os jovens nicaraguenses ainda de fuzil nas mãos, as crianças e jovens cubanos apresentando suas novas armas: o livro e o caderno como algum dia sonhara o mestre José Martí.

A visita à Escola Secundária Moçambicana confirma o internacionalismo. E aqui um parêntese: a ilha passou a ser chamada da Juventude desde a formulação de um projeto educacional para formação de jovens dos países socialistas que recém-inauguram sua jornada. Os jovens estudantes moram nas Secundárias que têm a responsabilidade de cuidar de um número determinado de árvores cítricas, única cultura viável dadas as condições do solo. Trabalham parte do dia, cuidando do que existe e ampliando as plantações. Para a produção vão depois da jornada de estudos, esportes. Depois do trabalho produtivo, o lazer. Não há produção teatral,



dança, música, cinema que não chegue até lá assim como em todas as partes do país. A produção de cítricos tornou Cuba exportadora do produto (laranja e grape-fruit) em poucos anos. A ilha, além do solo, apresenta uma enorme quantidade de pequenos lagos que possibilitam a criação de uma técnica, rústica, de irrigação extremamente eficiente. São 52 Escolas Secundárias na ilha da Juventude e 5.000 jovens estudantes.

Neste ano comemoram o Ano da Cerâmica, um programa de instalação de indústrias cerâmicas, dada a matéria-prima abundante — a terra na ilha da Juventude é quase toda argila — com a pouca recomendável técnica (vimos os resultados) dos alemães orientais. Como os produtores artesanais do nordeste brasileiro poderiam ser úteis aos cubanos! Nem é questão de ensinar, é lembrar as origens. Afinal, os trabalhadores cubanos eram escravos até 1905. E, apesar de ir a favor de nossa metrópole-mãe, os espanhóis foram muito mais brutais que os portugueses no trato com os escravos. Impuseram-lhes, além da física, uma opressão cultural de tal ordem que os fizeram perder a consciência da identidade. Os índios tinham sido eliminados por completo pelos espanhóis. Não há nenhuma tradição artesanal em Cuba. Afinal quem a guarda, na nossa América, são os oprimidos. Amigos cubanos surpreenderam-se quando afirmei que os Iraqueres, o melhor conjunto cubano e também o mais popular, com vários discos gravados nos Estados Unidos, presentes nas hit-parades de lá, tocava o jazz “como os negros americanos”, segundo afirmavam, e mereciam a profunda admiração dos grandes “cobras”, pôrque a matriz é uma só.

Quando falei do candomblé, como forma de resistência cultural importante de nosso povo, pareciam não compreender, embora qualquer um dos cubanos soubesse a que entidade correspondia cada cor das minhas medidas do Bonfim.

Tentei lembrar-me da letra de Gil para “Chuckberry Fields Forever”, mas nós brasileiros tínhamos sido atacados por um estranho mal — não lembrávamos da mais comum música do Chico nem mesmo da “Estrela d’Alva”.

Já pensou se desse para juntar? Milton, Gil, Iraqueres? Não tanto Chico — é a média lá entre os intelectuais (junto com Paco Ybanez, Mercedes Sosa, Isabel Parra, Silvio Rodrigues). Isto entre os intelectuais, porque para todos os outros — os trabalhadores não intelectuais stritu senso — a unanimidade segue sendo Roberto Carlos.

Aqui termina o parênteses.

Prêmio Casa das Américas, reunião de intelectuais de toda a América Latina e Caribe, muitos sem a esperança de voltar à pátria apontando no futuro próximo. Lá tudo se mistura — o negro, o índio, o espanhol, o português. A solidariedade é clara: com os banidos do Chile, Uruguai, Argentina, Haiti e agora Colômbia; com os hoje/agora combatentes salvadorenhos e guatemaltecos. Respeito, amor, amizade, conceitos recuperados pela perspectiva radiosa dada pela existência possível, real, profunda, de uma grande sociedade livre, igualitária, democrática, feliz, que é Cuba. Cuba, uma ilha cercada de hostilidades governamentais por todos os lados. Pátria de gente generosa pronta a derramar seu sangue na sua defesa e na de todos os países-irmãos.

Para todos nós uma lição de vida: a cultura como elo de ligação entre os povos posta em prática, não mais uma consideração teórica. A educação dos jovens dos também jovens países socialistas.

O Prêmio Casa das Américas reúne a melhor produção cultural da nossa América — a que começa abaixo do rio Grande e se estende ao extremo sul do Continente. (A produção brasileira não era boa, não expressava a média da nossa

produção cultural, o que foi dado como função da má informação sobre o prêmio, uma vez que o governo brasileiro negou visto a Trini Perez, uma jovem funcionária da Casa das Américas e que deveria cumprir um programa no Brasil para o lançamento do Prêmio.) Ainda em relação aos brasileiros, os competidores eram em geral jovens bem intencionados. Mas não se trata de um festival universitário ou coisa assim. O Prêmio Casa das Américas é para os países socialistas um primo afastado do Nobel, aquele primo que nem sabia o que era pólvora. Para se ter uma idéia, fora os brasileiros (que medo temos de concorrer pra valer num concurso) os outros membros do júri eram contumazes ganhadores do Prêmio, como o uruguaio Galeano, Cisneros, do Perú, Cardenal, agora ministro da Cultura da Nicarágua, Gabriel García Márquez, da Colômbia, entre outros. Ainda o poeta argentino Juan Gelman, sempre com os olhos espantados de tristeza pela morte de seu filho, trucidado em seu lugar pelos militares argentinos.

No encontro solidário dos antigos combatentes da cultura, a dor dos argentinos e uruguaios é presente e atual; a alegria dos nicaraguenses; a esperança dos salvadorenhos e guatemaltecos. Diversidade de sentimentos partilhados por todos igualmente.

O tema central do Encontro de Escritores Latino-americanos e do Caribe, realizado anualmente à época da entrega do Prêmio, foi "Literatura e Libertação Nacional". Em El Salvador e na Guatemala. Com os olhos cansados, o coração sofrido das imagens vistas nos filmes, televisão, jornais da tragédia/epopéia vivida pelo povo salvadorenho, ouvimos a comunicação de Claribel Alegria. Clara, bela e alegre como será um dia a pátria que escolheu como sua. A emoção é inevitável.

O resgate da América Central e Caribe da imagem criada pelos norte-americanos e das mais variadas formas aceita sem crítica por seus colonizados — não se trata, nem se tratou jamais de um conjunto de republiquetas bananas que hoje se rebelam graças ao "ouro de Moscou". São povos que detêm, na nossa América, o exemplo maior da resistência nativa contra todos os invasores, espanhóis, franceses, ingleses, norte-americanos. A semente da luta pela libertação nacional foi plantada pelas botas ensanguentadas dos conquistadores e fartamente adubada pelas tiranias sucessivas. De geração em geração, amplia-se o plantio.

É chegada a hora da colheita.

A Guatemala espezinhada, torturada, massacrada que se reergue no esforço gigantesco de refazer os momentos épicos da história de seu povo. A amargura de Balcárcel, que fez a comunicação sobre seu país, que se renovava a cada notícia, quase diária, da morte de seus amigos, companheiros, colegas, transforma-se numa reflexão profunda, madura, sobre as condições adversas da luta, mas também na esperança que reside na sua certeza da massa com que é feito seu povo. Coragem, obstinação, até a vitória, sempre. Que logo chegará.

Cuba referência; Cuba solidariedade; Cuba irmã; Cuba alento para os que estão vencidos, para os que hoje estão cansados, para os que hoje seguem lutando, para os que hoje estão vencendo.

A prática internacionalista cubana realiza-se plenamente no campo onde o investimento é mais necessário e fecundo — o aporte à formação dos jovens dos também jovens países socialistas que são os arquitetos do futuro de seus países.

José Martí, herói, mártir, poeta (é dele a letra de "Guantanamera"), mestre de muitas gerações cubanas, antes mesmo do triunfo da revolução, nasce e renasce nas mentes e corações dos jovens em Cuba, Nicarágua, Granada, Etiópia, Angola,



Moçambique, Guiné-Bissau. Ao lado de seus heróis nacionais, quase sempre poetas também.

Nossos jovens, por mais combatidos, desconhecem Marti, raiz da revolução cubana. É verdade que desconhecem também importantes pensadores latino-americanos. O isolamento imposto à sociedade brasileira de seus irmãos da América Latina é trágico. Urge rompê-lo.

Cuba não é o paraíso — é o resultado concreto, terrestre, do que é capaz o ser humano livre das cadeias da sorte capitalista. É o produto da compreensão plena de que são as crianças a juventude, a garantia de continuidade do processo de construção de uma sociedade onde o ser humano é isto mesmo: *ser humano*.

A propósito é o que é também a profissão de Fidel Castro Ruiz: *ser humano*.

EL SALVADOR

Depoimento de Claribel Alegria

A literatura em meu país tem sido, até agora, ignorada, perseguida ou deformada deliberadamente. No meio do complexo comercial do macro-centro de San Salvador levanta-se um flamejante monumento de hamburgers MacDonald trazido diretamente de Miami sobre uma almofada mágica.

A oligarquia de meu país, há muitos anos, adora o Mammon plástico da cultura consumista norte-americana. Isto acontece num país de gente faminta, analfabeta e marginalizada. É uma das contradições mais grotescas e alienantes de uma cultura superimposta à nossa verdadeira cultura autóctone.

Ultimamente nossa cultura recebeu golpes muito duros. Desde 15 de outubro de 1979, paramilitares do governo salvadorenho assassinaram mais de 133 professores. Os quadros culturais de meu país aprenderam que um artista tem que ser um combatente a mais.

Lembro que um meu professor da escola primária, aí pelos anos 30, já sentia isto. Chamava-se Francisco Luarca, índio de Ataco, tendo sido expulso do país sob a acusação de subversivo. Lembro de Dom Celestino Castro, meu professor no ginásio, que ao lado de Cayetano Carpio, nosso Comandante Marcial, passou longos anos na prisão e foi selvagememente torturado até que um dia, na hora do recreio, burlou a vigilância dos policiais, saiu tranquilamente caminhando e se refugiou na embaixada de Costa Rica. Lembro nosso Roque Dalton que, por duas vezes, escapou milagrosamente da morte. Conheço outros tantos cujos nomes não posso revelar: um dramaturgo que tornou seu o teatro da luta de libertação nacional; um poeta que faz versos sobre a culatra de seu G-3 quando há um descanso no combate; vários professores universitários que abandonaram suas aulas para se dedicarem, em regime de tempo integral, à orientação e educação de cinco milhões de salvadorenhos na práxis da revolução.

Impossível, nestes momentos, fazer literatura encerrados em torres de marfim. Quem não luta ao lado do povo coloca-se contra sua própria luta.

Meu povo está comprometido numa luta não apenas para conseguir a soberania nacional, a autodeterminação e a justiça social, mas também por seu direito de



acesso à cultura: alfabetização da metade de seus habitantes, a expansão do sistema nacional de educação, a possibilidade de se realizarem como seres humanos.

Tudo isto foi percebido pelos companheiros que há dois ou três anos formaram o Movimento de Cultura Popular. Aí, de forma combativa e também clandestina — dada a situação do país — trabalham poetas, dramaturgos, músicos, pintores etc. É um movimento que busca recolher todas as expressões artísticas combativas através do país. Seu fuzil é o mural, a canção, o poema. No dia 22 de janeiro do ano passado, por exemplo, o Movimento Popular Revolucionário comemorou a unidade e saiu às ruas com murais e desfiles bufos que marcharam acompanhados pelas massas. Mais de 300 mil pessoas os seguiram. As forças armadas atacaram-nos, empanando desta forma a comemoração. Massacraram 67 manifestantes, feriram mais 200 e, se não fosse pela disciplina do povo, o massacre teria sido muito maior.

O programa cultural de El Salvador nestes momentos é a libertação nacional. Os “torremarfinistas” se definem quando não cerram fileiras com as aspirações do povo.

Toda expressão artística pode ser revolucionária sem que, por isso, perca qualidade. Um poema, talvez não deva ser panfletário; porém um panfleto pode ser artístico. Um conto fantástico, ainda que aparentemente não fale de política, pode ser também revolucionário. O povo entende tudo, é mais sábio que cada um de nós e não se equivoca quando escolhe. A cultura deve ser sua — não pode pertencer apenas a uma elite. Não pode, jamais, ser um objeto de luxo.

Qual é a realidade de El Salvador?

Há exatamente um ano, os grupos político-militares e as organizações de massas começaram o processo de sua unificação, que se reflete, hoje, na unidade monolítica da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), a Direção Revolucionária Unificada (DRU), órgão executivo deste último, e a Frente Democrática Revolucionária (FDR), que representa a unificação das organizações de massas revolucionárias com outros partidos e organizações democráticas e progressistas.

Desde então, a vanguarda revolucionária político-militar tomou a ofensiva estratégica, criando o Exército do Povo, as forças milicianas e os comitês populares em todo o país. Esse impulso debilitou a Junta Democrata-cristão-militar, precipitando crises após crises no interior do governo e dentro das forças armadas do país.

A consciência e a responsabilidade com que foi preparado o plano de guerra são exemplares. Dezembro passado um dos dirigentes da DRU explicou: “Não temos áreas libertadas, mas temos zonas de controle político. Por exemplo, nos bairros populares de San Salvador, quando chega o exército, nossa gente se retira. Quando sai o exército, regressamos.”

Também não pensam fortalecer-se nas grandes cidades como fizeram os sandinistas na Nicarágua: “Quando começar a insurreição?” disse Fernán Cienguegos, “muitos povoados cairão em nossas mãos, mas se tomarmos as grandes cidades e o exército ficar de fora, seremos alvos de bombardeio aéreo. Nosso objetivo não é tomar as grandes cidades, mas cercá-las, como ocorreu com Saigon”.

Atualmente, permanecem na Junta apenas José Napoleón Duarte como único representante da desacreditada ala direita da Democracia Cristã e o coronel Jaime Abdul Gutierrez, como vice-presidente e chefe das forças armadas.

A ala ultradireitista dentro do exército venceu a luta pelo poder supremo, às expensas de uma divisão dentro das forças armadas que eles próprios precipitaram



quando exigiram a demissão do coronel Adolfo Arnaldo Majano, representante da ala moderada na Junta.

A economia salvadorenha está na bancarrota. O povo se empenha em preservar as colheitas que tanto lhe custaram obter. Grande parte dos canaviais foi incendiada no ano passado afetando seriamente a produção de açúcar. As multinacionais fecharam suas portas e o produto interno bruto caiu espetacularmente com o conseqüente auge de desemprego. A irresponsabilidade fiscal e a corrupção oficial chegaram a níveis jamais alcançados anteriormente.

O governo atual pode sustentar-se apenas pela ajuda econômica e militar dos Estados Unidos. Torna-se claríssimo que as forças revolucionárias podem manter a economia em crise perpétua até tomarem o poder.

Em meio a esse panorama de decomposição político-econômica vertiginosa, a oligarquia salvadorenha e a ultradireita, dentro das forças armadas, apostaram no naípe Reagan e aparentemente ganharam. Estas forças reacionárias não têm programa para El Salvador, salvo um aumento incomensurável do terror e da repressão. Sua solução é a dos "200 mil mortos", ou seja, uma tentativa final de quebrar o espírito de rebelião para restabelecer o domínio das "catorze famílias". Dado que as forças armadas salvadorenhas são obviamente insuficientes para cumprir essa tarefa, contam com a ajuda dos exércitos guatemalteco e hondurenho e, acima de tudo, com a "força de deslocamento rápido" de Reagan que já é palpável, para levar a cabo tal genocídio. De alguns dias para cá estabeleceu-se uma ponte aérea para fornecer à Junta helicópteros de artilharia e todo tipo de armamentos. Dez vôos diários de aviões Hércules C-130 carregados de armamentos chegam a El Salvador. Existem 700 "assessores" norte-americanos em meu país e soldados salvadorenhos que são treinados na zona do Canal do Panamá, violando dessa forma o princípio da neutralidade.

Os Estados Unidos, desde que colocaram a Junta Militar no poder há 15 meses, disseminaram uma campanha mundial de propaganda, caracterizando o governo salvadorenho como uma força moderada e reformista que está paralisada e asediada por pequenos bandos de terroristas de ultradireita por um lado, e de ultra-esquerda por outro. Esta imensa mentira tornou-se pública com o assassinato, em 27 de novembro passado, de seis dirigentes da FDR que foram seqüestrados e torturados por 25 paramilitares encapuzados e vestidos de civis, apoiados por 200 soldados uniformizados, tanques e helicópteros. Todos sabem que a União Guerrerira Branca, a Brigada Anticomunista Maximiliano Hernández Martínez e outros grupos paramilitares fictícios são compostos por elementos das forças de segurança do governo e polícias nacionais.

A outra metade da mentira foi desmentida nos últimos dias com a ofensiva político-militar, a greve geral e a insurreição nacional do povo salvadorenho. Os presidentes Carter, Reagan e seus conselheiros enfocaram de maneira míope os movimentos de libertação nacional na Nicarágua e El Salvador como conspirações cubano-soviéticas, a fim de justificar sua intervenção descarada na América Central através da vetusta política da "guerra fria". Durante sua campanha eleitoral, Reagan anunciou que não "perderia" El Salvador como Carter "perdeu" a Nicarágua.

Uma vez que nem Carter nem Reagan possuem títulos de propriedade sobre nenhum dos dois países, a declaração do segundo não tem pé nem cabeça. É tão absurdo pensar que a luta de libertação salvadorenha se deve a uma conspiração de Fidel Castro com Leonid Brejnev, quanto imaginar que Reagan possa "tranquilizar" o país e restaurar a economia nacional pela invasão de tropas norte-americanas.

O presidente mexicano López Portillo e o secretário de estado para assuntos externos do Canadá preveniram Reagan de que a solução do “problema” salvadorenho não pode ser militar. Fica perfeitamente claro que a insurreição não é obra de pequenos bandos e sim uma cruzada de libertação nacional apoiada por todo o povo.

A solução do “problema” salvadorenho é política, econômica e social e sua chave consiste na instauração de uma democracia popular revolucionária como expressão da soberania, autodeterminação e aspiração por justiça social do povo salvadorenho. Esta chave está nas mãos da FMLN e da FDR. De forma alguma nas mãos do sr. Reagan.

Para as forças populares de meu país, a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos não muda os termos da luta para nossa libertação. Enfim, foi Carter quem estabeleceu a base de Cayo Hueso, Florida, e a “força de deslocamento rápido” há um ano; foi ele também quem criou o “cordão sanitário” em torno de El Salvador e fortaleceu suas forças armadas exigindo o aumento vertiginoso da repressão por parte da Junta desde que a instalou no poder.

A administração de Reagan foi recebida com júbilo por todos os ditadores militares e todas as oligarquias da América Latina. Para eles significa que terminou a ambigüidade da política de direitos humanos de Carter. Daqui para frente receberão ajuda militar para aumentar a repressão sobre suas populações e intensificar a exploração das massas até o mais alto grau.

Isso, sem dúvida, vai polarizar e agudizar a batalha em todo o continente entre as forças que lutam pela liberdade, soberania nacional e justiça social e aquelas que buscam incrementar a repressão oficial, a dominação imperialista e o status quo de injustiça e superexploração das massas.

A eleição de Reagan, em outras palavras, serve apenas para acelerar o processo de libertação continental. Vem demonstrar que ninguém pode permanecer alheio ao processo histórico-social em que estamos todos metidos e que para as classes populares não há outra alternativa senão unificar-se, organizar-se e preparar-se para a luta armada.

“A liberdade não se conquista com flores”, disse Augusto Cesar Sandino já meio século atrás, “e sim com o fuzil na mão”. Sandino mostrou que seu pequeno e mal equipado Exército de Homens Livres podia expulsar de seu país as forças melhor treinadas do poder mais forte do mundo. Fidel Castro sublinhou a lição há 21 anos e apenas há um ano e meio a Frente Sandinista de Libertação Nacional reconfirmou a visão de seu herói e derrotou a Guarda Nacional de Somoza, treinada e equipada pelos Estados Unidos e abastecida por Israel e Argentina, entre outros.

Hoje em dia é meu país, El Salvador, o protagonista desta luta eterna entre a liberdade e o terror, entre a democracia popular e o fascismo, entre a vida plena e a desumanização brutal. Na Europa, cada vez que faço alguma palestra sobre a situação de El Salvador, costumo terminar com um pedido de solidariedade internacional e uma ajuda política e material para meu país valente e lutador.

Obviamente repetir tais frases aqui em Havana seria chover sobre o molhado. Fui testemunha na Nicarágua, no ano passado, de como Cuba dá com mãos cheias tudo o que pede sua irmã menor. Escutei Fidel Castro quando desafiou o presidente Carter para uma competição com o objetivo de ver qual dos dois países poderia ampliar mais ainda a ajuda à revolução sandinista. Todos sabemos que Cuba ganhou a aposta folgadoamente enquanto o Congresso dos Estados Unidos, com grande reticência, entregava seus 75 milhões de dólares.



Não. Não venho pedir ajuda a Cuba para a revolução salvadorenha. Contamos com ela. Venho estender-lhe um abraço fraternal e prometer-lhe... PÁTRIA LIVRE OU MORRER O POVO VENCERÁ.

Havana, fevereiro de 1981.

GUATEMALA

Depoimento de José Luiz Balcárcel

A literatura, como toda arte, se relaciona de alguma forma, ou de muitas, com os processos de libertação nacional. Afirmá-lo não apenas constitui um argumento ideológico, mas também é um postulado suscetível de se provar historicamente. Assim o demonstram diversos movimentos de libertação nacional através do estudo de seu desenvolvimento. A literatura contribui para a formação da consciência; da consciência com a qual se gestam tais movimentos. A literatura, junto às outras manifestações artísticas e culturais, desempenha importante papel nos processos de libertação nacional, em maior ou menor medida, segundo as circunstâncias peculiares e concretas examinadas.

Assim, sustentar que as lutas de libertação nacional têm na literatura ingredientes que interferem nas formações de consciência que se relacionam com elas, converte-se numa tese. Torna-se uma proposição teórica, posto que confirma historicamente algo que tem sua origem e desenvolvimento na realidade social concreta.

A referida tese só pode ser controvertida na medida em que os teorizantes de caráter niilista e ascendência irracionalizante pretendam desvirtuar seus efeitos e resultados, ou negá-la simplesmente. Eles expressam vínculos com funções de dependência imperialista e burguesa local, oligárquica. Desta forma, são portadores de concepções culturais imperialistas, colonialistas ou neocolonialistas. Assim se passa na América-Latina, mas se passa também, naturalmente, em qualquer contexto semelhante.

Tal posição, por mais que se proponha, não pode esconder suas implicações manipuladoras. Pretende desconhecer a concatenação múltipla entre as manifestações da cultura, da qual a literatura é um dos elementos constitutivos, e as formações ideológicas, das quais as orientações políticas são um dos efeitos, com as relações sociais a partir das quais todas são produzidas. Parece, assim, que se trata de atitudes de desconhecimento com propósitos de encobrir finalidades de sentido contrário a significados reais.

Há outra concepção, igualmente irracionalista e metafísica, mesmo que subjetivamente honesta em intenções políticas, que sem se propô-lo, de todo modo coincide objetivamente nos resultados com a posição anterior. Aquela concepção postula neutralidade ou neutralismo ideológico como se pretendesse, sem reconhecê-lo — e mesmo considerando que a existência humana não é um fenômeno de caráter puramente individual — que os produtos culturais ocorram desarticulados da sociedade, à margem da produção social, na qual se faz, se consome e é assimilada a cultura e, portanto, constituindo-se na sua determinação.



Donde se depreende que a literatura e a arte em geral, sendo produções sociais, também podem atuar ou funcionar desempenhando ou cumprindo objetivos distintos, contrários aos que coadjuvam o processo de desenvolvimento das lutas de libertação nacional e convergem com elas procurando atrasá-las. É o que ocorre quando a literatura está direcionada para o propósito de obstar a luta revolucionária mediante o desenvolvimento de formações de consciência contrárias que provocam distorções. Assim se explica o desenho aberto de políticas culturais orientadas para manter a dependência e provocar e fomentar a mistificação dos elementos populares dos países. Do mesmo modo que os ideólogos que, sem aceitarem ou reconhecerem suas implicações coincidentes, argüem neutralidade e neutralismo ideológicos, embarcando na cruzada da aspiração por liberdade pluralista, como disfarce, contribuem para a elaboração de projetos imperialistas, colonialistas ou neocolonialistas, ou simplesmente deles participam. Toda a gama que abarca tais posições conta, salvo em casos excepcionais, com a totalidade dos meios de comunicação de massas, aparatos ideológicos que são parte dos referidos projetos.

Em relação à Guatemala e sua luta de libertação nacional a tese opera, em geral, no amplo espectro da observância de incidências no processo, como tendência. Do mesmo modo como nos demais países em que a mesma luta se processa. Entretanto, assim como em outros países, conforme peculiaridades que se apresentam, se estabelecem particularidades que precisam ser equacionadas. Como em qualquer processo existente — e o cultural não tem por que constituir exceção — o todo não se coloca acima das contradições, mas, forçosamente, porque nelas se estrutura seu desenvolvimento, ocorre perpassando o geral e o particular.

Característica dominante na Guatemala, como em El Salvador, na Nicarágua antes da Revolução, em Honduras, para citar apenas exemplos da região — o mesmo sucede no Caribe — é o analfabetismo massivo. No caso da Guatemala é alarmante pelo exagero que apresenta. As estatísticas oficiais assinalam 65%, as das organizações internacionais educativas e culturais registram 75% e a realidade, cada vez mais oculta, revela 80%.

O assunto é mais problemático ainda nesse panorama desalentador se se leva em conta que os indígenas falam uma considerável diversidade de línguas e dialetos. Eles são apenas formalmente desconhecidos por todas as constituições políticas, cuja normatividade jurídica sempre manteve como idioma oficial o espanhol, apesar de que apenas 25% da população falem e uma percentagem ainda menor o escreva e leia.

De modo algum leva ao sectarismo e rechaça qualquer relação maliciosa analogizante com as concepções defasadas do *Prolet Kult*, mergulhada em crise e refutada por Lênin, a colocação de que em alguns países, como é o caso da Guatemala, falar de uma cultura nacional resulta relativo. Mais ainda, tratar-se-ia de um critério postulado em abstrato, desarticulado do processo concreto e da história do país.

O que necessariamente leva, por semelhança, a refletir sobre como se tornam indispensáveis certas retificações: na medida em que no continente existem outros países em condições mais ou menos semelhantes às da Guatemala, segundo cada caso, também o conceito de cultura hispano-americana ou latino-americana é suscetível de revisões.

O que colocamos provém da análise de uma situação concreta, a da Guatemala — e a de países com situações parecidas — onde não se pode ignorar que as questões culturais têm que ver com um marco cuja composição étnico-lingüístico-social dá lugar a uma multiplicidade de variantes orgânicas, nas quais os indígenas,



que integram 75% da população do país, não podem continuar desconhecidas, ou apenas retórica e formalmente consideradas.

Precisamente, o conteúdo distintivo da luta de libertação nacional que se trava na Guatemala caracteriza-se pelo fato extraordinário de que os indígenas formam indistintamente com os ladinos ou mestiços, com os não indígenas, por igual, o conjunto organizado de combatentes com as mesmas possibilidades de participação e tomada de decisões na luta. À luz de concepções baseadas na luta de classes e não de paternalismo indigenista, neolascasiano, nas quais ficam de fora os índios que foram parte das classes exploradoras, que forçosamente confrontam os interesses das classes populares e, como tais, confrontam suas lutas. Daí a perspectiva de que a mudança e a transformação da Guatemala serão, de raiz, radicais.

Eis a situação que prevalece na Guatemala, ainda que mecanicamente se pretendesse estabelecer o contra-sentido ou o sem sentido de que naquela multiplicidade de variantes, naquele mosaico, por ser hegemônico, o heterogêneo resultasse convertido em fator dominante e, por ser múltiplo, passasse a ser o particular capaz de constituir nacionalidades e culturas populares diversas organizadamente produzidas.

A verdade é que as condições econômicas, sociais e políticas nas quais permaneceram as comunidades camponesas indígenas, e as concentrações de trabalhadores agrícolas, muitos dos quais o são temporariamente quando descem para o litoral vindos das comunidades do altiplano, sobretudo nas épocas de colheita, não chegam a configurar culturas propriamente e menos ainda a cultura nacional. Constituem apenas elementos isolados, desarticulados.

Ademais, são formações sociais insuficientemente estruturadas pela sua marginalização econômica, social e política, e resultam ser apenas culturas particulares ou suportes da cultura nacional. De modo que falar de culturas populares e nacionalidades paralelas à cultura nacional, ou desta como estrutura orgânica geral, não são mais que conceitos elaborados por analogia, com desconhecimento das carências de possibilidades literárias existentes, mesmo que no contexto de referência se produzam manifestações plásticas e têxteis, impulsionadas antes de tudo por necessidades econômicas imediatas peremptórias.

Uma afirmação de Perogrullo leva a concluir que quando se fala da cultura guatemalteca, da cultura na Guatemala melhor dizendo, incorre-se na mesma falha que em geral se comete ao caracterizar a cultura hispano ou latino-americana, no que toca à falta de assimilação teórica da problemática subjacente ao desenvolvimento cultural do Continente, com relação à marginalidade e à luta de classes.

Não se trata apenas de reconhecer a existência das classes econômica, social e politicamente dominadas, oprimidas, exploradas, produtoras de culturas subalternas. O que, ademais, é válido em geral como tendência, posto que nestas condições ocorrem formas de produção cultural em todos os países de desenvolvimento capitalista dependente, e em todas as partes onde se impõem o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. Evidentemente não se podem desconhecer as circunstâncias e as situações concretas dos países.

Na Guatemala muitas das comunidades indígenas camponesas apenas alcançam níveis de subsistência. E tal condição não é exclusiva dos indígenas, mas inclui os ladinos, mestiços ou não indígenas. Isto sucede enquanto se prolonga a intervenção norte-americana no país e o imperialismo e a burguesia local estendam e aumentam seu predomínio econômico e político; incrementa-se o saque aos camponeses, antigos possuidores das terras que resultaram ricas em minerais e hidrocarburetos, a

repressão, as formas opressivas permanecem, crescem e se multiplicam, e a exploração se generaliza cada vez mais sobre todos os trabalhadores do campo e das cidades, acrescentando-se a brutalidade com que lhes é imposta. Não se pode perder de vista que nas condições existentes na Guatemala a produção cultural predominante, a da classe dominante, é concebida, fundamentalmente, como reprodução da cultura transnacional imperialista e neocolonialista. Cultura que em sua mistificação introduz elementos heterogêneos de diversas procedências e recolhe elementos e aspectos do país, desvirtuando-os como mercadoria assim como aquilo que é transplantado. Por aí, os enxertos resultantes não são mais que deformações — produtos disformes, deformados e deformadores, a serviço da classe dominante. Conforme seus interesses, orientam e determinam os produtos culturais. Neste marco é produzida uma literatura que encobre ou faz parte das tendências ideológicas da burguesia dependente, subalterna, com todas as contradições que a ela se apresentam.

Na Guatemala não há uma cultura nacional, ela é parcial e fragmentária como nos países que apresentam condições semelhantes, onde existem maiorias indígenas ou não indígenas, classes populares constituídas de oprimidos e explorados, onde frações consideráveis estão totalmente marginalizadas, a partir da miséria, pelo analfabetismo, a ignorância, o uso de idiomas e dialetos sem possibilidade de desenvolvimento na situação imperante, o desconhecimento do espanhol e o padecimento da repressão. Cultura parcial e fragmentária porquanto não inclui, sem manipulação, os elementos que poderiam apertar as classes populares, nem alcança e os abarca.

O que não quer dizer, em absoluto, que trabalhadores da cultura combatentes e até instituições culturais progressistas, enquanto resistem à investida repressiva, não possam contribuir para a luta desmistificadora contra a manipulação e alienação. Combatentes pela transformação cultural, enquanto críticos da cultura dominante imposta; combatentes contra a intervenção imperialista do país. São os que assumem, como tarefa, a busca dos elementos, dos ingredientes econômicos, políticos e sociais que correspondem e podem expressar os interesses das classes populares marginalizadas, oprimidas e exploradas, na perspectiva de sua libertação. Como se fora uma exumação cultural que consiga penetrar a cultura dominante, mediante a derrota da classe dominante.

Entretanto, reconhecer este aspecto importante, parte das lutas populares e contribuição à luta de libertação nacional, não quer dizer desconhecer o âmbito restrito de ação que as condições existentes na Guatemala impõem à literatura.

Por isso é que toda consideração a respeito precisa levar em conta as distinções que se apresentam não apenas entre ordens de expressão literária como produção, mas também, sobretudo, entre as características dos consumidores literários, dos mercados literários, das relações de causa e efeito da produção literária, dos objetivos e funções da literatura, dos meios nos quais se produz, das características, condições e posições sociais dos produtores literários. Tudo isso relacionado às peculiaridades concretas, vistas concretamente, de um país concreto, que é a Guatemala. Concreto não quer dizer exame do particular em detrimento do geral, ao contrário, significa sua articulação real em vínculo recíproco. Toda referência às relações entre literatura e libertação nacional na Guatemala que partisse de outras premissas não passaria de pensamento abstrato, especulação.

Nada mais a apontar.

Obviamente, os consumidores literários que existem na Guatemala são poucos. Como em outros países, todavia, gêneros como o teatro podem contar com um número consideravelmente maior de público consumidor. As obras de leitura necessaria-



mente direta têm forçosamente, dadas as condições apontadas, analfabetismo e desconhecimento do espanhol, menos leitores. Lêem, na realidade, os ilustrados do país, membros da burguesia e da pequena-burguesia; as camadas médias raramente lêem a imprensa, menos ainda o fazem com os livros, com obras literárias. O teórico do abstrato pelo abstrato poderia argumentar que se os operários e camponeses, assim como os integrantes das camadas médias, não lêem é por falta de educação. Está certo, sem dúvida, mas deveria fundamentar o problema à base da miséria, opressão, exploração e repressão, elementos e fatores que historicamente anularam as possibilidades educativas.

Entre ilustrados do país estão aqueles que lêem e, supostamente, os que escrevem literatura e entre eles, ainda, mais excepcionalmente, os que decidem vencer a tentação de ler literatura não deformante, desalienadora, de concepção ideológica democrática e até mesmo progressista; literatura crítica da cultura da burguesia subalterna. Na pequena-burguesia, o número de leitores é maior e aí se encontra o peso específico do consumo desta literatura, partilhado com qualquer outra, como método empírico de comparação e discriminação. As camadas médias, quando sabem ler e lêem, escolhem somente literatura de tema democrático e expressão revolucionária, sem aventurar-se nos terrenos extremos das vanguardas.

Os que lêem historietas e tiras cômicas pertencem a essas classes e camadas e o que o fazem regularmente descartam qualquer outra leitura. Os leitores literários, que combinam suas leituras com tiras e historietas, fazem-no por certo refinamento de gosto pelo extraordinário. Os que se dedicam exclusivamente a elas fazem-no por embrutecimento alienante. O mesmo acontece com os leitores das fotonovelas, assim como os que se idiotizam com as telenovelas, reiterativas da mesma história lacrimante ou de felicidade superficial, sempre expressões de frivolidade.

O teatro alcança maiorias nas cidades. Abundam entre a burguesia os que se regalam com o espetáculo frívolo, com o pretexto de relaxar-se. Acontece também entre a pequena-burguesia, argumentando que é para descansar. São os mesmos adeptos do "pornô". Contudo, ao mesmo tempo, em ambas as classes sociais existem os interessados no teatro desalienante e de orientação temática-democrática, no teatro de expressão revolucionária. Sobretudo entre a pequena-burguesia existem assimiladores reais do teatro de vanguarda, de teatro revolucionário expressivo, do teatro popular que incida sobre os interesses populares.

Nas principais cidades pode-se apresentar teatro de perspectiva popular, com preços que permitiram boa freqüência. Na capital apresentaram-se festivais com obras de autores nacionais, com crescente êxito. Assim foi até que o terror e a repressão impedissem qualquer possibilidade de apresentar este teatro, não só por causa da censura, através de ameaças impostas aos teatrólogos, mas também porque o público começou a correr perigo de perder a vida. Parece que em teatro a questão é jogar com a vida. Fechadas as salas, ameaçados de morte os diretores, atores e público, recorreu-se ao teatro itinerante, de total identificação com os elementos, valores e interesses populares. As representações de criação coletiva ou individual, sempre anônimas, foram feitas nos centros e parques de diversões populares. Sobre tudo no jardim zoológico, aos domingos, quando é mais freqüentado por casais de empregadas domésticas e soldados.

Também foi feito nos transportes coletivos. Repentinamente, os atores que iam subindo no trajeto como passageiros reunidos rapidamente, punham em ação a dramaturgia e, após realizada a breve obra, começavam a descer, como simples passageiros, nas paradas subseqüentes. Depois de conseguir a participação direta

de muitos passageiros que entravam na discussão temática do argumento, o qual tratava, criticamente, de problemas da vida cotidiana.

Com toda a segurança, esses foram os meios mais diretos de lograr, através do teatro, contribuir artística e literariamente para a politização expressiva dos interesses populares, a partir de elementos e valores populares, até que o governo começou a colocar paramilitares à paisana nos centros populares de diversões e a pô-los permanentemente nos transportes coletivos para dar seus disparos.

O teatro desempenhou também esse papel, e ainda o faz, nos centros de trabalho e concentração de operários e camponeses. Igualmente, como nas situações antes assinaladas, dadas as condições de repressão e de barbárie que vive o país, passaram a ser manifestações clandestinas da arte e da literatura.

A poesia passou por experiência semelhante. Transportadora de mensagens populares, expressão de preocupações de poetas e da audiência, transitou das salas públicas e das escolas a lugares de concentração e centros de trabalho das classes populares, na cidade e no campo; ou se manteve sempre na clandestinidade.

Os autores literários, de qualquer modo, têm escasso mercado de consumo no país, pelas razões dadas e por outras mais, sem dúvida. Isso acontece com os nacionais e com os de qualquer outro país. Os reprodutores dos objetos-literários-mercadorias, da cultura literária transnacional, imperialista e neocolonial, têm seu público consumidor assíduo e bem localizado, mas ele é escasso. Aqueles que se propõem a continuar incorporando seus projetos culturais de dominação não podem chegar a ser em número extremamente grande pelas próprias características sociais que o país apresenta. Apesar disto, as repercussões que resultam do manejo e controle do conjunto de aparatos ideológicos de Estado à sua disposição, seus efeitos são consideráveis e atroz ao país.

Os escritores de posições democráticas, progressistas e revolucionárias, e de concepções e expressões literárias de vanguarda, nacionais e dos demais países, têm também limitações no mercado de consumo. Por tudo que já se disse, quanto maior assimilação cultural conseguem impor, pelo maior grau de identificação com a problemática geral popular, mais profunda se torna, por sua cultura dominante do capitalismo, do colonialismo e do neocolonialismo.

Os escritores nacionais com estas características, que vivem na própria Guatemala, no interior, com tudo que isso significa para sua vida, são lidos com dificuldades e limitações porque, pela própria situação do país, as edições locais resultam difíceis e perigosas. Sempre através dos meios e com as limitações que já indicamos, sua produção vai-se tornando cada vez mais clandestina. Iguais condições de mercado têm os escritores guatemaltecos com estas características que vivem ou viveram fora do país: Luis Cardoza y Aragón, Miguel Angel Asturias, Manuel Galich, Augusto Monterroso, Carlos Solórzano, Carlos Illescas, Otto Raul González, Arqueles Morales, Arturo Arias. O conhecimento que deles se tem na Guatemala varia e flutua conforme o gênero que produzem e as condições de circulação e de consumo que por suas especificidades adquirem tais gêneros, autores e obras. Lugar muito especial em circulação e consumo, mantém a obra magnífica de Otto René Castillo, poeta capturado em combate e assassinado, queimado para evitar sua identificação; a de Roberto Obregón Morales, poeta desaparecido depois de seqüestrado; e a de Carlos Toledo, poeta morto em combate.

A obra de todos eles consegue contribuir internacionalmente para que seus leitores se solidarizem com a causa da Guatemala.



Com as repercussões que assinalamos, com a influência social que têm, pelo que conseguem ajudar a conscientização, com base em seu significado crítico e desalienador, estas obras e estes autores intervêm na vida do país, com toda a importância que isto tem, através dos que chamamos ilustrados, porque sabem ler e lêem; lêem estas leituras e com isto chegam a grupos mais amplos de consumidores artísticos e literários das classes populares. Porém, nada além disso. Nessas proporções, a dimensão e o caudal do mercado cultural contribuem para a integração das formações de consciência participativa do processo de libertação nacional da Guatemala. Por tudo isto é que é importante dar-se conta do que significa outra forma de fazer literatura, que se vem desenvolvendo na Guatemala e cuja circulação é de nível nacional. Trata-se da utilização de um recurso depurado da manipulação no contexto das relações capitalistas; livre das falsificações e deformações que com tal método literário se obtém para servir aos interesses imperialistas, coloniais e neo-coloniais.

É o da historieta ou tira literária. Historieta ou tira elementar, cujo valor artístico literário radica nas possibilidades e capacidade de concretizar, mediante a reinterpretação ilustrada conceitual e gráfica, com breves fragmentos de discurso, em linhas mais curtas ou com palavras soltas, assuntos, problemas e elementos populares da vida cotidiana nacional.

Quem sabe ler, lê diretamente, os que não o sabem escutam da boca daquele que se comunica com facilidade. Nessas historietas ou tiras se expressam as consequências advindas da prestação de serviço militar, porque termina comprometido na matança de companheiros. Demonstra-se a necessidade de evitar tal obrigação imposta pelos aparatos de controle e serviço dos inimigos de classe. Ou, então, tornam claras as causas da elevação dos preços, da inflação etc.

Sem dúvida, uma das melhores historietas é a que dá a conhecer o papel combativo de Cristo, fazendo ver que o inimigo de classe se impôs a tarefa de conseguir tirar-lhe a vida, pois sua concepção de luta era político-militar, em contraste com outras formas destinadas a fracassar. Por esta razão, aqueles que sustentavam estas últimas foram perdoados.

Este sistema literário contribui muito, nacionalmente, para a formação de consciências para a luta, para a revolução. Sua concepção e elaboração surgem e devem às organizações de massas, cujos membros são os que consomem objetos artísticos e literários populares, assimilando-os ideologicamente por seu sentido crítico e desalienante. Trata-se de um sistema literário de massas, relacionado diretamente ao processo de libertação nacional da Guatemala, pela consciência de luta revolucionária a que ajuda a forjar.

A revolução demonstra que apenas mediante a mudança radical das relações produtivas, derrubado o imperialismo, consegue-se criar a situação social que permita assimilar o popular para recriar a cultura e fazê-la nacional, integrando reciprocamente o particular e o geral, o positivo não deformado nem deformante, o nacional e o internacional neste sentido. Assim, entendida a cultura, necessariamente se faz cultura popular. No Continente, Cuba o confirmou e a Nicarágua começa também a fazê-lo. E, nesse mesmo sentido, se orienta a luta da Guatemala.

Na busca de sua libertação nacional, a Guatemala conseguiu aprofundar sua luta qualitativamente. Triunfante, poderá alcançar o desenvolvimento de uma cultura popular que provenha dos elementos que suas classes populares possam recuperar, em condições radicalmente diferentes e opostas às que hoje se está vivendo; para contribuir com a estruturação cultural que integre organicamente a produção popular com heranças desalienadas e não manipuladas, a nível nacional.



Nesta luta, pelo desenvolvimento revolucionário, culminou o processo unificador de sua vanguarda combatente político-militar, constituída pelo Exército Guerrilheiro dos Pobres — EGP; as Forças Armadas Rebeldes — FAR; a Organização do Povo em Armas — ORPA; o Partido Guatemalteco do Trabalho — PGT. A unidade permite a multiplicação do poderio revolucionário até tornar irreversível o processo. Liberado o país, a literatura, toda a arte, poderá contar com recursos e elementos para seu novo desenvolvimento, no contexto de uma cultura popular. Cuba e Nicarágua são referências de comprovação histórica.

Havana, fevereiro de 1981.



ANUNCIE EM ESCRITA E ESCRITA/ENSAIO

68,3% dos nossos leitores têm até 35 anos.

81,3% são do sexo masculino.

80,9% têm formação universitária.

É simples:

basta mandar um cheque visado à

Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-51-94

01223 — São Paulo (SP)

Seu anúncio deve caber nas seguintes medidas:

**13 cm de largura por 20 cm de altura = uma página
= Cr\$ 12.000,00**

**13 cm de largura por 10 cm de altura = meia página
= Cr\$ 7.500,00**

**13 cm de largura por 5 cm de altura = 1/4 de página
= 4.000,00**

**6,5 cm de largura por 5 cm de altura = 1/8 de página =
Cr\$ 2.000,00**

E mais:

Nosso classificado custa apenas Cr\$ 1.000,00

E você pode se espalhar dentro dele.

São 6,5 cm de largura por 2,5 cm de altura.



**FLORESTAN FERNANDES:
LA HISTORIA Y LA SOCIOLOGIA
COMO CONCIENCIA**

Julio Le Riverend

A propósito dos 60 anos do professor Florestan Fernandes, o eminente historiador cubano Julio Le Riverend enviou, a meu pedido, um comentário sobre o significado da produção intelectual do sociólogo paulista. Comentário que deverá fazer parte de uma coletânea maior de textos, em homenagem ao ex-professor da Universidade de São Paulo.

*A apreciação de Julio Le Riverend torna-se importante não só por se tratar de um dos mais lúcidos intelectuais cubanos da atualidade, autor de obras como a *História Econômica de Cuba* (La Habana, Instituto Cubano del Libro, 1975) e *La Republica. Dependencia y Revolución* (La Habana, 3.ª ed., 1971). O historiador cubano, profundo conhecedor da história da América Latina, está situado intelectual e politicamente numa posição deveras estratégica para bem apreciar o significado da obra de Florestan, no relevo acidentado das ciências sociais do continente. De fato, Le Riverend é um cientista comprometido com a organização da cultura em seu país, onde dirige a Biblioteca Nacional José Martí, preocupado em "resgatar a condição humana para esta parte da humanidade".*

Ao enviar sua colaboração para esta homenagem (para a qual soube perder preciosos minutos de sua atividade...), o historiador cubano procura assinalar o que lhe parece mais valioso e fundamental para compreensão das virtudes científicas de Florestan: "La coherencia con el deber de nuestro tiempo". E pontua: "Espero que no les parezca poco porque ha sido hecho con la fuerza de muy auténticos sentimientos".



Que as palavras de Le Riverend sejam um estímulo para o homenageado, e também para todos os que admitem o socialismo como um horizonte provável, oposto ao da barbárie. Estímulo oportuno, sobretudo porque o socialismo no Brasil ainda não pode ser comemorado — e Florestan, espírito renovador, heterodoxo e que não admite sacralizações de qualquer ordem, sabe disso.

Carlos Guilherme Mota

Professor de História Contemporânea
da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo

La bio-bibliografía de nuestro eminente colega Florestan Fernandes es conocida, más no sería yo quien pudiera calar profundamente y resumidamente en algún aspecto de su obra caracterizada por la práctica científica más empeñosa y la ciencia práctica más certera. En los límites de su patria, sus indagaciones y sus cursos han repercutido de modo perdurable: díganlo sus alumnos y discípulos inmediatamente anteriores a 1969. Fuera de esas fronteras, sus labores, expresada en unos diez volúmenes, constituye un conjunto que se destaca, paso a paso, como vocación y dedicación fructíferas desde la década de los 50, a modo de fuente incitadora de reflexión, y este no solamente en los temas siempre apasionantes del proceso histórico-social brasileiro, sino también para un esfuerzo de comprensión global e, cuando menos, más abarcador que las sociologías "provinciales" procedentes, de la totalidad del continente, de "Nuestra América" que dijo Martí en 1981.

Ello no se deriva unívocamente de la coherencia creciente-esencial, decisiva — entre los procesos internos y externos. A mi entender, su análisis y su escritura, desbordan las fronteras de lo propio, porque, él asume un método y una teoría críticos adecuados al tratamiento de las complejidades del crecimiento social de nuestros países, claro está que con sus diferenciaciones, sus matices y sus indudables aproximaciones.

Hay por decirlo de una vez, en las obras de Florestan Fernandes un discurso inteligible, de una historicidad plástica que, partiendo de lo específico de su tierra, lo acerca a todos nosotros. Que ello le venga de su insorición marxista es un hecho innegable y que, además, sea el corolario de un consecuente emprendimiento de búsqueda y de formulación ceñidas, del objeto de sus investigaciones no parece ciertamente requerir especial aclaración.

Todo eso se revela como un hecho, no muy frecuente — excepcional — cabría decir, en las ciencias sociales latinoamericanas poco antes de los años 50. Anunciabase así, como sucedió en el tránsito similar, de otros colegas, y por citar uno solo, a Pablo González Casanova, no en desmedro de otros de pareja significación; comenzaba, en suma, el inicial quebrantamiento del imperio, en este caso potencia científica, bien avenida con la dominación de los centros imperialistas — de las orientaciones e escuelas y teorías forjadas al margen de una concepción histórica realmente objetiva, e, en otras palabras, surgía un espacio científico contradictorio, y ya sabemos que en Florestan Fernandes la palabra espacio tiene una connotación temporal, histórica. Era el momento en que la sociología, prenatal hasta entonces de un ahistoricismo tan fuerte como su "constructivismo" subjetivo y abstraccionista, a fuerza de indagar lo propio de cada cual, estaba tan despedazada como las estructuras regionales, en su parcelación periférica forjada por las relaciones de domi-



nación a la sazón establecidas con los centros imperialistas. Aquel mundo americano de evidente potencialidad unitaria, en sus orígenes, su evolución y sus perspectivas, aparecía atomizado sociológicamente. Las escuelas creaban su lenguaje diferente, inventaban leyes, a veces partiendo de estudios muy circunscritos, mostraban sus teorías anti-teóricas como antaño los positivistas más sistemáticos postulaban la metafísica de la anti-metafísica. Partiendo de un funcionalismo evolucionado, aunque todavía ajeno a una real comprensión histórica, y abandonándolo, el camino de Florestan Fernandes fué directo, si no fácil. Camino que coincide en lo fundamental, con un gran giro objetivo de nuestros países, y aún más, de todo el mundo dominado y detenido por el imperialismo. La fuerza del proceso generalizado de descolonización y de su más alta expresión, la liberación nacional, desde 1950, promovió un elemento de mayor importancia en la obra de nuestro colega.

Me refiero al mensaje de conciencia de la obra. El tema tiene muchas facetas en la vida del colega Florestan Fernandes. Y lo que señala una evidente calidad de este aspecto de su mensaje es el hecho que, él mismo, lo aborda en diversas ocasiones. Por un lado, precisa destruir el peso de la supuesta objetividad del científico. En numerosas ocasiones, las más enfáticas de sus creyentes de esa idea, revelan en los resultados de su quehacer puntos de partida y resultados que la niegan como principio de la acción científica. Por otro lado, la conciencia de sí y del mundo rodeante es un requisito indispensable, una necesidad de la investigación que impone el deber de calar en los problemas como una manera de hacer. Ambas cuestiones se encuentran claramente expresadas en las obras del colega. Florestan Fernandes sabe, lo dice y actúa en consecuencia, que hay un compromiso: entender el tiempo y sus condiciones. La necesidad histórica es esa, y no otra. Todo ello supone que el científico se objetiva y puede contemplar *desde adentro* la sociedad de clases desgarrada, y afinar y definir progresivamente su participación en ella, puesto que ha dejado de ser un objeto para ser él mismo. Cuando la obra se acerca a ese momento, tiene una dimensión insospechada.

De esta suerte, la sociología se integra como ciencia histórica que nace de una coyuntura de conciencia, y puede expresarla, debe ineludiblemente expresarla.

Julio Le Riverend
Historiador e Diretor
da Biblioteca Nacional
José Martí
Fevereiro/81





Foto de Luiz Carlos David

No dia 12 de maio os operários da Fiat estavam eufóricos com a decisão do TRF favorável à sua greve.



A Greve da Fiat

Entrevista feita em junho de 1981 com Luís Gianini, 29 anos, inspetor de qualidade, membro da "comissão interna", eleito em 1978, Nazaré, 30 anos, eletricista de manutenção, membro do Fundo de Greve e Juvenal, 28 anos, operador de máquina, vice da CIPA.

**Por Paulo Douglas Barsotti, Antônio Rago
Filho, Maria Dolores Prades**

A greve de 42 dias realizada na Fiat, de Xerém-RJ, não foi a primeira que seus trabalhadores fizeram exigindo a readmissão de companheiros de trabalho. Em 79, pelo mesmo motivo, as máquinas permaneceram em silêncio durante 12 dias. Esta manifestação grevista se juntou a tantas outras desenvolvidas no mesmo período marcando o retorno da classe operária à vida política do país.

O quadro de 81 é bem diferente. O movimento operário sofre, hoje, as consequências dos golpes desferidos pelo Estado pró-imperialista, pró-monopolista e antipopular, a partir de 80 — cassação de dirigentes sindicais e intervenções — e a penetração de correntes reformistas e diluidoras, encontrando-se dividido, desarmado ideologicamente e sem perspectiva. Ao mesmo tempo que têm essa situação a nível de sua organização, a classe operária e os trabalhadores de maneira geral sentem na pele o agudizamento do arrocho salarial, a intensificação da rotatividade da mão-de-obra e o crescimento brutal do desemprego, que constituem a resposta do Estado e dos monopólios no sentido de conter a crise e manter a atual política econômica.

É dentro dessa realidade que os operários de Xerém se põem em movimento. E, independentemente do seu nível de consciência, respondem da forma mais contundente, de braços cruzados, às propostas do capital para a solução da crise econômica.

O propósito desta seção é trazer à tona o cotidiano, a história desse processo de luta, na voz de alguns integrantes do Comando de Greve. (PDB)



PDB — Sem dúvida a resposta dada pelos operários da Fiat em 1981 é mais avançada, dentro do movimento operário, face ao problema do desemprego. Comparada à resposta dada pelos operários da Volks, em São Paulo, o movimento da Fiat representa um marco nesta fase de refluxo que se inicia a partir das intervenções nos sindicatos do ABC em 1980. Neste sentido, gostaríamos que vocês dessem um quadro do processo de lutas que resultou nessa resposta.

GIANINI — Em 78 fizemos uma greve espontânea que não foi fruto de nenhuma mobilização nem organização. Na ocasião já havia grupos de operários que discutiam entre si, mas não na perspectiva que colocamos hoje; nossa visão foi amadurecendo ao longo das lutas. Com essa greve foi conquistada a estabilidade para seis delegados sindicais, e isso a Fiat sabia muito bem para quem estava dando.

No entanto, ela percebeu o erro quando estourou o movimento em 79. Vendo a besteira que fez, tentou voltar atrás. Os seis delegados, com exceção do companheiro Leal, que mais tarde foi mudando de posição, não eram lá muito combativos e estavam comprometidos com a diretoria do sindicato. Foi nessa época que começou a ser articulado um trabalho dentro da fábrica pela base e a formação de comitês. Ainda em dezembro de 78 um operário morreu com um tiro no peito disparado por um segurança. Ele disse ter sido por engano, porque estava brincando com a arma. Isso revoltou todo mundo, surgiu então um panfletinho dentro da empresa denunciando a morte do companheiro. Era um panfletinho clandestino, que ninguém sabia de onde vinha, que denunciava e também criticava a orientação sindical. A partir disso, a peãozada começou a se animar, criando confiança na sua força e começando uma série de denúncias em cima da diretoria do sindicato. Esse foi um momento importante de amadurecimento. Por outro lado, as demissões eram intensas nesse período de novembro a junho. Foram mandados embora uns 900 operários, gerando um clima de terror e insegurança na peãozada, que não tinha um organismo por onde pudesse se manifestar. Isso provocava um ódio latente entre os trabalhadores. A partir daí o comitê passou a fazer grupinhos de operários, jornalzinho clandestinos que denunciavam não só o sindicato como também as arbitrariedades da empresa. Outra coisa que contribuiu muito foi a minha participação na comissão de salário que começou a se formar naquela época, porque comecei a passar para a peãozada as sacanagens que estavam por trás das negociações. Houve também a greve dos motoristas do Rio de Janeiro, que impediu muita gente de trabalhar, mas, mesmo assim, a Fiat descontou os dois dias. Nesse momento começou a mobilização. A greve que estourou no dia 22 de julho, resultado de um trabalho de formiga da comissão clandestina, foi o maior rebu. Durante esse processo, depois de muita confusão e de muita manobra do sindicato, a empresa tentou me demitir. Aí, apesar da massa ser atrasada, ela agitou e garantiu a minha permanência na Fiat com uma greve que durou 12 dias. Esta vitória foi fundamental.

Ainda nesse mesmo ano, houve uma diarreia geral nos trabalhadores, fazendo com que a empresa liberasse uns 500 operários. Foi outro rebu desgraçado, o sindicato tentando passar o pano e nós denunciando. No dia 23 de novembro, morreu outro companheiro por falta de condições de trabalho. A empresa fez uma porção de sacanagens para não assumir a responsabilidade da morte. Nós paramos, então, por uma hora. Nesse ano também fizemos a primeira eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Isso representou um aprendizado muito importante porque, apesar da imunidade dos membros da CIPA, foram demitidos alguns companheiros o que nos fez brigar, basicamente, pela garantia do emprego. Logo depois, outro companheiro morreu por falta de condições de trabalho e teve outra diarreia.



PDB — Qual a razão da diarreia?

GIANINI — O rancho era uma sujeira, uma imundície. Depois da nossa briga, eles contrataram a Riga. Não adiantou nada, deu mais disenteria na gente. Numa delas, inclusive, teve um pessoal que foi até internado. O pior de tudo é que até hoje a gente não tem o resultado do laudo, só enrolaram. Em julho fizemos outra greve. Foi outra vitória. A massa começou a se habituar e a gostar da gente. A ação da comissão era muito boa. Conseguimos muitas vitórias, como contra a insalubridade. Fizemos vários boletins da oposição operária e, a partir daí, fomos desenvolvendo toda uma luta baseada principalmente no seguinte aspecto: respeito à massa e ao trabalhador, evitando o cupulismo. Evitando, ao máximo, dirigir o movimento e afastar-se da base. Respeitando sempre o poder do trabalhador. Em 80, novas demissões. Tentamos puxar uma greve, mas aí veio a porra do sindicato e “tapou” tudo novamente. Em agosto fizemos uma excelente minuta, totalmente independente do sindicato. Era negociação direta com o patrão, o Pimentel só ia lá pra ficar ouvindo. Foi uma primeira experiência feita pela base, tinha comissão com cinco ou seis caras, o resto era tudo gente de base.

ARF — Nas eleições do sindicato, de que chapa vocês participaram?

GIANINI — Chapa 1, inclusive tivemos uma experiência muito ruim com a Convergência Socialista. Ela compunha nossa chapa e foi contra a nossa palavra de ordem de “todo poder ao peão”. Achava isto meio anarquista. Aliás, nós sempre fomos acusados de anarquistas por causa das críticas que fazemos às cúpulas e aos dirigentes profissionais. Tem coisa do anarquismo que eu sou a favor mesmo. Acho que o importante é considerar quem é que tem o poder dentro de uma sociedade de classes. O pessoal pensa que somos contra qualquer tipo de organização, que somos voluntaristas. Eu sou a favor, não só do voluntarismo como do espontaneísmo das massas. Tem que deixar o trabalhador se manifestar, isto faz parte da psicologia dele.

ARF — Mas você não é contra a tomada do poder pelo proletariado?

GIANINI — Pelo amor de Deus! Se o peão quiser tomar esta porra, vai ter que tomar! E o mais rápido possível. O problema está nas formas de organização que ele vai gerar, no sentido de se garantir o poder aos trabalhadores. Isso é fundamental para que não aconteça o que aconteceu nos países ditos socialistas, onde na prática não é o proletariado que detém o poder. O que é socialismo? É liberdade e poder nas mãos do proletariado. Não encontramos nada disso, no que está aí.

PDB — Você então não vê distinção entre socialismo e capitalismo?

GIANINI — Do ponto de vista material, sim. Mas, do ponto de vista do poder, não existe. Quem exerce o poder nos países “socialistas” atuais é o partido e não a classe operária. E quem tem que exercê-lo é o trabalhador. O partido tem que ser o instrumento de exercício do poder do trabalhador e não exercer o poder no seu lugar. Também tenho uma série de críticas à forma de como o socialismo trata a religião. Eu sou um cara que venho da Igreja, tenho uma formação religiosa. A esquerda usa a Igreja, não respeita certas coisas que estão dentro do povo como, por exemplo, o problema da fé. A fé existe. Não adianta dizer que você é ateu se a massa não é. A crítica e o combate à Igreja devem ser feitos quando ela se transforma num instrumento de dominação capitalista.

MDP — Já que saímos um pouco do tema inicial, como é que funciona a organização dos trabalhadores da Fiat?



NAZARÉ — Sobre a questão da organização independente, estamos inclusive trabalhando num material que vai ser publicado em forma de livro. Os princípios gerais nos quais nos baseamos podem ser resumidos no seguinte: a influência e a direção das vanguardas devem ser dadas pelo convencimento dos seus argumentos, defendidos democraticamente. Somente a prática, o exercício desta democracia, é que cria as condições para a renovação e o fortalecimento da autêntica vanguarda, que não privilegia os aspectos teóricos da luta operária, mas, fundamentalmente, a luta do dia a dia contra a exploração e opressão. Não deve existir abismo entre a vanguarda e a massa, como também não devem existir vanguardas permanentes. Experimentamos, como forma de organização, os comitês de luta, fundamentais para a manutenção da luta contra a exploração dentro da fábrica. Trata-se de desenvolver dentro da empresa formas de organização dos trabalhadores, que devem participar obrigatoriamente em todas elas. Paralelamente, devem ser criadas organizações de base dentro da empresa que funcionem escondidas do patrão. No entanto, ninguém defende o caráter ilegal, mas as próprias condições de repressão dentro da fábrica obrigam que elas sejam clandestinas. Estas, no entanto, devem estar abertas a todos os operários que aceitem os seus princípios básicos. Vou tentar resumir-las rapidamente. Em primeiro lugar, temos a questão da democracia operária, que é a submissão da minoria à maioria, mas garantindo o direito da manifestação de todas as posições. Em segundo lugar, temos a autonomia e independência: os comitês devem atuar dentro dos sindicatos pelegos, mas em hipótese alguma devem permitir controlados ou integrados à estrutura sindical oficialista. Deve-se garantir a todo custo a autonomia operária, onde quem manda é o peão, assegurando-se também seu apartidarismo. Em terceiro lugar, temos a direção coletiva e o combate às hierarquias, isto é, não devem subordinar-se a instâncias superiores e muito menos criar instâncias inferiores. As informações devem ser garantidas ao máximo para todos, o que seria inclusive uma condição para o exercício da direção coletiva. Temos, ainda, a questão do respeito à individualidade, que é muito importante. Os comitês de luta devem respeitar a capacidade individual de cada ativista, para um bom desempenho da ação do comitê. No entanto, isso não significa a concentração de poder ou informação na mão dessas pessoas. Os comitês, ainda, devem trabalhar no sentido de ampliar sua participação nos organismos legais, como as CIPAS por exemplo, pois isto possibilita a ampliação de sua ação e divulgação. A articulação e a organização das organizações de massa devem ser bastante flexíveis, sem sectarismos, sem dogmatismos ou aparelhismos. É uma organização do peão que deve trabalhar de acordo com o seu nível e capacidade de se organizar dentro da empresa. A função básica do comitê de luta consiste em promover a capacitação e o aprendizado a todos os trabalhadores, através da ação e da democratização de todas as decisões. Outro ponto é a luta intransigente e permanente, utilizando todos os meios possíveis, pelos interesses mais imediatos do conjunto da fábrica e dos direitos sindicais da classe. Combate a todas as formas de autoritarismo por parte dos patrões, das chefias, denúncia feroz contra o peleguismo, contra o sindicato oficialista como instrumento dos patrões. E, ainda, a luta por um sindicato controlado pelas bases e independente de qualquer influência patronal. São os comitês de luta que elegem e mantêm organizações de base como a organização interna dos empregados da Fiat. Os comandos de greve são eleitos democraticamente, quando o movimento exigir. Os comitês são os trabalhadores agindo organizadamente. Quem garante a comissão é a massa que a elegeu; foi este aspecto que acabou garantindo na Fiat os 42 dias de greve.



PDB — Para vocês existe vanguarda no movimento operário? Se existe, qual o seu papel?

NAZARÉ — Vanguarda existe, trabalhador consciente é uma vanguarda. Uma coisa é a vanguarda permanente, estática, composta por dirigentes profissionais. Outra é a vanguarda-fermento, é o cara que está dentro da empresa, que desenvolve a capacidade inerente a cada trabalhador e que, com a sua capacidade criativa, faz avançar os companheiros. O papel da vanguarda é criar, agitar as condições para os trabalhadores crescerem e não dirigi-los.

ARF — Nesse sentido fica claro que vocês levam para o interior do movimento operário uma outra concepção de vanguarda. Que é bem distinta da concepção de Lênin. Para este, seguindo a linha de Marx, o partido se põe como o instrumento que organiza e dirige teórica e praticamente o movimento operário na luta de classes. E o seu órgão dirigente, o Órgão Central, é quem elabora a teoria revolucionária. O outro órgão dirigente, o Comitê Central, cumpre outra função, a de dirigir direta e praticamente o movimento operário. Disso se depreende que a elaboração da teoria revolucionária pelo OC está visceralmente ligada ao cotidiano das lutas operárias e populares e desse modo passa a deter um máximo de consciência possível da realidade concreta. Então, como você vê a questão da vanguarda enquanto produtora da teoria revolucionária, com base na dialética de Marx e como comando prático do movimento operário? Simplificando, como você vê a expressão de Lênin de que “não existe prática revolucionária sem a teoria revolucionária”?

NAZARÉ — Bom, essa sua colocação me embanana um pouco a cabeça. Não existe ação revolucionária sem teoria revolucionária, mas também não existe teoria revolucionária sem prática revolucionária. Nós entendemos que é necessário gestar hoje, dentro do próprio sistema, condições para que a classe operária se emancipe sem estar submetida a uma direção pensante, estática, de iluminados. Em vez de ser vanguarda dirigente, é minoria atuante. A direção não deve estar nas mãos de alguns iluminados que passam a ter importância determinante no movimento de massas, deixando assim a massa de ser a senhora e produtora da sua própria história.

GIANINI — O que chamamos de democracia é a criação de certos mecanismos no interior das organizações de massa pelos quais a base possa realmente se manifestar. Essa manifestação deve-se dar segundo a capacidade que cada um tem de compreender certas coisas, impedindo o vanguardismo, o cupulismo e o aparelhismo. Entendemos por democracia operária não a utilização do termo, mas o aprendizado de seu exercício, que só consideramos possível pela ação direta e permanente, a discussão e capacitação dos operários através dessa discussão.

MDP — Bem, acho que agora dá para retomar o processo de 81, atendo-se não só à sua origem como também aos momentos decisivos dos 42 dias de greve.

NAZARÉ — O que aconteceu em 81 foi consequência de um trabalho que já vinha sendo feito e estruturado há algum tempo. Esta greve expressa claramente uma participação efetiva da massa. Nos anos anteriores, apesar de se defender a democracia operária, não houve uma participação massiva nas decisões e na condução do movimento. Neste ano, a greve foi levada efetivamente pela participação da massa. A assembléia chegou a rejeitar por três vezes a decisão do comando, os grupos para a venda de bônus se formaram espontaneamente etc. Os motivos que desencadearam a greve foram fundamentalmente as demissões que já vinham ocorrendo há alguns meses. Nesse sentido, inclusive, a comissão interna, a legal, já tinha feito uma série de denúncias que resultaram numa “trégua” dada pela empresa no sentido de parar com as demissões, que são retomadas em abril. No início das demissões, a reação da



massa não foi o que se esperava. Tentou-se fazer greve, mas ela não respondeu, principalmente porque tinha voltado de férias coletivas e não tinha recebido ainda o pagamento. No dia 30 de abril, houve uma assembléia marcada para discutir a pauta de reivindicações da Fiat, que tem a data-base diferente do resto da categoria no Rio. Mas em função das 250 demissões que incluíam uma parcela do pessoal mais combativo da fábrica mudou-se a pauta. Naquele momento o negócio foi partir pro pau. A peãozada pensava o seguinte: se eles mandaram 250 caras embora, amanhã pode ser a gente. O Pimentel era a favor de formar uma comissão de negociações com os patrões. Mil e cem operários da Fiat decidiram unanimemente pela greve. O lema dessa assembléia foi: "É melhor ficar dois meses em greve dentro da fábrica do que ser um marginal na rua." Neste dia a greve foi decretada, decidiu-se também fazer uma assembléia na porta da fábrica na segunda-feira. Acontece que a Fiat, sabendo disso, fez os ônibus que trazem os trabalhadores entrarem direto no pátio. E, mais, fez o pessoal demitido que estava dentro do ônibus descer e ficar do lado de fora. A comissão interna, que ainda não tinha entrado na fábrica, junto com os demitidos formava o comando geral da greve. Quando a comissão interna entrou na fábrica, a peãozada já estava toda parada. O pessoal picou o cartão, foi para a seção e cruzou os braços.

MDP — Quais eram as principais reivindicações?

NAZARÉ — Readmissão dos 250 demitidos, readmissão do Juvenal e do Leal, inclusive porque o Juvenal fazia parte da CIPA e o Leal da delegação interna, e garantia no emprego por um ano. Esta última reivindicação como vimos vem desde a greve de 79, quando a Fiat parou por 12 dias pela readmissão do companheiro Gianini.

PDB — Como é que foi e como vocês viram os processos de julgamento da greve?

NAZARÉ — Um momento importante do movimento foi o primeiro julgamento, no dia 12 de maio. A firma recorreu ao tribunal pedindo a ilegalidade da greve. Mas estava tão confiante da vitória que formulou mal o pedido. O tribunal julgou a greve legal e inclusive o juiz disse que a empresa teria que pagar os dias parados. Nisso temos que considerar a pressão da massa, já que no dia do julgamento tinha quase mil peões da Fiat na frente do TRT, eles se deslocaram de Xerém até lá de ônibus, é uma hora e meia de viagem, no mínimo. O segundo julgamento, dia 4 de junho, foi para exigir o que a Justiça já tinha determinado: o pagamento dos dias parados. Até aquele momento ela não tinha pressionado a empresa para cumprir a sua determinação. Naquele momento, como todo mundo já sabe, o tribunal julgou as reivindicações improcedentes, contradizendo assim suas próprias determinações, a própria lei. Ficou claro aí para a peãozada de que lado estava o tribunal, a justiça.

PDB — Que tipo de manifestação de apoio e solidariedade vocês estavam recebendo do movimento operário, partidos políticos e outros setores sociais, se é que houve alguma?

NAZARÉ — Até esse momento não tínhamos apoio nenhum, faltou tudo na nossa greve. Apesar disso, no dia 31 de maio, chegou ao Brasil um representante da Federação dos Metalúrgicos de Turim, Bruno Sacerdotti. Veio pra sacar o movimento a pedido do pessoal, pra entender como estava sendo levada a luta, ver o papel da Fiat, do sindicato, das instituições democráticas de uma maneira geral. Só sei que o italiano ficou duas horas na porta do sindicato esperando alguém pra abrir, e como, se não me engano, era domingo, acabou não entrando. Fora tudo o que tinha visto, ainda houve mais esta denúncia para levar para a Itália. O único ato de





Foto de Luiz Carlos David

Cenas como esta eram comuns durante os 42 dias de greve em Xerém, Estado do Rio de Janeiro.

solidariedade que tivemos foi organizado pela própria peãozada da Fiat, o da Assembléia Legislativa. No dia 9 de junho, mais de 300 PM ocuparam a fábrica e os trabalhadores ficaram sitiados. Isso durou das 8 da manhã até as 3 da tarde e eles foram ameaçados e coagidos. A intenção da polícia era provocar mesmo um conflito. Nesse dia os rádios do RJ noticiavam que a fábrica tinha sido tomada pela polícia, foi um rebu, a mulherada toda começou a chegar e a berrar nos portões da fábrica. Com essa pressão, com a impossibilidade de se manter a peãozada encurralada, tentamos fazer uma assembléia, quando fomos cercados por outro pelotão. Para evitar um confronto direto, o comando deu como palavra de ordem a dispersão. Depois de uma série de entendimentos entre o comando e a polícia, chegou-se ao seguinte acordo: botar o pessoal pra fora da fábrica. A polícia fez um corredor polonês e, enquanto a peãozada saía, era anunciada pelos alto-falantes da empresa a demissão de mais 49 companheiros por justa causa. É bom lembrar que os cartões desses companheiros já não estavam na chapeira na manhã do dia 9, a presença da polícia não foi à toa. Até este momento a greve continuava legal, a firma se antecipou à própria legitimidade do acordo. Foi no dia 10 de junho que se teve a primeira manifestação de apoio, o ato ecumênico pela igreja. Como um companheiro disse muito bem: esse ato veio a dar a extrema-unção ao movimento. Nessa mesma noite o comando fez uma reunião de avaliação. A situação do fundo de greve estava muito precária, inclusive os operários já estavam começando a voltar, porra, não é fácil agüentar 42 dias parados. O comando chega a conclusão de que era importante acabar com a greve naquele momento, justamente para garantir um recuo organizado do movimento e não ter uma queda no ânimo da massa. As decisões tomadas foram as seguintes: assumir a derrota das reivindicações pelo isolamento político e garantir que não houvesse a derrota do movimento; não aceitar nada do patrão,



nenhuma migalha: voltar ao trabalho sem nada significava não regatear a dignidade do movimento. Essa proposta que foi levada para a assembléia foi aceita pela maioria, apenas com uma ressalva: só voltar ao trabalho com a readmissão dos 49. A partir desse momento somente o sindicato podia entrar na fábrica pra negociar. Aí tem a grande virada, porque o sindicato acaba negociando outra proposta e não aquela aprovada em assembléia. O Pimentel teve que se comprometer em convocar uma assembléia para a quarta-feira, dia 17, e definir a situação dos demitidos, para eleger uma comissão de negociação e tratar de forma geral da questão da campanha salarial. Na sexta-feira o pessoal volta ao trabalho, depois de todas as sacanagens, das idas e vindas do seu Pimentel, de toda a tramóia feita dentro da fábrica, inclusive o processo interno de votação, que só contou com o pessoal da administração. O sindicato lançou então uma nota onde se delega poderes para negociar em nome da categoria decidindo desativar totalmente as estruturas formadas no período de greve. A partir desse momento começa a hostilidade aberta e declarada da pelegada ao comando de greve, que resultou não só na briga na sede do sindicato divulgada na imprensa, como também a invasão dos pelegos, com o pessoal do "Hora do Povo", da subsele de Xerém. Se a repressão da Fiat sempre foi violenta, depois da volta ao trabalho ela piorou. No entanto, já existe a tentativa de estruturação de um novo comando interno provisório, que vai depender da capacidade dos companheiros mais novos que ficaram dentro da fábrica. Do fim da greve até hoje já surgiram mais de cinco boletins assinados pelo comando que se estruturou clandestinamente.

PDB — Uma das principais críticas feitas ao movimento de 80 do ABC é que São Bernardo do Campo se isolou, que não forçou um alargamento de suas bases políticas e sociais. Até que ponto esse problema não se repetiu na Fiat?

GIANINI — Quanto ao ABC eu acho que se perdeu uma oportunidade de se partir para o pau, apesar de não existir organização de base dentro das empresas. Se desde a intervenção tivesse havido esse tipo de organização, a greve poderia ter continuado, naquele momento ou depois, não contribuindo tanto para o refluxo.

Depois da intervenção no ABC deveria ter sido criada uma associação de metalúrgicos, acho que faltou isso, inclusive estou falando como alguém de fora. Por outro lado, a questão do isolamento político, quando se trata da classe operária, é meio complicada. As tendências que existem no Brasil, independentemente de se chamarem de esquerda, comunista, socialista, têm formas de lutas e de concepção que não rompem com o sistema de exploração, pois são predominantemente compostas por caras de classe média. Sua ação é tipicamente de classe média e não uma ação frentista contra o capital. Aí cai no isolamento, há uma contradição. Se a maioria dessas organizações fosse realmente de bases operárias, comandadas por uma organização proletária, esse isolamento seria impossível.

MDP — Quando nós nos referimos ao isolamento político partimos do pressuposto de que todos os movimentos da classe operária — principalmente a partir das greves de 78 — colocaram em xeque a política econômica do governo, implantada em 64 e baseada no arrocho salarial. Ele é o maior movimento de oposição destes últimos anos. Nesse sentido, quando o ABC questiona a política econômica do governo, acaba fazendo um movimento eminentemente político. O ABC sozinho nunca teria forças para derrubar a ditadura, a Fiat isolada, apesar de toda a força de seu movimento nunca acabaria com o desemprego no Brasil. Porque o desemprego não é uma questão econômica solitária, que possa ser resolvida com uma simples alteração reformista do projeto econômico imposto, mas através de efetivas transformações no âmbito geral da sociedade. Neste sentido é que acreditamos que as oposições de uma forma geral não entenderam a dimensão desses movimentos.

GIANINI — Não estou querendo combater a esquerda de um modo geral, quero dizer somente que os grupos comunistas e socialistas, que defendem uma revolução operária, na prática, entram em contradição. A questão do isolamento é que nós não podemos esperar de partidos burgueses ou da classe média apoio político para uma greve operária. Existem setores da Igreja que realmente se colocam em uma perspectiva mais operária que muitas organizações de esquerda, com trabalho de base mesmo. Nosso trabalho, que é essencialmente de base na Baixada Fluminense, não pode ter uma conotação socialista, mas é um trabalho de massa que pretende a criação de um poder operário não formalizado e a criação de uma dualidade de poder para destruir o inimigo. É um trabalho de base na luta contra as formas de exploração, de subordinação e de autoritarismo. O contrário disso gera o que Hércules Correa foi propor para a gente: não continuar com a greve, porque iria criar problemas a nível nacional. O cara colocou em um tal nível a greve que ela acabaria comprometendo o processo de abertura, como se as lutas sociais tivessem que deixar de ser feitas, mesmo estando latentes, porque a burguesia iria dar a democracia de bandeja para a classe operária.

PDB — Qual foi concretamente o apoio dado pela Unidade Sindical?

GIANINI — Tivemos uma reunião que foi até interessante. É importante dizer que a reunião somente ocorreu depois da greve ter sido decretada legal. Nela os caras propuseram fazer um comando que viesse a engrossar o da Fiat, ampliar sua cabeça, já que este estava jogando muito internamente dentro da fábrica. Foi argumentado que a entidade mais capaz para ampliar a cabeça do movimento seria a executiva da Unidade Sindical. Nós defendemos que qualquer outra entidade seria entidade de apoio, de solidariedade. Mas o que os caras queriam para poder apoiar a greve era ter poder na greve. E a Unidade Sindical ter poder na greve significaria a greve acabar em pouco tempo. A gente provou que a Unidade Sindical não existe enquanto entidade. Ficou claro que não passa de uma entidade criada por cúpulas, que têm como único objetivo poder regatear alguma coisa com o governo, com os patrões etc. Isto aliás interessa, e muito, aos patrões. Quer melhor coisa que uma entidade que não tem base, não tem massa e que representa vários sindicatos? E que, ainda, quer ser ou se pretende uma entidade independente dos trabalhadores? Na prática, a Unidade Sindical tinha-se comprometido a rodar alguns panfletos, que acabaram não sendo rodados. O apoio não foi além de uma ou outra coisinha feita pelo Sindicato dos Bancários, e que esteve longe de representar tudo aquilo que eles teriam condições de fazer. E, volto a dizer, não fez porque não exercia nenhum tipo de poder dentro da greve da Fiat, porque a greve era dos trabalhadores e não da Unidade Sindical, que pouco ou nada tem a ver com as lutas do trabalhador, e na maioria das vezes é até contra.

MDP — Seria importante desenvolver um pouco mais essa questão, no sentido de caracterizar a linha política da Unidade Sindical que tem sido, basicamente, a de frear o avanço do movimento sindical.

GIANINI — Exatamente, ela foi criada como uma forma de frear o movimento que vinha-se gestando na classe trabalhadora. No Rio a Unidade Sindical não funciona. Eu fui a duas reuniões de apoio que resultaram numa solidariedade muito mais fictícia do que real. É inacreditável, mas um dos sindicatos que mais apoio nos deu foi o das Assistentes Sociais, que parece que é até vinculado à Unidade Sindical.

ARF — O que você acha da proposta lançada por Lula da greve geral, principalmente num momento de refluxo do movimento operário? E sobre a questão da necessidade de partir-se para a reestruturação da atual estrutura econômica



visando ao atendimento básico das massas trabalhadoras, que foi colocada no bojo da proposta da greve geral, ainda que de maneira muito tímida?

GIANINI — Sobre a questão do modelo econômico temos que pensar que quem está no poder é a burguesia. Quando a burguesia implantou este modelo é porque tinha uma correlação de forças favoráveis a nível nacional e internacional. Temos que considerar que o capital é internacional e não mais nacional, e que este tipo de desenvolvimento econômico é o exigido para sua manutenção no poder. Nesse sentido não é prioritário a mudança do modelo econômico. Na minha opinião, a prioridade está na mudança da estrutura de classe. Por exemplo, ficar falando hoje em reforma agrária é falar na mudança da estrutura do poder. Tem que mobilizar a massa em cima da crítica ao sistema geral de exploração. Eu não quero saber se vai-se chamar isso de comunismo ou de socialismo. Estou preocupado que o trabalhador seja o agente social e permanente do processo. A questão que tem sido levantada sobre a reforma agrária é muito discutível. Quem está pensando em reforma agrária para mudança do modelo econômico, tá ferrado. O modelo econômico brasileiro não se baseia no campo, mas na industrialização. E, ainda por cima, a produção agrícola está voltada para a exportação e não sai reforma agrária por aí. Tem mais um problema, o que é reforma agrária? É você dar terras e propriedades para o camponês? Ou é você socializar realmente o trabalho no campo? Ou você socializa ou você cria uma porção de pequenos proprietários que futuramente atrapalharão o processo. No que diz respeito à proposta de greve geral eu acho que o Lula tem certas contradições. Até agora não está claro se essa proposta foi alguma coisa meramente propagandística, demagógica, ou se foi uma proposta que ele está preocupado em desenvolver pela base para garantir a sua realização. Pela segunda hipótese, a greve da Fiat demonstrou o contrário, na medida em que a greve geral poderia perfeitamente ter saído a partir da greve da Fiat, e isso teria sido de fato o apoio político. Esse efetivo apoio político não houve nem do ABC nem de lugar nenhum. Aí não adianta criticar a Unidade Sindical, mas todos eles, o movimento sindical de uma forma geral. Nós não queríamos um apoio meramente econômico, nós queríamos, sim, apoio político que de fato não houve. O Lula na greve dos médicos do Rio de Janeiro fez passeata, falou em cima de kombi, falou em greve geral, mas nem se referiu ao problema dos operários da Fiat. A greve durou 42 dias e ele não foi lá. Não é que nós quiséssemos que ele fosse lá, mas se tivesse ido teria sido um apoio efetivo. É uma responsabilidade que ele tem enquanto defensor da greve geral. E não era só ele, mas qualquer cara comprometido com a luta do trabalhador.

ARF — O mais interessante é que durante a greve da Fiat os partidos de oposição, inclusive o PT, estavam em Brasília dando solidariedade e apoio ao Figueiredo depois das bombas do Riocentro.

JUVENAL — Não se deve falar em greve, mas construir a greve. Objetivamente, não existem organizações em outras fábricas que permitam que a greve geral se realize. A greve da Fiat era uma greve contra o desemprego, que não existe só no Rio, mas em São Paulo, Bahia, em todo o Brasil. Além disso, a greve durou 42 dias, o que teria possibilitado, se existisse organização dentro das fábricas, que saísse uma greve geral.

GIANINI — O que a gente vê é muito papo e muita balela nessa proposta do Lula e penso mesmo que cai para o personalismo, para o estrelismo, demagogia e para todas essas coisas que a gente critica como sendo manifestações burguesas.

Se houver uma greve geral, tem que ser uma puta greve, e brigaremos para isso, porque tem que ser uma grande vitória. Mas disso que está aí não sai greve nenhuma, se sair serão no máximo greves parciais.



MDP — Dentro disso, da falta de mobilização dos trabalhadores e do refluxo do movimento operário, como vocês vêem a realização da Conclat?

GIANINI — Conferência das Classes Trabalhadoras, o nome já diz tudo. No entanto, vamos ter a conferência dos dirigentes sindicais, a prova maior disso é que nós não vamos poder participar da Conclat porque fomos expulsos do nosso sindicato, ou seja, o movimento mais importante do Rio de Janeiro, ou até mesmo do Brasil, não poderá participar da Conclat. Da mesma forma as oposições sindicais e certos dirigentes dificilmente terão garantida a sua participação.

MDP — Não podemos esquecer que o próprio regimento interno da Conclat estabelece e garante a participação de sete diretores sindicais, independentemente da base territorial do sindicato.

GIANINI — Bem, desde já essa questão desequilibra a Conclat e garante a hegemonia de determinada corrente do movimento sindical. Não deveria ter-se estabelecido a priori que dirigentes sindicais participariam da Conclat, mas escolhê-los em uma assembléia dos trabalhadores, onde se definiria quem iria participar. Uma coisa é dizer e estabelecer os critérios de quantidade dos representantes, outra é de antemão estabelecer quem são esses representantes. Não se exerce democracia dessa forma. Esses critérios já furam a Conclat, que vai ter uma corrente dominante principal, pois devemos lembrar que a maioria dos sindicatos que tem por aí são pelegos. O que cria o pelego é a estrutura sindical e uma diretoria autêntica não consegue sobreviver a essas contradições. Esse é um aspecto central. Fazer uma Conclat a partir das formas estabelecidas por esta estrutura sindical resultará numa conferência incapaz de dirigir qualquer movimento, podendo até decidir por uma greve geral ou por uma CUT, mas ambas vão nascer furadas.

MDP — Vamos entrar agora na questão da associação, gostaríamos que vocês dessem um quadro de como estão imaginando sua estruturação.

NAZARÉ — O trabalho da Fiat tem um limite, que é a insuficiência, a incapacidade, a falta de organização em outras empresas. A associação tem uma necessidade hoje de responder a todas aquelas coisas que o sindicato pelego não cumpre. Deve ampliar a discussão e a organização que existe na Fiat para outras fábricas, pois ela deve ser desdobramento e desenvolvimento do nosso trabalho e não uma associação-fantasma. Ela surge do movimento grevista respaldada por ele e enquanto necessidade de desdobrá-lo.

ARF — Mas, Nazaré, essa associação tem um caráter cultural ou na verdade ela se põe numa função de substituir o sindicato na defesa dos interesses econômicos da categoria?

NAZARÉ — Quem poderá determinar isso será o próprio movimento. Se o sindicato não cumprir essa responsabilidade, o que não é nenhuma novidade, ela vai responder pelos trabalhadores desde que eles reconheçam nela representatividade suficiente para isso.

PDB — Há alguma perspectiva por parte do pessoal da Fiat de tomar o sindicato?

NAZARÉ — A perspectiva de tomada do sindicato antecede a discussão da própria associação. Nós não vemos o sindicato como algo para ser tomado, mas como algo a ser superado, assim como toda a estrutura oficialista empresarial, pela organização da peãozada. Não tem nada que tomar esse sindicato aí! Renovar e embelezar a cara dele, já que é fantasma e não representa os interesses dos trabalhadores. Temos que construir um sindicato pelas bases e não entrar nas engrenagens, na estrutura, pois podemos ser absorvidos por ela.



ARF — Para encerrar, vocês acreditam que se possa chegar a um sindicalismo livre, tal como vocês defendem, apegando-se mais às formas sem a democratização do país? Ou seja, como se fosse possível uma democracia sindical sem a efetivação de uma democracia econômica, política e social, sem a derrubada da ditadura?

NAZARÉ — Eu parto do seguinte: toda forma de dominação imposta pela burguesia se dá em função do movimento da classe operária. Então a questão do sindicato livre, a questão da democratização do país, passa necessariamente pelas fábricas, pela organização dos trabalhadores, ou seja, a mudança de todo o sistema passa primeiro pela construção do sindicato livre.



NÚMEROS ATRASADOS DA ESCRITA

De 3 a 10 (1975-1976) —

- N.º 3: Hemingway, anti-herói de um conto cubano, de Edmundo Desnoes
Chamie responde a Antônio Cândido e Assis Brasil
Maria José Dupré, a mulher que mais vende livro no Brasil
- N.º 4: Três poetisas: Adélia Prado, Renata Pallottini e Olga Savary
Ernesto Sábado e o quintal cultural da Europa
Scott Fitzgerald, um conto de Astolfo Araújo
- N.º 5: Cornélio Pena: contra a onda
Pré-lançamento de "Essa Terra", de Antônio Torres
Valdemar Lunes, o imortal — conto do venezuelano Ednodio Quintero
- N.º 6: Entrevista com Dalcídio Jurandir
Esa mujer — conto do peronista Rodolfo Walsh
A agonia da estrutura na crítica literária francesa — por João Baptista Natali e Johanna W. Smit
- N.º 7: Grandezas e misérias de Dyonélio Machado, o centauro dos pampas
Calixto Garmendía — conto do peruano Ciro Alegría
As Bodas de Pérola — capítulo do romance "A Festa", de Ivan Ângelo
- N.º 8: Publicação dos contos vencedores do Concurso do Paraná, de 1976
Entrevista com Cyro dos Anjos
Entrevista com Luís Romano, de Cabo Verde
- N.º 9: A venerável Madame Pommery e o lançador do erário público — de Hilário Tácito
Entrevista com Manuel Scorza
A metalinguagem da arte — por Décio Pignatari
- N.º 10: Lançamento do Concurso Escrita de Literatura
Quem publica autores novos no Brasil — por Geraldo Galvão Ferraz
Abaixo os contistas mineiros! — por Roberto Drummond

De 11 a 14 (1976)

- N.º 11: Entrevista com a escritora favelada Carolina Maria de Jesus
Baldwin e a ilusão do progresso
Lima Barreto: a tragédia da cor
- N.º 12: Entrevista com Adélia Prado
A descoberta do Qorpo — por Janer Cristaldo
Berenice Cuevas y sus nueve maridos — conto do colombiano Alberto Lopez Torres
- N.º 13: Entrevista com Osman Lins
Entrevista com Edmundo Valadès, editor da revista mexicana "El Cuento"
Oito presos da Casa de Detenção, de São Paulo, discutem "Uma Reportagem Maldita — Querô!", de Plínio Marcos
- N.º 14: Entrevista com os autores portugueses José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, E. M. de Melo e Castro, Bernardo Santareno e Fernanda Botelho
América Latina: Tem sentido escrever? — depoimento do uruguaio Mario Benedetti
Lua crescente em Amsterdam — conto de Lygia Fagundes Telles

De 15 a 23 (1976-1977) —

- N.º 15: Entrevista com Nelson Rodrigues
Sábado, bolchevique ou americanófilo??
Publicação do texto completo de "Letra Morta", com que Marcos de Carvalho ganhou o I Concurso Escrita de Literatura — Poesia



NÚMEROS ATRASADOS DA ESCRITA

- N.º 16: Entrevistas com Affonso Romano de Sant'Anna e Wlademir Dias-Pino
Reportagem: A feira do livro, em Porto Alegre — por Antônio Hohlfeldt
Encarte do livro "Sabor de Química", de Roniwálter Jabotá
- N.º 17: Mário Chamie analisa Haroldo de Campos
Encarte do mês: "Histórias da Terra Trêmula", de Moacyr Scliar
Contos de Valdomiro Silveira e Ashokamitran
- N.º 18: Entrevista com Adelaide Carraro
Encarte do mês: "Sim Senhor, Inhor Sim, Pois Não...", de Antônio Possidônio Sampaio
Conto de Sérgio Sant'Anna
- N.º 19: Entrevista com os poetas da Nuvem Cigana, Geração Mimeógrafo e Folha de Rosto, do Rio de Janeiro
Prosa de Hilda Hilst
Reinoldo Atem fala da Editora Cooperativa de Escritores
- N.º 20: A tragédia nu láro — Juó Bananére
Trecho de "O Urso", de Faulkner, traduzido por Hamilton Trevisan
O ensino da literatura brasileira nos Estados Unidos — por Roberto Reis
- N.º 21: As vanguardas já eram — por José Guilherme Merquior
Um supermercado na Califórnia (Allen Ginberg) a Um supermercado de Capacabana (Flávio Moreira da Costa)
Entrevista com Roberto Drummond
- N.º 22: Resenha: mal necessário ou bem desnecessário? — por Moacir Amâncio e Reny Bagini
Grafite — conto de Silvio Fiorani
Depoimentos dos vencedores do I Concurso Escrita de Literatura
- N.º 23: Entrevista com Maíra Carbonieri
Duas cartas de Guimarães Rosa a Osório Alves de Castro
Os eleatas e a literatura — por Fábio Lucas

De 24 a 27 (1977-1978) —

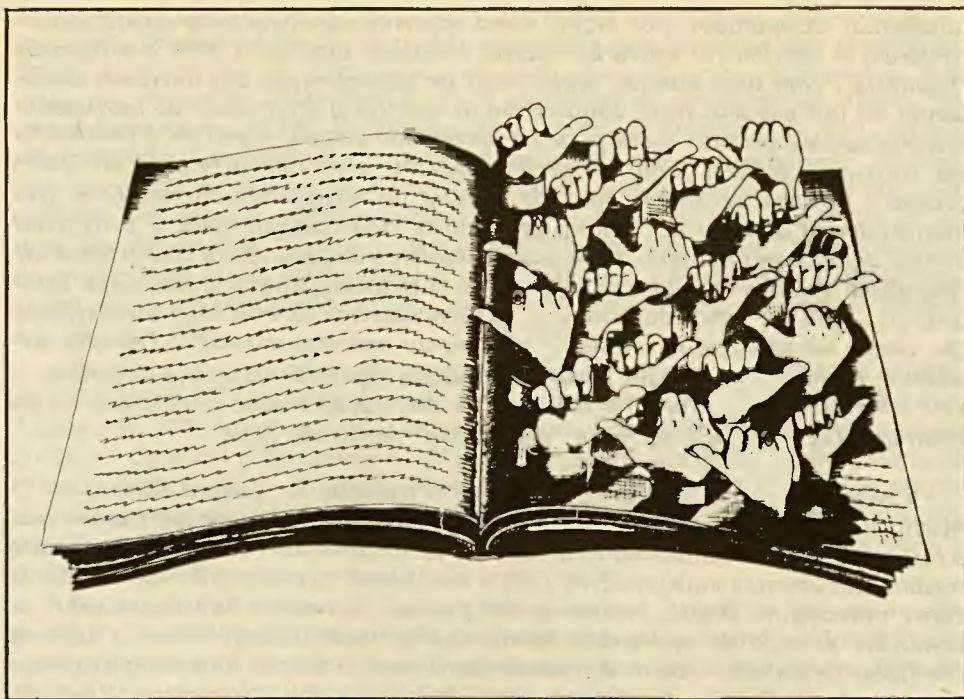
- N.º 24: Entrevista com Domingos Pellegrini Jr.
Poemas do cantor e compositor Belchior
Samuel Rawet e a culpa de Kafka
- N.º 25: Entrevista com Jamil Almansour Haddad
Vicente Aleixandre: mais um Nobel político?
Revisão de "O dourado papiro", por José Paulo Paes
- N.º 26: Reportagem: Primeiro Encontro com a Literatura Brasileira
A poesia chinesa através dos séculos
A poesia peruana sob Alvarado
- N.º 27: O depoimento de Clarice Lispector ao Arquivo do MIS
Entrevista com Tristão de Ataíde
O homem e From Rio with nothing — contos de Hamilton Trevisan

De 28 a 29 (1979) —

- N.º 28: O louco do Cati — capítulo do romance de Dyonélio Machado
Entrevista com Hiroito, ex-delinquente e autor de "Boca do lixo"
Impotentes epigramas antropofágicos — por Flávio R. Kothe
- N.º 29: Poesia Falada — poemas vencedores dos concursos promovidos pela revista Escrita
Ilusão, sangue e erotismo na vida e na obra de Yukio Mishima
A opção pelo fantástico — entrevista com Murilo Rubião

Pedidos por reembolso postal ou através de carta acompanhada de cheque visado à
Editora e Livraria Escrita Ltda.

Rua General Jardim, 570 — Fone: 255-5194
01223 — São Paulo (SP)



Movimento Operário no Brasil (1877-1944)

Edgard Carone

Difel

Pouco a pouco a história da classe operária no Brasil está sendo reconstituída na verdadeira dimensão em que se faz merecedora. Com um nítido viés de classe, a nossa historiografia quase sempre se dedicou à história dos segmentos dominantes, onde os assalariados não passavam de meros expectadores, passivos frente aos acontecimentos importantes do processo político brasileiro. Engolfada pelo caráter conciliador e reformista, "pelo alto", que caracterizou toda a história brasileira — onde a exclusão dos interesses populares colocava-se como um dos pontos de unidade entre as várias frações dominantes — essa corrente ateu-se sempre a uma recomposição da história das "elites", e jamais procurou entender as formas concretas da exclusão da participação popular que, quando explicada, não conseguia superar as deformações e falsidades atribuídas à "fraqueza", "passividade" e "resignação" do povo brasileiro.

Sem dúvida, uma nova corrente no início dos anos 60 procurou responder esta discriminação; apareceram estudos sobre sindicalismo que, apesar de em boa parte escusados numa proposta metodológica "sociologizante" e empirista, agregaram pontos importantes para o entendimento da verdadeira atuação da massa assalariada. Mais recentemente o interesse pela questão aflorou ainda mais. E, na gama de novos estudos, alguns mereceram destaque especial. Porém, também aqui não foram poucos os enganos sobre o entendimento da atuação concreta das classes



subalternas. Amparados, por vezes, numa aparente ideologia progressista, caracterizaram o movimento operário sindical brasileiro anterior a 1964 como sendo "populista", com uma atuação muito mais de subordinação aos interesses dominantes do que aos seus reais. Esqueceram de mostrar a diversidade do movimento operário naquele período, o que pode ser apreendido quando se percebe a penetração das correntes católicas junto ao proletariado ou a difusão arraigada do "peleguismo", herança de longos anos da história do nosso sindicalismo. Com isso mascarou-se a atuação dos setores operários e cuja combatividade é perceptível mesmo quando, por exemplo, se pesquisa a imprensa daquela época. Sob o rótulo de "populista" foram concebidos os comunistas, socialistas, pelegos, trabalhistas, católicos etc., como se sua prática não fosse essencialmente diversa entre estes setores. Ou, ainda, na apologia incontida ao movimento operário durante a Primeira República, entendida por alguns como a verdadeira expressão da atuação operária — vale lembrar que se vivia uma fase de forte inspiração anarco-sindicalista —, em contrapartida à atuação operária "deformada" depois de 1930.

Creio que é dentro desse quadro que o trabalho de Edgard Carone — O Movimento Operário no Brasil: 1877-1944 — merece louvor especial: Carone traz à luz, através de um minucioso levantamento de material até então em grande parte inédito, documentos indispensáveis para a verdadeira reconstituição da história da classe operária no Brasil. Através de 600 páginas encontram oito textos sobre as condições de vida do operariado brasileiro (habitação, educação etc.), sobre as condições de trabalho dentro do mundo fabril, suas formas de luta como a greve, a organização sindical e outras formas de solidariedade e protesto operário. Há ainda, na primeira parte do livro, textos sobre a participação política dos operários e a diversidade política em seu seio, visível pela presença de socialistas, reformistas "amarelos", anarco-sindicalistas e comunistas.

Na segunda parte, sobre Organização e Ideologia, Carone traz intenso material sobre as grandes tendências existentes no seio do movimento operário, desde os fins do século passado até as primeiras décadas deste século.

Sobre os "socialistas reformistas", menciona, entre outros pontos, as suas inúmeras tentativas para a constituição de um partido operário como o Partido Socialista Brasileiro (1890), o Partido Operário Brasileiro (1893), o Partido Operário Socialista (1898), o Partido Operário Democrata-Socialista (1896), numa série de tentativas que se prolongou durante toda a República Velha. Tal era a incipiência da classe operária brasileira que Engels, curiosamente, não deixou por menos. Em resposta a uma carta de Kautsky, datada de 5 de janeiro de 1893, quando este afirmava: "Te envio junto um periódico que me remeteram do Rio de Janeiro. Contém um artigo sobre o Partido Operário Brasileiro e seu programa. Lamentavelmente não sei português, e portanto só posso adivinhar algo aqui e ali do seu conteúdo. Talvez te interesse o artigo. Talvez, se valer a pena, Ede (Eduard Bernstein), que também é poliglota, possa fazer uma nota com esse material. Já foi feita menção uma vez ao movimento brasileiro, em informação baseada em um periódico alemão de São Paulo. Engels foi contundente: "... Dei a Ede o periódico brasileiro, mas disse-lhe que a importância destes partidos sul-americanos está sempre na relação inversa ao estardalhaço de seus programas". (Carta de Engels a Kautsky, 26 de janeiro de 1893, em *Materiales para la Historia de America Latina*, Cuadernos PyP n.º 30, p. 248/350).

Sobre os anarquistas — corrente de fundamental importância nas duas primeiras décadas do movimento operário brasileiro — encontramos documentos

importantes e elucidativos do seu ideário. Sua radical oposição ao "bolchevismo" e a qualquer forma de organização político-partidária dos operários são, também no Brasil, aspectos que se apresentam com todo vigor na proposta libertária. Não deixa de ser também ilustrativa a crítica anarquista ao programa da Aliança Nacional Libertadora de 1935. Referindo-se ao 2.º ponto do programa da ANL, onde se propugnava a "Denúncia dos tratados antinacionais com o imperialismo", os anarquistas corrigiam: "Denúncia a todos os tratados que de alguma forma direta ou indireta, prejudiquem a classe operária" (p. 397). Ou ainda com relação ao último item, quando se dizia: "Contra toda e qualquer guerra imperialista", os anarquistas sugeriam: "Nós somos contra todas as guerras, mesmo que não sejam imperialistas. Sejam elas democráticas, liberais etc., merecem a nossa repulsa e a nossa irredutível aversão" (p. 399).

Por fim Carone cita documentos fundamentais para o entendimento da atuação do PCB, desde 1922 até 1944. É o caso da Primeira Conferência Sindical da América Latina em 1928, dos documentos sobre a situação interna do PCB, sobre a atuação do Bloco Operário e Camponês (1928) sobre a atuação da Liga Revolucionária de Prestes (1930), sobre o Programa da ANL e a crítica feita por Harry Berger (1935), até o documento de 1944 da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), quando se reorientou a posição do PCB em direção à União Nacional para o combate ao fascismo e a conquista da democracia.

Enfim, estes são alguns dos relevantes documentos traduzidos por esta antologia que contribui decididamente para o verdadeiro entendimento da atuação das classes populares no Brasil. Com isso se permite responder não só a parte daquelas deformações da nossa historiografia, como também se torna fonte de consulta obrigatória a todos aqueles que enfrentam estas questões. Creio serem estes os seus maiores méritos.

Ricardo Antunes

Professor do Instituto de
Ciências Sociais da UNESP

OS TRABALHADORES E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Ricardo Maranhão

Semente

Os Trabalhadores e os Partidos Políticos, de Ricardo Maranhão oferece um retrato vivo das opções e dilemas do movimento trabalhador brasileiro, enfrentado aos desafios propostos pelo sinuoso processo de "abertura política" a todos os que pretendem que ela conduza à plenitude democrática e não à consolidação de uma ordem autoritária apenas liberalizada.

Em seu novo livro, publicado este ano, o analista competente retira-se do primeiro plano e cede o lugar e a palavra a um conjunto expressivo de lideranças sindicais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O trabalho, dado a público pela Editora Semente, é uma organização feita com inteligência e critério, da fala dessas lideranças, colhida em horas de entrevista e focalizada no debate sobre a reestruturação em curso de sistema partidário.



Os sindicalistas são indagados sobre como vêem e o que esperam do PMDB e do PT e secundariamente dos outros partidos de oposição; além de serem chamados a opinar sobre a relação entre partidos e sindicatos, sobre a frente de oposições, a Constituinte e a validade de algum projeto de socialismo.

A palavra é dada, sem discriminações, a dirigentes de entidades, militantes de oposição sindical e antigos líderes expurgados pelo regime; a combatentes de primeira hora pela renovação sindical e elementos, até há pouco, comprometidos com o establishment sindical cristalizado sob o autoritarismo; a sindicalistas com décadas de experiência acumulada e lideranças tão jovens e politicamente jejunas, quanto a nova classe operária que as produziu. A escolha atendeu somente ao critério de importância dos entrevistados na vida sindical de seus estados e, em muitos casos, em plano nacional.

O resultado revela um espectro do mundo sindical rico e diversificado, cuja análise desafia a imaginação sociológica e política. Sua exploração requer, contudo, alguma cautela, já que a pesquisa topou com um obstáculo incontornável, que pode distorcer a imagem do universo retratado. Penso nas óbvias limitações à pesquisa — e à própria definição política dos sindicalistas — advindas do fato de se discutir alternativas de organização partidária para os trabalhadores, na vigência de um regime de semiliberdade de organização, que exclui do debate público a opção por agremiações marxistas de vários matizes que, em países efetivamente democráticos, costumam agregar parcela, via de regra, minoritária, mas, quase sempre, expressiva das classes trabalhadoras.

Muitos são os temas de relevância para a análise de movimento sindical brasileiro suscitados pela leitura do livro de Maranhão. Dentre eles tomo dois, implicitamente propostos pelo próprio autor na maneira como selecionou, ordenou e expôs o material das entrevistas.

O primeiro tema é o da necessária e inevitável politização das lideranças sindicais, forjadas sob a camisa de força da legislação sindical e da política anti-trabalhista dos governos autoritários.

A necessidade de encontrar formas de atuação dos trabalhadores na vida política não é questionada por qualquer dos entrevistados. E mais do que isso, na sua fala, a participação política aparece como prolongamento necessário da prática sindical. Para alguns, a atividade partidária chega mesmo a ser encarada como continuação da luta sindical por outros meios. Não é, portanto, de causar espanto, que em muitos depoimentos as fronteiras entre sindicato e partido percam nitidez e que a especificidade de cada um não seja percebida com clareza.

Na verdade, o testemunho dos sindicalistas revela, salvo exceções, notável confusão sobre as quais devem ser os objetivos concretos, as funções e a forma de estruturação interna dos partidos políticos, que contrasta com a clareza com que é percebida e afirmada a urgência de dotar o movimento trabalhador de instrumentos de intervenção na arena pública, que o façam sujeito político e não mero objeto da política.

O desejo de autonomia política e de participação talvez constitua o grande tema do movimento dos trabalhadores no momento atual, captado com sensibilidade por Maranhão. Só esse fato explica que a questão partidária, da ótica dos entrevistados, apareça fundamentalmente como a questão de qual dos atuais partidos abre espaço maior aos trabalhadores, e possa ser discutida sem qualquer referência a diferenças e divergências de objetivos programáticos concretos, formas de condução da luta política e princípios de organização da democracia interna.



A politização das lideranças sindicais brasileira não é casual, nem circunstancial. E deve-se menos à influência, real ou suposta, de correntes político-partidárias de esquerda sobre os quadros e ativistas sindicais, do que às próprias contingências da prática sindical.

Ela resulta fundamentalmente da natureza necessariamente política do sindicalismo em uma sociedade, na qual a ingerência estatal na produção e na regulamentação das relações sociais exclui do horizonte de possibilidades os modelos liberais de negociação coletiva e de relações trabalhistas. No Brasil do pós-trinta, os sindicalismo sempre foi político por seus temas, por suas formas de luta e pelos destinatários de suas demandas e pressões. Além de ser necessariamente político por sua estrutura, que as leis trabalhistas amarraram ao aparelho de Estado.

Nas duas últimas décadas, a natureza coercitiva e excludente da redobrada interferência governamental na determinação dos salários, no processo de negociação, na vida sindical, em todas as dimensões, enfim, do espaço das relações de trabalho, só fez acentuar a vocação obrigatoriamente política — e anti-autoritária — de toda e qualquer tentativa mais coerente de ativação dos sindicatos.

Todavia, se a invasão da arena política pelo sindicato tem acompanhado urb et orbe, o avanço do Estado sobre a sociedade, a forma específica daquela politização, rebatida no plano da consciência das lideranças entrevistadas por Maranhão, tem ingredientes nacionais específicos.

Aqui, a inevitável redefinição das fronteiras do sindicato ocorreu no contexto de um sindicalismo que, por razões sociais e vicissitudes políticas, é muito débil e limitado, do ponto de vista de suas bases organizadas, de seus recursos políticos efetivos e de sua influência social. Em consequência, os desafios políticos à ação sindical terminaram por atirar as lideranças sindicais na atividade político-partidária, conferindo à questão da autonomia e da organização partidária dos trabalhadores aquela urgência, nem sempre acompanhada da clareza sobre o que fazer concretamente com os partidos, com os sindicatos e que relações estabelecer entre uns e outros. Pela mesma razão, o movimento sindical brasileiro não conseguiu enfrentar aqueles desafios em seu próprio terreno, nem avançou na definição de metas e estratégias, que implicassem em transformá-lo enquanto movimento sindical em ator político. Na busca de alternativas para dar corpo ao anseio de participação autônoma e cidadã, as lideranças sindicais tateiam e seria imprudente arriscar qualquer previsão sobre o perfil futuro de movimento sindical e de sua relação com os partidos políticos.

Todavia, o material apresentado por Maranhão fornece índices de que, qualquer que venha a ser aquele perfil, o pluralismo político tenderá a caracterizar o camada dos ativistas e líderes sindicais.

A tendência à cristalização de um espectro político pluralista parece ser o segundo tema ressaltado no trabalho de Maranhão. A diversidade de posturas e orientações políticas não constitui, contudo, a única revelação do livro. O levantamento apresentado permite avançar um pouco mais na caracterização de pluralismo detectado.

Em primeiro lugar, não existe hoje, entre as lideranças sindicais, uma corrente política hegemônica, como ocorreu quando a vida sindical se liberalizou, na segunda metade dos anos cinquenta. Em segundo lugar, modificaram-se as próprias correntes de opinião que convivem e disputam espaço nos sindicatos. Se lideranças e ativistas de orientação comunista foram a força predominante no sindicalismo da década dos cinquenta até 1964, hoje essa corrente de opinião já não detém a



hegemonia e disputa terreno, seja com outras correntes tributárias do marxismo, seja com uma nova esquerda sem compromissos com a tradição marxista.

É difícil avaliar qual o impacto da diversidade política das lideranças sindicais sobre as orientações e opções político-partidárias do movimento trabalhador. No Brasil, a influência política das lideranças sindicais sobre as massas trabalhadoras é tradicionalmente muito reduzida. Com efeito, a dissociação entre representação sindical e representação política é fenômeno conhecido dos cientistas sociais e dos políticos práticos, que sempre souberam que "dirigente sindical é ruim de voto". No passado, o fenômeno se expressou no fato conhecido de que os mesmos trabalhadores que votavam nos comunistas para o sindicato no plano da grande política eram getulistas, janistas ou ademaristas.

Até que as eleições fixem com mais nitidez as preferências partidárias das massas trabalhadoras, só será possível especular sobre a permanência ou não da dissociação entre orientações sindicais e preferências políticas. De toda forma, o hiato entre a vivência das lideranças sindicais, imersas na faina de organizar partidos, e das bases, alheias e distanciadas da vida partidária, não passa despercebido na pesquisa de Maranhão. Neste sentido, o livro registra uma consciência ambígua das lideranças sindicais, oscilando entre a constatação realista de que os trabalhadores não estão participando da vida dos partidos e a afirmação voluntarista de que os entrevistados estão construindo partidos de massas.

Seria possível levar muito adiante as especulações sugeridas pelo trabalho de Ricardo Maranhão. A riqueza do material apresentado e a organização inteligente que recebeu estão a exigir mais do que comentários rápidos como o que aqui foi feito. Depois de nos ter oferecido um importante material de pesquisa não é demais esperar que Ricardo Maranhão o analise, com a imaginação e competência de sempre.

Maria Hermínia Tavares de Almeida

Professora e coordenadora do Mestrado de
Ciência Política do IFCH — UNICAMP.

As Grandes Reportagens de Joel Silveira

Joel Silveira

Codecri

Joel Silveira nasceu há 61 anos. Sergipano de Lagarto — terra que Lampião ousou pisar, segundo lenda local, é um polivalente das letras: contista, novelista, poeta, repórter, tradutor, correspondente de guerra. Há cerca de 45 anos Joel vem militando em vários órgãos da imprensa brasileira e já publicou mais de uma dezena de livros. Aos 18 anos começou a trabalhar no semanário carioca Dom Casmurro, onde colaborava a intelligentsia da época: Álvaro e Eugênio Moreira, Murilo Mendes, Graciliano Ramos. De lá foi para Diretrizes, de Samuel Wainer e durante a Segunda Guerra Mundial estava nos Diários Associados, quando foi enviado como correspondente de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira. Colunista do Diário de Notícias em sua fase áurea, atualmente é repórter da revista Manchete. Após 64 passou a traduzir obras de Fellini, Moravia, Visconti, Puig, García Marques e outros. Entretanto, Joel faz questão de se apresentar como um repórter;



e é apenas sobre seu ofício de repórter que vou concentrar minhas observações a partir de agora.

Através de algumas reportagens de Joel Silveira, torna-se possível traçar o perfil social das classes dominantes do Brasil. A propósito do livro, lançado no ano passado, de Joel e de valor social das reportagens, o crítico Franklin de Oliveira afirmou: "escrevendo em 1932 sobre um romance de Ernst Ottwali, um dos autores que ajudaram a surgir na Alemanha de Weimar a literatura proletária, Gyorgy Lukács observou que determinados tipos de reportagem constituem um método crítico porque não se contentam apenas em mostrar a verdade dos fatos: buscam descobrir suas causas. Por isso Lukács não hesita em considerá-los 'elementos criadores de literatura'. O filósofo húngaro está certo. Basta ver a grande literatura russa do século XIX. Qual a sua fonte? O Fisiologuistcheski Otcherki, como demonstrou documentalmente Leonid Grossman em seu grande livro sobre Dostoiévski. E que eram os etcherki, gênero muito em voga desde os tempos de Gogól? Eram reportagens". E Franklin de Oliveira dá outros exemplos: "... na Inglaterra do século XVIII vamos encontrar Daniel Defos procedendo assim. O Diário da Peste em Londres é uma excelente reportagem. Das reportagens de Euclides da Cunha sobre Canudos não resultou Os Sertões? Para escrever os seus extraordinários livros sobre as populações marginalizadas do México e de San Juan de Puerto Rico, o norte-americano Oscar Lewis trocou os métodos da antropologia acadêmica pelas técnicas de repórter. E assim produziu as obras admiráveis que são Five Families, Les Hijos de Sanches e La Vida" (Isto É, 21/Maio/1980, p. 6).

E esse perfil das classes dominantes do Brasil está bem representado em "Grã-finos em São Paulo" e "A 1.00 2.^a Noite da Avenida Paulista", ambas as obras publicadas originalmente em Diretrizes, em 1943 e 1945, respectivamente. Em "Grã-Finos..." o autor descreve, com sutil ironia, os hábitos culturais e de lazer da "finesse" paulistana no início dos anos 40. É um infindar de almoços no Automóvel Club, chás na Jaraguá (casa de chá e livraria) que procuram imitar os romances de Anatole France — autor badalado na época —, leitura da revista Sombra, dança e jantar no Jequiti-Bar e freqüência à Ópera. Tudo isso com a atenta cobertura dos cronistas sociais do momento, Jerry e Bilm, que tudo registram em seus caderninhos dourados. Comenta Joel, o arguto repórter, a composição e caracterização dos grupos ou frações que compõem a classe dominante paulista, destacando que "além de quarto grupo grã-fino, o grupo de Alfredo Mesquita e Roberto Moreira, existem outros três grupos, cada qual com suas características próprias" (p. 10). O primeiro grupo é formado "pelos grã-finos de pedigree, os tais paulistas de quatrocentos anos, e representa o pináculo do grã-finismo. São criaturas repletas de antepassados, aqueles senhores heróicos e sem muitos escrúpulos que rasgaram as matas de São Paulo, vadearam os rios, descobriram as montanhas e fizeram as primeiras cidades. Morreram todos, estão enterrados na História, mas deixaram aos seus descendentes um presente régio: deixaram um cartão de visita, espécie de permanente com o qual um Prado, um Leme e um Alves Lima podem entrar em tudo sem pagar nada" (p. 10).

O segundo grupo, o grupo "reserva" é aquele "das filhas dos italianos ricos, o grupo de d. Odete Matarazzo, d. Débora Zampari, d. Rose Frontini, d. Irene Crespi, d. Mimosa Pignatari, d. Helena Nogvosi. O pai de d. Odete, por exemplo, veio ver o que havia por aqui, e por aqui havia muito. D. Odete casou-se com um homem muito rico. O que é mais: tem um sobrenome, e os sobrenomes, quatro ou cinco deles, são os donos de São Paulo. D. Odete tem atrás de si fábricas e exércitos de operários. É uma senhora muito poderosa" (p. 10-11). Esse segundo grupo está sempre de olho no pedigree do grupo de d. Fifi Assunção e de d. Iolanda Penteado,



que são muito mais paulistas do que d. Irene Crespi. "São paulistas de quatrocentos anos. Vocês, que apenas são capixabas do princípio do século, não sabem o que significa, em São Paulo, ser um paulista de quatrocentos anos. É mais importante do que ter uma estátua na praça pública. O poeta Olegário Mariano tem uma estátua na praça pública e passa despercebido na Rua do Ouvidor. Um paulista de quatrocentos anos jamais será confundido na multidão da Rua Direita. Apesar de tudo, é d. Irene Crespi que tem o dinheiro" (p. 11). Finalmente, há o terceiro grupo, "um grupo lamentável e melancólico. É uma gente que não vem lá de longe. Uma gente que nasceu por aí, de família recente, de médicos de Barreto ou comerciantes de Bauru. Uma gente que não tem dinheiro. Os homens vivem de seus pequenos ganchos e comissões. Alguns escrevem em jornais uma literatura precária. Mas a serpente do grã-finismo tomou conta de todos, dos homens e das mulheres. As mulheres sacrificam os maridos, fazem milagres no orçamento mensal — contanto que se tornem dignas de Roof ou de Jequiti. É um grupo do 'estribo' e o grupo do 'penacho'. Os homens se dependuram na vida mundana de São Paulo como se estivessem num bonde cheio. As mulheres usam terríveis penachos, porque acreditam ser isto a característica principal da grã-fina, como o dente de ouro é característica de todo turco" (p. 11).

Em seguida, na 1.002.^a noite... (1945) o repórter destaca o que teria sido "a mais bela festa do Brasil": o casamento de Filly, filha do Conde Francisco Matarazzo, com o "pracinha" João Lage. Cerimônia que reuniu 800 convidados, 100 tiras (de smoking) da Ordem Social, teve 3 dias de festas e bailes e um custo superior a 6 milhões de cruzeiros — além, é lógico, dos 80 milhões de dote.

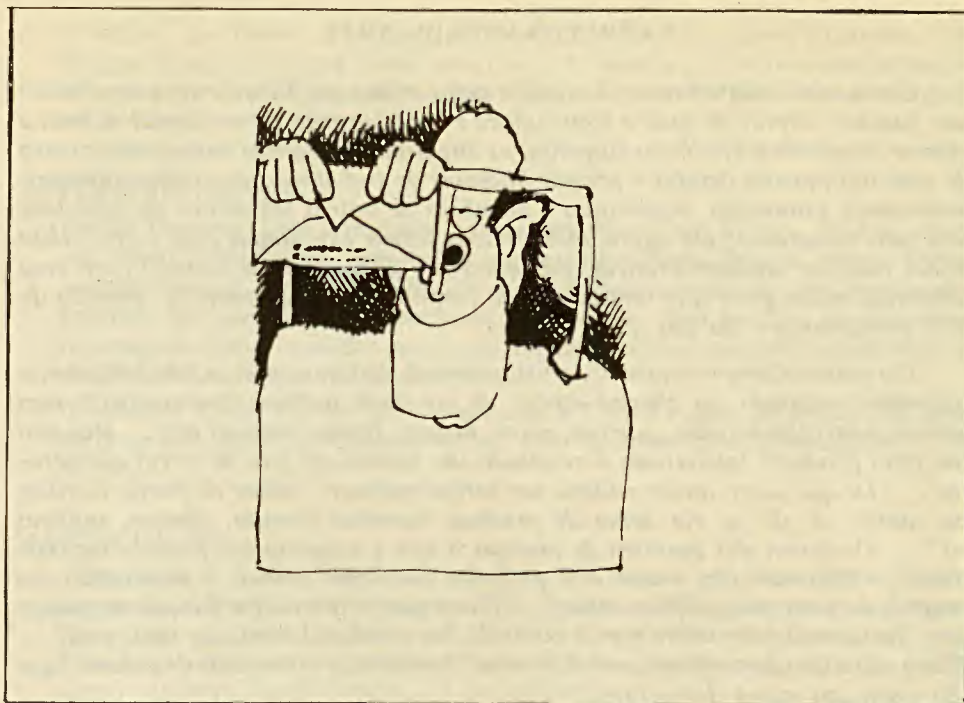
Há as três reportagens sobre a FEB, onde Joel narra muitas coisas acerca da campanha brasileira na Itália e, também, sobre o "combate mudo e afanoso entre correspondentes de guerra à procura de um melhor assunto ou de uma novidade inédita" (p. 59). O tom de tais reportagens, objetivo e enxuto, não deixa de ser comovente. A primeira delas, por exemplo, sobre o sargento Wolf, inicia-se assim: "Vi perfeitamente quando a rajada de metralhadora rasgou o peito do sargento Max Wolf Júnior. Instintivamente ele juntou as mãos sobre o ventre e caiu de bruços. Não se mexeu mais" (p. 43). Mas há ainda outras reportagens: as entrevistas com Afonso Arinos de Melo Franco, José Aparecido de Oliveira, Jânio Quadros e João Goulart; o atualíssimo depoimento dos bispos (D. Helder Câmara, D. Evaristo Arns, D. Ivo Lorscheiter e D. Aloísio Lorscheider), num momento em que as relações Igreja e Estado encontram-se tensas, ou ainda "O Velho Graça", emocionante reportagem sobre Graciliano Ramos. "Praia de Flamengo, 132 (A história da UNE)", narra a rebeldia dos estudantes contra a ditadura de Vargas em 1942, através da tomada do Clube Germânia, pertencente a Alemanha, para a instalação da UNE. E, por último, "Seixas Dória, Réu Sem Crime", sobre o ex-governador do Sergipe preso em 1964 pelo movimento militar.

Em todos esses trabalhos reunidos agora pela Editora Codecri o leitor perceberá o toque de repórter, a marca registrada de um componente profissional, capaz de fundir o texto jornalístico ao texto literário de modo agradável e sem prejuízo de sua análise política.

Afrânio Mendes Catani

Professor do Instituto de Educação da UNESP





Democratas da Turquia

Prezados Senhores,

O artigo em anexo faz parte de nossos esforços em informar pessoas e organizações sobre a violação dos direitos humanos básicos na Turquia. Nós acreditamos que, quanto mais as pessoas saibam e condenem estas atrocidades, menos coragem a junta terá de suprimir a criatividade humana e sua expressão.

Nós solicitamos, urgentemente, que vocês publiquem nosso artigo na sua revista, tal como está, ou traduzido, ou publicado de forma chamativa para os seus leitores. Qualquer parte do artigo pode ser citada. Nós apreciariamos se vocês o reproduzissem e o enviassem a pessoas de seu conhecimento.

Não se esqueçam que, neste exato momento, alguns destes artistas e criadores estão passando por câmaras de tortura. Nós podemos aliviar a sua dor...

Cordialmente,

DEMOCRATAS DA TURQUIA

D.T.

C/O D.I. RICKLIN

716 WEST ALLEN STR.

BLOOMINGTON, INDIANA 47401

USA



EXÉRCITO VERSUS ARTE

Como todos nós sabemos, houve um golpe militar na Turquia em setembro do ano passado, depois do qual a constituição e o parlamento foram abolidos, toda a espécie de atividades políticas suspensa, os direitos democráticos aniquilados e cerca de cem mil pessoas detidas e presas. Milhares de trabalhadores, trade-unionistas, professores, estudantes, intelectuais e membros de outros segmentos da sociedade têm sido torturados; até agora oito pessoas foram executadas pela força. Além destas medidas antidemocráticas, nós queremos chamar a sua atenção para uma tendência muito grave que vem ganhando corpo nos últimos meses: a opressão do livre pensamento e da arte...

Em número sempre crescente, artistas têm sido detidos e presos, não porque eles tenham-se engajado em alguma espécie de atividade política ("subversiva"), mas apenas pelas suas novelas, poemas, peças, artigos, filmes, músicas etc. . . Mas não são estes produtos intelectuais o resultado tão normal do fato de serem eles artistas? . . . De que outro modo poderia um artista merecer o nome de poeta, escritor, ou cantor, se ele ou ela deixa de produzir novelas, poemas, dramas, músicas etc? . . . Deveriam eles pararem de praticar a arte e negarem seu próprio ser criativo? . . . Deveriam eles matar a si próprios não mais criando e destruindo seu próprio ser com suas próprias mãos? . . . É isto que os tiranos da Turquia entendem por "restauração da ordem e pelo controle das condições humanas neste país? . . ." É isto que a ditadura militar quer dizer com "democracia e liberdade da palavra" que são essenciais numa democracia? . . .

Eis alguns casos de opressão de artistas, que serão executados simplesmente porque não deixaram de ser artistas. . .

— *Depois do golpe militar, três jornais e vinte periódicos foram fechados, os editores do principal jornal "HURRIYET" presos, o destacado jornal "CUMHURİYET" fechado temporariamente várias vezes, obrigando-os a uma autocensura. Além disso, a publicação de livros tornou-se muito difícil, produtores de estações de rádio e TV foram demitidos e diretores de agências de notícias, redes de TV e outras instituições culturais foram substituídos por oficiais do exército.*

NOVEMBRO DE 1980:

— *Ilhan Erdost, escritor e editor proeminente, foi morto após ter sido preso. Ele foi espancado até a morte pelos soldados e oficiais quando era conduzido num caminhão do exército para a prisão (The New York Times, 24 de novembro).*

DEZEMBRO DE 1980:

— *Ilhami Soysal, famoso escritor e jornalista, foi capturado e levado para uma prisão militar. Até agora ele não foi libertado (Cumhuriyet, 27 de dezembro).*

JANEIRO DE 1981:

— *No Teatro Municipal de Istambul uma peça de Necati Cumali foi proibida apenas três dias antes da estréia. Os ensaios têm prosseguido por meses. (Milliyet Sanat Dergisi — uma das principais revistas de arte da Turquia, 1.º de janeiro).*

— *O filme "Lucky Worker" do veterano diretor de cinema Atif Yilmaz, não pôde ser exibido para o público devido à sua proibição pelo Comitê Estadual de Censura (Milliyet Sanat Dergisi, 1.º de janeiro).*



- 33 artistas do Teatro Municipal de Istambul (entre eles, Zihni Küçümen, Ali Taygun, Günger Dilmen) foram demitidos. A maioria deles estava participando de uma peça de Shakespeare na época deste decreto (*Milliyet Sanat Dergisi*, 1.º de janeiro).

FEVEREIRO DE 1981:

- Melike Demirag, com atividades cinematográficas; Com Karaca, da área musical; Sanar Yurdatapan, compositor e arranjador; Sema Poyraz, atriz e Selda, cantora famosa, foram privados de sua cidadania através de um decreto dos generais, porque eles não retornaram à Turquia. Esta prática, usada contra centenas de outros cidadãos turcos, foi um método praticado pelo regime nazista de Hitler (*Le Monde*, 13 de fevereiro).
- O tradutor Cavit Tuncer, foi sentenciado a 7 anos e meio de prisão por uma corte militar devido à tradução de um livro documentário (*Cumhuriyet*, 25 de fevereiro).

MARÇO DE 1981:

- A impressão e a distribuição de três livros de poesias de Yasar Mirac foram suspensas. O poeta que recebeu o prêmio de poesia 1980 do Instituto da Língua Turca (um instituto fundado por Mustafa Kemal Atatürk e organizado por destacados estudantes e professores), foi detido e seu processo está em andamento (*Milliyet Sanat Dergisi*, 15 de março).
- Cinco membros do Comitê de Torneios do mesmo Instituto foram colocados sob investigação juntamente com 31 membros do Conselho de Diretores do Instituto porque votaram naquele livro e permitiram que ele ganhasse o prêmio (*Cumhuriyet*, 26 de março).

ABRIL DE 1981:

- Um dos melhores atores da Turquia e importante diretor, Genco Erkal, foi detido e sua peça foi proibida pelas autoridades. (*Cumhuriyet*, 19 de abril).
- A venda de um livro de contos de Nedim Gürsel foi proibida. Ele ganhou vários prêmios e teve seu livro publicado pela Gallimard, Paris (*Sanat Olayı-an*, revista de arte da Turquia, 18 de abril).
- Um livro de poemas de Ataoğlu Behramoglu em sua 2.ª edição foi proibido pelas autoridades e o livro confiscado (*Cumhuriyet*, 30 de abril).

MAIO DE 1981:

- O satirista Muzaffer İzgü que ganhou o Prêmio de Contos (1978) pelo Instituto de Língua Turca, com seu livro *Money in my Underpants* está agora sendo processado pela autoria do livro, que já está em sua 5.ª edição (*Cumhuriyet*, 7 de maio).
- Num dos mais impressionantes acidentes, o poeta Fatih Yildiz escreveu um livro de poemas, *A Love That...* que, depois de impresso, não foi distribuído. Primeiro, ele mandou o livro para as autoridades para que pudessem "examinar" os poemas. Após o "exame", o qual foi somente feito pelo próprio poeta e pelos "experts", o livro foi proibido. Mas o poeta foi sentenciado a 4 anos e 2 meses. Ele se encontra agora numa prisão militar (*Cumhuriyet*, 12 de maio).



- Um livro de poesias de Riza Zelyut foi confiscado e o poeta processado pela corte militar que quer sentenciá-lo a 2 anos e meio de prisão (Cumhuriyet, 30 de maio).
- Uma fita gravada datada de 1978, pertencente à Selda, foi confiscada. A cantora foi detida e levada para uma prisão militar à qual ainda está submetida. Os generais a ameaçaram em dezembro de 1978 com a destituição de sua cidadania caso ela não retornasse imediatamente à Turquia. Mas como ela pode provar que nunca deixou a Turquia, a sentença foi aliviada... (Cumhuriyet, 30 de maio).

JUNHO DE 1981:

- A escritora Adalet Agaoglu, que ganhou três importantes prêmios de literatura pelos seus livros, está agora sob investigação. Seu livro *The Slender Rose of my Mind* — em sua 3.^a edição — foi confiscado e a escritora processada (Cumhuriyet, 2 de junho).
- Talip Apaydin, escritor veterano de inúmeras novelas e contos, será processado por dois livros *Enoch Went Down to the City* e *Wall Writings*. Ele será julgado pela autoridades de Istambul (Cumhuriyet, 2 de junho).
- O famoso satirista e autor Rifat Ilgaz, com mais de 70 anos de idade, possui apenas um pulmão devido à tuberculose e sofre de problemas cardíacos, esteve detido por mais de um mês sendo preso posteriormente. Após a prisão, para a qual nenhuma razão foi alegada, ele adoeceu, sendo transportado para um sanatório para tratamento médico (Cumhuriyet, 4 de junho).
- O poeta, escritor e jornalista, Mehmed Kemal, esteve sob custódia dos oficiais de segurança, sem nenhuma explicação (Cumhuriyet, 7 de junho).
- O contista e colunista Oktay Akbal foi condenado a três meses de prisão devido a um artigo; foi acusado de “estar envolvido em política” (Cumhuriyet, 10 de junho).
- A polícia deteve o escritor e jornalista Hikmet Cetinkaya, ganhador de vários prêmios de jornalismo, sem qualquer explicação (Cumhuriyet, 23 de junho).
- O famoso astro de cinema, Tarik Akan, que esteve sob custódia por 22 dias, foi preso e levado para uma prisão militar. Ele enfrenta uma sentença de prisão de cinco anos. (Cumhuriyet, 23 de junho).

Depois de tudo isso, podemos observar que a tendência da opressão do livre pensamento e da arte na Turquia ganhou vulto nos últimos meses. A fim de resistir a esta tendência crescente, nós encorajamos todos os artistas, escritores, poetas, músicos, jornalistas e outras pessoas voltadas para a democracia, a contribuir na luta democrática na Turquia, através de todos os meios necessários e caminhos que considerarem viáveis. Seja através de cartas ao governo da Turquia, seja através da reflexão sobre o empenho pela democracia, seja participando na Turquia, em seus trabalhos de arte, em seus poemas, em suas canções, suas peças, seus artigos, esclarecendo os fatos sobre a Turquia para círculos mais amplos, sendo um observador inabalável da vida em todas as suas dimensões de medo e esperança, de opressão e resistência (o que é a arte afinal?...) e sendo um defensor do livre pensamento...



*Façamos com que os escritores, poetas e artistas na Turquia
saibam que eles não estão sozinhos...*

*Façamos com que eles saibam que, aconteça o que acontecer e
sob quaisquer circunstâncias que eles estejam agora, o fogo de
Prometeu não cessará de iluminar as mentes de toda a
humanidade...*

*Façamos com que eles saibam que um dia — certamente — eles
estarão livres, por mais que os tiranos sangüinários levem
a cabo a tortura e a opressão...*

*Façamos com que eles saibam que um dia a arte vencerá... que
um dia o livre pensar vencerá...*

Façamos com que eles saibam que um dia... NÓS... VENCEREMOS...

DEMOCRATAS DA TURQUIA

20 de julho de 1981



NOVA ESCRITA
ensaio

MOVIMENTO OPERÁRIO:

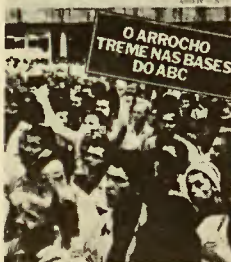


Novas e velhas lutas

Nº 6

Debate com Delellis, Ibrahim, Gato, Flores e Bigode
Importante é a base/Os erros de Osasco/
A aliança Operário-estudantil/As greves espontâneas/
O Pré-64/O Populismo/As greves políticas
O quebra-quebra do 1º de maio/Greves de ontem
e de hoje/O fundo de greve é necessário?/
Abaixo a estrutura sindical!/Um partido do trabalhador

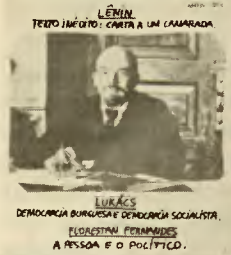
NOVA ESCRITA
ensaio



Nº 7

O dia a dia das greves - Maria Dolores Prades e
Maria Aparecida de Paula Rago
O arrocho treme nas bases do ABC - debate com
trabalhadores das bases do Sindicato de São Bernardo -
Osmar, Alemão, Wagner, Melão, Lima e Osvaldo
A greve no cinema - debate com os cineastas Sergio Segall,
Roberto Gervitz, Renato Tapajós e João Batista de Andrade
As máquinas param, germina a democracia! - J. Chasin
Os sindicatos (I) e (II) - F. Engels

NOVA ESCRITA
ensaio



Nº 8

A pessoa e o político - Entrevista com Florestan Fernandes
Democracia burguesa e democracia socialista - Entrevista
com Georg Lukács
Reacionarismo e xenofobia na Paraíba - Rubens Pinto Lyra
Particularidade e objetivação do capitalismo - Maria
Angélica B. Rodrigues
Notas sobre o "Modo de produção escravista colonial" -
Antonio Carlos Mazzeo
A greve no ABC/1980 - Wagner Lino Alves
Sindicato e política: caso da Zona da Mata de Pernambuco
(1968/1974) - Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Carta a um camarada - Lênin

Resenhas

Nas livrarias ou pelo reembolso postal
EDITORA E LIVRARIA ESCRITA LTDA.
 Rua General Jardim, 570 - São Paulo (SP)

CEP 01223





E MAIS:

- *Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade* — J. Chasin
- *Sobre Lênin* — G. Lukács
- *Gramsci e Eles* — Carlos Eduardo O. Berriel
- *Max Weber na Assembléia* — Maurício Tragtenberg
- *Coronelismo e Estado Burguês* — Décio Saes
- *Tecnologia e Agricultura* — Manuel Correia de Andrade
- *O Movimento Sindical e a Crise* — M. Dolores Prades/Marilene G. S. Pottes
- *Florestan Fernandes: História y Sociología como Conciencia* — Julio Le Riverend

